

NOVOS RUMOS

Edição para São Paulo

ANO II

Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de julho de 1960

Nº 71

Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr.

Diretor — Mário Alves

Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Plano da Hanna: Saquear Nosso Minério de Ferro

Reportagem na 8ª página do 1º caderno

CONTINUÍSMO: GOVERNO PREPARA PROVOCAÇÕES PARA DAR O GOLPE



A ALERTAMOS o povo brasileiro e toda a Nação para um novo aspecto do plano continuísta em marcha acelerada. A manobra consiste em agravar, deliberadamente, o descontentamento das massas trabalhadoras e populares, criando-se em consequência um ambiente de insegurança, que tornasse praticamente inviável a realização das eleições. Eis alguns pontos dessa manobra:

- fechamento da COFAP para provocar uma elevação ainda maior, e fora do controle do Governo, dos gêneos de primeira necessidade;
- fechamento do restaurante estudantil do Calabouço, através da não liberação de verbas, visando criar um clima de revolta e agitação entre os estudantes e o povo;
- não aprovação da lei de Previdência Social;
- não prorrogação da lei do inquilinato, determinando uma verdadeira comoção popular em face do vertiginoso aumento de aluguéis, que sucederia inevitavelmente;
- veto a vários dos mais importantes artigos da lei de reclassificação;
- protelação da revisão dos níveis de salário mínimo, levando ao desespero as grandes massas trabalhadoras.

É fácil prever-se o que pode resultar desse conjunto de medidas, ao mesmo tempo em que as direções dos partidos situacionistas se limitam por completo da campanha eleitoral e sabotam a candidatura Lott. E é precisamente o que visam os articuladores do continuísmo: a criação de um ambiente de insegurança que sirva de pretexto para o boicote das eleições e o golpe na Constituição. (Reportagem na 3ª página).

Aviões Americanos Fazem Contrabando de Nosso Minério

Reportagem na 2ª página do 2º caderno

Santos parou 24 horas

A CIDADE de Santos cessou completamente as suas atividades durante 24 horas, numa impressionante manifestação de protesto contra a transferência de 31 trabalhadores do Moimho Paulista para a cidade de Curitiba. A polícia do governador Carvalho Pinto, ostentando as suas metralhadoras nos pontos estratégicos da cidade, não conseguiu impedir o êxito da greve. O movimento foi decretado pelo Fórum Intersindical de Santos, e contou com a participação de 53 Sindicatos. As manifestações tiveram um sentido de protesto contra a violação ao direito de estabilidade aos 10 anos de serviço, que vem sendo efetuado pelo Grupo Moimho Inglês, constituindo uma ameaça aos trabalhadores de um modo geral. (6ª página do 1º caderno).

Agressão Militar à Vista: EUA Ameaçam Cuba

Leia completa
reportagem na 7ª pág.
do 1º caderno



Ainda o Continuísmo

ALMIR MATOS

NÃO HA sinais, até agora, de que a reunião dos governadores possedistas e trabalhistas, realizada na última semana em Belo Horizonte, tenha levado à mudança de atitude das direções dos partidos situacionistas em relação à candidatura do marechal Teixeira Lott. Normalmente, a Conferência deveria significar uma completa reviravolta, o início de uma fase, há tanto tempo reclamada, de operatividade e entusiasmo na condução da campanha eleitoral, por parte dos comandos dos partidos situacionistas.

O QUE SE verifica ainda, no entanto, é a contradição que vem se prolongando por todos estes meses: enquanto a campanha de Lott penetra cada dia mais entre as massas — e isso se revela no êxito dos comícios havidos no Rio, em São Paulo, no Rio Grande do Sul e outros Estados — permanece imutável a indiferença dos homens de cúpula em relação ao candidato com que oficialmente se comprometeram. Isso indica que a trama continuísta não arrefeceu. Os altos dirigentes do PSD e do PTB continuam marcando passo, ao mesmo tempo em que se intensifica a promoção publicitária em torno do sr. Juscelino Kubitschek.

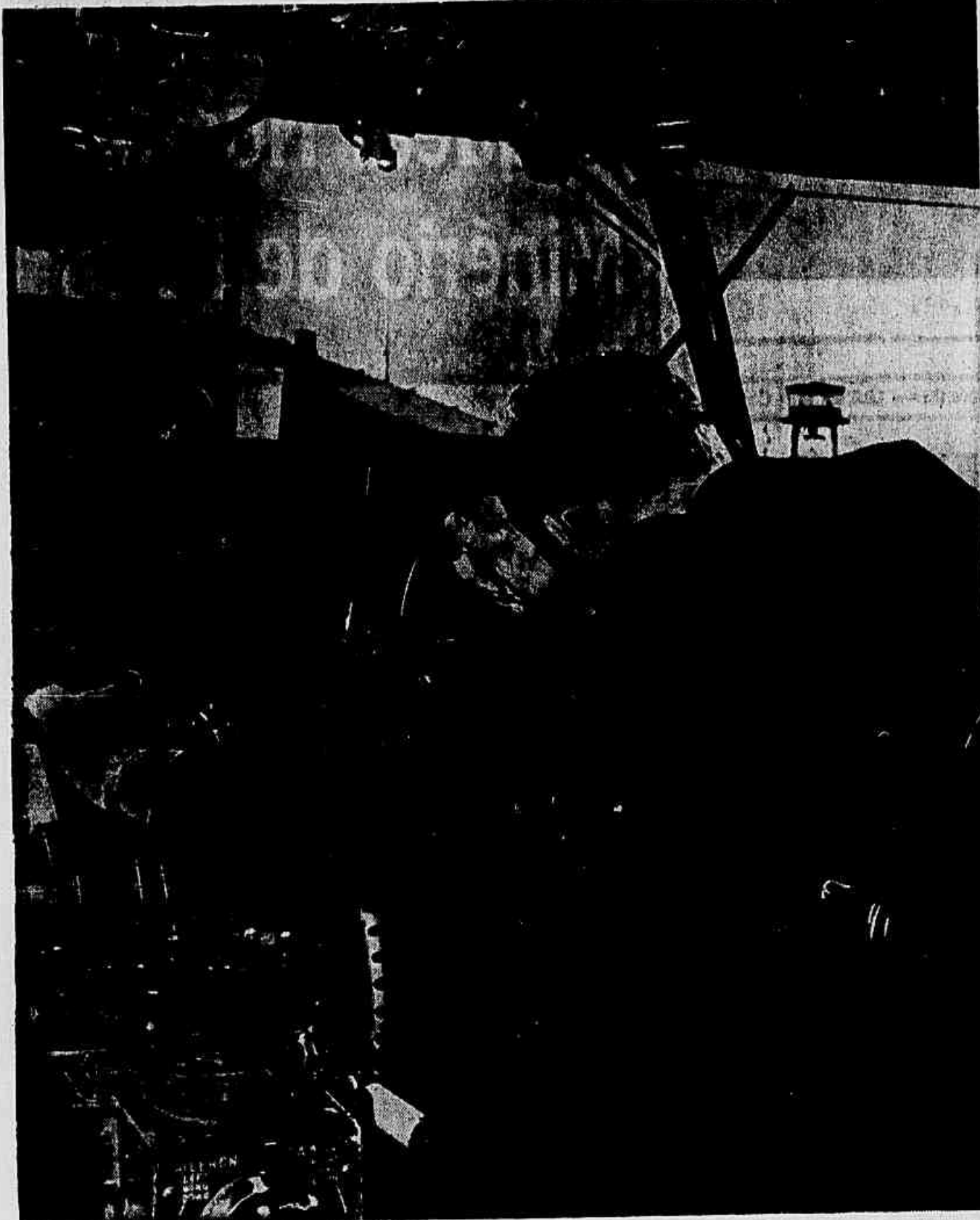
DIZER QUE nada existe de continuísmo, como faz «Última Hora» de segunda-feira, é querer tapar o sol com a peneira, e — o que é pior — sabendo-se perfeitamente que o que se tem nas mãos é peneira mesmo, e peneira cheia de buracos e remendos. Todos sentem, todos vêem, todos sabem que há uma manobra continuísta em marcha. A própria «Última Hora» de quarta-feira, voltando atrás no que dissera dois dias antes, é obrigada a reconhecer essa realidade. E se não há, por que todo esse aparato propagandístico promovido pelo sr. Kubitschek, já nos derradeiros meses de seu Governo e quando o candidato não é JK, mas Lott? Por que surge subitamente a candidatura Mendes de Moraes ao Governo da Guanabara, por indicação pessoal do sr. Kubitschek, quando se consolida no PTB o nome de Sérgio Magalhães? Por que só agora se sabe que o sr. João Goulart não adotou em tempo as medidas para se desincumbibilizar? E por que não se movimentam os dirigentes situacionistas — não nos bastidores da conspiração, como esta acontecendo, mas nas viagens aos Estados, nos comícios, na confecção de materiais de propaganda, no

estímulo à criação dos comitês nacionalistas Lott—Jango, na promoção enfim de uma verdadeira campanha eleitoral, em que estejam empenhados, todos os enormes e invencíveis recursos de que dispõem? Por que esse desinteresse friamente calculado, visando dar à opinião pública a impressão, que não corresponde em absoluto à realidade, de que Jânio Quadros e Carlos Lacerda poderão vencer nas urnas e, assim, se tornaria aconselhável uma solução extra-legal?

HA QUEM considere pueril denunciar-se a trama continuísta. Mas muitos dos que assim pensam, ou fingem pensar, estiveram na verdade, durante meses a fio, envolvidos nessa trama e pondo-se abertamente a seu serviço. E ainda agora, quando, através de sofismas — todos, aliás, de uma lamentável pobreza franciscana — procuram levar ao descrédito as fundamentadas e incontestado denúncias das forças nacionalistas, o que fazem, na prática, é uma tentativa de amortecer a vigilância e o protesto contra a sabotagem à candidatura Lott, contra o golpe que criminosamente insistem em levar até o fim.

AS FORÇAS políticas e a parte da opinião pública que, desde os primeiros instantes, tomaram posição firme, ao lado da chapa Lott—Jango têm perfeita consciência da atitude que tomaram. Sabem o que significará a vitória dessas candidaturas: não só o afastamento da ameaça de cair o Poder nas mãos de Jânio—Lacerda, mas a certeza de que teremos um Governo mais identificado com as aspirações patrióticas e progressistas do povo brasileiro e incapaz, por isso, das escandalosas concessões feitas por JK aos monopólios ianques e de impor às massas, como financiadores únicos do desenvolvimento econômico, uma tão pesada carga de sofrimentos.

ESSAS FORÇAS não se deixarão anestesiadas pelo alarido continuísta nem pelos sofismas de seus propagandistas. Os que lutam há meses pela chapa Lott—Jango sabem o que têm a fazer. Se, por um lado, denunciam — e nisso continuarão, até que seja necessário — as manobras das cúpulas partidárias, por outro lado estão nas ruas, lançados com um entusiasmo crescente na realização da campanha que, por cima de todas as sabotagens e todas as manobras, levará à vitória os candidatos nacionalistas Lott e Jango.



Estafa que mata

O piloto trabalhou mais de 14 horas. Depois de aterrisar no aeroporto de Santos Dumont, Deus sabe como, ele se entregou ao sono dentro da cabina de comando. É a estafa que já foi responsável pela morte de centenas de passageiros e tripulantes dos aviões que operam nas linhas brasileiras.

Pescador é Fantasma: Não Existe Para os IAPs

Reportagem de JOÃO MASSENA MELO

As difíceis condições de vida e de trabalho dos milhares de pescadores que operam nos mares e rios de todo o país continuam a se agravar de maneira calamitosa. Os proprietários das embarcações, protegidos ostensivamente pelos fiscais da Capitania dos Portos, violam as leis que amparam os trabalhadores do mar, transformando-os em verdadeiros marginais, destituídos de todos os direitos sociais e trabalhistas.

Os descontos são agora mais numerosos e frequentes. Os armadores de pesca, além de subtrair as cotas em dobro, de cada pescador, para o IAPM, retiram ainda de uma a três partes para as férias que jamais concedem ao trabalhador. Recentemente, um pescador do barco «Vigilante II» reclamou, depois de despedido, a devolução dos descontos absurdos feitos

durante os 8 meses em que esteve embarcado. Eram descontadas 3 partes de cada viagem para férias.

Procurando esclarecer bem a questão, disse o pescador André Bernardo, que ouviu o relato de seus companheiros: «Não há fiscalização das autoridades sobre os proprietários dos barcos; as leis são desrespeitadas; a fiscalização só se preocupa com os pescadores. Veja, agora, a prova dessa coisa inacreditável: o proprietário da embarcação fica com a metade do «bôlo pescado». A outra metade é dividida entre os tripulantes, feitos os descontos para o IAPM, férias, LBA, etc, e tudo em dobro.»

O barco «Madeirense» tem 23 botes e 28 tripulantes, descanta de todos e só recolhe de 14 registrados no IAPM. O «Monte Castelo» tem 22 tripulantes e registrados apenas 11; o

«São Salvador», 18 embarcados e somente 4 registrados. Nessa oportunidade vimos a extensa relação do Imposto Sindical onde dezenas de embarcações figuravam com menos de 50 por cento de tripulantes legalmente registrados. Esses descontos são roubados aos tripulantes, embolsados pelos donos dos barcos. O Sindicato dos Pescadores por mais de uma vez já chamou a atenção do Capitão dos Portos para essa irregularidade. Mas, ele teima em não tomar conhecimento do assunto, afirmando que os navios têm a sua situação regularizada.

O que é a Confederação Geral dos Pescadores

Como vimos todos os descontos são tirados da parte do produto que cabe ao pescador pelo seu trabalho. Além dos já citados, temos ainda os realizados pelas colônias que incluem 20 a 50 cruzeiros e 5 por cento sobre o pescado vendido. As colônias são filiadas a uma entidade denominada Confederação Geral dos Pescadores, organização fantasma, de caráter nacional, que arrecada milhões de cruzeiros dos pescadores e recebe ainda cerca de 2 milhões de cruzeiros de subvenção do governo. A Confederação não promove eleições para a sua Diretoria, e o pescador não recebe dela qualquer benefício. No entanto, só poderá ele embarcar se estiver «em dia» com a colônia. Tudo isso é feito através do Capitão dos Portos, pressionado e influenciado pelo Capitão de Mar e Guerra, deputado Heleno Nunes, presidente da tal Confederação. O artigo 332 do Regulamento da Capitania dos Portos é, nesse caso, flagrantemente desrespeitado.

Pescador não pode adoecer

No terreno da assistência médico-hospitalar, a situação é ainda mais desesperadora. O pescador, quando adoecer, não tem para quem recorrer. Não recebe do IAPM, não é atendido no Hospital dos Marítimos e nem na chamada Policlínica dos Pescadores, estabelecimento subordinado ao Ministério da Agricultura, que funciona em 3 pavimentos do edifício da Coça e Pesca, na praça XV de Novembro.

Esse estabelecimento, apesar de relativamente bem aparelhado, carece de condições para oferecer uma assistência mais efetiva em virtude de não receber verbas suficientes do Ministério da Agricultura. Agora mesmo elas foram reduzidas sensivelmente. Além dessas limitações, a Policlínica atende mais a particulares e funcionários do que aos próprios pescadores.

GOVERNO FECHA OS OLHOS

Vãos da Morte Nos Céus do Brasil

Reportagem de WILSON AZEVEDO
Fotos de EDSON GOMES

— Se os passageiros soubessem os riscos que correm na maioria das viagens aéreas, nenhum deles entraria mais a bordo de uma aeronave. — Essa é a opinião generalizada, entre os tripulantes dos aviões das companhias de navegação aérea que operam no Brasil. Mas não é necessária a intimidade com os pilotos ou comissários de bordo para que se tome conhecimento dessa verdade cruel, desgraçadamente comprovada pelas tragédias aéreas, que roubam anualmente centenas de vidas.

Apenas dos céus da Guanabara 216 pessoas já mergulharam para a morte, nestes últimos 18 meses. O Aeroporto Santos Dumont, encravado na garganta da «cidade maravilhosa», bate o recorde macabro com 40 acidentes trágicos. Esses fatos vão ao conhecimento público pelas manchetes dos jornais. As suas causas é que permanecem escondidas, porque elas encerram a atividade assassina de poderosos grupos econômicos e a cumplicidade criminosa das autoridades ministeriais, responsáveis pela sua fiscalização.

Ronda macabra continua

A maioria dos «inquéritos» incriminam os pilotos como responsáveis pelas tragédias aéreas, com uma conclusão cínica e lacônica — «falha pessoal». Mas de que vem a falha pessoal? Os Sindicatos dos Aeronautas e dos Aeroviários têm respondido a essa pergunta. Ela vem, fundamentalmente, do estado de completo esgotamento de uma tripulação obrigada a trabalhar, com frequência, até 18 e 20 horas por dia, em verdadeiros calhambeques, cujos motores são acionados, muitas vezes, com o auxílio de cordas e de outros artifícios.

Os desastres se sucedem, e a atividade criminosa das empresas de aviação comercial continua impunemente. Dez dias depois do trágico acidente que roubou a vida de 53 pessoas, em junho último, constava-se, que a NAB continuava desafiando a lei da gravidade, dando criminosamente em risco a vida de seus tripulantes e passageiros, mantendo com uma só tripulação, a linha Fortaleza-Rio, na qual, quando tudo anda bem, trabalha-se 17 horas seguidas, numa viagem estafante e perigosa. O avião da NAB parte de Fortaleza a zero hora e, fazendo escala em Mossoró, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju, Caravelas, Canavieira e Vitória chega ao Rio 17 horas depois. São, portanto, 17 horas de trabalho. Depois de uma viagem dessas, e elas são feitas diariamente só por milagre o piloto, completamente esgotado, consegue aterrissar normalmente no aeroporto.

Os «Constellation» da Panair, por outro lado, prosseguem realizando o que se poderá chamar de vôo à beira da morte. A tripulação dessas aeronaves, composta de seis pessoas, continua trabalhando de 14 a 30 horas por dia, nas viagens de ida e volta Rio-Belo Horizonte-Brasília-São Paulo. As seis horas da manhã a tripulação tem de se apresentar no Santos Dumont. As sete horas o avião parte, geralmente lotado, com 53 passageiros. O seu regresso ao Rio, quando tudo corre bem, dá-se às 20,30, isto é, 14,30 horas depois da apresentação dos seus tripulantes no aeroporto. A sede de lucro embota a sensibilidade dos donos da aviação comercial.

Quando ainda se procuravam os destroços do avião que caiu em junho último na Guanabara, matando 53 pessoas, tendo como causa provável o esgotamento físico e mental do seu comandante, sabia-se que nesse mesmo mês outra companhia violava o limite mensal já absurdo de 110 horas de vôo, fazendo alguns dos seus pilotos voarem 150 horas. É a irresponsabilidade e a certeza do impunidade elevadas ao grau máximo.

Por que caiu o Convair da Real?

Os Sindicatos Nacionais dos Aeronautas e dos Aeroviários, analisando os motivos que poderiam ter determinado a queda do Convair, PP-YRB da Real, concluíram que «... a causa imediata única plausível do acidente teria sido o estado de fadiga dos tripulantes da cabine de pilotagem, manifestado, seja sob a forma de retardamento do raciocínio ou de atos reflexos, seja sob a forma de falhas dos sentidos ou de privação temporária destes, seja com combinação destas duas formas.

«Dois outros desastres aéreos ocorridos nos últimos tempos no Brasil — prossegue a nota dos Sindicatos — apresentaram as mesmas características: o do «Constellation» da Luft-hansa, no Galeão (36 mortos); e o do Convair da Cruzeiro do Sul, em Curitiba. Este, em particular, oferece coincidências impressionantes com o que ora analisamos: mesmo tipo de avião, situação de vôo semelhante (vôo noturno em condições meteorológicas desfavoráveis, aeronave em procedimento para o pouso e, finalmente, tripulação, em especial o comandante, com tempo de trabalho elevado na jornada)».

O comandante Hélio Barros, assessor técnico do Sindicato Nacional dos Aeronautas, falando à reportagem sobre os últimos desastres, afirmou:

— O inquérito de acidente aéreo não é coisa fácil. Há que se partir do simples para o complexo, e muitas vezes, a causa está oculta no complexo. A falta material do avião — prossegue — nem sempre está à vista, mesmo do mais arguto e especializado investigador, e muito menos a pessoal, que envolve o frágil ser humano, falível por excelência, mas que integra a máquina e deve dominá-la em todos os momentos, mesmo os de emergência. O que possa ocorrer física, mental ou psicologicamente com o homem é transmitido à máquina em forma de reflexo condicionado. Assim, a fadiga, o medo, o estado de ansiedade ou tensão, imprimirão sua marca ao raciocínio e à pilotagem, provocando retardamento ou dosagem imprópria.

O fantasma do desemprego

«E há ainda, nos dias atuais — continua o comandante Barros — outro fator negativo que pesa no subconsciente do piloto e que o acompanha em cada vôo. É a ameaça do desemprego existente no mercado do trabalho de uma profissão altamente especializada, mas restringida a uma área onde a oferta ultrapassou a procura, no processo de sua evolução. Ciente disso, o empregador retira gradativamente as prerrogativas e a autoridade do comandante. Este sem contar com uma legislação adequada que assegure os seus direitos, e vendo-se ameaçado de desemprego, sente-se obrigado a tolerar medidas de economia impostas pelo empregador, muitas das quais constituem verdadeiros atentados à segurança do vôo.

«A compelição desenfreada entre as empresas — prossegue — estabelece horários absurdos, em viagens que são verdadeiras maratonas físicas para os tripulantes. Veja-se o regime diário, semanal e mensal a que estão obrigados, por Portaria do Ministério da Aeronáutica, mas que é geralmente ultrapassado pela absoluta falta de fiscalização das autoridades competentes.

Defende Teu Direito

Periculosidade — O manobreiro de carros em garagem não tem direito ao adicional de periculosidade, porque não se encontra em contato permanente com inflamáveis, e só eventualmente abastece os veículos que ali são guardados. Ac. TST, 1ª Região (Proc. 364/57), Relator: Pires Chaves.

A lei não exige o contato permanente do empregado com inflamáveis durante toda a jornada de trabalho para que tenha direito ao adicional de periculosidade. Dávida não há que o art. 3º da Lei 2.753, dispondo que a remuneração a que ela se refere só será devida enquanto perdurar a execução do serviço nas condições previstas no art. 2º, obriga o pagamento do tempo em que o empregado permaneceu em contato com inflamáveis. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 2808/58), Relator: Thálio Monteiro.

Prêmio produção — Assentou a decisão recorrida que o prêmio produção não pode ser considerado para o efeito de composição do novo salário-mínimo legal, sob pena de perderem ambos sua finalidade. Este último é a contraprestação da produção normal dentro do horário regulamentar, e aquele é um acréscimo que deve ser juntado a este, e não compensado, em face do maior esforço exigido e despendido pelo empregado além do mínimo que, normalmente, está fixado dentro do horário regulamentar. Esse entendimento não contraria a lei e está em harmonia com a jurisprudência deste Supremo Tribunal. Ac. STJ, 1ª Turma (Rec. ext. 40.567), Relator: Luiz Gallotti.

Os prêmios de produção constituem modalidade de salários destinada ao estímulo e incremento da produtividade. Como tais, devem ser computados na remuneração do trabalhador para fins de acréscimo em acordo coletivo. Ac. TST (Proc. 1.886/56), Relator: Oscar Saraiva.

Prêmio produção, que os empregados vinham recebendo há mais de quinze anos, não pode ser levado em conta na formação de novo salário-mínimo, sob pena de alteração unilateral do contrato de trabalho, vedada pelo art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho. Ac. TST, 2ª Turma (Proc. 630/58), Relator: Luiz de França.

Prescrição — O reclamante, logo após sua dispensa, pleiteou a retificação da data de sua admissão, lançada na carteira há mais de dois anos, sendo a ação julgada prescrita. — Recurso a que se nega provimento. A tese de que não corre a prescrição enquanto subsistente o contrato estará correta quando, existente o contrato de trabalho, inexistir a anotação dõle na carteira profissional. Mas, se há anotação, apenas efetuada incorretamente, aí estará o ato infringente, a que se refere o art. 11 da C.L.T., contra o qual deverá o empregado reclamar dentro de dois anos, sob pena de ver prescrito seu direito. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.353/59), Relator: G'fardo Magela.

Em dois anos prescreve o direito de reclamar perante a Justiça do Trabalho. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 1.324/59), Relator: Pires Chaves.

O ato que represente alteração das condições do contrato de trabalho está sujeito à prescrição de dois anos. Ac. TRT, 1ª Região (Proc. 150/58), Relator: Mário Pereira.

«A manutenção deficiente das aeronaves, por falta de peças, ou por medidas de economia; aeroportos impróprios, incipiência total da infraestrutura de proteção do vôo, são outras tantas causas primárias, determinantes de acidentes, mas que no Brasil, como todo o mais — conclui o comandante Barros — não são levadas a sério.

Sindicatos sugerem medidas

Os Sindicatos dos Aeronautas e dos Aeroviários, após debaterem as causas do último desastre aéreo, resolveram sugerir, mais uma vez, as autoridades, a adoção das seguintes medidas, de caráter de urgência:

1) Manutenção, pelo Tribunal Federal de Recursos, da precária regulamentação profissional dos aeronautas, obtida a duras penas em Portaria biministerial (Trabalho e Aeronáutica), após dois anos de prometida pelo governo da República. Essa regulamentação consigna a «grande regalia» de um máximo de 14 horas de trabalho diário para o aeronauta;

2) Estabelecimento, no mais curto prazo, e independente da acintosa obstrução patronal, da prometida regulamentação profissional do aeroviário, e preservação da unidade de sua organização sindical;

3) Criação do Conselho Nacional da Aviação Civil, diretamente subordinado à Presidência da República, em acordo com as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a Crise na Aviação Comercial, de forma a que o transporte aéreo civil se liberte da burocracia militar do Ministério da Aeronáutica;

4) Estudo, aprovação e aplicação imediatos do plano de medidas para enfrentar a crise na aviação comercial brasileira, com a preservação e consolidação do seu caráter nacional, à base do plano proposto pelos Sindicatos Nacionais de Aeronautas e de Aeroviários, no documento «A Crise na Aviação Comercial Brasileira», levado ao conhecimento das autoridades em junho de 1959.

Que o Presidente da República, os parlamentares, os ministros do Trabalho e da Aeronáutica, e as autoridades judiciárias ouçam as autorizadas vozes de protesto dos aeronautas e dos aeroviários. Que ouçam, sobretudo, o clamor de um povo frequentemente chocado com as brutais tragédias aéreas, que voltem suas consciências para a dor de centenas de famílias enlutadas, para as ameaças que continuam pairando sobre a vida de todos quantos se servem das nossas empresas de aviação comercial, e ponham um parafuso aos criminosos desastres aéreos. Essa é a exigência de todo o país.

Nota Sindical

A Defesa do Direito a Estabilidade

O direito de estabilidade após 10 anos de serviços prestados numa mesma empresa, direito que constitui, talvez, uma das mais caras conquistas do movimento operário brasileiro, vem sendo golpeado astutamente pelos magnatas do grupo econômico Moimho Inglês. A primeira investida ocorreu em princípios do ano corrente, no Rio de Janeiro, quando cerca de 300 trabalhadores da Fábrica de Biscoitos Almoré (do Moimho), quase todos com direito a estabilidade, foram postos na rua sob a alegação de que se negavam a ir trabalhar em São Paulo, para onde a empresa se transferira. A segunda investida é feita agora em Santos, onde 31 operários do Moimho Paulista, todos estáveis, receberam ordem de se transferirem para a filial da empresa em Curitiba. Impondo uma transferência praticamente impossível de se realizar, os magnatas do Moimho Inglês têm como objetivo a liquidação do direito de estabilidade e a dispensa em massa de trabalhadores, sem nenhuma indenização. Esses fatos, que poderiam parecer ocorrências isoladas, restritas ao âmbito de uma empresa, em função de seus interesses particularísticos, começam a se generalizar, constituindo um perigo para o direito de estabilidade dos trabalhadores de todo o país. O mesmo golpe dado pelo Moimho Inglês no Rio e em Santos, vem de ser imitado pela Brasparóia, empresa situada no município fluminense de Duque de Caxias.

Isso significa que a luta dos trabalhadores do Moimho Inglês tem o sentido de um movimento geral em defesa do direito de estabilidade, que se encontra seriamente ameaçado de liquidação, se em seu favor não ocorrerem todas as organizações sindicais e as massas trabalhadoras do país.

O proletariado de Santos compreendeu o sentido exato da transferência dos 31 operários estáveis de sua cidade para Curitiba. Essa compreensão determinou que 53 entidades sindicais decretassem uma greve geral na cidade, de protesto contra a transferência. A greve, plenamente vitoriosa, foi uma demonstração inequívoca de que o proletariado não abre mão do direito de estabilidade, conquistado a duras provas. Toda a atividade de Santos cessou durante 24 horas. O comércio fechou suas portas, os colégios não funcionaram e nem mesmo as programações artísticas e esportivas se realizaram.

Essa foi a primeira grande manifestação dos trabalhadores contra as arminhas patronal. Mas os santistas estão decididos a uma nova paralisação, agora por 48 horas, caso a transferência seja mantida. Aos protestos dos trabalhadores de Santos juntar-se-ão, por certo, energias demonstrações de solidariedade dos trabalhadores de todo o Brasil.

Mesmo que não existisse uma ameaça geral ao direito de estabilidade de todos os trabalhadores brasileiros, mas ela existe, os atos de solidariedade aos operários do Moimho Inglês se justificariam plenamente. O caso de Santos é recente, mas o do Rio vem se arrastando há mais de seis meses. Cerca de 300 trabalhadores, muitos dos quais com mais de 30 anos de serviços prestados ao Grupo do Moimho, viram-se lançados na rua de uma hora para outra, defrontando-se, quase ao fim de suas vidas, com o fantasma do desemprego, que haviam lançado fora de suas preocupações. Há seis meses esses trabalhadores não recebem um tostão. A vida de cada um deles, organizada com sacrifício durante longos anos, vai sendo desmantelada pela insidiosa patronal, enquanto aguarda-se a decisão da Justiça. Essa decisão, entretanto, poderá depender muito da conduta dos trabalhadores.

Wilson Azevedo

Calheiros Bomfim

Sabotagem Continuista à Candidatura Sérgio

Até o momento de fecharmos esta edição prosseguiram sem uma decisão final os trabalhos da Convenção Regional da Guanabara do Partido Trabalhista Brasileiro, destinada a indicar o candidato desse Partido às eleições para Governador do Estado. Com base nos trabalhos do primeiro dia da Convenção, e nas informações anteriores sobre as gestões em curso na cúpula petebista, a indicação do nome do deputado Sérgio Magalhães é dada como a mais provável, embora o outro candidato a candidato na agremiação petebista, o deputado Rubens Bernardo, estivesse exercendo uma insistente pressão sobre os convencionais, no sentido de obter a indicação de seu nome.

A indicação do candidato petebista, entretanto, está longe de resolver os problemas criados para a escolha do candidato de unidade das forças situacionistas e nacionalistas que enfrentará vitoriosamente a ameaça de Lacerda na Guanabara. Mesmo efetivando-se a escolha de Sérgio Magalhães, o que representará sem dúvida um sensível progresso naquele caminho, dadas as reais possibilidades de vitória que a popularidade de sua atuação nacionalista asseguram ao Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, vários e sérios problemas restarão a resolver, até que sejam definitivamente criadas as condições para a derrota do candidato do Clube da Lanterna e da Light, e para a vitória de um representante das correntes nacionalistas e democráticas no pleito que se avizinha. São os problemas gerados pela sabotagem continuista empreendida pelas cúpulas nacionalistas e petebistas, pelos círculos satélites do Sr. Juscelino Kubitschek, e pelo próprio Presidente da República.

Todo o empenho desses grupos continuistas é evitar a formação de uma candidatura de unidade, que mantenha e reforce na Guanabara o esquema de forças que sustentam a candidatura Lott, e que faça desaparecer a ameaça da vitória de Lacerda. Para o continuísmo, a perspectiva da vitória de Jânio e de Lacerda viria servir como pretexto e justificativa para aliciar adeptos, no terreno político e militar, para o golpe anticonstitucional visando à eternização do Sr. Kubitschek no governo. Daí o empenho de seus articuladores em criar «caos na Guanabara», estimulando a candidatura de Lacerda e impedindo a escolha do candidato que ponha fim à carreira desse líder da reação e do entreguismo carloca.

As manobras empreendidas com este objetivo nem mesmo são escondidas. Depois de tentar por todas as formas eludir a escolha do candidato do PTB, os continuistas procuram agora lançar um candidato de divisão, envolvendo nesta trama o nome do marechal Mendes de Moraes. E do conhecimento público que o Sr. Kubitschek deu pessoalmente instruções em Brasília ao Sr. Erasmo Martins Pedro, dirigente do PSD na Guanabara, para o lançamento «em caráter irrevogável» da candidatura de Mendes de Moraes, no momento em que se consolidava o nome de Sérgio Magalhães como candidato do PTB, e que se tornou impossível à direção deste último Partido adiar ainda mais a realização de sua convenção. Apesar de ter o Sr. Kubitschek, e também o Sr. Amaral Peixoto, declarado reiteradas vezes e publicamente que «nada tinham a opor» ao nome do Sr. Sérgio Magalhães e que, mesmo, viam-no «com grande simpatia» apontado como candidato, bastou que crescessem as possibilidades da indicação do Vice-Presidente da Câmara para que seu nome recebesse o veto daqueles donos do oficialismo e do continuísmo.

E não se diga que isso ocorre por ser o Sr. Sérgio Magalhães um «nacionalista extremado» e um «esquerdistas». O mesmo ocorreu com o nome do Sr. Sette Câmara, obviamente um candidato favorável ao Sr. Kubitschek na Guanabara, e cuja candidatura foi estimulada pelo Presidente da República enquanto era apenas hipótese, para ser definitivamente vetada por ele, no momento em que se tornava viável e passava a ser seriamente encarada. Um sem número de fatos dessa ordem podem ser apontados, para provar a decisão do Sr. Kubitschek e dos que o cercam, com o apoio do Sr. João Goulart, de impedir a escolha de um candidato de unidade das forças nacionalistas e democráticas para o governo da Guanabara; sua especialidade tornou-se mesmo o lançamento de dezenas de candidatos, de todos os tipos e correntes, e um por dia, para que nenhum deles sejam escolhidos.



No comício realizado no Ipiranga, na capital paulista, o marechal Lott insistiu na necessidade do Brasil se libertar do domínio dos trustes. Grande multidão ocorreu ao histórico local para ouvir a palavra do candidato das forças nacionalistas à sucessão presidencial.

Nova Independência

Lott no Ipiranga: Defender e Completar a Independência!

Grande comício popular foi realizado pelo marechal Lott e as forças nacionalistas no último dia 3, em São Paulo, ao pé do histórico monumento à proclamação da Independência, no Ipiranga. Mais de 15 mil pessoas participaram da manifestação de apoio ao candidato nacionalista, demonstrando mais uma vez a grande penetração lottista no próprio centro da corrupção janista, que é São Paulo.

reivindicações democráticas de nosso povo. Participaram dessa manifestação os líderes e nacionalistas Frota Moreira, Jéthero de Faria Cardoso e Wilson Rahal.

vindicações populares em São Paulo, nesta semana: dia 5, visita e atos públicos em Piracicaba e Americana; dia 7, comício em Sorocaba dia 8, comício em Santos e visita ao Comitê dos Portuários santistas; dia 10, comício em São Caetano.

Prestes está cumprindo o seguinte programa de propaganda das candidaturas nacionalistas e das re-

NO MÊS DE JULHO:

"Salto Para a Frente" na Campanha de Lott

A pesar da sabotagem continuista a campanha do Marechal Lott, graças ao empenho das forças populares e nacionalistas mais consequentes vem mantendo um ritmo crescente de êxito e penetração popular e deverá ser intensificada nos próximos dias. Um amplo programa já está fixado para o mês de julho.

Palmeira dos Índios, em Sergipe, e em Maceió.

D. Edna em campanha

Também D. Edna Lott, com o grupo de oficiais nacionalistas que a acompanha, tem um intenso programa para o mês de julho. Nos dias 8 e 9 estará no Rio, fazendo comícios, na Ilha do Governador (dia 8) e na Praça de Kosmos e em Padre Miguel (dia 9). No dia 13 estará no Ceará e Rio Grande do Norte; no dia 21 em Presidente Prudente (S. Paulo) e nos dias 23 e 24 no Paraná. Nos dias 25 e 26, D. Edna presidirá a convenção dos comitês nacionalistas do Estado do Rio, em Niterói, e, entre os dias 27 e 30, presidirá a convenção dos comitês da Guanabara.

Convenção fluminense

Paralelamente, uma grande concentração nacionalista será realizada em Vascoias, no Estado do Rio, no dia 17 de julho às 16 horas, promovida pelos comitês nacionalistas de Vassouras, Barra do Pirai, Volta Redonda, Barra Mansa, Mendes, Tairé, Japeri, Conrado, Governador Portela, Miguel Pereira, Pali de Alfere, Avelar, Paraíba do Sul, Três Rios, Marquês de Valença e outros. Haverá, na ocasião, grande «show», com a participação de artistas cariocas e fluminenses.

Durante cerca de uma hora o marechal Lott expôs, em tom de conversa franca e sincera que muito impressionou a assistência, as suas idéias sobre alguns dos mais importantes problemas nacionais, demonstrando-se particularmente na questão do capital estrangeiro. «O povo brasileiro quer a libertação econômica; não quer que o estrangeiro venha dizer o que devemos fazer com nosso petróleo e nossas riquezas», disse ele. Na mesma ordem de idéias, continuou: «Nós temos agora dois caminhos a seguir: um, o de procurar empréstimos no estrangeiro e assumir compromissos que, além de nos deixar numa posição de dominados, no ponto de vista econômico, acabará nos dominando politicamente; outro, o dos brasileiros marcharem com suas próprias forças para o progresso de nossa pátria».

Além do marechal Lott, dirigiram-se ao povo paulista, no Ipiranga, apoiando a candidatura nacionalista, diversos oradores, entre os quais o dirigente sindical Luis Tenório de Lima, pela Frente Estadual dos Trabalhadores; o Dr. Enio Sandoval, pelas forças populares; os deputados Rogê Ferreira, Ulisses Guimarães, Ivete Vargas e Ranieri Mazzilli, e D. Edna Lott.

Prestes com os paulistas

Também Luiz Carlos Prestes levou a São Paulo nesta semana a palavra de apoio aos candidatos nacionalistas em 3 de outubro. Em um concorrido comício, realizado em Vila Maria, na noite do dia 2, Prestes explicou ao povo paulista as razões que levam os comunistas a apoiarem as candidaturas Lott e Jango, que se conduzem no caminho da emancipação nacional e das



Sérgio é prá valer

PRESTES ABSOLVIDO:

Não é Crime Ser Comunista

Constituiu ato de inegável repercussão política e de grande significação no processo de democratização do país a absolvição de Luiz Carlos Prestes e seus companheiros na ação penal que corria perante a 3ª Vara Criminal. A absolvição ocorreu quinta-feira última, dada pelo Juiz José Monjardim Filho, depois de 12 anos de processo, durante os quais os autos foram examinados por nada menos do que 15 juizes. A sentença do Juiz Monjardim Filho repele todas as acusações, mantendo apenas a de serem os acusados comunistas e a da autoria

A maioria dos convencionais petebistas apóia o nacionalista Sérgio Magalhães, já candidato ao governo da Guanabara pelo Partido Socialista Brasileiro. As bases do PTB dizem que Sérgio é prá valer.

de Prestes na entrevista atribuída a ele, mas, afirma a sentença, ser comunista não é crime, «porque a Constituição assegura o direito do livre pensamento», bem como não é crime, segundo a Constituição, expor seu pensamento, em caráter pessoal, como o fez Prestes à «Tribuna Popular». Quanto à autoria dos acusados nos manifestos e boletins do Partido, à existência de «orientação estrangeira» na ação comunista, e à instigação à desordem e às greves, que constavam da acusação, nada ficou provado nos autos, segundo a sentença.



O amigo da casa (branca) — E então? Que mandam as meninas?

Fora de Rumo

De pasta na mão, com um ar enebulado que lembraria Haroldo Lloyd, comandante do cinema bossa velha, Lacerda desembarcou no Aeroporto da Novacap. Uma fotografia de jornal mostra-o de pé, olusado, em face da arte e crua luz serena e do horizonte sem-fim de Brasília, cidade maldita, segundo seu ceticismo demagógico.

Viva publicidade antecedeu a ida de Lacerda à Brasília, para fazer um discurso bombástico. Na verdade, um fiasco. Depois de repetir referências ao preço da construção da cidade, quiz dar às próprias palavras uma tintura de novidade, orientando as persianas e as cores dos vidros usados nos apartamentos.

estava morando, desde a inauguração, com a esposa e treze filhos. E se as coisas não andavam melhor, era por culpa das deturpações como Lacerda, que receberam 320 mil cruzeiros para a mudança e não com pareceram.

Que recomendações levaria ele naquela pasta, escrita no mau inglês dos americanos que o fazem dançar como fantoche, desde quando, em 1938, através de uma reportagem paga pelo sr. Valentim Bouças, vendeu a alma ao Diabo? A transição de Lacerda, bem diferente daquela que revela a legenda do Dr. Fausto, não teve como objetivo eternizar a mocidade. Apresentou um aspecto de sordidez. Lacerda vendeu a alma ao Observador Econômico, para romper com a dignidade humana, delatando companheiros à polícia política. Mais de vinte

anos depois faria o mesmo com os aviadores de Aragarças.

Quando o orador, animadíssimo, criticava as persianas brasileiras e catrinense Osmar Cunha cortou-lhe o fio da meada, com um aparte. Usando o singelo bom-senso de Sanchão Panço, o sr. Osmar Cunha observou: «Vossa Excelência não está trazendo nada de novo para casa». Depois seria o sr. Abel Rafael a interromper o pequeno Demóstenes ocidental e cristão, alegando que era possível viver-se satisfatoriamente em Brasília. Ele próprio, Abel, lá

Aplausos à Rafael e volta a Lacerda, que se encenderam às galérras, coronaram o fiasco. Um episódio a mais, demonstrativo de que o nome da invencibilidade de Lacerda, afinal, pode ser destruído, com todos os mitos.

Mas os cavaleiros de Tróia do lado de cá não dormem. E enquanto Lacerda, em Brasília, compromete a sua cartaz de vedete cinquentenário, os empedernidos reacionários do PSD procuraram, na Velhacap, sabotar a candidatura Sérgio Magalhães, usando a mágica da candidatura Mendes de Moraes, para servir ao povo. A Light prefere mil vezes Lacerda a Sérgio Magalhães.

PRESTES NA TERRA NATAL

Carinho do Povo Gaúcho Foi a Nota Dominante

De LUIZ FERNANDO enviado especial de NR

— O senhor não se aborrece se eu fizer uma pergunta? O senhor é Luiz Carlos Prestes? Então, queria que me permitisse abraçá-lo.

A pane num dos motores do avião obrigou-nos a pousar no aeroporto de São Paulo, e um «garçon» vinha cumprimentá-lo. Não foi um fato isolado. Durante toda a viagem, por onde quer que passasse, o líder comunista era alvo de carinho popular.

tensivas e veladas. Aconselharam os ginásios de seu colégio a esconderem as roupas do país, a fim de que não pudessem ir ao comício, e prepararam uma passeata de meninos para a hora do comício. A polícia, alegando que os pais não haviam solicitado permissão para a passeata com 48 horas de antecedência, evitou a provocação, proibindo-a.

Autocrítica

— A criança cai, observa como caiu, e aprende a não levar novamente aquele mesmo tombo. As crianças fazem autocrítica. Devemos aprender a fazê-la. Inúmeros têm sido os nossos erros, ocasionados, na maior parte, pela orientação esquerdista que vínhamos imprimindo à nossa atividade. Esses erros setários eram fruto do nosso desconhecimento da realidade objetiva e se refletiram não só em nossa linha política errada, como em nossas relações no Partido. Como as palavras-de-ordem não se refletiam na realidade, o mandonismo imperava no Partido, obrigando os companheiros mais abnegados a cumprir as tarefas. A maior responsabilidade cabe, sem dúvida, à direção. Não fujo, também à minha responsabilidade pessoal. Devemos agora, como obrigação, fazer autocrítica. Todo comunista tem de dizer, no lugar conveniente, exatamente o que pensa, senão estará traindo a si próprio, ao partido, à classe operária.

Nas reuniões, Prestes analisava o novo balanço de forças no terreno internacional, a situação atual do nosso país e a atuação dos comunistas. Concorridíssimas as reuniões. Em Uruguiana, por exemplo, houve necessidade de fazer duas, pois na primeira houve uma verdadeira invasão de populares, transformando-se o ato em enorme assembleia. Em Porto Alegre, mais de trinta pessoas lotaram o cinema Arco-Íris.

Além do entusiasmo das reuniões — inúmeras perguntas, vivo debate — elas serviram para fazer voltar inúmeros companheiros que há muito se haviam afastado, desgostosos, e que agora, diante da autocrítica corajosa de Prestes, procuram reintegrar-se ao movimento, certos de que todos os erros podem ser corrigidos, e que devem ser corrigidos dentro das fileiras, junto com os demais.

Solidariedade

As reuniões em Livramento e Uruguiana compareceram companheiros uruguaios (de Rivera e de Tacuarembó) e argentinos (de Paso de los Libres), que vieram ouvir Prestes e reafirmar sua solidariedade ao movimento comunista do Brasil.

— O que se viu aqui não se pode descrever com palavras. Tal é o prestígio do camarada Prestes, que a direção

do partido em Tacuarembó deslocou-se para Livramento a fim de ouvi-lo. Olhamos para o Brasil como a esperança e o exemplo para a América Latina. Temos confiança de que tais erros serão em breve superados. Achamos de grande utilidade contatos dessa natureza entre nós, e desde já convidamos os brasileiros a que compareçam a Tacuarembó para assistir e participar de nossas discussões departamentais — afirmou Juan Carlos Zilli, 1.º secretário de Tacuarembó.

Dante Gadola, de Rivera, transmitiu também suas opiniões:

— Essa linha de combate ao esquerdismo tem dado grandes frutos no Uruguai. Assim, conseguimos, na luta contra o imperialismo norte-americano, que vários «ganaderos» se alistassem em nosso partido. Compreendemos e estamos totalmente de acordo com o informe do camarada Prestes.

Compareceram a Livramento, além dos dirigentes do departamento, o diretor, o gerente e o redator-chefe de «Orientación», o único diário comunista do interior uruguiano (Tacuarembó).

— «Deseamos muchos años al camarada Prestes, para el bien de Brasil y de Argentina» — com essas palavras, a delegação argentina que foi a Uruguiana apresentou o camarada Prestes com flores e um pancho-pala. E, a todo instante, quando Prestes se referia às ditaduras na América Latina, interrompiam aos brados:

— «Es verdad, es verdad. Viva el grande partido del Brasil!»

Carinho

Prestes não teve sossego. Veio gente de toda parte para visitá-lo. Até de outros municípios, como Alegrete, Itaqui e Quaraí. E não foram só esquerdistas. Inúmeros partidos se fizeram representar; UDN, PSD, PSP, PRP, PTB, etc.

Nas aviãos, as tripulações cercaram-no de mil cuidados, indagando se tudo estava bem, se desejava algo, se não queria ir assistir ao vôo da cabine de comandante, etc. Um dos comissários de bordo confessa-me:

— Estou meio atropalhado. É a primeira vez que viajo comigo um V. I. P. (very important person). Que é que você acha? Deve levar qualquer coisa para ele comer ou beber? Explique-me nossa rota? Que faz?

Aconselhei que o deixasse descansar.

Em Bagé, no caminho do aeroporto, o povo atirou flores e gritou vivas, à passagem do automóvel.

Em Livramento, a família que o hospedou há 14 anos atrás, quando lá aparecera pela última vez, guardou e traxeram em que dormia e, só agora o retirou do lugar para que ele novamente repousasse.

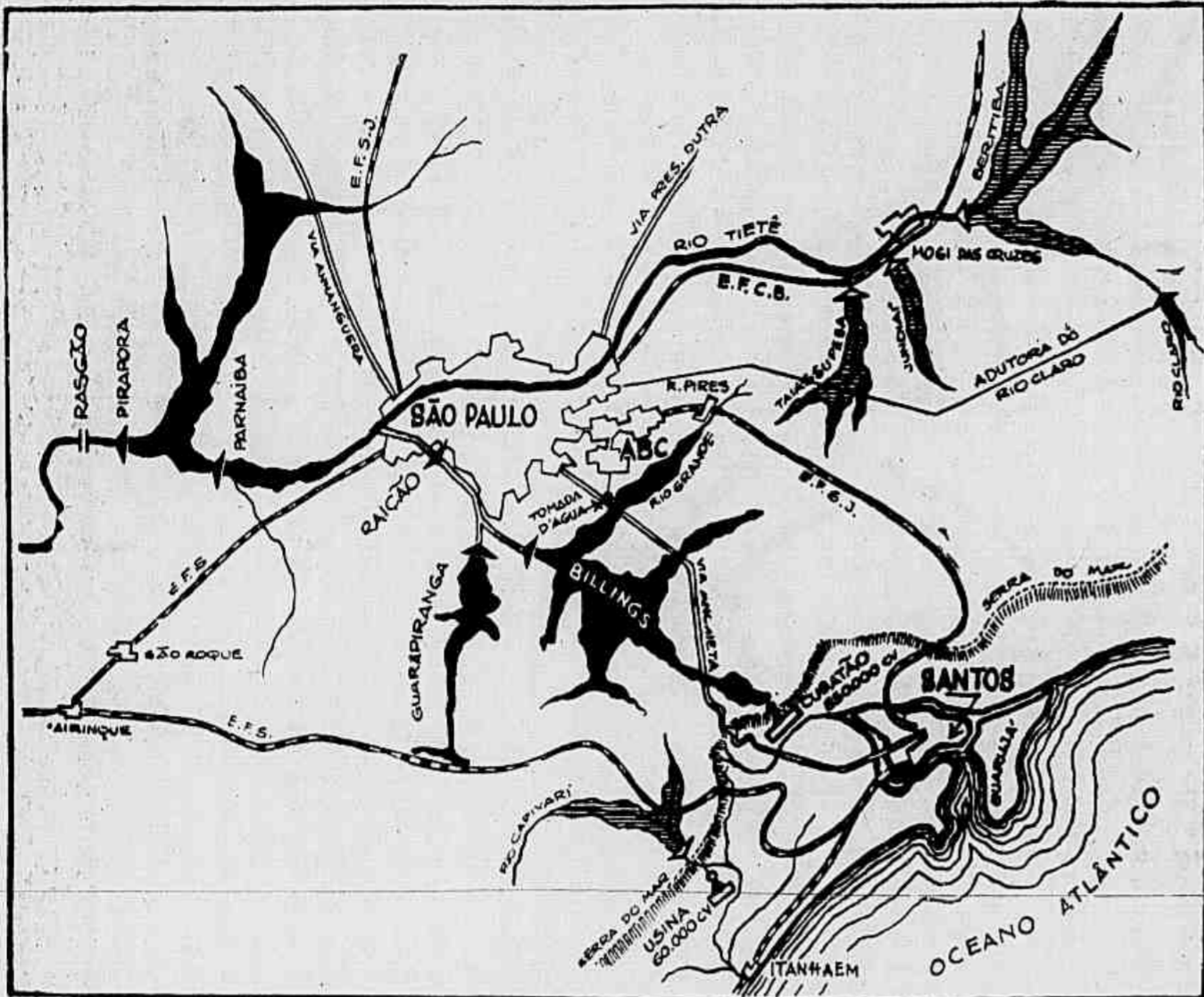
Família

Custumavam dizer, agora já não tanto, que os comunistas são homens para quem a família nada vale, que se esquecem em favor da revolução, que são desprezados de todos os sentimentos paternos, filiais, etc.

Pois bem, a primeira coisa que Prestes fez ao saltar do avião em Porto Alegre foi enviar um cartão postal para sua filha Anita, avisando que chegara bem e já pedindo notícias.

Ainda de Porto Alegre, depois de percorrer as três outras cidades, telefonou para casa, saudoso, para comunicar quando voltava. O mesmo fez em São Paulo, procurando saber notícias das duas irmãs que lá se encontravam.

E, ao chegar de volta ao Rio, foi de mão dada com a filha, no automóvel, do aeroporto até em casa.



Jânio é entreguista

Aí está o esquema hidrelétrico da S. Paulo Light, vendo-se no centro, em baixo, o rio Capivari que Jânio entregou ao truste, renunciando assim, à concessão que o Estado de S. Paulo havia pleiteado e obtido. A Estrada de Ferro Sorocabana não contará com a usina elétrica de que precisa, mas a Light tem uma nova concessão de mão beijada.

Capivari: um Rio Paulista Que Jânio Entregou à Light

O escândalo da entrega das águas do Rio Capivari e seu afluente Monos à Light, pelo governo do Estado, quando à sua frente se encontrava o sr. Jânio Quadros, está ficando cada vez melhor caracterizado. Depois das repetidas denúncias feitas na Assembleia Legislativa Estadual pelos deputados Clá Franco, Jéthero Faria Cardoso e outros, o deputado Coutinho Cavalcanti encaminhou, na Câmara dos Deputados, um requerimento de informações ao Ministério da Agricultura, em agosto de 59, requerimento este que só agora obteve resposta.

Os quesitos apresentados pelo deputado Coutinho Cavalcanti colocaram mais uma vez em evidência o crime que se cometeu contra os interesses do Estado ao se entregar à Light um manancial capaz de fornecer mais de 7 metros cúbicos de água por segundo e capaz de gerar mais de 60.000 quilowatts, energia que devia ser utilizada na eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana.

Águas poluídas

Em troca dessa concessão, a Light se limitará a fornecer água retirada do reservatório Billings, para o abastecimento dos municípios do ABC, Santo André, S. Bernardo do Campo e S. Caetano de Sul. Acontece, entretanto, que enquanto recebe mais de 7 metros cúbicos por segundo, a Light fornece apenas meio metro e de uma água de péssima qualidade. Tão ruim que mesmo os grandes filtros instalados na estação de tratamento não puderam impedir a passagem de algas, nem tirar seu gosto intragável.

Iso, aliás, é compreensível, se tivermos em conta a constante da orientação da Light no que se refere à pro-

dução de energia elétrica no sistema São Paulo-Rio: sabotar a produção de energia elétrica abundante e barata, justificar os altos preços exigidos pela energia fornecida e criar crises periódicas. A história da Usina de Caraguatatuba, deliberadamente sabotada pela Light e por agentes seus no governo do Estado — uma usina que poderia produzir um milhão de cavalos a preço baratíssimo, além da vantagem de contribuir para a regularização do rio Paraíba — dá bem ideia da audácia da Light nesse terreno. Em contrapartida, a Light gasta uma energia enorme para recalar para a represa Billings as águas do Rio Tietê, elevando-as de nada menos de 61 metros (o que importa em energia gasta inútilmente). E agora terá de gastar também para elevar de 70 metros as águas de Capivari para a Billings.

O fornecimento de água da represa Billings para consumo da população do ABC tem, como já dissemos, grave inconveniente. O fato de a represa receber as águas do Tietê, águas que por sua vez são o desagudouro de todo o esgoto de São Paulo, dá bem ideia das dificuldades de que se reveste seu tratamento. A verdade é que depois de toda a instalação de filtros, foi necessário ainda lançar mão de toneladas de carvão especial por mês, numa tentativa de retirá-las o forte cheiro de podridão. Mas, este objetivo só foi alcançado em parte.

Responsabilidade de Jânio

A responsabilidade do sr. Jânio Quadros ficou ainda melhor caracterizada na resposta agora dada pelo ministério da Agricultura ao pedido de informações do deputado Coutinho Cavalcanti. A concessão de Capivari

ao governo do Estado fôra dada com a finalidade expressa de produção de energia para a Sorocabana. Abrir mão disso se afigura um absurdo e um crime a qualquer pessoa de bom senso. Como explica o Ministério sua concordância com a desistência? Diz, simplesmente, que tendo essa desistência sido pleiteada pelo maior interessado — o próprio governo do Estado — não lhe cabia criar embaraços. Textualmente: «Não cabia ao Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica outra seleção pois, proposta pelo maior interessado, no caso o governo estadual...» E, sem entrar no mérito de eventuais prejuízos: «Se a concessão outorgada ao Estado de São Paulo... foi prejudicada... é o próprio governo do Estado de S. Paulo o juiz competente para julgar da melhor e mais adequada medida a ser adotada...»

Ora, é evidente que o governo do sr. Carvalho Pinto não tomou medida alguma para resguardar e rembo se frido pelo patrimônio do Estado em consequência disso. Mesmo porque o sr. Carvalho Pinto integrava então o governo do sr. Jânio Quadros e ambos formam na frente comum contrária aos interesses do Estado e do povo, são ambos peças do mesmo dispositivo entreguista.

Venda de ações

Enquanto se aposa, de um lado, de um rico manancial, impedindo que o Estado instale uma usina capaz de produzir 60.000 quilowatts, a Light se lança nestes dias à venda de suas ações. Um bilhão de cruzeiros é quanto ela se propõe vender a alguns papalvos e a imper também aos seus grandes consumidores, em troca de aumentos de fornecimento de energia, etc. Esta manobra já está sendo denunciada pela imprensa, enquanto elementos nacionalistas se preparam também para esclarecer o povo a respeito.

Udenistas

Prestes infunde respeito mesmo a seus adversários políticos. Sua integridade moral, sua firmeza ideológica, a fidelidade com que defende os interesses do povo, sem nunca reclamar comodidades, sem deixar que se lhe quebrassem o ânimo diante das perseguições que tem sofrido, tornam-no admirado por todos. A notícia de sua chegada em algum lugar, acorrem pessoas dos níveis sociais os mais diversos, desejosos todos de ouvir suas opiniões, de informar-se sobre os caminhos a seguir na solução dos problemas brasileiros.

Na escala de Florianópolis, dois cidadãos vieram falar-lhe:

— Conheci o senhor na época da Constituinte. Tenho grande admiração por suas atitudes — disse um deles, o deputado Haroldo de Carvalho, do U. D. N.

O outro, Nilton Xerém, secretário municipal do chamado partido da eterna vigilância, fez questão de elogiá-lo e justificá-lo:

— O fato de ser secretário do U. D. N. não significa que eu seja um reacionário. Sou leitor assíduo de «Cavaleiro da Esperança» desde o tempo em que eu participava no movimento estudantil em São Paulo.

Não foram os únicos udenistas a procurá-lo. Em todas as cidades da excursão secretários do partido, vereadores e outras figuras de pról faziam questão de conhecê-lo e, embora ressaltando suas divergências políticas, solidarizar-se com suas atitudes.

Polícia

A zona de fronteira é perigosa. Como na maioria de nossas cidades do interior, impera a lei do mais forte, muitas querelas resolvidas à base do gatilho. Reciosos de que tais costumes pudessem evidenciar-se durante a visita de Prestes a Livramento, seus companheiros consultaram o delegado, tendo este respondido que não havia problema, que ele estava ali para dar todas as garantias necessárias ao bom desenvolvimento das atividades programadas.

Em Uruguiana, a igreja tudo fez para impedir a população de comparecer ao comício. Colocou crepe nos postes, falou pela rádio, intimidou os crentes. Os padres fizeram pressões os-



14 anos de saudade

Desde 1946 que Prestes não visitava Bagé, Livramento e Uruguiana. Durante esses quatorze anos, os gaúchos esperam ansiosamente o momento de matar a saudade. Na foto, parte da multidão que o recebeu em Livramento.

Carta do Sertão

Cumede «Hanna» Ferruge, não cá uvimo teus berro! Tu quere vim pru Brasí para cumé nosso ferro.
A Câmara dos Diputado descobriu o teu namôro. Conversa de português... levá nosso maganés, nosso ferro e nosso ouro!
Luca Lope confessô o arranje qu'ê faz. Dou tudo pra vasmicé, foi infilix o rapaz: li dava o qui você leva, comprava o qui você traz.
Mas, o povo Capixaba já s'incontra didido «Hanna» Ferruge não tem o jul li foi primitido. O Brasí, «Hanna», casô-se. Não é justo qu'ê fosse o seu sigundo marido.
O minêro qui compra bonde dexô de vim à cidade. Tem Minêro prefêssô de arta capacidade!

O Brasí vai li tumá o qui Canedo li deu. Você num pode apossasse daquilo qui num é seu.
E diga prus seus parente quesse «Gigantê» acordô. Vão robá do Satanás... agora não levam mais da manêra qui levô.
Nossa terra vai sé nossa, nosso ouro vai té dono. O Brasí tava vivendo no mais compreto abandono! Os gringos apruveitaro aquela crise de sono.
Dispôs de três de outubro munto piá vai fiô. Vai sé nosso Prsidente um minêro Marechá. Vocês num sai sem se vê: aquilo qui vai trazê, aquilo qui vai levá.
Vá s'incluindo, cumede, ninguém val mais nesse jôgo! As suas garras mardita faz a terra pegá fogo!

Da Terra à Lua

Documentos soviéticos sobre o segundo foguete cósmico (Lunik II) que atingiu a Lua e o terceiro foguete cósmico, (Lunik III) portador da Estação Automática Interplanetária que fotografou o lado invisível da Lua.

Publicação da Editorial Vitória Ltda.

A venda nas livrarias Cr\$ 130,00

Pedidos pelo reembolso para Caixa Postal 165 — Rio de Janeiro.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Bomfim Jr.
Secretário — Frangom Boryes

REDATORES

Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ

Redação: Av. Rio Branco, 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42-7344
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/905

SUCURSAL DE S. PAULO

Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S/ 103
Tel: 37-52 64
Enderço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS

Anual	Cr\$ 250,00
Semestral	> 130,00
Trimestral	> 70,00

Aérea anual, mais Cr\$ 100,00; semestral, Cr\$ 50,00; trimestral, Cr\$ 30,00.
Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado > 8,00



Tópicos Típicos

No «O Globo» de domingo passado, Antonio Olinto escreveu a respeito do soneto. E começou por observar: «São 14 versos apenas.»

Que descobria extraordinária, hem, minha genie? Aposse que vocês nunca tinham reparado.

No mesmo dia (2-7-60), apareceu na «Tribuna da Imprensa» (tinha que ser...) um certo João Camilo de Oliveira Torres, que passou atestado de óbito para o marxismo. Disse que o Manifesto Comunista é «um velho panfleto superado», chamou Kruschov de «czar vermelho» e concluiu que Marx não voga, «neste século de Keynes, de Koepke, de von Mises e de Perroux».

Vai ver que é por se basearem nas doutrinas dos citados economistas que os norte-americanos não têm problema de desemprego, estão livres dos trustes, seus planos quinquenais são tão bem sucedidos e até atingiram a lua antes de todo mundo.

Mas há alguns bons artigos a registrar. «No «Correio da Manhã» de 24-6-60, o poeta Carlos Drummond de Andrade lavrou belo protesto contra a deslavada chantagem salazarista de que está sendo vítima o velho escritor Aquilino Ribeiro, «honra e glória de Portugal perante o mundo». E o último suplemento do «Jornal do Brasil», além de uma excelente reportagem sobre o aeroporto Internacional de Brasília, trazia lúidas observações de José Carlos de Oliveira a respeito do convencionalismo anticonvencional de Nelson Rodrigues e da sua inconseqüência literária.

Registremos, ainda, em «O Metropolitano» (números publicados durante os derradeiros dois meses recém-findos), os artigos «Quem se une a quem» e «Revolução e utopia» de Carlos Guilherme, e os «Testes de psicologia lacerdiana» de Paulo Alberto. Nesta crônica, Paulo Alberto faz um trabalho sério, sem intenção de brincar ou ironizar, analisando as constantes que aproximam Carlos Lacerda de Alzira Zazur, e encontrando em ambos «uma incapacidade total de usar a reserva psicológica com a qual os homens se auto-analisam — ainda que por segundos — nos momentos de maior emoção, e evidência». Trata-se, portanto, de um problema psiquiátrico.

Nem tudo, pois, é «emancipada ou calibrada, por aí fora. Há muita coisa boa. E a inteligência sobrevivendo à futilidade e à corrupção. E o homem que se opõe ao alienado, o progressista que se opõe ao reacionário. Louvamos, então, o que é bom, mas não tenhamos contemplação para com o que, em qualquer sentido, não presta.

Pedro Severino

DEMITIDO O CORONEL UMBERTO PEREGRINO

DEFENDEU A PÁTRIA E RECEBEU PUNIÇÃO

Causou grande estranheza nos meios nacionalistas e democráticos a exoneração, dia 29 de junho, do cel. Umberto Peregrino do cargo de Diretor da Biblioteca do Exército, posto que ocupava há seis anos, em virtude de haver ele transcrito no boletim daquela biblioteca um trecho do artigo A PEDRADA E O APITO, publicado pelo cel. Nelson Werneck Sodré no n. 198 de «O Semanário».

No dia 30 de janeiro, o general norte-americano C. Cabell, sub-diretor do Serviço Secreto Militar do Governo dos Estados Unidos, do serviço de espionagem, portanto, classificou o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), instituição oficial brasileira subordinada ao Ministério da Educação e Cultura, de «centro de comunistas», sugerindo que ele deveria ser fechado.

O que tal fato — legítima e insultuosa ingerência nos negócios internos brasileiros — exigia era um veemente protesto de nossas autoridades, no sentido de que o governo norte-americano pedisse desculpas e retirasse a afronta. Todavia, nada disso ocorreu, e as coisas continuaram como estavam.

Continuaram como estava, até junho, no dia em que o cel. Um-

berto Peregrino transcreveu o trecho do cel. Werneck Sodré, onde, entre outras coisas, está dito:

«... sou militar, e esta é uma condição que me honra. (...) Devo respeito aos generais do meu país, e nesse respeito vai tudo o que o Brasil representa; não é uma imposição que me constanja. Mas não devo respeito a generais estrangeiros. E jamais me passaria pela cabeça propor o fechamento de Harvard, embora julgue que o ensino lá é bastante errado. Quando cada um se mete com os seus próprios negócios, o convívio é sempre mais fácil. Que o general meta a sua «viola no saco», e trate dos problemas de seu país, e não se arrisque a ouvir aquela palavra que Cambronne imortalizou».

Sem dúvida, a resposta adequada ao insulto.

Era a hora de todos se solidarizarem com a corajosa atitude do autor do artigo, em defesa dos bríos do país. A solidariedade custou um pouco (o artigo do cel. Werneck Sodré foi publicado em fevereiro), mas veio, com a transcrição citada.

As autoridades, que surpreendentemente nada fizeram na oca-

sião, mais surpreendentemente agiram agora, punindo os que defendem a nação. Total inversão dos valores: um militar estrangeiro ofende o país, militares brasileiros, patenteando seu respeito ao exército e à pátria, procuram desagrá-la e, em vez de estímulo, recebem castigo.

A demissão do cel. Umberto Peregrino atingiu mais três militares nacionalistas e democratas, que são também figuras de projeção em nosso mundo cultural, os coronéis M. Cavalcanti Proença, Otávio Alves Velho e Nelson Werneck Sodré, que, em sinal de solidariedade ao companheiro, pediram demissão dos cargos que ocupavam na Comissão Diretora da Biblioteca do Exército.



COEXISTÊNCIA NA ARTE

Em 1958, o jovem pianista norte-americano Van Cliburn venceu o Concurso Internacional de Piano Tchaikovsky, realizado em Moscou. Agora, dois anos depois, ainda fortemente impressio-

dos pelas emoções transmitidas pelo famoso artista durante o Concurso, os soviéticos convidaram-no para voltar à capital da URSS, onde, durante o mês de julho, realizou uma série de concertos no Conservatório do Estado Tchaikovsky,

ky, diante de platéas arrebatadas. A foto reproduz o instante em que Van Cliburn agradece os aplausos e as flores que recebeu por ocasião do primeiro concerto da temporada.

Difusão da Cultura Cinematográfica: Campanha da Federação de Cineclubes

A Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro lançou uma campanha do maior interesse para a educação artística e cultura cinematográfica dos estudantes e mesmo do público em geral. A campanha visa elevar o gosto artístico das platéias cinematográficas, procurando capacitá-las a adotar uma posição ativa, crítica e inteligente face às películas que vêem; este objetivo é atingido mediante o fornecimento de informações e conhecimentos sobre os princípios da estética, da técnica e da economia do cinema.

O que é a Federação

A FCCRJ é uma associação de entidades culturais: os cineclubes. Para compreender o que seja a Federação, antes é preciso entender o que significa um cineclube. Este é uma sociedade cultural que se dedica ao estudo da arte cinematográfica, em todos os seus aspectos, mediante a exibição de filmes de elevada categoria artística, a realização de debates, seminários,

conferências, cursos, estudos sobre os gêneros fílmicos e sobre a personalidade artística dos maiores realizadores; não esquecem também, os cineclubes, o caráter industrial do cinema, de um lado, e suas possibilidades educativas, de outro.

O cineclubismo é antes de tudo um movimento visando a cultura cinematográfica. Movimento que se originou oficialmente na França na década 1920/30, na época da «Avant-garde» e do grande cinema russo, e se destinava especialmente a exibição das fitas soviéticas ou de «avant-garde». Antes disso porém já existiam, de maneira informal, grupos de pessoas que alugavam filmes de qualidade artística para exibições particulares, e, talvez, segundo informa Alex Vianny, o veterano crítico de cinema carioca Pedro Lima seja o primeiro cineclubista do mundo, pois lá por volta de 1915, organizou um grupo, com todas as características de um cineclube.

Mais tarde o movimento se desenvolveu e se espalhou pelo mundo. A França dispõe, hoje, de mais de mil cineclubes. No Brasil já dispomos de cerca de 150. Nos diversos países, a fim de melhor se desenvolverem, se fortalecerem e lutarem por suas reivindicações, os cineclubes organizaram-se em federação.

Aqui no Brasil, a Federação Nacional ainda não se concretizou mas já se encontra em adiantada fase de organização; em S. Paulo criou-se o Centro dos Cineclubes e no Rio a Federação dos Cineclubes do Rio de Janeiro; nos demais estados planeja-se a constituição de federações regionais, visando a federação nacional.

A FCCRJ, fundada em 1958, planejou e vem executando um grande programa de atividades:

- 1 — realização de cursos de iniciação cinematográfica em escolas secundárias, superiores e outras entidades culturais;
- 2 — organização de novos cineclubes em escolas, faculdades, clubes e grêmios;

3 — divulgação, através dos suplementos de artes dos jornais, dos textos cinematográficos mais importantes;

4 — distribuição de filmes de curta-metragem;

5 — campanha em favor do cinema brasileiro;

6 — criação de uma revista de estudos cinematográficos;

7 — desenvolvimento de um plano de produção de filmes de curta-metragem;

8 — organização da 3a. jornada dos cineclubes brasileiros.

Realizações

A Federação, tendo na presidência o jovem cineasta Marcos de Farias, e com uma Diretoria de conhecidos cineclubistas como Fernando Drummond, Walter Pontes, Bernardo Waisman e Afrânio Amaral, vem executando o programa mencionado, com o maior êxito.

Cursos

Uma das atividades principais da Federação, atualmente, são os cursos de iniciação cinematográfica. A Diretoria conseguiu reunir outros jovens teóricos ou críticos de cinema e cineastas como Leon Hirszman, Carlos Perez, Miguel Borges, David Neves, Mário Jaques Caldeira e Saulo Pereira de Melo, e com esse grupo planejou, elaborou e vem realizando os cursos. No 1o. semestre foram ministrados 10 cursos em 10 escolas secundárias, sob o patrocínio da Divisão de Educação Extra-Escolar do MEC, e um curso na Escola Nacional de Belas Artes, sob o patrocínio do Diretório Acadêmico. As escolas secundárias selecionadas para esta 1a. tentativa foram: Pedro II, Bennett, Rui Barbosa, Juruema, Anglo-Americano, São Fernando, Jacobina, Aplicação da FNE, Arte e Instrução e Brigadeiro Schorch. Os cursos encontraram a mais ampla e entusiástica receptividade tanto da parte dos dirigentes dos colégios como dos alunos. Convém notar que esta iniciativa deve-se à boa vontade, compreensão e esclarecido es-

pírito do Prof. Salvador Julianelli diretor da DEE do MEC.

Para o 2o. semestre já se tem determinada a realização de mais 15 cursos desse teor.

Novos clubes

A instalação de novos cineclubes se processa aceleradamente em escolas secundárias e superiores. A FCCRJ orienta os estudantes e os professores na formação dos clubes, indica programação e acompanha os primeiros trabalhos e atividades dos novos grupos. O interesse e entusiasmo, especialmente dos estudantes secundários, é cada vez maior. Até o fim do ano, o Rio terá mais de 50 cineclubes em atividade.

Outros programas

A revista da federação já está planejada e o 1o. número deverá sair em julho. A revista será um órgão representativo do cineclubismo brasileiro, dedicando, ademais, substancial espaço ao cinema brasileiro e aos estudos teóricos de estética cinematográfica.

O programa de produção de filmes de curta metragem já está prestes a desenvolver-se, diversos grupos já se organizam e os primeiros filmes já estão sendo planejados.

Em colaboração com produtores e cineastas em geral, e estudantes, a FCCRJ já iniciou a campanha em favor do cinema brasileiro especialmente pela aprovação do projeto do instituto nacional do cinema e do adicional sobre o imposto de diversão pública do município e bem assim pelo projeto de auxílio à cinemateca brasileira.

De outra parte, em breve, será lançado um número especial do jornal «O Metropolitano», organizado pela federação sobre o cinema nacional.

E, finalmente, os trabalhos de planejamento da 3a. jornada dos cineclubes brasileiros já se iniciaram, em colaboração com a cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro.

NOTAS SOBRE LIVROS

Não contamos neste número, com a colaboração habitual de A. Pereira, que se encontra a o em sua residência, vítima de um mal cardíaco. Os médicos que assistem o prestigiado escritor adotaram tôdas as medidas para garantir seu pronto restabelecimento, proibindo temporariamente as visitas e recomendando-lhe absoluto repouso. Que seja o mais curto possível o período que passaremos sem a sua presença amigã e seus escritos brilhantes.

Tendência n. 3-1960 belo Horizonte

Apesar da desastrosamente irregularidade com que aparecem os seus fascículos, Tendência é uma revista vitoriosa, com a qual não podemos deixar de contar entre as relativamente poucas publicações literárias do país. Vitoriosa, no sentido de que a sua orientação geral vai abrindo caminho, de que as ideias centrais de sua tendência da tendência ocupo que a faz correspondendo aos grupos de nossa evolução nacional, encontram ressonância cada vez mais vigorosa na intelectualidade brasileira, especialmente entre as novas gerações literárias.

Pregoeiro dos mais notáveis dessa tendência, Fábio Lucas volta a agitar o assunto em «Caminhos da consciência literária nacional», artigo em que sustenta que o passo decisivo em direção aos novos rumos foi dado a partir de Mário de Andrade e condena o «mitismo literário», afirmando que estamos numa fase histórica em que nos pusemos diante de uma opção: ou continuar a ser um país semicolonial, despersonalizado, característico e apático ou procurar os rumos de nossa independência, autonomia e consciência nacional.

O crítico mineiro, citando os escritores Jorge Amado, Ramos, argentino, e Sherwood Anderson, norte-americano, mostra que evolução semelhante ocorre em outras nações, cujos jovens escritores são homens integrados nos respectivos meios nacionais.

Só temos, pois, razão para nos rejubilarmos com o vermos permanecer no bom combate o grupo de Fábio Lucas, Rui Mourão, Afonso Ávila, Maria Luísa Ramos, Emílio Moura e Gaspar Garreto, que assinam os trabalhos constantes desse terceiro número de Tendência. M. C. F.

CARTAS DE DOIS MUNDOS

Relatos de viagem aos países do leste e oeste da Europa, feitos pelos irmãos Freitas Azevedo.

À venda nas livrarias Preço Cr\$ 120,00

Distribuição da Editorial Vitória Limitada

Pedidos pelo reembolso para Caixa Postal 165 — Rio de Janeiro*

Blindados da Alemanha Para Bater no Povo

Adquiridos na Alemanha Ocidental, por mais de quatro milhões de cruzeiros cada um, chegaram a São Paulo, onde foram batizados com os nomes de «Brucutu Bossa Nova», «Tira Prosa» e «Cacareco II», três carros-fortes construídos especialmente para o combate às manifestações populares de rua. Suas «qualidades» superam a de qualquer engenho até hoje construído para esse fim. Os veículos são blindados, com para-brisas à prova de bala e protegidos por grossas telas de arame. Acolhem a quatro policiais no alto de suas torres, dispostas sobre um tanque, contendo cerca de quatro mil litros de água, destinada a ser arremessada contra o povo, através de 12 esguichos. O líquido é colorido, para que os manifestantes atingidos possam ser identificados posteriormente. Os carros, quando em ação, tornam-se eletrificados, e se alguém os tocar, recebe violenta descarga.

Mãos livres para o cassetete

O diretor do DOPS, sr. Eurico José de Miranica, informou à imprensa que cada um dos carros-tanques, cujo peso é de 5.500 quilos, desenvolve atividades iguais às de 100 policiais. Deuz-se, daí, que os 300 «homens da lei», substituídos pelos aparelhos, ficarão livres para o exercício de outras «tarefas», uma vez que o «Cacareco II» e seus companheiros, embora estejam providos de toda a técnica já atingida pelas indústrias alemãs, que criaram a famosa máquina policial de Hitler, não poderão, naturalmente, exercer também as atividades destinadas aos fuzis e cassetetes, os quais continuarão funcionando pelo processo manual.

A nova «realização» do governo do sr. Carvalho Pinto, que em vez de tratores para a indústria, adquire engenhos de terror contra o povo, está despertando grande revolta, principalmente entre os trabalhadores, aos quais se pretende atemorizar para que desistam de manifestar-se em defesa de suas reivindicações.

Jânio Temeroso

O Sr. Jânio Quadros tem revelado sua inquietação diante dos êxitos alcançados pela candidatura do Marechal Lott em São Paulo. Os comícios realizados pelo Marechal, com a presença de grande massa, a intensa repercussão alcançada pelo manifesto dos dirigentes sindicais, o apoio caloroso encontrado por Prestes quando de sua estada em São Paulo, em favor dos candidatos Lott e Jango, estão causando mal-estar nas hostes janiistas.

Revelando esta situação, o Sr. Jânio Quadros manteve contactos com vários deputados integrantes do «Comitê Parlamentar», aos quais pediu dramaticamente a maior intensificação da campanha.

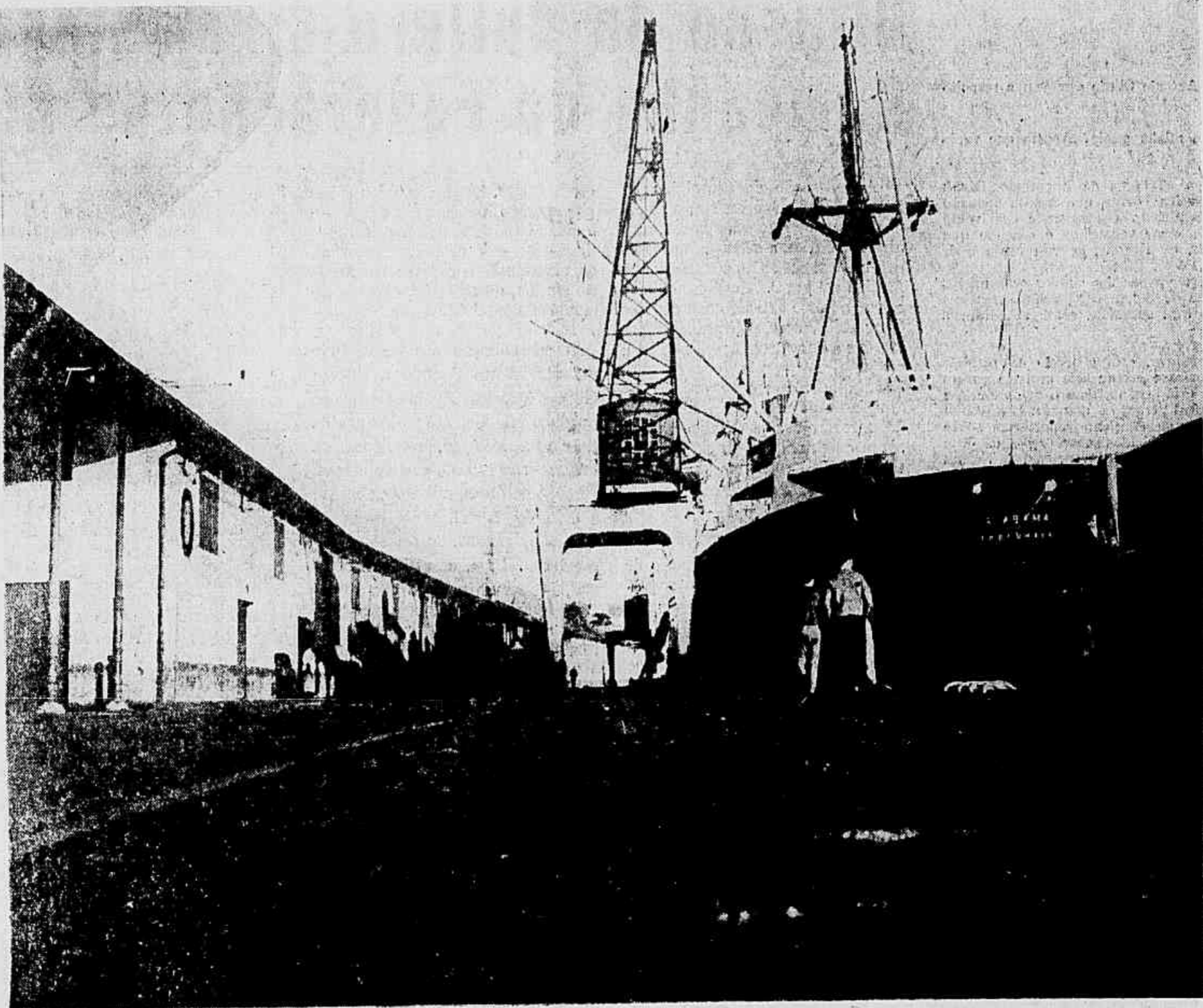


Sapateiros Apóiam Lott

SÃO PAULO, (da Sucursal) — Os sapateiros das grandes indústrias de calçado paulista, reunidos na sede do Comitê Interpartidário, constituíram o núcleo dos trabalhadores da categoria que realizarão a campanha pró-Lott-Jango. Durante o ato falaram numerosos oradores, entre eles o trabalhador

Otávio Pereira da Silva e o sr. Osvaldo Fonseca, representante do Comitê Interpartidário. Foi eleita ainda, na reunião, a diretoria do núcleo, que está assim constituída: presidente, Jaime Blanco; vice-presidente, Sebastião Luiz de Souza; 1º secretário, Rinaldo Pedroso; 2º secretário, Antônio Jusini-

no; 1º tesoureiro, Luiz Madglio; 2º tesoureiro, Paulo do Amaral; Conselho Fiscal: Lucrécia Aídea, Ema Correia, Segundo Inez Janes, Vicente Januário Russo. Foram eleitos também os diretores de propaganda, finanças e organização. Na foto, a mesa que presidiu a assembléia.



O Porto de Santos o maior da América do Sul, esteve completamente paralisado durante 24 horas, em consequência da greve geral promovida naquela cidade, em sinal de protesto contra a transferência de 31 trabalhadores do Moinho Santista para Curitiba. A greve foi decretada pelo Fórum Intersindical de Santos, que congrega 53 entidades sindicais. As manifestações de protesto tiveram pleno êxito, determinando a cessação de todas as atividades não apenas no Porto, mas em todos os demais setores da vida municipal. A greve, que poderá repetir-se no próximo dia 8, por um período de 48 horas, teve um sentido não somente de solidariedade mas, fundamentalmente, de defesa do direito de estabilidade.

Também parou

GREVE GERAL EM SANTOS DE SOLIDARIEDADE A 30 OPERÁRIOS DO MOINHO PAULISTA

Do Porto à Praia Ninguém Trabalhou

SANTOS, (do Correspondente) — O cais, os armazéns, o comércio, as indústrias, o movimento bancário, tudo parou em Santos no dia 1 do corrente em virtude da greve geral promovida por 52 sindicatos da cidade. O movimento, vitorioso desde as primeiras horas, contou com o apoio da população santista, solidária também com os 500 operários do Moinho Paulista, que antes haviam deflagrado uma greve de protesto contra a transferência ilegal de 31 operários daquele estabelecimento, para Curitiba. A greve geral, além do aspecto da solidariedade operária, foi declarada em sinal de advertência às autoridades, contra a grave violação do direito de estabilidade no emprego, conseguido pelos trabalhadores após árduas lutas.

Decisão desastrosa do TRT

É oportuno recordar-se que os trabalhadores do Moinho Paulista tiveram ganho de causa na Junta de Conciliação e Julgamento de Santos, que tornou sem efeito a transferência dos 31 para Curitiba. Entretanto, o Tribu-

nal Regional do Trabalho, num passe de mágica, pôs abaixo toda a argumentação dos juizes de primeira instância para dar razão à empregadora. A infeliz decisão provocou protestos dos sindicatos de São Paulo e de Santos, cujos diretores compreenderam que não estava em jogo apenas a sorte de alguns trabalhadores, mas de todos, pois o julgado do TRT abriu grave precedente para liquidar, na prática, com o direito à estabilidade após os 10 anos de serviço, acobertando imoral manobra das grandes empresas — as que têm filiais espalhadas pelos vários Estados da Federação, que poderiam valer-se da decisão para forçar a despedida de todos os empregados estáveis, através de transferências impraticáveis. É o que vêm tentando já há algum tempo os banqueiros.

Antes da deflagração da greve geral, todos os recursos foram utilizados pelo Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Milho e da Mandioca, de Santos, bem como pela entidade sindical que congrega os trabalhadores da

Fábrica de Biscoitos «Aymoré», a fim de que o Moinho Paulista anulasse a transferência. Várias mesor-redondas foram marcadas na Delegacia Regional do Trabalho, sem logro, porém, nenhum resultado, pois os ingleses do Moinho Paulista não dão mesmo atenção ao Ministério do Trabalho. O próprio ministro, sr. João Batista Ramos, que esteve em São Paulo, na véspera e no dia da deflagração da greve geral, não conseguiu ir além de uma palestra telefônica com os representantes da empregadora.

Assembléias sindicais decretaram a greve

Os Sindicatos santistas reuniram-se em assembléia geral nos dias 30 e 31, para ratificar a decisão do Fórum Sindical de Debates, que aconselhou a paralização total no dia 1.º. Confirmaram os trabalhadores de Santos, em concorridas assembléias, a resolução daquele órgão sindical.

Piquetes de operários percorreram a faixa portuária, mantendo contato com os estivadores, daqueles, pessoal de trapiche, ferroviários, etc., aconselhando a paralização do trabalho no dia seguinte. Desses comandos, participaram os dirigentes sindicais, inclusive o presidente do Sindicato dos Estivadores, Laerte da Silva.

Merece destaque especial, pela sua importância, a decisão tomada pela assembléia dos motoristas, cobradores, motorneiros e condutores da SMT, às 22 horas do dia 31, aderindo ao movimento, o que determinou a paralização dos transportes urbanos. Também os jornais santistas deixaram de circular, já que os gráficos aderiram ao movimento.

O Fórum Sindical de Debates lançou o seguinte documento: «Companheiros, trabalhadores:

A manobra que vem sendo usada pelo Moinho Paulista, acobertada pelo Tribunal Regional do Trabalho, transferindo empregados estáveis para o Estado do Paraná, tem como objetivo acabar com a estabilidade do emprego. O que ocorre, hoje, com os companheiros do Moinho Paulista, poderá acontecer, futuramente a qualquer um de nós se não repudiarmos o golpe do Moinho Paulista. Protestar contra essa burla às leis brasileiras e evitar que tal crime se concretize é dever de todos. A palavra-de-ordem dos sindicatos de Santos para desmascarar a trama deste truste internacional que é o Moinho Paulista, é a paralização por 24 horas de todas as classes, no próximo dia 1.º de julho. O Fórum Sindical de Debates, em nome de 53 sindicatos conclama todos os trabalhadores a paralisarem o trabalho à zero hora do dia 1.º de julho até 24 horas, manifestando, assim, o seu repúdio e o mais veemente protesto contra os processos escusos do Moinho Paulista, contrários aos direitos sagrados da estabilidade. Companheiros! Só unidos seremos fortes!

aconselhe ao seu colega de trabalho a seguir-nos nesta luta até a vitória final».

Os sindicatos santistas firmaram posição contra o truste do trigo Bung-Born, ao qual pertencem o Moinho Paulista e a Fábrica de Biscoitos «Aymoré», de São Paulo. O presidente do Sindicato dos Estivadores, Laerte Silva, declarou: «Em nome dos trabalhadores de Santos, afirmo que os sindicatos vencerão a luta contra o truste internacional do trigo, a Bung-Born, que está atrás do Moinho Paulista».

A vitória dos sindicatos santistas não tem precedentes na vida dos trabalhadores desta cidade, já que é a primeira vez na história, que obtém êxito uma greve geral na cidade de Santos. E isto aconteceu graças à unidade de todo o povo santista, que formou ao lado dos operários e de seus sindicatos de classe, na defesa de um dos direitos mais caros aos trabalhadores brasileiros — o direito à estabilidade no emprego, após dez anos de trabalho em uma mesma empresa. E isto aconteceu, apesar de todo o aparato policial. Santos parecia uma praça de guerra. Como se não bastassem os fuzileiros navais, polícia marítima e os policiais de Santos, o governador Carvalho Pinto determinou que descessem à terra fortes contingentes da Força Pública e de «tiras» do DOPS, armados de metralhadoras, bombas, etc.. Na orla do cais, nas estações da SMT, nos armazéns e nas ruas centrais da cidade viam-se os policiais e os ninhos de metralhadoras. O próprio secretário da Segurança Pública transferiu-se para Santos, comandando pessoalmente o policiamento. Nada disto, porém, intimidou os trabalhadores, cujos piquetes operaram com grande energia e senso de responsabilidade.

Repercussão na Assembléia

A greve repercutiu na Assembléia Legislativa, onde todos os deputados, unanimemente, se solidarizaram com o povo santista.

No mesmo dia da greve, o deputado Rocha Mendes Filho, da tribuna da Assembléia, condenou veementemente a decisão do Tribunal Regional do Trabalho. Entre outras coisas, disse o seguinte: «Infelizmente vem agora o TRT, aquele órgão que deveria ser o guardião dos interesses do povo, e dá um triste e amargo exemplo, permitindo ou aculhendo decisão que vai frontalmente ferir a Constituição do nosso país. Mas um Tribunal que se verga, que verga a espinha, que se abaixa aos interesses econômicos de uma empresa, não pode merecer o respeito dos trabalhadores e do povo. É por isso que os trabalhadores de Santos estão na rua, dado que o TRT não fez um julgamento limpo, não respeitou a Constituição, não respeitou as leis do país, praticando uma injustiça flagrante que é a transferência, desses trabalhadores para outro Estado».

Notas de São Paulo

Jânio e CP no Movimento Jan-Jan

Sabe-se com segurança que, por determinação expressa do Sr. João Goulart, o chamado movimento JAN-JAN passou a atuar com mais reserva. Não concorda com esta posição, porém, o Sr. Jânio Quadros, tanto que, na semana transcorrida realizou-se uma reunião da qual participaram, além de dirigentes de autarquias, várias pessoas que se dizem representantes do Sr. Jânio Quadros. Nesse encontro decidiu-se ativar o movimento no setor sindical, com a instalação de mais de 30 comitês J-J, sob a direção de líderes sindicais.

O Sr. Carvalho Pinto, não está, também, alheio ao movimento. O Sr. Dante Pellacani contratara para o mesmo, o aluguel de uma sede por 200 mil cruzeiros. Como tardasse a entrega convencionada do sinal, o proprietário do prédio ligou para o telefone e a pessoa deixada pelo Sr. Dante Pellacani. Esse telefone é, nem mais nem menos, que o da Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio e a pessoa é o Sr. Nelson Rustici, auxiliar de gabinete do Sr. Paulo Marzagão.

Demissão de Ferroviários

O governo do Estado, apesar de se intitular «símbolo de administração» — como costuma dizer o governador Carvalho Pinto —, está promovendo a transferência e a demissão de centenas de ferroviários da Estrada de Ferro Araraquara. O fato tem merecido a repulsa do povo, principalmente por colocar na miséria centenas de famílias e suas famílias, comprovando assim que o sr. Carvalho Pinto realiza uma política de «economia», não com a repressão às negociações da Secretaria da Viação, mas à custa dos pequenos servidores, que são demitidos sem mais nem menos. É ainda de se ressaltar o fato de que os ferroviários transferidos — para o Departamento de Estradas de Rodagem — que, na sua maioria ganhavam mais de Cr\$ 6.000,00, passaram a ganhar apenas o salário mínimo de Cr\$ 5.900,00.

O fato repercutiu na Assembléia Legislativa do Estado, onde o Deputado Jéthero de Faria Cardoso, além de enviar ao Poder Executivo um requerimento de informações, denuncia que está o sendo demitidos trabalhadores que tinham de 4 a 8 anos de serviço!

A Greve e o Governo

Deixou profunda impressão no povo paulista, a recente greve geral de 24 horas realizada pelo proletariado e pelo povo santistas. Porém, o que mais impressionou a população do Estado foi o fato de o governador janiista Carvalho Pinto, representante da oligarquia bancária de São Paulo, ter enviado à cidade de Santos 6 delegados do DOPS acompanhados de mais de 200 soldados da tropa de choque da Força Pública, a fim de reprimir a manifestação de solidariedade do povo de Santos, realizada pacificamente com todo êxito.

O fato foi objeto de debates na Assembléia Legislativa, onde, na sessão do dia 1.º de julho, o deputado Jéthero de Faria Cardoso repudiou a medida policialista do governador Carvalho Pinto com candentes palavras: «Ao invés de mandar soldados contra os trabalhadores de Santos, que estão em greve pacífica por apenas 24 horas, deveria mandá-los contra os trustes que estão sonhando o óleo, contra os tubarões, que estes sim, são agitadores sociais que, sonogando produtos à população ou desejando elevar os preços a níveis extraordinários, estão criando o desassossego à população, estão fazendo agitações sociais».



**Estudantes
escolheram**

O povo brasileiro não tem perdido oportunidade para demonstrar sua solidariedade aos bravos revolucionários cubanos e a todo o povo daquele país que luta contra a opressão do imperialismo yanque. Em São Paulo, repetem-se os atos de solidariedade inclusive em vários colégios da capital, como mostra a foto acima.

PERNAMBUCO E SÃO PAULO INDICAM:

**Cuba Pode Contar
Com os Brasileiros**

A campanha de agressão promovida pelos Estados Unidos contra o povo cubano vem encontrando a resistência em toda a América Latina. Em nosso país, amplos círculos políticos e sociais já se manifestaram claramente solidários à revolução dirigida por Fidel Castro. Entre os pronunciamentos mais expressivos está o da Assembleia Estadual de Pernambuco, que aprovou por unanimidade uma moção de solidariedade a Cuba. A moção está redigida nos seguintes termos:

«Considerando que a República de Cuba, segundo informa a imprensa, vem sendo alvo de agressões e ameaças do exterior; considerando que tais atos são contrário: aos princípios do Pan-Americanismo e da Carta das Nações Unidas, que estabelece o direito de autodeterminação dos povos; considerando que, sem qualquer discussão a respeito dos princípios que norteiam a política interna daquele País, é certo o seu direito de decidir soberanamente de seu destino nacional; requeremos à Casa seja manifesto nosso voto de apoio ao Governo da República de Cuba, em todos os atos que praticou nos termos do Direito Internacional consagrado na Carta das Nações Unidas e outros tratados de que partilhe o Brasil, em defesa de sua soberania.»

Signatários

Esse requerimento, aprovado por unanimidade, foi redigido pelos deputados Francisco Julião e Carlos Luís de Andrade, e recebeu ainda as assinaturas de outros 36 deputados, inclusive um padre católico Inaldo Lima, Luiz Wilson, Ferreira Lima Filho, Dídimo Guerra, Antonio Luiz Filho, Otávio Corrêa de Araújo, Libânio Ribeiro, Almany Sampaio, Inácio Valadarez Filho, Miguel Santos, Augusto Lucena, Assis Barros, Rodolfo de Oliveira, Dayton Nejaim, Audálio Tenório, Luís Lúcio, Agripino Almeida, Fernando Sampaio, Murilo da Costa Rego, Antonio Heráclio do Rego, Cúinha Primo, Otávio Gonçalo, Alcides Teixeira, Sérgio Murilo, Clóvis Corrêa, Osvaldo Coelho, Gomes de Sá, Padre Wanderley Simões, Alfredo Leite, Rui Alves, Ivan Moury, José Marques da Silva, Andrade Lima, Nivaldo Machado, Olympio Ferraz e Felipe Coelho.

Em São Paulo

Uma intensa campanha de esclarecimento sobre a Revolução Cubana vem sendo desenvolvida nos bairros, entidades estudantis e sin-

dicatos paulistas, com vistas à instalação solene da Comissão de Solidariedade a Cuba, que se realizará no próximo dia 5 de julho na sede da Associação Paulista de Imprensa. Essa campanha compreende a realização de atos públicos durante os quais são realizadas palestras e exibidos filmes documentários sobre a heróica luta do povo cubano e seu governo pela independência e libertação do país do jugo imperialista. O povo paulista, que desde os primeiros instantes da luta de Fidel Castro contra Batista acompanhou o desenrolar do movimento revolucionário com a mais profunda simpatia, está agora empenhado em erguer um vasto movimento de solidariedade aos irmãos cubanos, ante as ameaças partidas dos Estados Unidos, que visam a sufocar o seu movimento libertador.

Entre os atos realizados figuram várias conferências de Armando Piani, secretário do Sindicato dos Bancários, e Armando Gimenez, jornalista, nos bairros, sindicatos e entidades estudantis. As conferências são acompanhadas de filmes sobre os objetivos da Revolução, desmentindo a onda de mentiras, infâmias e calúnias diariamente lançadas pelas agências telegráficas americanas, particularmente a U.P.I. e a A.P.

Outros atos de solidariedade foram realizados no Sindicato dos Metalúrgicos, no Comitê Lott-Jango de Vila Maria, no Sindicato dos Marceneiros, no Sindicato dos Empregados no Comércio Hoteleiro, no Comitê Lott-Jango da Cidade Líder, na sede do «Brasília F.C.» de Vila Formosa, no Sindicato dos Laticínios, no Comitê Lott-Jango de Itaquera, no Colégio Estadual de Moji das Cruzes, no Sindicato da Construção Civil, na sede da Associação Comercial da Penha, promovido pelos estudantes do bairro, no Sindicato dos Sapateiros, no Sindicato dos Mestres e Contra-Mestres, no Sindicato dos Bancários, no Clube dos Destemidos, no Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e muitos outros. Novos atos estão programados para o próximo mês de julho. No Alto da Mooca e na Vila Formosa os filmes foram exibidos em praça pública, atraindo milhares de pessoas.

Ato solene

Para o próximo dia 5, está marcada a instalação solene da Comissão Central de Solidariedade a Cuba, convocada por uma comis-

são promotora formada por deputados federais, estaduais, por vereadores, estudantes e líderes sindicais. Assinam a convocação, entre outros, os deputados Coutinho Cavalcanti, J. Magalhães de Almeida Prado, Farabulini Junior, Antonio Sampaio, Solon Borges dos Reis, Arruda Castanho, Onofre Gosses, Luciano Lepera, Jôthero Faria Cardoso, Antonio Prestes Franco, os vereadores Freitas Nobre, José Molina Junior, Luis Domingos da Costa, Rute Guimarães, Silva Ribeiro, Heilo Mendonça, Rio Branco Paranhos, os dirigentes sindicais João Louzada, Remo Forli, Armando Piani, os jornalistas Armando Gimenez e Noé Gertel e os estudantes Caribé da Rocha e Martins Arrudão.



Fidel Castro desmente Herter

PETRÓLEO E AÇÚCAR, ARMAS IANQUES:

**Guerra Econômica
Contra Cuba**

Nas primeiras horas da tarde do dia 29 passado, funcionários do Governo cubano entravam na refinaria da Texaco, na cidade de Santiago, dando início à intervenção governamental na companhia. Os funcionários norte-americanos da Texaco já tinham partido para Havana e Estados Unidos. As suas instalações encontravam-se praticamente paralisadas diante da negativa da companhia em refinar o petróleo soviético e da suspensão das importações de sua subsidiária na Venezuela. Alguns dias mais tarde, a Shell e a Esso também eram submetidas à intervenção. Em todas as refinarias não foi necessário mobilizar policiamento intensivo: os próprios operários das companhias estrangeiras se encarregam de evitar qualquer tentativa de sabotagem.

A intervenção governamental pôs fim à manobra dos trustes petrolíferos norte-americanos e inglês para provocar uma crise de combustíveis e encostar o Governo de Fidel Castro na parede.

Petróleo e soberania

Cuba gasta uma média de oitenta mil barris de petróleo por dia e a refinaria estatal só pode refinar pouco mais de 2.500 barris diários. Dêsse modo, o abastecimento do precioso líquido é inteiramente controlado pelos trustes norte-americanos Esso e Texaco e o inglês Shell, que importam o petróleo da Venezuela e o refinam em Cuba.

Quando o Governo cubano resolveu comprar petróleo soviético, a preços mais baixos e pago por produtos cubanos, ao invés do petróleo venezuelano, que é pago em dólares, os trustes petrolíferos resolveram declarar guerra aberta contra a política do governo. Em primeiro lugar, os trustes entraram em acordo para se recusar a refinar o petróleo soviético, embora desde 1938 a lei cubana obrigue as refinarias estrangeiras a preparar o óleo do Estado. Em segundo lugar, foram suspensas as importações de petróleo da Venezuela.

Em outras palavras, dentro de pouco tempo, esgotados os estoques das companhias estrangeiras, começaria a crise, o racionamento e todas as suas conseqüências perigosas para a economia do país. Para atalhar a manobra dos trustes, confessada em relatórios das próprias companhias, só restava ao Governo cubano uma alternativa: intervir nas companhias que se negassem a cumprir a lei e abastecer o país de derivados do petróleo e garantir o funcionamento das refinarias com o petróleo enviado pela União Soviética.

Sabotagem

O Instituto Cubano de Petróleo avisou as três companhias que faria cumprir a lei de 1938 que exige o refino do petróleo estatal. Numa provocação descarada, os trustes do petróleo começaram então a paralisar o funcionamento das refinarias ao mesmo tempo que se mantinham obstinados na recusa a refinar o petróleo soviético. Enquanto isto, todos os funcionários e técnicos estrangeiros eram mandados de volta aos Estados Unidos, antes mesmo de ser decretada a intervenção.

A sabotagem dos trustes ianques e inglês contra Cuba, entretanto, estava destinada ao fracasso. O Governo cubano dispõe de uma reserva de quase um milhão de barris, suficiente para o consumo de mais de dez dias. Além desta reserva, já chegou em Cuba o petróleo soviético Tchernovitch, com 70 mil barris, e está a caminho de Havana o grande petroleiro Pequim, com perto de 130 barris de petróleo.

Como durante a agressão anglo-francesa ao Egito, os círculos imperialistas acreditam e procuram fazer crer que Cuba não conseguirá vencer a crise. Mas, da mesma forma que durante a agressão ao Egito, os verdadeiros amigos de Cuba não a deixarão sózinha. E' esse o temor dos imperialistas, e é por isso que o embaixador norte-americano no México está fazendo enorme pressão sobre a empresa estatal PEMEX para que não venda petróleo a Cuba. Ao mesmo tempo a Shell, a Esso e a Texaco e seus «amigos» no Governo ianque ameaçam de represálias as companhias de petroleiros que se atreverem a transportar petróleo para Cuba.

Anastás Mikoyan, entretanto, se encarregou de desfazer as ilusões dos que acreditam que ainda é possível derrubar governos independentes a partir de ameaças e agressões econômicas: «Temos meios suficientes para enviar petróleo a

Cuba e, se vocês quiserem, também para mandar petróleo aos Estados Unidos.»

Guerra do açúcar continua

A sabotagem dos trustes do petróleo contra Cuba foi apenas o último ato de agressão dos Estados Unidos contra o Governo revolucionário de Fidel Castro. Outra campanha dessa guerra econômica é a que o governo de Eisenhower está travando para reduzir a receita das exportações de Cuba mediante o corte nas importações de açúcar cubano. Com o maior cinismo, Eisenhower, Herter e seus ajudantes declaram que pretendem, ainda este ano, diminuir ou mesmo suspender as importações de açúcar que representam cerca de três quartos das receitas cubanas em moedas estrangeiras. Como resultado dessa corte, querem os Estados Unidos desorganizar a economia cubana e provocar uma crise cambial.

Para realizar esta chantagem econômica, o governo de Eisenhower precisava, entretanto, de modificar uma lei norte-americana. Foram então utilizados todos os meios de pressão sobre o Congresso, inclusive com a participação pessoal do secretário de estado Herter que foi ao Senado para forçar os elementos contrários à agressão a aceitar o projeto de lei enviado por Eisenhower e que dá a ele autorização para modificar as cotas de importação de açúcar pelos Estados Unidos. Com o Congresso reunido, emissários de Eisenhower intimidaram abertamente deputados e senadores dizendo que o governo ianque queria a lei «de qualquer jeito», antes do recesso do congresso.

Diante dessa pressão, foi votada a lei e agora Eisenhower e seus asseclas estão com as mãos livres para agredir a economia cubana. Diante disto, só resta repetir o famoso grito de guerra dos revolucionários cubanos: «Que venham!»

Nota Internacional "Que Vengan"

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos deu ordem aos importadores de açúcar para que sejam suspensas todas as compras deste produto em Cuba até que Eisenhower tenha utilizado os poderes que o Congresso lhe outorgou para modificar as cotas de importação de açúcar pelos Estados Unidos. Esta ordem, que equivale a uma proibição provisória das importações de açúcar cubano, desmascara completamente as verdadeiras intenções do governo ianque. Para conseguir a aprovação a toque de caixa pelo Congresso dos poderes extraordinários para Eisenhower, o secretário de Estado Herter afirmou aos senadores que a medida visava impedir uma crise no abastecimento norte-americano, uma vez que o governo estava convencido de que Cuba não poderia exportar os 3.1 milhões de toneladas de sua cota. Agora é o próprio governo norte-americano, através do Departamento de Agricultura, que vem confirmar a acusação do primeiro ministro Fidel Castro de que a afirmação de Herter era um mero pretexto para encobrir a agressão econômica ianque contra Cuba.

Também na frente do petróleo, continua acelerada a guerra, por enquanto ainda realizada sem armas, que o imperialismo ianque move contra o valeroso povo cubano. A conhecida tática dos Estados Unidos de encostar na parede os governos independentes que procuram defender os interesses de seus países, continua sendo utilizada com toda a força contra o regime revolucionário de Fidel Castro. Enquanto durou a ditadura do grande «amigo» dos EUA Fulgêncio Batista, os trustes do petróleo jamais se preocuparam em exigir o pagamento dos atrasados comerciais do governo cubano. Agora pressionam o governo de Fidel para que pague os atrasados e ameçam não vender petróleo mediante pagamento à vista, como se o governo de Cuba fosse um catetelo qualquer ao qual não se pode vender flado. A intervenção do governo cubano nas refinarias dos trustes foi um ato absolutamente legítimo de um governo soberano para impedir uma crise de combustíveis, conscientemente planejada pelos trustes petrolíferos, que suspenderam as importações de óleo venezuelano e se negaram a refinar o óleo soviético comprado pelo governo, voltando frontalmente a lei cubana.

Ao mesmo tempo que levam a efeito sua agressão econômica, os Estados Unidos, agora com o apoio da Inglaterra, armam e incentivam elementos contra-revolucionários, inclusive em sua base militar de Guantánamo, criam toda a sorte de atritos políticos e pressionam os governos latino-americanos para criar um ambiente propício à intervenção militar contra Cuba. A pressão feita sobre o «bom amigo» Frondizi na Inglaterra para que aceite a aplicação da «Declaração de Caracas» numa repetição do ataque dirigido pelos Estados Unidos contra a Guatemala em 1954, é um claro indício das disposições dos imperialistas ianques e ingleses de tentar afogar em sangue a revolução popular cubana. Hoje, entretanto, os tempos são outros. Os povos latino-americanos, os países independentes e neutralistas da Ásia e da África e o poderoso campo socialista não deixarão o povo cubano sózinho.

Fausto Cupertino

Nas bancas de jornais

**POR QUE OS COMUNISTAS
APÓIAM LOTT E JANGO**

AUTORIA DE LUIZ CARLOS PRESTES

Publicação da
Editorial Vitória Ltda.

Preço Cr\$ 20,00

Lott Condena os Planos da "Hanna"

BELO HORIZONTE — (Do correspondente) — Falando no comício realizado na cidade de Nova Era, o marechal Teixeira Lott, candidato nacionalista à Presidência da República, referiu-se à ameaça constituída pelas pretensões da «Hanna» contra os interesses do país. Disse o marechal Lott:

— «Se os programas de atividade da «Hanna» prejudicarem o desenvolvimento da Companhia Vale do Rio Doce podemos tomar posição ostensiva em defesa dos interesses de nossa economia. Essa empresa estrangeira, que possui o monopólio dos mercados para colocação do minério de ferro e

dos transportes marítimos, está pretendendo agora monopolizar também os meios de transporte da Central do Brasil e assim deixar a empresa brasileira sem possibilidade de escoar os seus produtos. Não sou xenófobo. Todos sabem que descendo de estrangeiros. Sabem também que estou entre aqueles que recebem de braços abertos os estrangeiros que aqui vêm para nos ajudar. Não posso admitir, entretanto, que empresas estrangeiras venham para o Brasil com o intuito exclusivo de sugar o nosso sangue. Não somos montada de grupos estrangeiros sugadores da economia de países fracos».

Estudantes e Operários: Nada Com a "Hanna"

A medida em que se tornam públicos os aspectos do assalto lento da «Hanna Co.» contra os interesses nacionais, especialmente quanto ao monopólio que pretende implantar na extração e exportação de nosso minério de ferro, multiplicam-se os protestos partidos de diferentes setores sociais. No Parlamento, vários deputados já se pronunciaram condenando o projeto imperialista da «Hanna». Fruto desse movimento, a Comissão de Inquérito da Câmara já iniciou os seus trabalhos, à base de um relatório preliminar do deputado Gabriel Passos, em que o representante mineiro, além de denunciar o saque tramado pela «Hanna», advoga a adoção do monopólio estatal sobre minérios essenciais, em particular o manganês e o minério de ferro.

Os universitários brasileiros acabam de definir a sua posição, em mensagem dirigida ao deputado Ullin de Carvalho, presidente da Comissão de Inquérito.

Diz a mensagem: «A União Nacional dos Estudantes, entidade máxima dos universitários brasileiros, profundamente interessada no estabelecimento de uma política de exploração de minérios tendente ao desenvolvimento e à emancipação econômica do país, considerando que já se encontra constituída — sob sua Presidência — a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as atividades dos grupos exploradores do manganês brasileiro e, em especial, o Grupo Hanna:

a) vem expressar à Vossa Excelência e aos demais e ilustres membros da CPI a absoluta confiança da classe estudantil brasileira de que os destinos de nossa política de minérios será preservado, levando-se em conta os altos interesses da nacionalidade, propiciando-se assim o desenvolvimento de nossa indústria de base que, histórica e necessariamente, deve manter-se sob controle estatal ou de economia mista com capitais exclusivamente nacionais, como são, respectivamente, os casos da PETROBRAS e Cia. Siderúrgica Nacional.

b) Da mesma forma, apoiamos a sugestão do Deputado Vasconcelos

Torres no objetivo de que o truste da Hanna Co. tenha suspensas negociações que está entabulando para a exploração do minério no país, até que a CPI venha a comprovar, em toda sua extensão, a atividade lesiva desse grupo.

Sem outra particular, reiteramos à V. Excia., as nossas nacionalistas e respeitadas Saudações Universitárias. João Manoel Conrado Ribeiro, Presidente. — Dimas Mariano Angelo, Secretário-Geral.

Trabalhadores capixabas

No Espírito Santo, a luta contra a «Hanna» conta já com a participação ativa dos trabalhadores.

Assinados pelo seu presidente, sr. Etevan Ferraz, o Sindicato dos Trabalhadores de Vitória decidiu dirigir telegrama aos ministros da Guerra, da Marinha e da Viação, presidentes de partidos e líderes parlamentares, alguns governadores e outras personalidades denunciando os prejuízos que resultariam para a economia nacional e os interesses do povo, caso as nossas reservas de minério de ferro fossem entregues à «Hanna».

Além disso, o Sindicato vem divulgando amplamente uma circular em que se historia todo o problema criado pelas pretensões da «Hanna» e se mostra a necessidade de impedir que seja aprovado o projeto do truste norte-americano.

A posição dos trabalhadores capixabas foi fixada, aliás, pelo II Congresso dos Trabalhadores do Espírito Santo, uma de cujas resoluções, aprovada unanimemente, condena as pretensões da «Hanna».

CÂMARA DE VITÓRIA

A Câmara Municipal de Vitória aprovou o envio de um telegrama ao Presidente da República e outras autoridades federais, fazendo veemente apelo no sentido de que sejam tomadas providências urgentes a fim de preservar as riquezas e proteger os interesses nacionais, evitando-se que se instale em mãos de um truste estrangeiro a exploração de nosso minério de ferro».



Lott: não somos montada dos trustes

Lott pronunciou-se categoricamente em Minas Gerais contra os planos da «Hanna». «Não somos contra os estrangeiros, mas não podemos admitir que trustes estrangeiros venham para cá sugar o nosso sangue», afirmou.

Repercussão Das Reportagens de NOVOS RUMOS

Do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Ferroviárias de Vitória, e assinado pelo seu presidente, sr. Etevan Ferraz, recebemos o seguinte telegrama:

«As reportagens publicadas por vosso jornal referentes à tentativa do «truste» internacional «Hanna Co.» de apoderar-se de nossas jazidas de minério de ferro para monopolizar a exportação vêm causando enorme repercussão pois sentimos o perigo iminente de sufocamento das empresas nacionais, como a «Companhia Vale do Rio Doce S/A». Fazemos um veemente pedido de prosseguimento da campanha a fim de despertar a consciência do povo, ainda não de todo consciente da verdadeira calamidade que ocorrerá com a vitória do monopólio estrangeiro sobre nossa riqueza». ETEVANY FERRAZ, presidente do Sindicato dos Trabalhadores das Empresas Ferroviárias de Vitória.

Truste Alicia Clientes da "Vale"

A Comissão Parlamentar de Inquérito sobre Minério de Ferro aprovou na quinta-feira passada, por unanimidade, proposta do Deputado Vasconcelos Torres, no sentido de que fosse solicitada ao Governo a sustação imediata das negociações com a «Hanna», até a conclusão do inquérito. Continuam, na imprensa, no Parlamento, as manifestações contra o truste siderúrgico que tenta controlar o minério de ferro brasileiro.

Mas o truste não desiste facilmente. Tenta defender-se. Fez publicar na imprensa de aluguel um calhamaço com o título «Resposta aos argumentos contra o Projeto Hanna», onde faz uma falsa profissão de fé antimonopolista e de interesse pelo desenvolvimento do Brasil. Afirma principalmente que não deseja fazer concorrência à Cia. Vale do Rio Doce. Seu coordenador, General Antônio Bastos, em carta a um matutino, repete a afirmação. Ao mesmo tempo, o «Diário Carioca» dedica a manchete de sua primeira página de domingo para uma defesa aberta do truste norte-americano; — inclusive — tentando contestar declarações feitas pelo marechal Teixeira Lott, «Últim a Hora», por sua vez, «anuncia» que o presidente da República tomou medidas a fim de reunir os interessados — inclusive os representantes da «Hanna» — para que se chegue a uma solução de compromisso com o truste americano.

Clientes da "Vale" aliciados

Os fatos, no entanto, estão a demonstrar que a promessa do truste siderúrgico não passa de impostura. Resta que se diga que a «Hanna», ainda nem iniciou as suas atividades propriamente industriais no Brasil, já está aliciando os compradores tradicionais da «Vale».

Sabe-se que ela entrou em contato com a agência governamental britânica responsável pelo fornecimento de matéria-prima à indústria siderúrgica da Inglaterra, a BISCORE, e ofereceu minério brasileiro para entrega em 1961 a preço mais baixo do que o que resulta da compra à Vale do Rio Doce.

O resultado é que a BISCORE, cujo contrato de compra com a Cia. Vale do Rio Doce termina este ano, ainda não renovou este contrato.

Também nos Estados Unidos e na Europa os clientes tradicionais da «Vale» estão sendo subrepticamente procurados pela «Hanna». Assim, nos EUA, a «Armco Steel Corporation», antigo cliente da empresa estatal brasileira, já recebeu uma proposta em que o minério brasileiro lhe é oferecido pela «Hanna» a preço mais barato.

Guerra comercial

Aqui dentro, a «Hanna» brada aos ingênuos que seu desejo é «cooperar» no cumprimento da meta da exportação de minérios. Lá fora, é a guerra comercial, com lódas as suas armas.

E a «Hanna» tem armas variadas e poderosas. Controla nada menos que oito empresas de navegação e é um dos maiores exportadores mundiais de carvão. Seu poderio econômico-fi-

nanceiro, de um dos maiores impérios comerciais-industriais do mundo (descrito por Drew Pearson em «USA, Potência de 2.ª Classe?»), os navios próprios, a economia de frete que lhe permite o retorno de seus navios cheios com o carvão que o Brasil precisa importar, são as armas econômicas do «dumping» contra a Vale do Rio Doce.

Foster Dulles Jr. em Minas

E há outras armas. Além de Mister George Humphrey, o ex-secretário do Tesouro dos EUA que se utilizou de seu posto para barganhar as concessões em Minas pelo empréstimo compensatório de 300 milhões de dólares concedido ao Brasil em 1953, a «Hanna» tem outro diretor importante: John Foster Dulles Jr., filho do falecido chefe do Departamento de Estado e um dos advogados mais hábeis dos Estados Unidos, que já tem residência alugada em Belo Horizonte.

O Império Hanna tem tudo: navios, carvão, siderúrgicas, capital financeiro, poderosos diretores. Ao que parece, a única coisa que lhe faltou para explorar o minério brasileiro, foi a técnica, o famoso «know how».

A "Hanna" e o "Know how" subdesenvolvido

A elaboração de seu projeto foi entregue a um escritório técnico integrado por um grupo de brasileiros, a já notória CONSULTEC, onde sentaram praça os entreguistas Lucas Lopes e Roberto Campos depois de afastados do Governo.

Não é estranho e suspeito que tenham sido precisamente estes senhores, que vivem alardeando a falta de «know how» ou incapacidade técnica do Brasil como argumento para a vinda dos capitais estrangeiros, os escolhidos para «assessorar tecnicamente» a «Hanna»?

Tráfego de influências organizado

A verdade é que a «Hanna» não precisa de «assessoria técnica». Não foi por «consultas técnicas» que a CONSULTEC recebeu no ano passado 23 milhões de cruzeiros da «Hanna». «Consulta técnica» foi apenas o nome bonito que recebeu o tráfego de influências organizado.

Os participantes da CONSULTEC são quase todos membros ou ex-membros do Governo: Sr. Lucas Lopes, ex-Ministro da Fazenda, Sr. Roberto Campos, ex-diretor do BNDE e ainda hoje alto funcionário do Itamarati, Sr. João Baptista Pinheiro, atual presidente do Grupo de Exportação de Minérios do Conselho do Desenvolvimento, órgão que teria que se manifestar sobre o Projeto Hanna, Sr. Miguel Osório, ex-diretor do BNDE e diplomata, Sr. Humberto Bastos, membro do Conselho Nacional de Economia.

Influência no Governo é algo que se vende, e se vende caro. E a CONSULTEC não passa de um escritório organizado para a venda da influência que este grupo ainda exerce no Governo. A «Hanna» não comprou a CONSULTEC senão a pressão política em favor dos privilégios que está tentando arrancar do Governo.

NOVOS RUMOS

De Nariz Novo

O capitalismo já não pode cheirar o mundo com o seu próprio nariz. O nariz que copiou os quadros da renascença já não lhe parece bastante clássico. Na arte dos narizes é contra o realismo. Corre aos operadores plásticos e pede que lhe arranje um novo nariz, pensando que não vai sentir o cheiro dos tempos que, também, são novos.

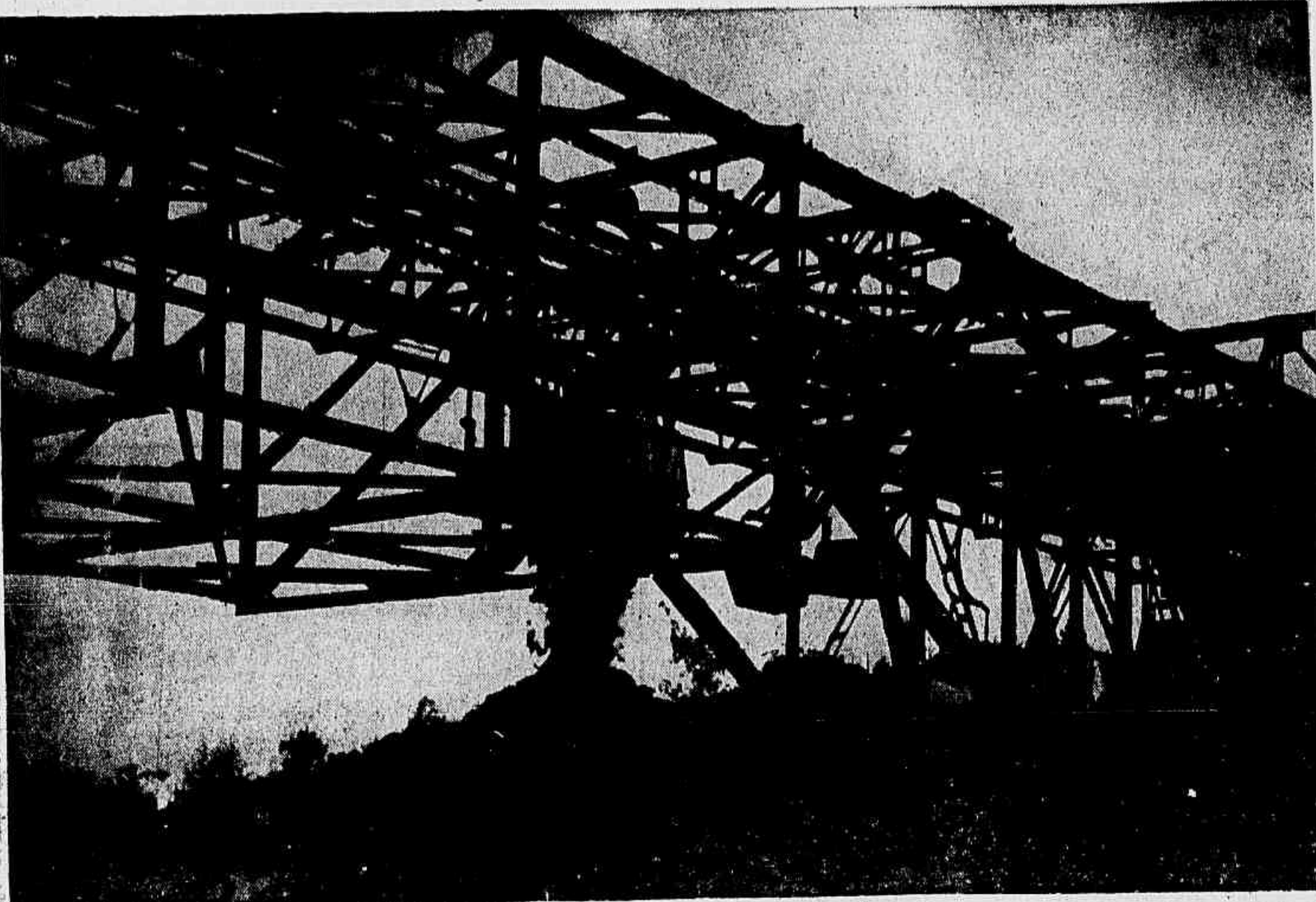
Está em moda reformar o nariz. Entre as damas do «society» não é comum frequentar a noite carregando o mesmo nariz com que vieram ao mundo. Mas numa sociedade em que se constroem hotéis de luxo para cães (notícias da Escócia) e milhares de crianças não têm um lar, é compreensível que aquelas senhoras, no desejo vão de fazer reinar as conquistas sociais, se preocupem em copiar, talvez o nariz de Aspásia, que viveu no século quinto antes de Cristo. Duvido, porém, que tenham a sabedoria e a sensibilidade daqueles gregos criadores de belezas. A sensibilidade para cheirar os acontecimentos, as mudanças, a corrida para o futuro, onde cada um se sentirá feliz com o seu nariz. A sensibilidade para cheirar os fatos. A sabedoria para entendê-los.

Com os próprios narizes ou com os narizes postiços, parece que não sentem o cheiro das dificuldades da maioria, diante da lista dos dezesseis produtos fundamentais que estão em pauta para um aumento de muitos por cento. Pão, leite, carne, luz, gás, telefone, açúcar, etc., etc. Mas as donas-de-casa que não colocam a felicidade na ponta do nariz, estão aflitadamente preocupadas pela ameaça desse novo aumento nos preços. Podem dispensar muitas coisas, coisas que estão acostumadas a dispensar, mas como deixar de comprar o pão que as crianças pedem, mal o dia lhes entra na casa, cujo aluguel, também, está ameaçado de aumento, se não for prorrogada a Lei do Inquilinato? Fazem contas e os números dizem, apesar de terem ouvido falar de suas preocupações. Podem apagar as luzes, apesar de não terem tirado as crianças. Como vai ser? Os funcionários não tiveram aumento. O salário-mínimo ainda é de seis mil cruzeiros. Não costumam dizer, certos entendidos, que o aumento de salários responde pelo aumento do custo de vida? Já lhe explicaram mil vezes essa história de salários, de lucros, de exploração, e ela entende na prática óss necessidades diárias. Um operário produz, em média, no Brasil, anualmente, quatrocentos mil cruzeiros. O salário-mínimo representa, apenas, 18% daquela produção. 82% vão para a vida luxuosa e inútil de poucos, para as festas noturnas, onde as damas passeiam os seus narizes postiços, que se tornam felos e torcidos, quando indo e voltando do aeroporto do Galeão, nas custosas viagens de turismo, sentem o cheiro da miséria, vindo lá da praia de Maria Angu, onde vivem centenas de famílias.

E, ansiosa, pergunta a dona-de-casa: Quanto custa um nariz? Se é um nariz nacional custa quase o que um operário ganha por ano. Mas se o nariz é reformado no estrangeiro, deve custar toda a vida de trabalho de um operário.

A dona-de-casa, além das notícias alarmantes sobre a carestia, passa a procurar, nas colunas sociais, o nome das damas que reformam o nariz, e certo ou errado, começa a responsabilizá-las pelas necessidades presentes e pelas futuras que não de chegar com os novos aumentos de preço. No entanto, as damas continuarão colocando narizes novos, pois é como disse o poeta inglês: «Rise da eletriz quem nunca foi ferido»...

Ana Montenegro



O minério é nosso

Universitários, ferroviários do Espírito Santo e trabalhadores de vários pontos do país condenam com crescente veemência o assalto imperialista tramado pela «Hanna» contra o Brasil. O truste lanque, além de contar com a cobertura «técnica» dos entreguistas da «Consultec» — os Lucas Lopes e Roberto Campos — intensificou, nos últimos dias, a sua ofensiva através da imprensa, particularmente o «Diário Carioca». O objetivo da «Hanna» é perfeitamente conhecido: monopolizar a exploração e exportação do nosso minério de ferro, liquidando a Companhia Vale do Rio Doce. Na foto, um detalhe da estação de descarga do cabo aéreo de Itabira, dessa empresa estatal.

Deus Está do Lado do Socialismo

Grande foi a repercussão, refletida na imprensa brasileira, dos pronunciamentos de Nikita Kruschov por ocasião da recente realização do 3º Congresso do Partido Operário Rumeno. Aliás, as agências noticiosas do imperialismo fizeram as mais desencontradas especulações em torno desses pronunciamentos.

Um discurso pronunciado numa das sessões do Congresso Kruschov, depois de abordar outras questões, se deteve no exame da situação internacional. Diluamos, hoje, todo o longo trecho do discurso em que o dirigente soviético abordou o problema da coexistência pacífica. Em nossa próxima edição, divulgaremos a parte do discurso em que é analisado o problema da inevitabilidade ou não da guerra.

Camaradas!

Os problemas das relações internacionais, as questões da guerra e da paz sempre preocuparam profundamente as massas populares. É natural. Já mais de uma vez na história a política antipopular dos imperialistas, seu desejo de repartir o mundo, de conquistar novas colônias lançaram a humanidade nos horrores de guerras devastadoras. No entanto, por mais terríveis que tenham sido as guerras passadas, se os círculos imperialistas conseguirem desencadear uma nova guerra mundial suas calamidades serão incomparavelmente mais terríveis, isso porque nas chamadas das explosões das bombas de hidrogênio poderão consumir-se milhões de homens, e a guerra atômica será literalmente catastrófica para alguns países. É por isso que os partidos marxistas-leninistas sempre são, em sua atividade, combatentes consequentes por uma política de paz sensata, e por evitar uma nova guerra mundial.

Espero que compreenderão as razões por que repito algumas verdades conhecidas. O desenvolvimento da história universal fez surgir no globo terrestre os dois sistemas sociais existentes — o socialista e o capitalista. São sistemas sociais antagonísticos. Nós, os homens do campo socialista, estamos convictos de que só a hora do capitalismo e que o capitalismo é um sistema que se tornou obsoleto. Enfrentando o capitalismo e fazendo sua maquiagem, os seus apologistas procuram prolongar seus dias. Como vocês se lembram, nos Estados Unidos da América acusaram-me de desejar enterrar todo o capitalismo, mesmo que seja pela força física. (Risos no auditório). Compreendendo a inevitabilidade do colapso do capitalismo e alegando-se pelo fato de que sua hora chegou, se pelo fato de que, não se deixam levar, em suas ações, por idéias e sentimentos ingênuos e não se preparam para enterrar todo o capitalismo: sabem para enterrar o capitalismo cava sua própria se, que o capitalismo cava sua própria sepultura. (Animação na sala. Aplausos).

Com mais propriedade, se procurarmos saber quem será o covetor e quem o defunto, basta lembrar Karl Marx: ele afirmou que a classe operária é o covetor do capitalismo. (Tempestuosos aplausos). Também eu, como membro do Partido Comunista, membro da grande e poderosa classe operária, não me excludo do número dos covetores do capitalismo. (Tempestuosos e prolongados aplausos). A classe operária de cada país cumprirá com orgulho sua missão histórica — enterrar o capitalismo e criar uma sociedade nova, a sociedade socialista, comunista. (Aplausos). Assim, a própria classe operária, os próprios trabalhadores de cada país resolverão o problema da substituição do regime capitalista pelo regime socialista. O futuro pertence à classe operária e a suas idéias, expressas na doutrina do marxismo-leninismo.

Os operários, os camponeses e a intelectualidade trabalhadora de todos os países socialistas, após conquistado o poder, encontram com seu trabalho o socialismo e o comunismo e com seus êxitos na edificação da nova sociedade mostram as vitórias que os trabalhadores de cada país podem conquistar após tomar o poder em suas próprias mãos. Por isso, quanto maiores forem nossos êxitos tanto mais entusiasmarão a classe operária de cada país na luta revolucionária em prol da derrubada do capitalismo.

Coexistência pacífica

Os comunistas têm pensamento realista e compreendem que nas condições atuais, em que existem dois sistemas mundiais, é necessário estabelecer as relações mútuas entre os mesmos de

forma a excluir a possibilidade de deflagração de guerras entre as nações. Só os insensatos e os maníacos podem hoje advogar uma nova guerra mundial. No que diz respeito aos homens de bom senso — e constituem a maioria mesmo entre os mais ferrenhos inimigos do comunismo — não podem deixar de admitir as consequências fatais de uma nova guerra.

Como é do conhecimento geral, o governo soviético e os governos dos demais países socialistas demonstraram na prática, com sua política realista, aos povos de todo o mundo sua adesão à idéia da coexistência pacífica entre os Estados. As propostas de desarmamento universal e completo, de cessação das provas com arma atômica e sua interdição integral, a redução das forças armadas dos países socialistas — penso não ser necessário enumerar aqui todos os atos de paz empreendidos por nós — são provas com credos de nosso desejo de evitar a guerra e realmente consolidar a causa da paz.

Preparamo-nos seriamente para a conferência dos chefes dos governos das quatro potências em Paris. Como se sabe, o governo dos Estados Unidos, com ações insolentes e provocadoras, torpedeou a conferência antes mesmo que se iniciasse. O nome do aviador-espião Powers, embora, evidentemente, se trate apenas de um pequeno inseto venenoso a serviço dos militaristas do Pentágono, ingressará como uma vergonha na história da América junto com os nomes dos que o enviaram a esse vôo de banditismo.

O que ocorreu em Paris não é fenômeno casual: é uma tática do imperialismo. Os imperialistas, tendo à frente os círculos agressivos dos Estados Unidos da América, foram contra a coexistência pacífica entre as nações.

Lembramo-nos da palestra que mantivemos em Camp David com Dillon, vice-secretário de Estado. Como era domingo, o presidente dos Estados Unidos voara de helicóptero à missa, (risos na sala), e me tinha dito que o senhor Dillon desejava palestrar comigo a respeito de questões econômicas e problemas do comércio. Aquela devoto, sem dúvida, foi pedir a Deus que protegesse o vôo de Powers. (Risos na sala. Aplausos). Trata-se, aliás, de uma demonstração de que hoje Deus não ouve os imperialistas. O presidente dos Estados Unidos pediu a Deus que zelasse pela missão do avião de espionagem, e derrubamos essa máquina. Quem Deus ajudou? Ficou do lado do socialismo, conforme se costuma dizer. (Animação na sala. Tempestuosos aplausos). Quando na palestra com Dillon, falei-lhe da necessidade de criar condições para a coexistência pacífica, então me fez a pergunta cínica: «E que é coexistência? Não entendo».

Vê-se o insolente que é o senhor Dillon. Ele e os de sua laia prefeririam, evidentemente, viver sózinhos, sem os países socialistas. No entanto, isso já não mais depende dele. (Animação. Aplausos).

Poderão perguntar: se os imperialistas são contra a coexistência pacífica, como iriam concordar com o encontro entre chefes de governos que deveria realizar-se em Paris?

Devemos ter em vista não haver nos países imperialistas uma atitude única em relação à coexistência pacífica. Durante as conversações que mantive em Paris com o presidente de Gaulle e o primeiro ministro MacMillan tive a impressão de que revelaram certa compreensão da necessidade da coexistência pacífica e até mesmo me demonstraram ser necessário doravante que se orientem pela política da coexistência as relações entre as nações com diferente estrutura social.

Ainda nem todos os representantes dos círculos governantes dos Estados Unidos da América podem até mesmo pronunciar as palavras «coexistência pacífica», e alguns, como, por exemplo, Dillon, declaram não compreender o que elas significam e se recusam a praticar sua política no espírito da coexistência pacífica. No entanto, o tempo é o melhor mestre e ensinará também a esses teimosos. Compreenderão, cedo ou tarde, que se acham diante de um dilema: coexistência pacífica ou guerra sangrenta e aterradora. (Tempestuosos aplausos).

Quanto ao povo americano, presume-se que fará sua própria escolha e pressagiará os dirigentes que entendem a necessidade da coexistência pacífica entre Estados com diferente estrutura social. Deve-se também ter em mente que os países imperialistas não são monolíticos e que estão minados por contradições internas. Por um lado, a classe operária, o campesinato e a intelectualidade trabalhadora e, por outro, os monopólios, os capitalistas que se locupletam com a exploração da classe operária e de todos os trabalhadores.

Os povos desses países, em particular a classe operária, o campesinato, a intelectualidade trabalhadora e até mesmo parte da burguesia não querem a guerra ou a temem. Uns não querem e outros temem. Os povos acolhem as legêndas de luta pela paz e de luta contra a guerra. E, sob a pressão dessas forças populares, os governos dos países imperialistas foram forçados a concordar com o encontro entre os chefes de governos. De antemão, porém, os imperialistas conduziram as coisas de modo a levar ao fracasso o encontro, e disso tentam culpar a União Soviética.

Agora, aqueles que enterraram a conferência derramam lágrimas de crocodilo. Choram como chorou Judas ao trair Cristo. (Gargalhadas. Tempestuosos aplausos). Crucificaram a conferência e agora dizem que culpada é a União Soviética, porque esta não calou voluntariamente na rede estendida pelas potências imperialistas.

Não vivemos na época em que se criou a lenda de Cristo: vivemos no século XX. Hoje, os representantes encanecidos do mundo capitalista admitem ser impossível deter a marcha do socialismo. E isso priva da razão certos senhores que praticam atos que se podem chamar francamente de provocadores. Ficam nervosos e perdem as estribeiras. Assim, mesmo aqueles que não desejariam desencadear a guerra podem na abofeada apertar o botão errado, e as consequências disso serão inevitáveis.

Os povos desses países, em particular a classe operária, o campesinato, a intelectualidade trabalhadora e até mesmo parte da burguesia não querem a guerra ou a temem. Uns não querem e outros temem. Os povos acolhem as legêndas de luta pela paz e de luta contra a guerra. E, sob a pressão dessas forças populares, os governos dos países imperialistas foram forçados a concordar com o encontro entre os chefes de governos. De antemão, porém, os imperialistas conduziram as coisas de modo a levar ao fracasso o encontro, e disso tentam culpar a União Soviética.

Agora, aqueles que enterraram a conferência derramam lágrimas de crocodilo. Choram como chorou Judas ao trair Cristo. (Gargalhadas. Tempestuosos aplausos). Crucificaram a conferência e agora dizem que culpada é a União Soviética, porque esta não calou voluntariamente na rede estendida pelas potências imperialistas.

Não vivemos na época em que se criou a lenda de Cristo: vivemos no século XX. Hoje, os representantes encanecidos do mundo capitalista admitem ser impossível deter a marcha do socialismo. E isso priva da razão certos senhores que praticam atos que se podem chamar francamente de provocadores. Ficam nervosos e perdem as estribeiras. Assim, mesmo aqueles que não desejariam desencadear a guerra podem na abofeada apertar o botão errado, e as consequências disso serão inevitáveis.

Denunciar o imperialismo

É por isso necessário despertar a consciência dos povos, elevar sua vigilância, organizar e iniciar a luta contra a política agressiva do imperialismo, contra os colonizadores, apoiar e ajudar aos povos que lutam por se libertar do jugo imperialista e colonial. E preciso ajudar os povos que já conquistaram sua independência política, mas dependem economicamente, a fim de que se fortaleçam e possam realizar firmemente uma política que corresponda aos interesses da paz.

Tudo isso ressalta a necessidade de denunciarmos ainda mais as chagas do imperialismo e seus vícios. Para evitar a guerra, inclusive a local, porque pode transformar-se em mundial, cada povo deve, em seu país, pressionar o governo e obrigá-lo a apoiar os princípios da coexistência pacífica entre países com diferente regime social.

O imperialismo americano fez uma provocação contra a União Soviética. No entanto, a incursão de espionagem e agressão do avião americano tem, por assim dizer, um lado positivo: os povos de todos os países, que não querem a guerra e que honestamente lutam contra ela, vêem agora mais claramente não ser possível alimentar ilusões e enfraquecer esforços na luta pela paz, não ser possível acreditar em declarações de indivíduos que põem em prática a vontade dos imperialistas.

Após o fracasso da política de vôos de espionagem dentro dos limites da União Soviética, os círculos agressivos dos Estados Unidos, procurando justificar de alguma maneira suas ações, afirmam agora que esses vôos foram necessários à defesa nacional do país, para evitar o chamado ataque de surpresa por meio da determinação dos lugares onde se acham situadas as bases soviéticas de foguetes. A decisão de não cessar esses vôos até mesmo às vésperas do encontro entre os chefes de governos fora tomada — continuam a afirmar — tendo-se em vista a importância particular dos vôos de espionagem para salvaguardar a defesa dos Estados Unidos. Que invenção absurda e que insolente mentira!

Nada há que justifique vôos traçadores de espionagem, mesmo que sejam ditados pela necessidade de salvaguardar a defesa, porque a incursão de aviões militares em país alheio é violação de soberania. Atenta contra a segurança do país em que o avião penetra, e este país tem todo o direito de tomar tais medidas necessárias à sua defesa. Sabemos que justamente vôos desse tipo e a violação da soberania podem realmente constituir motivo que provoque uma nova guerra.

Está abaixo da crítica, sob qualquer ponto de vista, a menção da necessidade de garantir a defesa dos Estados Unidos, conforme alegam os círculos agressivos americanos. Afirmando que os materiais recolhidos pelos aviões de espionagem não têm qualquer valor para salvaguardar a defesa dos Estados, sabemos perfeitamente bem que os vôos dos aviões de espionagem foram feitos justamente em regiões onde não há bases de foguetes nossas. Sabemos que há 2 ou 3 anos foram fotografadas as localizações de novos polígonos, onde fazemos lançamentos experimentais de foguetes. Foram fotografados justamente os polígonos destinados às provas das armas em foguetes e não bases de foguetes militares e estratégicas. Que os senadores americanos, que agora estudam toda essa sujeira, recorram à opinião de técnicos, se eles próprios não puderem tirar suas conclusões. E, se quiserdes, nós próprios estamos preparados para dar-lhes uma aula, e então se convencerão de que os aviões americanos não voaram sobre bases de foguetes, e sim sobre polígonos de provas. (Animação, prolongados aplausos). Foram, evidentemente, fotografados outros objetivos, mas não têm qualquer relação com as bases de foguetes.

Só os que se orientam pela política de «balança à beira da guerra» podem justificar a política aventureira capaz de provocar um conflito militar, jogando com os sentimentos nacionais do povo americano. Os que brincam com a guerra brincam com fogo. Declaramos: se forem empregados outros métodos de espionagem, também serão paralisados e os rechaçaremos. (Prolongados aplausos).

Suponhamos, porém, que as bases de foguetes fossem fotografadas. Que significação pode isso ter para a defesa de um país, para evitar um ataque de surpresa? Nenhuma. As informações relativas à localização das bases de foguetes não podem ter interesse para o país que

zele por sua defesa e sim apenas para aquele que tenciona agredir, pretendo dar o primeiro golpe e por isso quer destruir as bases de foguetes para, após o ataque, evitar a represália. Verdade é que com os recursos modernos não se podem destruir bases de foguetes com um só, dois ou alguns golpes; a técnica dos foguetes facilita hoje a possibilidade de vibrar-se o golpe de represália em qualquer caso.

Por conseguinte, a localização das bases de foguetes não pode livrar um país do ataque, e como o governo dos Estados Unidos afirma que não será o primeiro a atacar, pergunta-se: por que então realizar tais vôos de agressão, que violam as relações normais entre as nações e provocam conflitos, que podem levar à guerra?

Se um governo realmente defende a paz e procura resolver os problemas internacionais em litígio por meio de entendimentos e não pela guerra, então nunca recorrerá a vôos de agressão e de espionagem, que levam ao objetivo oposto — ao aguçamento, à tensão da situação internacional e podem provocar um conflito armado.

Os dirigentes do governo dos Estados Unidos ressaltam o fato de que o avião militar abatido a 1 de maio não estava armado. Realmente, era um avião de reconhecimento, equipado com instrumentos de exploração — aparelho de radiolocalização e aparelhos fotográficos. No entanto, poderia também transportar a bomba atômica. Conclui-se que agora devemos criar um aparelho que nos indique se determinado avião carrega arma nuclear ou não. Ou, talvez, devemos perguntar ao aviador: «O senhor está voando na União Soviética com bomba atômica ou com um aparelho de espionagem?» (Gargalhadas. Aplausos).

Não, senhores, não vamos gastar dinheiro em pesquisas desse tipo ou perguntar aos aviadores com que voam na União Soviética.

Sabemos, se um avião penetra no espaço de outro país sem permissão, que se trata de diversionismo, de provocação, e, por conseguinte, o país deve defender-se. E quais são os meios de defesa existentes? Derrubar o avião e golpear a base de onde procede. (Prolongados aplausos).

O povo dos Estados Unidos da América e os povos dos países a eles aliados, onde estão situadas as bases militares americanas, devem concluir que a política posta em prática pelos Estados Unidos é a política de Dulles, a política de Adenauer, a política «à beira da guerra». E aquele que realiza uma tal política pode lançar todos os povos no abismo da terceira guerra mundial.

Nada tinham a propor

Camaradas! Agora é claro para todo o mundo que os Estados Unidos, que torpedearam a conferência de cúpula, não tinham nenhuma proposta construtiva a debater no concluído. A delegação soviética, porém, não foi à conferência com a pasta vazia: era portadora de propostas concretas que, por culpa alheia, não puderam ser discutidas na reunião dos chefes de governos. No momento, porém, nossas propostas já foram distribuídas aos governos de todos os países e submetidas à consideração do Comitê dos Dez Para o Desarmamento.

Se também as potências ocidentais dispusessem de quaisquer planos positivos, poderiam dá-los agora à publicidade, como fez a União Soviética, ao publicar suas novas propostas de desarmamento, e assim demonstrarem a todo o mundo que realmente possuem algo a apresentar quando foram a Paris. No entanto, nada se ouve do lado do Ocidente: nenhuma proposta razoável. Do Ocidente só se ouve uma cantiga, velha e muito enjoativa: as propostas de desarmamento da União Soviética não passam de propaganda.

Tudo o mundo vê agora que realmente se preparou para o desarmamento, e se preparou propostas para conseguir resultados positivos, e quem não se preparou para a conferência de cúpula, tencionava fazê-la fracassar e logrou seu intento.

Embora a conferência de Paris tenha sido torpedeada pelos círculos agressivos dos Estados Unidos, não desapareceu, nem os problemas internacionais já maduros que continuam a exigir solução. Para se conseguir relações normais entre as nações e excluir a possibilidade de uma nova guerra mundial é preciso resolver o problema do desarmamento geral, destruir os meios de realizar a guerra e dissolver as forças armadas dos Estados, sob um controle internacional adequado, é claro. É preciso acabar com os restos da segunda guerra mundial, celebrar um tratado de paz com os dois Estados alemães e solucionar, nessa base, a questão de Berlim Ocidental.

A União Soviética e os demais países socialistas estão prontos, mesmo agora, a enviar seus representantes para assinar um acordo de desarmamento universal e o tratado de paz com a Alemanha. Por mais de uma vez conclamamos as potências ocidentais a manifestarem boa vontade. Os círculos agressivos dos Estados Unidos não queriam, porém, solucionar esses problemas: o que desejavam era uma provocação para levar o encontro ao fracasso e impedir, assim, o debate dos problemas internacionais já maduros.

Que conclusão se pode tirar do fracasso da conferência? Se o governo dos Estados Unidos continuar a realizar a política anunciada por Herter, se continuar com os vôos — isso terá, evidentemente, as mais pesadas consequências para a causa da paz.

Os políticos que agora exercem a



Cabeça foi feita para ser usada

direção dos Estados Unidos demonstram sua agressividade e intransigência. Es, tão tão cegos pelo ódio ao comunismo que perderam a capacidade de compreender sensatamente as condições atuais do mundo. Os atuais dirigentes dos Estados Unidos, evidentemente, não estão em condições de estabelecer com acerto as relações entre países com diferentes regimes sociais.

Não é problema nosso, e sim do povo americano, resolver quem será o próximo presidente dos Estados Unidos. Mas nosso Estado, nosso povo, que querem viver em paz e amizade com o povo americano, estão interessados, é claro, em que seja eleito um presidente e formado um governo que compreendessem e corrigissem os erros cometidos pelo atual governo dos Estados Unidos.

A União Soviética e os Estados Unidos são grandes potências mundiais. A própria história reservou-lhes esse lugar. Dessas duas potências muito dependerá o desenvolvimento da situação internacional — pelo caminho da consolidação da paz ou pela senda do aguçamento das relações.

O governo soviético tudo fez para que continuassem a desenvolver-se as relações que, de certo modo, se estabeleceram entre nossos países. No entanto, os dirigentes americanos tudo fazem para lançar o mundo aos piores tempos da «guerra fria». E isso não se faz casualmente, e sim segundo um plano, como de fato admitiram o secretário de Estado Herter e o presidente dos Estados Unidos. Admitiram que premeditadamente enviaram um avião de espionagem para dentro das fronteiras da União Soviética. É claro que todo governo e todo político sensato entende que o envio de um avião de espionagem e a incursão nas fronteiras de outro país não podem contribuir para melhorar as relações entre as nações, resolver os problemas que deveriam ser discutidos no encontro de cúpula.

O caminho a seguir

Nessas condições, que orientação devemos seguir? Devemos aceitar esse «desafio» e desistir dos esforços feitos pelos povos de nosso país para conseguir um alívio nas relações internacionais, para acabar com a «guerra fria» e normalizar as relações entre as nações? Não: seria uma política errada. Se enveredássemos por esse caminho estariam nos deixando levar pelos imperialistas, que se locupletam com a «guerra fria» e a corrida armamentista. Estariam correspondendo a seus desejos. Por conseguinte, receberiam recompensa por seus atos de provocação. Não devemos permitir que tal aconteça. Ao deitar abaixo o avião «U-2» não só abatem um espião e um provocador: abatem a arrogância dos imperialistas americanos, quebramos o orgulho dos militaristas do Pentágono! (Prolongados aplausos).

Todos os povos querem a paz, e inclusive o povo americano. Isso não duvidava antes de viajar para os Estados Unidos e disso nos convenceramos durante minha estada ali. E se agora, em consequência do fracasso da conferência, as mentiras, as calúnias e a mobilização de todas as forças para atacar a «guerra fria» consegue enganar alguém, trata-se de um fenômeno temporário que, cedo ou tarde, cederá lugar a uma situação mais sã.

O que ocorreu é uma das manifestações das convulsões do imperialismo. Os círculos agressivos continuaram a nos provocar. Por isso nós, representantes do mundo socialista, representantes da classe operária, representantes do campesinato, devemos, com audácia e firmeza, rechaçar os militaristas e fazer fracassar seus intentos agressivos.

Lendo a imprensa de diversos países e as cartas que recebo, vejo que nem lódas as pessoas, e até mesmo as que são pela coexistência e lutam por salvaguardar a paz, compreendem perfeitamente a posição assumida pelo governo soviético em Paris. Alguns me perguntam por que nós, mesmo depois que o

Criticando os dogmáticos que se contentam em repetir citações, Kruschov lembrou Marx, Engels e Lenin não estão mais ao nosso lado e, assim, nós é que temos de solucionar os problemas impostos pela vida.

presidente Eisenhower declarou que suprimira os vôos sobre o território da União Soviética, não concordamos em participar da conferência de cúpula. Dizem-nos: por que saíram de Paris depois que o presidente satisfizer a União Soviética com a declaração de que os vôos cessariam?

Desejaria uma vez mais explicar a questão, e o faço para ajudar a que os homens de boa vontade, que realmente desejam que a paz domine na terra, compreendam perfeitamente a posição da União Soviética.

Subterfúgio de Eisenhower

A respeito da cessação dos vôos, o presidente falou em Paris no encontro preliminar dos chefes das quatro potências, o que foi feito mais ou menos no seguinte espírito: «Não, Dwight Eisenhower, concedo-me-lhes o seguinte: revogamos os vôos de espionagem sobre o território da União Soviética».

Os senhores mesmos que o julguem: é admissível esse tom para um entendimento sério com os representantes de um grande e poderoso Estado socialista? Quando pedimos o presidente precisar por quanto tempo os vôos seriam suspensos, respondeu: durante minha permanência na Casa Branca. Devemos prestar atenção particular a essa declaração. Já não falo da própria decisão — revogar os vôos. O presidente dos Estados Unidos ratificava essas vôos, permitindo os vôos de espionagem antes do próprio encontro dos chefes de governo. Depois que derrubamos o avião agressor, declarou-se que esses vôos eram realizados no interesse dos Estados Unidos, e que continuariam a efetuar-se. Foi o que disse Herter, mas invocou o nome do presidente, e esse com ele concordou.

Quando chegamos a Paris, o presidente fez uma declaração a respeito da revogação dos vôos. Fé-lo sob a pressão da opinião pública mundial e, provavelmente, sob a pressão da França e da Inglaterra. No entanto, todo aquele que entenda de política, embora pouco, deve compreender que, já que o presidente revogou os vôos, pode abolir a própria revogação, isto é, permitir novamente e ratificar, de maneira planificada, novos incursões de aviões na União Soviética.

Essa declaração do presidente é um subterfúgio, uma meia medida, não é uma admissão da injustiça da política de agressão. Ao falar da revogação dos vôos, parecemos fazer um favor à União Soviética. Não precisamos, porém, de essa meia medida. Principalmente vindos dos imperialistas, nunca as aceitamos, continuamos a repudiá-las e assim continuaremos a agir no futuro. (Tempestuosos aplausos). Lutamos pela segurança não só do nosso país como também pela segurança de todas as nações soberanas. A União Soviética exige o respeito à soberania de todos os países do mundo e que ninguém ouse violá-la.

O presidente revogou os vôos. E se revogar a sua decisão e os vôos continuarem, o que devemos então fazer? Derrubaremos os aviões e golpearemos as bases de onde procedem. (Prolongados aplausos). Desejamos, porém, que o governo dos Estados Unidos adquira consciência de que o jogo com os vôos de espionagem é uma aventura e que sua realização é ato de agressão contra a União Soviética e contra qualquer outro país. Exigimos, por isso, que se admita que esses atos não irregulares, que se desculpassem e castigassem os culpados, e que se afirmasse que isso não mais se repetiria. Qualquer país soberano, que não seja satélite dos Estados Unidos procederia da mesma forma.

Não temos o propósito de topar as provocações e nos afastar da linha geral de nossa política exterior, definida pelo XX Congresso do PCUS e ratificada pela Declaração dos Partidos Comunistas aprovada em 1957 durante as festividades do 40º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. É a política de coexistência, de consolidação da paz, de alívio da tensão internacional e de liquidação da «guerra fria».



Esta é a era do comunismo

No Congresso dos comunistas rumenos, Kruschov disse mais uma vez, alto e bom som: o mundo marcha mesmo e para o comunismo, e nenhuma força capaz de impedir essa marcha. Os trabalhadores o conseguirão na paz.

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 8 a 14 de julho de 1960 Nº 71

Missionários Americanos Estão Roubando Minério do Amazonas

Dicionário BNDE

A reportagem que abaixo transcrevemos foi publicada no «Jornal do Comércio» de Pernambuco, do dia 8 de junho. Na transcrição, respeitamos integralmente o texto e os entretítulos do órgão pernambucano. O título é de responsabilidade da redação de NR.

LETHEM, Guiana Inglesa — junho (De Rogaciono Leite, via Cruzeiro do Sul, para o JORNAL DO COMMERIO) — Na companhia do engenheiro paulista Nazareno Lasso, acabamos de visitar (e fotografar) a localidade «Bonfim», defronte à est. cidade, no lado do Brasil, à margem esquerda do rio Tacutu, em plena faixa de fronteira do nosso território com a Guiana Inglesa, onde, há cinco anos, o pastor norte-americano William Neill Hawkins adquiriu benfeitorias, construiu campo de pouso, hangar, escolas e passou a ensinar inglês e difundir seu credo religioso entre os nativos da região, sem qualquer assentimento por parte das autoridades brasileiras.

Aqui, em Lethem, informam-nos que vários quadrimotores norte-americanos desçam freqüentemente no aeroporto local, descarregando mercadorias para a «Missão» do «Bonfim», e daqui regressam conduzindo outro tanto de volumes, entre os quais já têm sido vistos numerosos sacos de areia de cor preta, extraída do fundo do rio Mau. Adiantam que tais aviões sobrevoam demoradamente a fronteira do Brasil e que num destes já foi vista aparelhagem técnica para localização de minérios radioativos, inclusive um oscilômetro GEIGER.

As autoridades britânicas em Lethem manifestaram ao repórter a sua estranheza por não terem sido as autoridades brasileiras oporidas claramente as verdadeiras atividades de mais de dezenas de norte-americanos que, a despeito de Missões Religiosas, estão se infiltrando em nossa fronteira com a Guiana Inglesa e a Venezuela, onde já mantêm campos de pouso, aparelhos de radiotelegrafia e outros acessórios para ensino inglês e religião a meia-dúzia de índios. Há poucos dias, reuniram-se na base do «Bonfim» cerca de trinta missionários «yankees», entre estes alguns que vieram especialmente dos Estados Unidos, participar da assembleia.

Em Boa Vista, capital do Território do Rio Branco, a Missão do «Bonfim» mantém um hangar e um avião de prefixo PT-MH, para quatro passageiros, o qual vive em permanente serviço na região. Esse aparelho está substituindo o de prefixo N.5164H, de igual capacidade, que, há cerca de um ano, foi aprisionado por ordem do Governador Hélio Araújo, por se encontrar voando com prefixo estrangeiro dentro do nosso país. O referido aparelho está exposto ao relento, em Boa Vista, como se nada houvesse acontecido, atestando assim o poder econômico das ditas Missões. Também outro avião norte-americano foi aprisionado ali, posteriormente: o de prefixo N5060K, tipo anfíbio, para quatro passageiros, por ter sido denunciado, desde que entrou irregularmente na Guiana Britânica. Seu piloto (dizem que era um geólogo) fugiu e o «Sara» (este é o nome do avião, escrito na porta) continua na

aeroporto de Boa Vista, como um ponto de interrogação para quantos não conhecem a sua nebulosa história.

A primeira denúncia

O Governador Hélio Araújo e grande parte da população não encaram com simpatia a permanência dos missionários da «Cruzada de Evangelização Mundial» no Rio Branco, principalmente pelos ares de mistério de que eles se revestem, quando se sabe que no seu seio existem geólogos, mineralogistas, cartógrafos, etc. O atual Governador do Território, a exemplo de seu antecessor, Major José Maria Barbosa, já remeteu relatório ao Conselho de Segurança Nacional, mas se comenta em Boa Vista que o governador teria recebido «ordens» para não mais tocar no assunto.

Para evitar que se diga que o repórter está carregando nas cores, vamos transcrever os principais trechos do relatório governamental do Major José Maria Barbosa, então Governador do Território do Rio Branco, no qual ele sintetiza a sua denúncia oficial; documento, portanto, mais do que insuspeito:

«Em meu ofício nº 382-58, de 26 de maio de 1958, ciente que o Conselho de Segurança Nacional de que William Neill Hawkins, Secretário da «Cruzada de Evangelização Mundial», fundara, no lugar denominado «Bonfim», neste Território, à margem esquerda do rio Tacutu, defronte à cidade de Lethem, capital do distrito Guianense, de Rupuni, uma missão de catequese de indígenas, sob o patrocínio da «Cruzada de Evangelização Mundial»...»

«Pormenorizando as atividades da referida Missão no lugar «Bonfim», que visitei pessoalmente para ter uma idéia exata da mesma, informei o Conselho de Segurança Nacional sobre as minhas observações, esclarecendo haver encontrado, naquele trecho de nossa fronteira, um aglomerado humano organizado num pequeno povoado dotado de várias instalações para local tão distante dos centros mais civilizados. Casas confortáveis com água encanada, luz elétrica, rádio-receptores, refrigeradores, fogões, etc., estando mais a despesa da Missão completamente sortida de produtos alimentícios e outros gêneros de procedência estrangeira.

«Vi, ainda, um avião de prefixo estrangeiro (N5164H-Piper), hangar, campo de pouso, camioneta para carga e uma canoa de alumínio com motor de pópa, para travessia do rio. Mais de vinte cidadãos de nacionalidade inglesa ou americana residem no local. Constatei, posteriormente, que os missionários da dita «Cruzada de Evangelização Mundial», além do campo de pouso do «Bonfim» (sua base de operações no Rio Branco) construíram outras pistas de pouso para avião, sendo uma na serra do Pium, nascente do rio Tacutu (fronteira com a Guiana Britânica) e as demais na fronteira com a Venezuela: em «Boa Esperança», fa-

zenda situada no rio Uricacoera, nas margens do rio Ericó, ao pé da serra do mesmo nome e na encosta da cordilheira do Parimá, nosso divisor setentrional com aquela República latina — ao todo cinco campos de pouso construídos em território brasileiro, sem conhecimento ou consentimento das autoridades nacionais.»

Sujeição econômica absoluta

Prosegue em seu relatório o então Governador:

«Investigando a origem da instalação dos missionários da «Cruzada de Evangelização Mundial» no Território do Rio Branco, verifiquei ter a mesma organização adquirido, em 1955, mediante procuração ao cidadão brasileiro Osvaldo dos Santos Melo e por escritura pública passada em Notário desta Capital, as benfeitorias existentes no lugar denominado «Bonfim», deste Território, a que me referi, onde se instalaram os missionários chefiados por William Neill Hawkins, surgindo, da noite para o dia, naquela região distante dos centros fornecedores e desprovida de recursos para construções, o povoado aludido.»

«Acontece ainda que, conforme frisei, os missionários do «Bonfim» apenas adquiriram as benfeitorias do lugar, mas isso não impede que, sem nenhum direito, procedam como donos das respectivas terras e entrem em conflito com os possesores vizinhos, exigindo dos moradores que se instalam nas proximidades da Missão, atraídos pelas vantagens oferecidas, que freqüentemente as suas aulas e o culto da religião por eles ministrada, mantendo-os além disso, dada a condição do pauperismo desses moradores, numa sujeição econômica absoluta.»

A credencial do pastor era uma carta particular

Continua o denunciante:

«Receendo as consequências dessa insólita atividade dos missionários do «Bonfim» em nossa fronteira, comecei imediatamente a agir, solicitando o comparecimento de William Neill Hawkins, chefe da Missão, à minha presença. No ensejo, pedi-lhe que me exhibisse as suas credenciais para alvar neste Território, em objeto de catequese de indígenas. E, ao que parecia incrível, o que me apresentou o sr. Hawkins foi tão-somente uma carta particular datada de 3-9-55, dirigida à «Cruzada de Evangelização Mundial» pelo sr. Laurival da Mota Cabral, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, autorizando o mencionado Hawkins a estudar a localização de grupos indígenas no rio Uricacoera e eventualmente prestar serviços de assistência social e religiosa. A justificativa da construção de campos de pouso para aviões em território nacional e manutenção de um avião de prefixo estrangeiro em tráfego constante, é tão-somente uma licença para pousar em território brasileiro o avião N5164H-Piper, concedida pela Diretoria de Aeronáutica Civil.»

Desmoralização das nossas instituições

Afirma, em seguida, o Major José Maria Barbosa:

«O que está acontecendo no lugar «Bonfim», onde as autoridades nacio-

nais, à falta de recursos, não podem cumprir com a Missão da «Cruzada de Evangelização Mundial», aparentemente contando com substancial ajuda financeira e apoio estrangeiro à sua disposição, para a instalação de postos equipados e dotados de conforto em plena fronteira brasileira, é quase uma desmoralização das nossas instituições aos olhos dos habitantes da região. A eficiência e o interesse dos missionários, que em tudo se esforçam para oferecer o melhor, preslando, além da assistência religiosa aos índios, toda espécie de assistência social aos moradores das proximidades, cria para as autoridades nacionais uma situação de verdadeiro desprestígio perante os beneficiários, dando-lhes a impressão de que o Governo brasileiro não lhes dedica a mínima atenção, quando os elementos estrangeiros tudo fazem pelo seu bem-estar.»

Uma séria advertência

Numa séria advertência a quem de direito, diz em seu longo relatório o Major José Maria Barbosa:

«Essa atividade dos missionários da «Cruzada de Evangelização Mundial» no lugar «Bonfim» é uma reedição perfeita de lamentáveis acontecimentos verificados há mais de um século, na mesma região, e dos quais resultou, em 1901, por decisão arbitral do Rei da Ilália, o Tratado de Londres, pelo qual perdeu o Brasil considerável faixa de terra fronteiriça com a Guiana Inglesa.»

Após descrever como o pastor anglicano Thomas Yaud instalou a sua catequese na Aldeia de Pirara, do que resultou o mencionado Tratado de Londres, o autor da presente denúncia faz a seguinte observação:

«A exemplo do pastor Thomas Yaud, também o pastor William Neill Hawkins fundou, no lugar «Bonfim», deste Território, uma missão de catequese de indígenas das redondezas. Urge, pois, tomar medidas drásticas e imediatas, para que disso não resultem as mesmas funestas consequências do malfadado litígio sobre Pirara, com nova espoliação do nosso território.»

«Convém notar — diz o denunciante — que tais fatos não acontecem apenas na fronteira do Território do Rio Branco, mas também nos Estados de Goiás, Mato Grosso, Amazonas, Pará e outros Territórios vizinhos, contornando o ofício nº 142 — Reservado, de 3-3-1958, dirigido pelo Sr. Cel. José Diniz Guedes, Diretor do Serviço de Proteção aos Índios, ao Exmo. Sr. Ministro da Agricultura, sobre Missões Religiosas Estrangeiras, donde se conclui que tais Missões de catequese religiosa se interessam tão-somente pela região da bacia amazônica, e sempre a sua permanência não é regularizada junto às autoridades competentes. Todavia,

Nota Econômica

Em menos de uma hora de debates, dizem os teleguias, passou por todos os trâmites necessários e foi aprovado pela Câmara dos Representantes de Washington o projeto que autoriza o presidente dos Estados Unidos a reduzir a cota do açúcar cubano importado por aquele país. Esperam os senhores representantes, acrescenta o noticiário, que o Senado aja com a mesma presteza e assim seja assestado um golpe sobre esse pequenino membro da família de Estados americanos...

Não é preciso insistir no que essa lei representa como monstruosa agressão de um país imperialista contra um Estado que apenas luta pela sua emancipação econômica. Depois de haver conquistado a política em duras batalhas. Nem tampouco é necessário relacionar esse fato com a decadente política de solidariedade pan-americana, que só funciona a favor dos interesses do imperialismo norte-americano. Queremos, aqui, entretanto, mostrar a falsidade das alegações norte-americanas, quando procuram apresentar a agressão a Cuba como uma simples retirada de supostos favores que os Estados Unidos, viriam fazendo a esse admirável país latino-americano, pagando por seu açúcar um preço superior aos vigentes no mercado internacional.

De fato, os preços pagos pelos importadores norte-americanos pelo açúcar importado, tanto de Cuba, como de outras procedências, é superior à cotação internacional do produto. Por quê? Acaso trata-se de um favor aos produtores cubanos ou de outros países? Nada disso. Em verdade, os preços do açúcar são e continuarão a ser mais altos nos Estados Unidos devido à incapacidade dos usineiros norte-americanos de produzirem açúcar barato. Se nos Estados Unidos imperasse a livre concorrência para o açúcar, os preços baixariam, mas os usineiros de Louisiana e da Flórida e os plantadores de beterraba açucareira iriam à bancarrota. Portanto, se se deseja falar em privilégios, só se pode ter em vista os produtores norte-americanos, que precisam dos preços altos para poder continuar vivendo.

As exportações de açúcar cubano para os Estados Unidos formaram-se historicamente. Elas foram o instrumento de que se valeu o imperialismo norte-americano para dominar a economia cubana e deformá-la ao extremo. Hoje, a produção de açúcar representa um terço da renda nacional cubana; e as exportações do produto são 80 por cento de todas as exportações do país. Acontece que a revolução, vitoriosa há apenas ano e meio, decidiu modificar esse estado de coisas e desenvolver a economia nacional cubana de maneira multilateral, de acordo com as possibilidades, os interesses e as conveniências do país. Uma de suas pri-

meiras medidas foi romper o círculo de ferro em que o imperialismo norte-americano envolveu a economia açucareira de Cuba; quebrou o monopólio lanque, vendendo grandes partidas ao mercado socialista. Talvez seja esta, mais que qualquer outra, a razão do agouamento dos imperialistas dos Estados Unidos — afivelam eles a máscara de democratas ou de republicanos — ao promover sanções econômicas contra Cuba. Enquanto dominavam absolutos o mercado cubano, a tudo bem: perdido o domínio, perderam também as estribeiras.

A máscara dos intrusos

Eis os dois períodos finais do relatório governamental do Major José Maria Barbosa:

«Lógico é, por conseguinte, e sobretudo patente, que essa justificativa do empenho em catequizar os nossos indígenas constituiu a máscara predileta dos intrusos estrangeiros, disfarçados em Missões de variada nomenclatura, máscara essa, porém, que a ninguém mais ilude, uma vez que tamanha interesse em levar aos índios brasileiros, no profundo e perigoso recesso da floresta amazônica, os ensinamentos religiosos, por puro e simples espírito missionário, se torna muito estranho, quando todos sabem que nos próprios países de origem dos tais catequizadores ainda existem populações ignorantes da doutrina bíblica.»

«Eis porque insistimos na semelhança dos acontecimentos de hoje com os de 1838, nesta região da fronteira brasileira com a Guiana Britânica. Não há negar que, seja qual for o objetivo dos missionários da «Cruzada de Evangelização Mundial», simples catequese (que por si só já é humilhante aos brasileiros da fronteira, às autoridades nacionais e motiva o contrabando de gêneros e produtos) ou cabeça de ponte para a futura usurpação de mais um pedaço do Brasil, pois, com certeza, olhos estranhos estão sondando as tabulosas riquezas já estudadas por Robert Schomburgk, na viagem que fez do Roraima ao Tipurema, extremo norte do rio Uricacoera em 1838-39, assim como Theodor Koch-Gumberg (1911-12), William Curtis Farabee (1913) e Hamilton Rice (1924-25) ocultos na imensa, desconhecida e inacessível cordilheira do Parimá, nas nossas fronteiras com a Venezuela, impõem-se providências inadiáveis, e assim pensando é que me apressei a dar conhecimento de tais acontecimentos às autoridades responsáveis pela Segurança Nacional, a fim de que nada tenhamos a lamentar de futuro.»

Apesar de denúncias como esta, os referidos missionários continuam operando nas nossas fronteiras, sem que se saiba ao certo quais as suas verdadeiras atividades e os motivos pelos quais nunca legalizaram a sua estranha situação, a qual já está sendo vista no Rio Branco como uma invasão territorial disfarçada e ao mesmo tempo acin-

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) foi criado em 1952, através da lei 1.628, com o objetivo específico de incrementar o desenvolvimento econômico básico no país. Do ponto de vista administrativo, o BNDE é uma autarquia sujeita ao Ministério da Fazenda, com um capital social de 20 milhões de cruzeiros, totalmente subscrito pela União.

O surgimento do BNDE relacionouse com a execução dos projetos elaborados pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, sendo a missão do Banco realizar a mobilização dos recursos em cruzeiros. Os recursos em outras moedas seriam obtidos mediante financiamentos externos. Entretanto, como é sabido, a Comissão Mista foi dissolvida logo depois da eleição de Eisenhower, em 1952, e só uma parte dos prometidos financiamentos externos foi concedida. Isto significava que nós próprios, o Brasil, deveríamos tratar de conseguir todos os fundos necessários — tanto internos, como externos — para a concretização dos nossos projetos de desenvolvimento. Em consequência, cresceu ainda mais a importância do BNDE.

Os recursos de que o Banco dispõe para os financiamentos provêm de diferentes fontes: taxa adicional variando entre 15 e 25 por cento sobre o imposto de renda superior a determinado montante; taxa de 4 por cento paga pelas companhias de seguros e capitalização; 1 por cento dos depósitos das Caixas Econômicas Federais; e outras fontes de menor vulto. São os chamados recursos próprios e que, até 1959, totalizaram mais de 45 bilhões de cruzeiros. Além desses recursos próprios, há também os recursos especiais — provenientes da execução dos acordos sobre excedentes agrícolas com os Estados Unidos — e que até 1959 elevaram-se a 8,8 bilhões de cruzeiros. Por fim, há os chamados recursos vinculados, isto é, os recursos financeiros depositados no Banco em caráter transitório e por prazo variável e que se caracterizam pelo fato de terem por força de dispositivo legal, destinação especial e identificada. Os recursos vinculados alcançaram até 1959 um montante igual ao dos recursos próprios, isto é, 45 bilhões de cruzeiros.

No caso dos recursos vinculados, o BNDE desempenha, geralmente, a função de depositário e em muitos casos não lhe cabe decidir quanto à liberação ou aplicação dos mesmos.

Entre os componentes dos recursos vinculados, figuram o Fundo Federal de Eletrificação, o Fundo Portuário, o Fundo da Marinha Mercante, o Fundo de Pavimentação e outros. No caso do Fundo Federal de Eletrificação, por exemplo, cujas arrecadações montaram, até 1959, a 8,5 bilhões de cruzeiros, o Banco tem certa margem de ação, podendo mesmo adiantar a entrega de cotas a empresas de economia mista de eletrificação. Aliás, como é sabido, somente a Central Elétrica de Furnas já com prometer os recursos do Fundo Federal de Eletrificação até 1963, tendo o Banco feito entrega antecipada de cotas a serem recolhidas pelo Fundo.

Uma grave deficiência na função financeira do BNDE reside nos numerosos e vultosos empréstimos feitos pela instituição a empresas estrangeiras, limitando, ipso facto, os recursos destinados aos empreendimentos nacionais. Assim, o país não só não conta com os prometidos recursos estrangeiros, como financeira, ele próprio, o capital estrangeiro que aqui vem mobilizar capitais nacionais, funcionando como bombas de sucção... montadas com peças nacionais...

Tubarões Venceram Acabou-se a COFAP

Ante a expectativa geral e mesmíssima numa certa atmosfera de «suspense», o presidente Juscelino Kubitschek assisteu ao golpe de graça na COFAP. Liquidou-a. Quem ganha e quem perde com isto? Indiscutivelmente, o fim da COFAP corresponde aos anseios e aos reclamos do tubarato, daqueles líderes mais atrasados e reacionários das classes conservadoras, que vinham de há muito pedindo esta providência. De resto, é uma aspiração natural dos tubarões que não exista qualquer freio, qualquer limitação, ainda que débil e ineficiente como a COFAP, à sua ânsia de lucros.

A campanha de desmoralização contra a COFAP, feita de dentro como de fora daquele órgão, terminou, portanto, por dar seus frutos. Ninguém pode cometer a tolice de negar que a COFAP, mediante as negociações e as transigências com os tubarões, passou de órgão incumbido de zelar pela economia popular, a centro corrupto e corrotor. Ai estão negociadas como a importação de feijão póbre — ao tempo da gestão Mindello —, a venda de produtos importados a preços escorregantes, às caixinhas para suborno dos fiscais e tantos outros fatos que

levam lenha para a fogueira dos exploradores. Entretanto, seria também rematada má fé atribuir todas essas deficiências ao órgão em si mesmo, como se a corrupção fosse companheira obrigatória de qualquer política de controle de preços. Hája vista a gestão do general Ururahy Magalhães e a luta memorável que ele se viu obrigado a sustentar contra os trustes estrangeiros da carne. E certo que terminou sendo derrotado pelo capital imperialista, mas não é menos certo que o episódio serviu para esclarecer a opinião pública acerca da essência do problema da carne no Brasil e para mostrar que ele nunca será resolvido enquanto os frigoríficos imperarem entre nós.

Acabou-se a COFAP. E que ficou em seu lugar? Deveria ter ficado, como estava previsto, a Superintendência da Produção e do Abastecimento, mas esta não passa ainda de letra morta dormindo em alguma gaveta da Câmara, cercada do desinteresse do governo. Ao invés de promover os meios de aprovar esse projeto, ou, então, de prorrogar a lei da COFAP, o governo limitou-se a transferir para outro órgão, o

Conselho Coordenador do Abastecimento, parte dos poderes da extinta. Mas, até quando exercerá o CCA a função de controle de preços? Ai já entra outro projeto de lei, o que cria o Ministério da Indústria e Comércio, algo profundamente vago, mas que deverá sair da fantasmagoria a 1º de fevereiro próximo...

De concreto, pois, temos que a COFAP foi liquidada e que a Superintendência da Produção e do Abastecimento, que deveria sucedê-la, está condenada a nascer morta.

Aliás, não há muito que surpreenda na decisão do governo. Trata-se de deixar os preços ao sabor dos tubarões, ou, o que é o mesmo, do coronel Danilo Nunes, secretário do Conselho Coordenador. No mesmo dia em que algumas das atribuições da COFAP passaram para o CCA, disse o coronel Danilo que não se pode controlar os preços através de tabelamentos. Ora, se esta é a sua função, melhor, mais digna, seria então que se demitisse e fosse desfrutar da tranquilidade entre os tubarões nacionais e estrangeiros que acabam de recebê-lo de braços abertos no Country Club...

A Verdade Sobre as Cotas do Açúcar Cubano

O atual sistema de cotas vigente nos Estados Unidos veio depois de uma série de tentativas malogradas de defender os produtores norte-americanos. Entre tais tentativas figuram a Lei Fordney-Mc Cumber, de 1922 e a tarifa Hawley-Smoot, de 1930. Em 1934, então, foi instituído um sistema de cotas que prejudicava de maneira particular a produção cubana, ao fixar para as importações desse país um nível muito baixo. Mesmo assim, a fixação de uma cota para Cuba teve como contrapartida um convênio comercial lanquecubano, pelo qual os Estados Unidos passavam a desfrutar de posição mais que privilegiada no mercado de Cuba. Desde então, por uma série de fatores, entre os quais avultou a segunda guerra mundial, as exportações cubanas de açúcar para os Estados Unidos sofreram variações diversas, mas nunca mais atingiram o nível de 66,5 por cento alcançado em 1922; por outro lado, entretanto, as exportações norte-americanas para Cuba situam-se desde 1936 na casa dos 65 a 90 por cento de todas as importações cubanas, tendo mesmo atingido 94,6 por cento em 1947!

Outro aspecto da questão certamente não o menos importante, reside na incapacidade dos produtores americanos (continentais e insulares) juntamente com as Filipinas de abastecer o mercado interno dos Estados Unidos. Nos dez anos transcorridos entre 1949 e 1958, dos 83,3 milhões de toneladas de açúcar importadas pelos EUA, apenas 52 milhões foram produzidos por aquelas fontes; o resto foi suprido quase inteiramente por Cuba. E essa situação não se modifica da noite para o dia. Requer anos. Tanto tempo quanto necessita Cuba para diversificar sua economia...

Um folheto elaborado pelo Ministério do Exterior de Cuba («A posição do açúcar cubano nos Estados Unidos da América») expõe objetivamente a situação. Duvidamos muito que a melhor resposta aos argumentos do governo cubano seja a que acaba de dar a Câmara dos Representantes dos Estados Unidos. A menos que seja o prelúdio da agressão militar. Mas, aí, a história é outra...

Tribuna de Debate

JOSÉ MORAES (Goias)

Sobre as Teses em Debate

O título acima poderá parecer demasiado amplo para o artigo que escrevo, desde que não opino mais do que sobre algumas teses. Entretanto são os problemas que, em minha opinião, constituem os principais na discussão e para a elaboração da linha política. A análise de apenas algumas teses tem o defeito de suscitar contradições desnecessárias e às vezes inexistentes. Mas, dado o volume de problemas e idéias próprias de um documento profundamente eclético onde, aparentemente, soluçiona tudo, não é possível opinar de outra maneira. Além do mais, por várias razões, se torna necessário transcrever grandes trechos, inclusive porque se tornou comum, por parte daqueles que defendem, com unhas e dentes, não apenas as idéias, mas cada palavra das teses, mesmo aquelas que não têm nenhum sentido, as acusações de que se pretende deturpá-las e falsificá-las deliberadamente. Afinal, estes são problemas, também, de um debate sério. Passemos a ele.

Analizando a dominação imperialista, a tese 10 afirma que a mesma se acentua nos últimos tempos, por intermédio das inversões diretas. "Nos últimos tempos, porém, a medida que progride a industrialização do país, a exploração imperialista se acentua por intermédio das inversões diretas, inclusive em diversos ramos fundamentais da indústria". Uma das características essenciais, mais distintiva, do imperialismo de nossa época é a inversão de capitais nos países dependentes e coloniais e que em consequência, origina e impulsiona a industrialização desses países. Mas a tese, na relação existente entre uma coisa e outra, em nosso país, atribui o fenômeno das inversões diretas ao desenvolvimento industrial, em determinado momento, quando este é resultado, em grande medida, daquelas inversões.

Sem negar que a industrialização surgiu e se desenvolve, também, por impulsos internos de nossa própria economia, uma coisa importante, talvez preponderante, no ritmo da industrialização, em seu conjunto, é justamente a crescente inversão de capitais iniciada há muito tempo, mas acelerada nos últimos vinte anos, oriundo de vários países, particularmente dos Estados Unidos, depois da última guerra.

Partindo desta premissa é que se poderá determinar, em que sentido a industrialização é impulsionada pela economia nacional e, por isto, se choça com o imperialismo e, em que medida, leva em si os elementos de dominação econômica e política.

A tese, do ponto de vista econômico, é unilateral, nesta questão, porque apresenta as inversões de capitais imperialistas mecanicamente, como se a mesma se desse num determinado grau e momento de nosso desenvolvimento industrial quando são, em grande medida, origem desse desenvolvimento, o qual ganha ritmo espetacular, também, como resultado da acelerada inversão de capitais estrangeiros. Esse mecanicismo na análise econômica do problema, leva a erros políticos e conduz a superestimação da força da economia nacional no conjunto do processo de industrialização e tem o grave defeito de dar uma excepcional e exagerada importância aos processos econômicos e às classes que o dirige (burguesia), na luta pela independência nacional. E é assim que a própria tese afirma em tom conclusivo:

"Precisamente porque a economia nacional se desenvolve, a exploração imperialista norte-americana se torna cada vez mais sensível". (...) "Os problemas da emancipação nacional se tornam, assim, problemas candentes, colocados na ordem-do-dia pelo próprio desenvolvimento da economia nacional".

O desenvolvimento econômico nacional, (mais precisamente, o desenvolvimento econômico independente) se choça, sem dúvida, com a exploração imperialista, a qual se torna mais sensível, particularmente para a burguesia nacional, que sente "seu" mercado interno, inclusive o da força de trabalho, cada vez mais disputado e explorado pelos capitais estrangeiros em seu detrimento. Porém, mais dois importantes fatores tornam sensível a exploração imperialista e colocam na ordem-do-dia o problema da emancipação nacional: o crescimento da dominação imperialista, mesmo através da industrialização, que leva ao aguçamento de todas as demais contradições da sociedade brasileira e o amadurecimento da consciência política das massas, as quais começam a tomar consciência tanto da exploração imperialista como das demais causas internas que agravam as suas dificuldades.

"Nas últimas décadas, diz a tese 12, a economia brasileira tem sofrido importantes modificações, resultantes do desenvolvimento do capitalismo, que se vem processando dentro dos marcos da dependência para com o imperialismo e da manutenção do monopólio da terra. Contraindo-se a estas fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional apoiado na acumulação interna constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira, manifestando-se no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações de produção".

Em virtude das leis que a regem e ainda por se chocar com a resistência de elementos econômicos atrasados, continuando submetido à pressão do imperialismo, o desenvolvimento capitalista nacional se processa em ritmo bastante desigual. É evidente, porém, que, nos últimos vinte anos, em virtude dos seus próprios impulsos internos e de condições externas mais favoráveis, o ritmo desse desenvolvimento se acelerou".

A economia brasileira, evidentemente, vem sofrendo modificações importantes resultantes do desenvolvimento capitalista. Mas a formulação de que este desenvolvimento vem se processando dentro dos marcos da dependência para com o imperialismo norte-americano é metafísica e abstrata, não chega à essência do problema e, por isto, dificulta uma compreensão, clara e completa do mesmo. Faz parecer que o imperialismo dificulta, (como acontece com o monopólio da terra) este processo de modificações que vem sofrendo a economia brasileira, quando um dos fenômenos particulares do desenvolvimento capitalista no país é, justamente, a participação, neste processo, dos países imperialistas (não apenas os Estados Unidos) os

quais o impulsiona e, em muitos casos, o dirige de acordo com seus interesses imperialistas.

Se abstraído destas particularidades do desenvolvimento capitalista, falando em marcos de dependência, o imperialismo norte-americano de maneira abstrata e em oposição àquele desenvolvimento que leva em si e aumenta a dominação imperialista, a tese, sem chegar à essência do problema, passa, com exagerada rapidez, a falar não mais em economia brasileira, mas em desenvolvimento capitalista nacional, o que dificulta saber o que deseja demonstrar e defender. Entretanto, a idéia geral tem sentido de demonstrar que o desenvolvimento capitalista nacional, contraindo-se àqueles fatores adversos (marcos de dependência para com o imperialismo e monopólio da terra) se acelerou nos últimos vinte anos, como resultado dos próprios recursos internos e condições externas mais favoráveis. Para comprovar estas idéias confusas e titubeantes apresenta, logo em seguida, uma série de dados que, sem dúvida alguma, comprovam o desenvolvimento industrial e, em consequência, mudanças na economia brasileira, mas que em absoluto, não comprovam que aquele desenvolvimento apresentado seja resultado, unicamente, dos impulsos internos de nossa economia e condições externas mais favoráveis, nem que representa apenas elementos progressistas no sentido da emancipação nacional, pois, vários daqueles setores industriais estão preenchidos de capitais estrangeiros, dominados e, mesmo alguns genuinamente nacionais (estatais), servindo aos interesses dos monopólios imperialistas de vários países, como é o caso da energia elétrica. Vejamos:

"Particularmente após a Segunda Guerra Mundial, processo principal na vida econômica brasileira é o da industrialização que tem sua característica mais importante no crescimento preponderante e relativamente rápido da indústria de bens de produção.

No período de 1938 a 1958, a produção de aço em lingotes aumentou em 17,3 vezes, atingindo a 1.600.000 toneladas. Apesar deste aumento, o parque manufatureiro necessita ainda da importação suplementar de laminados. Também de 1938 a 1958, a produção de cimento Portland comum foi multiplicada por seis vezes, alcançando, em 1958, 3.750.000 toneladas. Entre 1944 e 1958, a produção de energia elétrica triplicou atingindo 18 bilhões de Kw-hora. Indústrias praticamente novas são as de petróleo e derivados, alumínio, estanho e adubos fosfatados, todas com índices elevados de crescimento no atual decênio. Adquiriram notável impulso nos anos recentes as indústrias de máquinas de autoveículos. Em quase todos os setores citados, encontram-se em curso novos empreendimentos, que absorvem vultosas inversões.

Começada a formar-se em fins do século passado, a indústria de bens de consumo já abastece o mercado interno da quase totalidade de artigos de uso, comum. O seu crescimento prossegue, enfrentando, porém, freqüentes dificuldades de mercado.

A partir da acumulação interna, que se incrementou durante a última guerra, a indústria brasileira atravessou, nos anos de 1947 a 1956, uma fase de ascensão excepcional, em que o produto industrial real aumentou em 92,2%, superando a média de crescimento do mundo capitalista no mesmo período".

Al está. Falando de dependência do imperialismo de maneira abstrata e não relacionada com todos os processos que se dão na economia brasileira, em particular no processo de industrialização, a tese atribui todos os seus progressos, inclusive o fato do produto industrial ter superado a média de crescimento do mundo capitalista, aos impulsos de nossa própria economia e da acumulação interna. Aliás, o fato de nosso produto industrial ter superado a média de crescimento dos países capitalistas mais adiantados, poderá servir, aos estudiosos do assunto, de elemento comprovante da tese leninista de que, os países imperialistas, ao exportarem fabulosas somas de capitais para os países coloniais, semicoloniais e dependentes, dão origem à tendência à estagnação e ao parasitismo nas metrópoles. Mas deixemos isto de lado. O fato é que, a tese, não chega à essência dos fenômenos econômicos que ocorrem em nosso país e, além das afirmações abstratas e mecânicas, não faz mais do que exaltar seus aspectos exteriores, fazendo parecer, com isto, que a industrialização, em seu conjunto, é progressista do ponto de vista da emancipação nacional.

Na verdade, as grandes inversões de capitais, assim como o reinvestimento de grande parte dos lucros, o que é feito, por várias razões, (uma das quais a luta interimperialista pelo domínio da zona de influência) como ocorre em nosso país, do ponto de vista puramente econômico, têm sentido progressista, pois impulsiona o processo de industrialização, contribuindo para incrementar as forças produtivas e para a expansão de novas relações de produção. Este, evidentemente, não é o único caminho possível para a industrialização, mas é o processo real de industrialização pelo qual passa o nosso país. Isto não significa que aquele caráter progressista, do ponto de vista puramente econômico, resultante das inversões de capitais, deva ser aceitado ou exaltado pelas forças progressistas que desejam o progresso econômico mas, também, e acima de tudo, pela independência nacional e pelo progresso social. Pois, além da possibilidade de um curso de desenvolvimento econômico independente é precisamente na base da inversão de capitais, dos reinvestimentos e das mil formas que encontram para carrear para o seu domínio

recursos internos que os países imperialistas exercem e ampliam sua dominação sobre os países coloniais e dependentes, como em nosso caso.

Esta não é uma questão sem importância, porque é precisamente, também, naqueles aspectos externos da industrialização, que os teóricos e arautos das forças retrógradas e entre-guistas, inclusive da burguesia nacional, encontram base para suas teorias e propaganda (como é o caso da "brasileiríssima" teoria do desenvolvimento) com as quais tentam enganar o povo, apresentando todo progresso econômico, particularmente a industrialização, em seu conjunto, como passos repetidos e seguros no sentido da emancipação econômica e da independência nacional, procurando afastá-lo das lutas políticas por aqueles objetivos.

A tese, falando muito em dependência de nossa economia ao imperialismo, mas não examinando com a necessária profundidade e clareza os fenômenos que ocorrem na economia brasileira, não consegue se diferenciar de todas as teorias desenvolvimentistas que começam a impregnar a consciência das massas e a desorientá-las.

Analizando as classes sociais do Brasil e suas características, diz a tese 17 sobre a burguesia:

"A burguesia, tomada no seu conjunto, apresenta um duplo caráter. Pertencendo a um país economicamente explorado pelo imperialismo é uma força revolucionária. Mas seu revolucionarismo é limitado, como é de toda classe exploradora. É também limitada pela sua fraqueza econômica e política e em virtude de seus laços com o sistema imperialista mundial. A aspiração da burguesia brasileira é por isto, a de criar um Estado nacional independente em que ela seja a força dominante. Daí a sua preocupação em manter a luta nacional dentro de marcos bem limitados, a fim de evitar que ela adquira feição democrática e popular e que culmine com a criação de um poder autimperialista revolucionário, algo bem diverso do Estado burguês nacional que aspira a estabelecer".

As aspirações da burguesia, ou melhor, a aspiração que a ela atribui a tese, é impraticável nas condições do mundo atual. Mas, não vejo em que consiste o seu duplo caráter. Seu caráter é um só e bem definido. A burguesia não é revolucionária, mas sim conciliadora. Daí sua tendência, mesmo quando defende os seus interesses exclusivos, às vacilações, às conciliações, aos compromissos e, inclusive, à traição da revolução. Este caráter conciliador da burguesia não impede, entretanto, que ela participe na luta contra os imperialistas e latifundiários, assim como não impede que entre em conciliação e compromissos com as mesmas, em determinados momentos, pois ela procura sempre o caminho mais longo das pequenas reformas.

"A burguesia, diz a tese mais adiante, possui natureza contraditória e é capaz, em certas circunstâncias, de enfrentar o imperialismo, e em outras, de conciliar com ele. As vacilações inerentes à burguesia só podem ser neutralizadas pela pressão que sobre ela exercem as forças revolucionárias conseqüentes".

Da nada adianta as forças revolucionárias mais conseqüentes lutarem para neutralizar suas vacilações, fazendo pressão sobre ela. Ou melhor, não existe nenhuma viabilidade prática para se fazer tal pressão. A luta e a pressão das forças mais conseqüentes devem ser dirigidas sempre para a frente, contra os inimigos principais da revolução, isto é, contra os imperialistas e os latifundiários. As influências conciliadoras da burguesia só serão neutralizadas se o movimento de massas, dirigido pelas forças mais conseqüentes, tiver o vigor suficiente para continuar avançando independentemente das vacilações da burguesia. Tudo o mais são palavras porque se, nos momentos em que a burguesia entrar em vacilações, as demais forças não puderem marchar à frente, de maneira independente, terão que se submeter às conciliações da burguesia.

Não tem sido outro o curso dos acontecimentos, como demonstra o seguinte trecho da tese 18: "A tendência que predomina neste novo curso é o da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas. É claro que esta marcha sofre muitas vezes recuos, e isto se deve principalmente ao fato de ser justamente a força mais vacilante — a burguesia — a que dirige o processo. O proletariado e a pequena burguesia têm, ainda, uma ação intermitente: fazem o movimento antimperialista e democrático avançar com maior vigor quando, em determinados momentos, compartilham da sua direção com a burguesia; outras vezes, impotentes, deixam a liderança inteiramente com a burguesia, e nesses momentos o movimento claudica, sofre as limitações e as inconseqüências da força que a dirige".

Quer dizer, quando a burguesia vacila, num processo em que as demais forças são débeis, o movimento perde substância ou paralisa. Nestes casos de nada adianta lamentar a instabilidade da burguesia e muito menos chamar para que se pressione suas vacilações, pois quem não tem força vai atrás, ou, pelo menos, se submete a quem dirige o processo. É uma questão de liderança.

Inteiramente justa a tese 21, quando formula as contradições fundamentais que podem ser solucionadas na atual revolução brasileira, assim como a tese 22 que conceitua a revolução

atual como antimperialista e antifeudal, nacional e democrática.

Entretanto, a tese 23, que defende de uma questão tática, entra em choque com as duas anteriores, pois escamoteia, de fato, as tarefas democráticas, colocando-as em completa dependência da solução do problema nacional, por toda uma fase da revolução, a qual fica, assim, dividida, mecanicamente, em duas etapas distintas.

"Na situação atual do Brasil, o desenvolvimento independente e progressista da nação, quer no plano econômico como no político, entra em choque, em primeiro lugar, com a exploração imperialista norte-americana. É a situação de dependência com relação ao imperialismo norte-americano que constitui hoje o principal obstáculo à plena utilização dos recursos internos para um desenvolvimento econômico independente, sem as distorções inevitavelmente oriundas daquela dependência. Ao mesmo tempo, a sistemática ingerência do governo de Washington nos negócios de nossa Pátria representa permanente obstáculo ao processo de democratização e à aplicação de uma política exterior consentânea com os interesses nacionais, desvinculada dos laços de subordinação ao Departamento de Estado. O imperialismo norte-americano constitui ponto de apoio e fonte de estímulo para as forças mais reacionárias e obscurantistas dentro do país.

Nestas condições, a contradição que se aprofunda, entre a nação brasileira em desenvolvimento e o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos, tornou-se a contradição principal, dominante, na sociedade brasileira. Em consequência, os objetivos nacionais da revolução adquiriram caráter primordial.

O golpe principal das forças nacionais, progressistas e democráticas se dirige, por isto, atualmente, contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes entreguistas e o apóiam. A luta pela emancipação nacional constitui a tarefa principal do povo brasileiro. Cada passo à frente na realização desta tarefa contribuirá para abrir caminho também à solução de todos os demais problemas da revolução nacional e democrática em nosso país.

As diferentes contradições, que a sociedade brasileira encerra, não atuam em compartimentos estanques, mas se relacionam e influenciam de múltiplas maneiras, unidas todas por um mesmo fator, isto é, pelo desenvolvimento econômico em processo no país. Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico dá à contradição antimperialista o caráter de principal, dela fazendo depender a solução de todas as demais contradições, que, assim, adquirem caráter de subordinadas".

Levando-se em conta que as contradições que evoluem na sociedade brasileira só serão superadas, antes e acima de tudo, pelas lutas políticas do povo e que vários são os movimentos integrantes da atual revolução, e possível que, em determinadas circunstâncias, um desses movimentos se torne preponderante, avance mais e, inclusive, possa se tornar vitorioso, solucionando apenas uma das contradições.

Nestas circunstâncias é justo, do ponto de vista tático, conduzir todas as forças da revolução no sentido de desferir o golpe em um só rumo, neutralizando uma parte do campo inimigo, buscando solucionar, de imediato, apenas uma das contradições e cujo sucesso poderá arrastar para a frente todos os demais movimentos e servir de apoio para torná-las, também, em seguida, vitoriosas, solucionando as demais contradições.

Mas esta não é a idéia da tese. Apesar de utilizar, a cada momento, a palavra atual, atualmente, gritados por mim, ela determina de antemão, arbitrariamente, o golpe principal contra o imperialismo de maneira permanente, por toda uma etapa da revolução, afastando qualquer possibilidade de ambas as contradições serem solucionadas de um só golpe e, também, a possibilidade de em determinadas circunstâncias as contradições internas se tornarem preponderantes e surgirem condições para solucioná-las em primeiro lugar.

Segundo as idéias anteriores, que examinam de maneira unilateral e deformada os processos econômicos que se verificam em nosso país, a tese não leva em conta que o desenvolvimento econômico que se processa — levando em si os elementos de dominação imperialista — conduzirá ao agravamento sem precedentes de todas as contradições internas da sociedade brasileira, multiplicando por mil maneiras as dificuldades das massas, criando situações em que estas buscarão solucionar, em primeiro lugar, estas contradições internas. Superestimando a importância dos processos econômicos, na luta pela emancipação nacional a tese atribui apenas a eles os fatores que determinam o golpe principal, afastando a importância dos movimentos políticos e sociais das massas, nesta questão.

Ora, determinando, de antemão, o golpe principal, quando as contradições fundamentais da sociedade brasileira ainda não se tornaram extremamente agudas e quando o movimento revolucionário de massas (antifeudal e antimperialista) apenas inicia alguns passos, no sentido dos vários objetivos da revolução, se comete um grave erro. Subordinar tudo à solução da contradição entre a nação e o imperialismo significa limitar a independência e os interesses do proletariado, impedindo de uma política ofensiva que lhe permita explorar, em profundidade, todas as contradições que evoluem no país, única maneira de atrair para as suas posições, mais avançadas e conseqüentes, as demais camadas trabalhadoras e populares, particularmente o camponato.

As teses que tratam dos possíveis caminhos da revolução para a conquista de um poder das forças antimperialistas e antifeudais, afora algumas afirmações justas, como a de que "o complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará os meios concretos para a conquista de um governo nacionalista e democrático", constitui um labirinto idealista, onde os processos de desenvolvimento pacífico são separados dos violentos, colocando todo o posterior desenvolvimento da revolução dentro de um esquema rígido e fazendo afirmações que têm muito pouco de revolucionárias:

"Dada a sua possibilidade real, o caminho pacífico da revolução é o que convém à classe operária e a toda a nação. Representantes de vanguarda da classe operária e patriotas conscientes, os comunistas, tudo quanto depende, tudo farão para transformar aquela possibilidade em realidade, superando a inevitável oposição das forças entreguistas e reacionárias e os eventuais retrocessos".

O mesmo esquema subjetivista, idealista e mecânico, desvinculando dos movimentos reais, que defendemos desde o manifesto de agosto até ao Programa, quando apenas vimos a possibilidade de uma solução violenta, e tudo fazíamos para transformá-la em realidade, embora a vida marchasse em outra direção. A única diferença é que se mantinha o espírito revolucionário, que agora começa a ser dispensado.

Sendo uma possibilidade, o caminho pacífico deve ser utilizado e explorado, como qualquer outro, pelas forças revolucionárias, mas, na verdade, o caminho da revolução, que convém à classe operária e ao povo, é aquele que, em determinados momentos e circunstâncias, se torne viável. E, diante deste problema, os comunistas devem ter uma posição clara e revolucionária, se quiserem representar bem a classe operária e o povo.

As teses, porém, assumem uma posição puramente pequeno-burguesa diante deste problema. Tratam casuisticamente da possibilidade do caminho pacífico e em torno dele elaboram toda uma tática, daquelas tipo "trato-

feito". Porém, não podendo deixar de falar na possibilidade do caminho não pacífico, assume uma posição puramente defensiva e pseudo-revolucionária diante desta possibilidade:

"A escolha das formas e meios para libertar a nação e transformar a sociedade brasileira não depende somente do proletariado e das demais forças revolucionárias. Devemos ter sempre em vista que os inimigos internos e externos do povo brasileiro resistirão à perda de suas posições. Em dessemprego de causa, tais inimigos podem vir a empregar a violência contra as forças revolucionárias e progressistas, criando uma situação em que, ao invés da solução pacífica, a revolução não teria outra possibilidade senão a de uma solução pela luta armada. Os sofrimentos que recaem sobre as massas, em tal caso, serão de inteira responsabilidade dos inimigos do povo brasileiro".

Assim, a revolução violenta não é vista como uma forma de luta revolucionária, justa e autêntica das classes oprimidas, mas como uma tragédia imposta aos revolucionários e ao povo pelas classes dominantes, retrógradas e reacionárias, em mãos de quem deve ficar, portanto, a iniciativa da violência.

CONCLUSÃO

As afirmações abstratas sobre a dominação do país por parte dos países imperialistas, cujas formas de dominação e exploração são vistas desvinculadas e em oposição ao processo real de desenvolvimento capitalista; a análise superficial e deformada dos fenômenos econômicos que se processam na economia brasileira, particularmente no processo de industrialização; o exagero da força do capitalismo nacional e da importância dos fatores econômicos na luta pela emancipação nacional, são os traços marcantes que impregnaram todas as teses.

Desta análise, muito deformada, dos processos econômicos que evoluem na sociedade brasileira, é que se originam as tendências de direita, profundamente marcantes no conjunto da orientação política elaborada nas teses e que se expressam na questão das classes, camadas e grupos sociais que podem se unir, na luta pelos objetivos da revolução atual; na questão das contradições fundamentais que podem ser resolvidas na revolução atual; na questão das características e do papel da burguesia na revolução e da atitude das forças mais conseqüentes em relação a ela; na questão do golpe principal, onde se determina, procurando ilusoriamente ampliar as forças revolucionárias, que todas as demais contradições (inclusive aquelas que se originam de monopólio da terra) deverão ficar subordinadas à solução da contradição com o imperialismo norte-americano; na questão dos caminhos da revolução, onde se idealiza um esquema rígido através do qual deverá passar o movimento revolucionário antimperialista e antifeudal.

HAROLDO SANTIAGO

Pela Unificação: 3 Pontos

Como venho sentindo uma generalizada confusão nos debates sobre as teses, venho submeter aos comunistas brasileiros meu ponto de vista sobre o processamento destes debates.

1. Burguesia e/ou proletariado.

É um problema primário de tática militar a aceitação do auxílio inimigo, desde que o mesmo seja encarrado dentro de uma posição crítica e sem que se lhe façam concessões de princípios.

A burguesia dos países subdesenvolvidos acredita, atualmente, que o melhor caminho para aumentar suas ganâncias é servir-se do pau de dois bicos da chantagem. Assim ela continuamente faz ameaças de rompimento com o bloco USA contando com o auxílio eventual do bloco adversário, a URSS. E neste jogo ela vai se mantendo, por enquanto, até que o caso se complique exigindo uma definição mais clara.

Portanto, a meu ver, a posição do proletariado e, logicamente, do seu partido de vanguarda, é ir aceitando essa chantagem da burguesia nacional enquanto ela se traduz em fortalecimento, liberdade e unificação mais sólida. Mas, e isto é importante, se esquecer a luta de classes, sem promover a baleia da "paz social".

Resumindo: caminhemos criticamente ao lado da política desenvolvimentista da burguesia brasileira, senão, todavia, abandonamos nossos princípios e posições pois são eles que vão garantir as conquistas e consolidar nossa unidade.

2. O centralismo democrático: uma necessidade.

Infelizmente, sou obrigado a constatar que o centralismo democrático

apesar de constar do "Projeto de Estatutos" não vem sendo usado nestes debates. O tom geral deles é de cima para baixo. Nota-se constantemente o emprego da arrogância e do mandonismo: "eu é que estou certo", "é a mim que vocês devem seguir", etc., etc.

Resumindo: Companheiros, deixemos de lado o problema de quem vai ser "líder" e procuremos analisar de modo honesto e prático o que está se passando sem esta necessidade imensa de "estar com a razão".

Nada nasce do nada, esta é uma coisa na qual acredito. Ou: partido algum cresce e se fortalece na medida em que procura anular e negar suas tradições e lutas do passado.

O interesse dos comunistas brasileiros nas tradições de seu partido deve assumir uma atitude nitidamente crítica, para ser válido. Isto é, garantir a não repetição dos erros e desvios, premiar e homenagear os acertos e condutas positivas. Esta é, a meu ver, a verdadeira conduta de um partido consciente de seu papel.

Não podemos negar, sob pena de falsificação, a atuação às vezes gloriosa dos antigos militantes do Partido Comunista do Brasil que tão bravamente mantiveram suas posições numa época de crise e de perseguição. Mas nem por isto devemos continuar, sem uma crítica consciente e elaborada democraticamente, as mesmas posições pois os tempos mudaram e com eles muita coisa mais.

Resumindo: a época é de união e não de cisão das forças ativas do Partido. E isto é o que temos de levar em conta para não sermos acusados de cegueira e inconsciência.

Correspondência

Firmino Gomes (São Paulo) — O texto do seu artigo foi considerado ilegível pela comissão de debate.

Irineu de Moraes (Ribeirão Preto) — A palestra de Ivo de Freitas trata de assunto que não se relaciona com o debate. Seu artigo foi devolvido a fim de que seja adaptado às normas estabelecidas para a presente discussão.

José Basílio de Siqueira (Goias) — O artigo enviado não está de acordo com as normas estabelecidas para o debate.

Amaro Valentim (Recife) — Sua sugestão foi encaminhada à direção de NOVOS RUMOS, não havendo tempo, no entanto, para aplicá-la no curso do atual debate.

Tribuna de Debate

AUDIFAX DE AMORIM

Em Defesa Das Teses (I)

Em sua importante contribuição aos debates — importante, sobretudo, por colocá-lo no rumo certo — o companheiro Calo Prado Junior, tratando o problema agrário, constata que existe, de um lado, uma considerável concentração da propriedade rural (cassimilável em monopólios) e, de outro lado, uma grande massa camponesa sem terra, situação que confere à minoria dos proprietários o privilégio de ditar condições, na apropriação do sobre-trabalho. Desta maneira, a remuneração do trabalho pode assumir qualquer forma, à escolha, acompanhando sempre a conveniência dos monopolizadores da terra. Geralmente, porém, assume forma capitalista, que é a da maior exploração, mesmo quando não ocorre pagamento em dinheiro. E assim armado teoricamente, parte a provar — ao contrário do que parece, à primeira vista — que as Teses estão completamente erradas em caracterizar a concentração fundiária como latifundiária e assinalar sobreveniências feudais na remuneração da força de trabalho e no baixo emprego desta força no seio do latifúndio, tanto quanto fazem um jôgo direcionista e palmair acima da realidade nacional.

Seria lamentável, se não importante, essa crítica se perdesse, por falta de suficiente compreensão, no momento em que se decide a sorte da atual linha política do partido, razão por que desejo encarecer ao autor que nos fornos o que, para nós, permanece escondido de seu pensamento. O serviço que nos prestaria, assim, não teria preço estimável, uma vez que, por enquanto, a impressão que nos fica, da leitura de seu importante trabalho, é a de que força uma porta aberta.

A análise da acumulação capitalista no campo permanece implícita nas Teses, quando não explícita. Em mais de uma passagem, revelam que ela ocorre adaptada à conservação do monopólio da terra e das velhas relações pré-capitalistas, em proporções variáveis. E isto é tanto mais exato porque, se a posse privada da terra, com virtual concentração nas mãos de poucos, enseja (para estes poucos) a acumulação capitalista em ritmo intenso, o que é, por assim dizer, uma verdade elementar, também é verdade que, por mais rápido que seja este ritmo, o processo acumulativo não pode prescindir de tempo para libertar-se do seus lances feudais ou pré-capitalistas, se partindo de um estado de coisas anterior. Já as relações de produção capitalistas não podem absolutamente prescindir do dinheiro, para que assumam a própria virtualidade, porque, como o diz Marx, «o dinheiro é a mercadoria do burguês» e não a terra, pois só este possui flexibilidade suficiente para criar, com sua introdução em larga escala, no processo da produção, uma nova ordem histórica, seja na cidade ou no campo. E, evidente, porém, que não surge do nada, mas de um estado de coisas anterior, que pode ser a concentração da propriedade da terra nas mãos de alguns. Daí não se infere que surja automaticamente, por considerações lógicas, visto que, neste caso, não haveria limite histórico possível entre a Idade Média — onde a tônica era essa concentração — e as etapas históricas subsequentes.

Como age, porém, CPJ para neutralizar o papel do dinheiro na economia capitalista? Reduz todos os sistemas de produção social e suas infinitas formas de estados intermediários a um fundamento comum — o fato de o homem produzir o que consome — para logo afirmar (antes mesmo de colocar o problema de como a posse privada dos meios de produção gera a relação trabalho-remuneração, isto é, a propriedade privada como antídoto da propriedade coletiva) que, como a exploração é elemento comum a diversos sistemas, acendrando-se no capitalismo, qualquer exploração acendrada é, logicamente, capitalista, independentemente da maneira pela qual se estabelecem as relações de trabalho.

Confunde, pois, diferentes coisas, sobretudo o que é simplesmente lógico com o que é histórico, esquecido de que, na direção que propõe, o que é histórico, às vezes, não tem lógica nenhuma. E é por isso que, logo à frente, tratando as relações existentes entre parceiros e assalariados, diferencia dados econômicos e sociais de uma estranha «regra de nível» de que não diz o que é, mas não pode ser outra coisa que regra de nível de seus fundamentos lógicos, flutuantes em todas as direções de uma ampla margem de arbitrio.

Embora em sentido inverso, Marx nos mostra em que se baseia a mágica do CPJ: «Reduzamos o salário ao que se constitui sua base geral, isto é, a parte do produto de seu próprio trabalho que entra no consumo particular do operário. Desembaracemos os limites traçados pelo sistema capitalista e aumentemos a amplitude do consumo até os limites permitidos pela força produtiva da sociedade e que são necessários para o desenvolvimento completo da individualidade. Reduzamos o sobre-trabalho e o sobre-produto às dimensões indispensáveis (nas condições econômicas e sociais dadas) para formação de um fundo de seguro e de reserva e para uma ampliação ininterrupta da reprodução, de acordo com as necessidades da sociedade. Acrescentemos ao trabalho indispensável a quantidade de trabalho que os membros capazes de trabalhar devem fornecer para os que não estão mais em estado de trabalhar. Se fizermos tudo isto, suprimimos, em verdade, todos os caracteres especificamente capitalistas, tanto do salário, quanto da mais-valia, do trabalho necessário como do sobre-trabalho. Teremos, perante nós, então, não estas formas, mas seus fundamentos — fundamentos que são comuns a todos os sistemas de produção social (Trechos escolhidos de Economia Política — pág. 271).

Marx mostra, portanto, que todos os sistemas têm fundamentos comuns, razão porque as formas especificamente capitalistas de renda — salário, juro, renda territorial — podem ser aplicadas a qualquer sistema de produção social, sem os alterar, no fundamental. Todavia, não propõe nenhuma confusão entre os diferentes sistemas, e eis como

conclui o seu pensamento, na passagem citada:

«Como as formas de produção não capitalista podem ser reduzidas (e não de todo sem razão) às formas capitalistas de renda, a ilusão de que as condições capitalistas são as condições naturais de todo modo de produção, encontra-se ainda mais reforçada».

Em que medida, pois, para Marx, é ilusório supor que o sistema de produção capitalista se reduza aos demais sistemas? Obviamente, não é por seus fundamentos econômicos, mas por suas relações de produção, precisamente, relações estas que supõem a introdução do dinheiro como meio de produção e, consequentemente, como fórmula de pagamento.

Em outras palavras: o homem sempre produz o que consome, em qualquer caso. Mas, nos sistemas de produção baseados na relação trabalho-remuneração, os exploradores arrancam dos explorados o produto de seu trabalho, deixando-lhes o mínimo para viver e reproduzirem-se. Isto é possível porque os exploradores sempre «concentram» em suas mãos alguns ou todos os meios de produção socialmente necessários à vida dos explorados, ao exercício do trabalho. E é por isso que a remuneração do trabalho apropriado pelo explorador, aparece sempre como cessão de uma fração daquilo que os explorados «concentram» em suas mãos, como «direito» seu. Assim é que o escravo recebe o seu mínimo, com o «direito» a alimentar-se; o servo, com o «direito» a cultivar um pedaço de terra, o operário, com o «direito» a receber algumas moedas. Indiferentemente, recebem o mínimo.

Como tudo isto pode ser facilmente confundido, desejo fazer outra transcrição bastante longa. Explicando o que era o salarido (salário em dinheiro é pleonasmos), eis como Marx volta ao mesmo problema, perante um auditório de operários:

«E' esta falsa aparência que distingue o trabalhador assalariado das outras formas históricas do trabalho. Na base do sistema do salarido, o próprio trabalho não pago parece ser trabalho pago. No trabalho da escravidão, é o contrário: até a parte do trabalho do homem que é paga aparece como trabalho não pago. Naturalmente, para poder trabalhar, era imprescindível que o escravo vivesse, e parte de sua jornada de trabalho servia para compensar o valor de sua própria manutenção. Como, porém, não havia negócio fechado entre ele e seu senhor, como não havia nem compra, nem venda, entre as duas partes, todo o trabalho do escravo dava a impressão de ser cedido por nada».

«Tomemos, por outro lado, o camponês servo, tal como existia, poderíamos dizer, ainda ontem, em toda a Europa oriental. Esse camponês trabalhava, por exemplo, três dias para si próprio em seu próprio campo ou no campo que lhe era alugado, e, durante os três dias seguintes, fazia trabalho forçado o gratuito no domínio de seu senhor. Neste caso, portanto, o trabalho pago e o trabalho não pago estavam visivelmente separados, separados no tempo e no espaço. E nossos liberais ficavam tomados de indignação pela absurda idéia de fazer um homem trabalhar por nada».

«Na prática, entretanto, quer um homem trabalhe três dias por semana para si próprio em seu próprio campo e três dias no domínio de seu senhor, ou trabalhe, na fábrica ou na oficina, seis horas por dia para si próprio e seis horas para o seu patrão, dá no mesmo, embora, neste último caso, as partes pagas e não pagas do trabalho estejam inseparavelmente misturadas, e a natureza dessa operação seja completamente mascarada pela intervenção do contrato e pela paga efetuada no fim da semana. Num dos casos, o trabalho não pago parece ser doado voluntariamente e, no outro, arrancado pela coação. Toda a diferença está nisso».

O fundamental é assinalar, portanto, que aparecem sempre, sob diferentes formas de pagamento e contrato social, duas constantes: um trabalho prestado e uma remuneração que pode ser, em seu valor, maior ou menor que o valor criado, surgindo dessa relação a possibilidade (individualmente e não socialmente, para o nosso caso) de maior ou menor exploração do trabalho. No capitalismo, a exploração do trabalho, na base dessa relação, aparece nitidamente na fórmula «locação de serviços». Trata-se, porém, de um nome para um velho estado de coisas e nada tem, neste último sentido, de especificamente capitalista, ou seja, fora de suas implicações jurídicas (que não pretendem ampliar ou restringir um estado de coisas, mas traduzir em fórmulas práticas). E tanto o capitalista pode dizer que «alugou» a força de trabalho de outrem quanto o escravo ou o feudal, visto que ela não pode subsistir sem um mínimo de seu próprio produto, visto que, em última instância, o trabalhador — operário, servo ou escravo — recebe sempre, do produto social criado, o necessário para viver e reproduzir-se, independentemente da existência ou não de um contrato jurídico, entre partes. E' por isso que, este contrato jurídico, traduzindo um contrato social, não assume um caráter especificamente capitalista na fórmula «locação de serviços», se exprime um conteúdo especificamente capitalista também (e especialmente) na remuneração.

O critério acima não pode ser perdido de vista, se desejamos trilhar o caminho da redução de todos os sistemas de produção social a seus fundamentos. Naturalmente, há outros, mas este nos basta, por sua simplicidade e coerência. Sem ele, não nos pomos em condições de saber por que o capitalismo não é feudalismo ou escravidão e vice-versa, e esta distinção nos inte-

ressa, desde que não estejamos propondo a tese de que eles não se distinguem, e não a estamos propondo porque é uma tese evidentemente falsa. Nada impede, porém, que ela seja proposta, na medida em que leva em conta o fato de que tais sistemas possuem fundamentos comuns e se aproximam, através deles. Mas concluir que tais sistemas não se distinguem senão por seus fundamentos comuns — isto, não! — isto é arquifalso!

No entanto, a este trabalho ocioso deu-se o companheiro CPJ, supondo encontrar naqueles fundamentos comuns os elementos de distinção que lhe permitiriam catalogar os diferentes sistemas de produção da economia agrária brasileira. Evidentemente, não os achou e, como tudo ocorria nas mesmas bases da exploração capitalista, viu-se forçado a concluir por um «eforte» capitalista em nossos campos, decorrente da considerável «concentração da propriedade rural», justificando certas formas «estranhas» de pagamento como originadas na ampla margem de arbitrio de que se dotaram os nossos capitalistas.

O processo de descaracterização histórica da chamada concentração da propriedade rural pertence, pois, às artes da magia e, mesmo em se considerando a priori a «locação de serviços» como característica específica do capitalismo e este tipo de contrato como existente em nossos campos, tal processo jamais pode levar alguém a compreender por que, montados numa situação de absoluto privilégio e, consequentemente, podendo adotar a solução capitalista no pagamento e também na divisão do trabalho, os monopolistas não o fazem, em boa maioria. A ampla margem de arbitrio de que se dotaram os capitalistas do campo, com o monopólio da propriedade rural, te-lhos tornando desambiciosos, a ponto de contentarem-se com o privilégio de arbitrar formas de pagamento apenas e, às vezes, apenas «arbitrar». Por que será que, em situações tão privilegiadas, os capitalistas do campo contentam-se com explorar apenas parte ínfima de suas terras (8,2% para lavoura), sob métodos arcaicos e sem realizar, em seu benefício, o sobre-trabalho contido na força de trabalho dos camponeses sem terra que, do outro lado da análise, clamam por qualquer solução que os livre da fome e do êxodo? Ou será que, dentro de sua «ampla margem de arbitrio», terão, neste caso, escolhido a maldade de ver terras sem culturas e camponeses à míngua?

Na verdade, alguma coisa condicione também os diferentes «arbitrios» dos monopolistas e, enquanto não nos disser o que é, o marxismo de CPJ terá apenas uma perna, caminhará aos saltos, sem sair do idealismo. Mas, se nos disser o que é, entraremos na posse de um conhecimento estratégico precioso, porque nos dará a medida em que a «concentração» pode ser desagregada em sua maior parte e não apenas a medida em que pode ser fortalecida, em seu conjunto.

A menos, porém, que estejamos redondamente enganados, perdêmos tempo, porém, se esperarmos que venha de CPJ, a respeito, algo mais significativo que um profundo silêncio tumular, porque se trata do cerne estratégico da fática proposta nas Teses, ao qual pretendo referir, por omissão».

Aceitemos, pois, ainda uma vez, a hipótese de que o salarido generalizou-se no campo, à base do fato de que todas as formas de pagamento podem ser reduzidas à mesma grandeza. Que se pode concluir daí, por exemplo, a respeito do latifúndio improdutivo, da grande propriedade territorial improdutiva, das grandes áreas de terra inexploradas por seus proprietários? Simplesmente, nada — porque a terra inexplorada não cria, por si mesma, nenhuma relação de trabalho, não podendo, portanto, aparecer nas estatísticas a respeito, tanto quanto os que, da massa camponesa, não estabeleceram nenhuma relação de trabalho e tomaram o caminho do êxodo. Para o que devia estar em jôgo, portanto, em sua refutação, o problema permanece inteiramente, virginal, e CPJ apenas nos prega uma boa peça, omitindo o principal, minimizando o essencial e dando ênfase exagerada aquilo que não tem importância alguma.

Ora, as Teses não desconhecem que, na «concentração» latifundiária, como em toda, existem diferentes formas de pagamento, reduzíveis a uma só grandeza, na apropriação do sobre-trabalho, supondo, inclusive, a condição em que não é possível realizar-se qualquer dessas formas. Para este resultado, na configuração da análise, tem que admitir a posse privada da terra como elemento comum da segunda termo. Isto é, aquilo que, indistintamente, caracteriza cada um de seus componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição em que esta exploração não se realiza (como relação de trabalho), o que equivale a dizer: deixa de fora o latifúndio improdutivo. E eis como, metaforicamente, caracteriza cada um dos componentes. Na configuração proposta por CPJ, o elemento comum, aquilo que caracteriza cada componente, indistintamente, não é a posse privada da terra, mas a exploração do homem pelo homem, deixa de fora a condição

Tribuna de Debate

ROBERTO MORENA

Inútil Negativa

Os que se opõem à orientação e ação dos comunistas, dentro da Declaração sobre a política do PCB, de março de 1958 negam que os êxitos na formação da frente única antiperficialista e a unidade e o reforço do movimento sindical, seja, em grande parte, devido à atuação dos comunistas, aplicando os princípios e métodos consubstanciados nessa importante Declaração política.

Para esses obstinados, com os olhos vendados e o pensamento estagnado no passado, o que se conseguiu na ampla frente de massa, patriótica, democrática e operária, não é fruto também de nossa justa compreensão da atual situação econômica e política do Brasil e de nossa participação ativa e orientadora nesses movimentos populares e dos trabalhadores.

Respondendo na prática com o sectarismo, isolacionismo do Manifesto de janeiro de 1948, com a nefasta linha sindical de 1947, o Manifesto de agosto de 1950, com o anticientífico e dogmático Programa do PCB, aprovado pelo IV Congresso, aproveitando e valendo-se de todas as ricas experiências do passado, fizemos avançar, apesar de nossa orientação e métodos, expressos e consagrados nesses documentos do Partido, o movimento antiperficialista, operário e sindical pelo caminho da unidade.

Enquanto permanecemos afastados, isolados, combatendo pura e simplesmente a legislação social vigente e a estrutura sindical, criticando-a de fora, o movimento operário e sindical se mantém dividido, enfraquecido, presa fácil de todos os propagadores dos princípios e métodos da «harmonia e paz social», isto é, os defensores dos interesses dos empregadores e do falso capitalismo, e campo aberto aos agentes dos imperialistas, que inundavam os sindicatos e os estabelecimentos fabris de abundante material anticomunista.

Com a nossa atitude isolacionista, com o combate às tendências de direita e de colaboração de classes, aos agentes do Ministério do Trabalho ou as ilusões na justiça do trabalho, sem nossa atuação nos sindicatos, as massas trabalhadoras ficaram sem orientação e uma defesa segura de seus interesses e direitos.

A expressão maior dessa orientação tão intransigentemente defendida e aplaudida pela posição partidária do passado, que ainda desperta tantas saudades nos sectários e esquerdistas, foi a manutenção indefinida da CTB (de que também fui responsável), que desde seu nascimento, trouxe o germe da divisão. Convém recordar, para ilustrar a confusão em que estávamos mergulhados no passado entre a linha política sectária e os métodos de direita, um trecho da posição política da CTB de 1º de outubro de 1946: «A CTB será um órgão profundamente democrático, e servirá para acabar de uma vez por todas, com os falsos líderes sindicais, que tantas maldades têm causado aos trabalhadores, servindo tão só para desprestigar o Ministério do Trabalho, colocando-o em situação antipática, fazendo com que a nossa trabalhadora olhe aquele organismo com natural desconfiança. A CTB não é um órgão em combate ao Ministério do Trabalho, porém, lutará para que ele cumpra as finalidades para que foi criado».

Enquanto se erguia esses princípios, no terreno sindical, se combatia, sem princípios, a legislação social, dando uma falsa impressão, que fora dada somente de governantes e estadistas do capitalismo e não fruto de lutas e heróicas lutas da classe operária.

Assim como por muitos anos negamos e não quisemos ver, por nosso sectarismo e dogmatismo a realidade econômica do nosso país, também mantivemos uma posição negativista das conquistas sociais dos trabalhadores, como os artigos 157, 158 e 159 da Constituição de 1946, que muitos foram reivindicados nas greves nas lutas de massas, em nossas faixas, em nossos manifestos, e em nossos conclaves. Por isso, até agora, a glória dessas reivindicações e direitos, pertencem, em grande parte, somente a política social de Getúlio Vargas.

A luta pela aplicação desses postulados, isto é, das conquistas da classe trabalhadora consagradas em leis, era para nós uma batalha reformista e de engano e para frear a luta de classes. A conquista do salário mínimo, a sua revisão constante, o salário mínimo familiar, o salário profissional ou móvel, a previdência social, a estabilidade, contrato coletivo de trabalho ou acordos salariais, só para citar esses exemplos, se não fossem decididos por meio de greves ou métodos violentos, mesmo isolados ou pequenos, constituía um delito contra a marcha da «revolução iminente». Assim os comunistas se isolaram, bons e combativos militantes sindicais comunistas, foram afastados da luta e confinados no aparelho partidário. As massas trabalhadoras ficaram ao sabor dos honrosos e aproveitadores, oportunistas e demagogos de todos os matizes.

Como os trabalhadores podiam entender o nosso pensamento, a nossa linguagem e a nossa ação, se iam contra suas conquistas, suas reivindicações e direitos?

As vezes saltávamos da linha sectária, de esquerda, para caminhar na direita, como a do projeto do então deputado Diógenes Arruda, que da Câmara dos Deputados, apresentou um aumento de 100% nos salários, sem mobilização de massas, de cima e por meio de uma lei, do mesmo parlamento e dentro da mesma Constituição, que a anulávamos de reacionária, antidemocrática a serviço de um governo de tração nacional!

Os autores principais da linha sindical partidária de 1947, que a impuseram ao Partido sem discussão ou debates, sem ouvir os seus membros, não tem coragem de agora, neste debate, não tão significativa importância política, dizer o mal que foi causado aos interesses dos trabalhadores, de sua unidade e de sua organização e, também, ao do nosso Partido, que na condição dessas lutas, poderia sair ampliado e refor-

çado. Mas a apreciação crítica do desenvolvimento e os resultados dessas lutas sempre se voltaram contra os que tomaram parte ativa nesses combates de classe, como aconteceu com o grande e memorável movimento grevista de São Paulo de 1953. Ao invés de extrair lições positivas desse movimento reivindicatório para ampliar e reforçar a unidade e organização da classe operária, a direção responsável do Partido naquele momento, chegou à conclusão que esse movimento tivera um caráter econômico, que seu erro principal fora de não tê-lo transformado em insurreição e ir até à tomada do poder!

Quando, porém, participamos mesmo com debilidades na campanha nacional da revisão do salário mínimo em 1954, os trabalhadores compreenderam e sentiram a participação dos comunistas. E essa batalha não ficou limitada apenas a essa reivindicação de caráter econômico. Movendo todo o aparelho reacionário do patronato, as forças econômicas dos imperialistas em nosso país, apoiada nos golpistas, derrubaram até o Ministro do Trabalho daquela ocasião que era favorável à sua revisão e majoração. Infelizmente, por nosso sectarismo ainda imperante e, sobretudo, pela incompreensão da situação política e, porque eramos favorável a derrubada do governo de tração de Vargas, nada fizemos para evitar essa vitória dos golpistas, dos imperialistas.

Volto a insistir, rompendo com o sectarismo nos pusemos diretamente dentro das lutas reivindicatórias, como participantes e como autores, como condutores e assim houve êxitos nas campanhas da revisão do salário mínimo em 1956 e 1958, porque se realizaram sob a égide da unidade proletária.

As decisões partidárias de 1951 e 1952 de ingressarmos em massa nos Sindicatos constituíram o início da ruptura da linha política errada de 1947. Mas não examinamos a fundo as origens e as consequências de nossas posições anteriores, sectárias e oportunistas. Por isso sua correção levou longo tempo e com vacilações. Para demonstrar como não tínhamos a suficiente coragem crítica e autocrítica que deve caracterizar os comunistas, convém destacar trechos de um dos mais importantes pronunciamentos da CTB, no manifesto de 8 de junho de 1951 depois de 1947: «A Confederação dos Trabalhadores do Brasil chama os trabalhadores a ingressar nos Sindicatos e nelas lutar decididamente pelas suas reivindicações independentemente da vontade do Governo, e a empregar todos os esforços para arrancar os Sindicatos das mãos dos pelegos e lacaios dos patrões».

Outro trecho: «A CTB conclama os trabalhadores a reforçar, como verdadeiros irmãos, sua unidade na empresa e no Sindicato. Aqui firmamos uma posição unitária, mas flutuamos somente nos chamados organismos de primeiro grau. E' bom que ainda recordemos a forma como encarávamos o fortalecimento das organizações sindicais: «Ingressamos em massa nos Sindicatos, mas reforçamos também as Associações Profissionais e, sobretudo, criamos, ao mesmo tempo, os Conselhos Sindicais nos próprios locais de trabalho». Podemos considerar que essa orientação já constituía uma vitória dentro do Partido, enquanto mantivemos o mesmo programa, os mesmos métodos de vida partidária.

Dessa forma não se pôde avançar nos chamados organismos sindicais de segundo grau, as federações e confederações, que eram consideradas como iniciais e inócuas. Ai se refugiaram os elementos típicos da colaboração de classes, os que fazem o jogo do patronato e da reação.

Nossa tática ampla se foi expandido nos Sindicatos, mas debili de penetração nas federações e confederações. A criação das intersindicais e os pactos, que durante certas lutas e determinados períodos constituíram uma necessidade, uma transição inevitável para o reagrupamento dos Sindicatos, para romper a resistência e os obstáculos criados nas federações, demorou demasiado, sobretudo em certas regiões onde o sectarismo estava mais enraizado e arraigado, como por exemplo, São Paulo. Essa demora em abandonar os métodos e as organizações fechadas e sectárias, não permitiu que tomássemos a iniciativa de organizar o Conselho Sindical dos Trabalhadores e nele lançássemos todas as forças que se encontravam nos pactos ou dispersas. Assim a sua composição e direção se ressentiu de elementos seguros, firmes, que por muito tempo foram desgastadas no pacto intersindical, que se extinguia no mais estril sectarismo.

Como podemos chegar a grande modificação substancial operada em 1956, cuja expressão foi a realização do grande ato unitário sindical na 1ª. Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, que terminou a 1ª de maio desse ano? E' que nós tivemos a capacidade de examinar sem sectarismo e sem desconfiança a Carta Econômica da CNTI de 1955 e o Declínio de 31 de janeiro de 1956 e sobre esses pontos se elaborou plano de ação sindical comum a todos, independente de partidos políticos a que estamos filiados ou posição filosófica ou religiosa que abraçamos. Abandonamos as pequenas e grandes restrições que ainda continha a nossa posição expressa declaração da CTB de 8 de junho de 1951.

O que antes constituía reivindicações ou intervenções isoladas de sindicatos ou, ainda, carta de reivindicações de intersindicais, passou a ser resolução de convenções, conferências e congressos, como as memoráveis 1ª. e 2ª. Conferência Sindical Nacional de 1957 e 1959. Quem pode agora, negar ou combater essa orientação, esses programas de lutas da classe operária e do movimento sindical de nosso país? Não pertencem mais a um grupo ou seja, são patrimônios da classe trabalhadora do Brasil. E' oportuno lembrar aqui um fato recente que confirma essa opinião. Nos dias 1º e 26 de maio do ano corrente, as direções restritas da CNTI, CNFC e CNTIT, representando a opinião da CIOSI—ORIT, pretendiam, de novo, mesmo com certa prudência, levantar de novo o problema da discrimi-

nação política e ideológica, germe e causa da divisão entre os trabalhadores. Como foi forte e esmagadora onda de protestos que surgiu fazendo-os recuar e reafirmar os princípios democráticos. E' isso não é uma vitória do sentimento de unidade entre os trabalhadores e o movimento sindical do qual fomos os principais artífices? Avale-se como ficaram inquietos os sectários, para retomar o fio anterior e cavar o abismo entre os trabalhadores, o que seria, em última análise, uma vitória dos agentes do imperialismo que se encontram na direção da CIOSI—ORIT.

Além dessas significativas vitórias no terreno da unidade de ação e sindical nestes últimos anos, as lutas, as greves se realizaram vitoriosas, porque foram organizadas e preparadas amplamente com os próprios trabalhadores. Ainda há pouco tempo, o governador do Estado de São Paulo, declarava que no ano passado houve 392 greves. E' em todo o Brasil!

Agora estamos em pleno desenvolvimento do grande III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores. Os temas a serem debatidos nesse futuro conclave é fruto das ações unitárias que têm sido feitas nos últimos anos, principalmente da atuação dos comunistas. São os resultados da unidade de ação, da nossa participação ativa nas lutas reivindicatórias, de nossa capacidade de conduzir as lutas pela via da unidade.

Como temos podido chegar a esses resultados? Não foi a nossa compreensão política? Não foi a ruptura da linha sectária, dogmática, nosso combate contra os sectários e dogmáticos. Nesse sentido a Declaração Política do PCB de março de 1958, constitui a maior expressão do rompimento e condenação de uma linha e uma prática errada e desempenhou um relevante papel em nossa atividade na construção da frente única. Mas poder-se-á objetar: em 1951, 1952 e 1956, ainda não havia sido elaborada e nem aprovada a Declaração Política de março de 1958. O trabalho de massas, sindical fundamentalmente, avançou por um caminho unitário, isto é, mesmo com o Programa do IV Congresso, por exemplo. Isto é verdade, em parte.

O que houve é que os militantes comunistas, ligados ao trabalho de massas, realizaram um esforço pioneiro, quase individual ou de organismo isolados. Este esforço, essa orientação, nunca teve benefício e ajuda da direção partidária dessas épocas. Ao contrário sofreu ataques ou restrições a nossa atuação, principalmente, quando realizamos atividades nas federações e confederações. Podemos citar um exemplo: dificuldades que tivemos de vencer internamente, por ocasião da realização da 1ª. Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal em 1956.

Com a Declaração de março de 1958 essas restrições do passado ruíram por terra. Os militantes comunistas do movimento sindical encontraram campo aberto e amplo, para aplicação da verdadeira linha política dos comunistas: a de conseguir e consolidar a unidade e a organização da classe operária. Levaram a prática o que antes fora apenas palavras para informes, resoluções e artigos. Na Declaração Política de março de 1958 se diz: «As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado a medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos Sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existentes no país».

Os sectários, dogmáticos, os homens de partido aferrados a um passado que jamais voltará, dizem que as vitórias que obtivemos no terreno da frente única antiperficialista e no terreno sindical, não foi e não é fruto da nossa atuação militante nessas frentes dentro da linha política atual, de nossa ação e participação ativa em todas elas. Que essas vieram independente da ação dos comunistas, como caísemos do céu por acaso. Ignoram ou, fligem ignorar, que a unidade que se vai ampliando e consolidando, não tenha bastante inimigos, que teremos de derrotar, de vencê-los. Negam, em sua cegueira, a atividade dos comunistas e do próprio Partido em todo o seu conjunto. Por isso capricham em seus artigos, em suas intermináveis elucubrações, tentando demonstrar que estamos com linha e atuação de direita e até entreguista, cedendo posições e entrando, ou estando, no terreno do oportunismo.

O que podem fazer, no entanto, é impressionar ainda os que têm medo do trabalho de massa, de discutir e debater com outros, fazer compromissos, sem abandonar os princípios fundamentais, sem deixar de acumular forças para a revolução que inevitavelmente o nosso povo fará, sob a direção de sua vanguarda.

Toda essas experiências, nossos exames críticos, nossos debates anteriores, estão, em grande parte consubstanciados nas Teses em discussão. Quando as combatem, com tanta veemência os sectários, os homens do passado, é porque elas fazem e farão o nosso Partido avançar, ir para frente, ampliar e reforçar suas fileiras.

O nosso dever, agora, durante os debates e depois de decidida nossa linha e atuação política é estar cada vez mais intimamente ligados com a massa trabalhadora e o povo, com homens que estudam, progressistas, democratas, patriotas, para compreenderem suas opiniões, dialogar com eles, extrair disso, elementos para reafirmar os nossos sagrados princípios: lutar até terminar com a sociedade baseada em classes, na exploração do homem pelo homem.

O caminho da vitória da socialismo não é do isolamento, do diálogo consigo mesmo, do movimento restrito de uma seita. E' o da luta ampla, diária, com os fatos, para que todos sintam, as injustiças e os sofrimentos do regime capitalista e compreendam, nossa doutrina, nossa linha política, nossa ação, que sua libertação, seu bem-estar, está na sociedade socialista.

Rio, 20/6/60

WALTER ANDRADE

OS COMUNISTAS E O MOVIMENTO JUVENIL

Lançadas as Teses, a nenhum militante é lícito permanecer como simples espectador, alheio a esse debate, como se a elaboração da linha política do Partido não deva ser da responsabilidade de todos e não apenas de meia dúzia de dirigentes.

Dessa discussão o Partido há de sair com uma linha política justa, com um programa elaborado à luz do marxismo-leninismo, que corresponda realmente à realidade brasileira e não um pseudo-programa com o epíteto de cobra de marxismo criador.

Mas, isto não será possível, se do debate não participarem senão todos, pe-lo menos a maioria dos nossos quadros intelectuais. Sem querer superestimá-los me parece que a estes, cabe a MAIOR RESPONSABILIDADE de delinearem o caminho da revolução brasileira.

Dai a minha estranheza por ver que a maioria das camaradas mais capazes não está ainda na liga enriquecendo o debate com seus ensinamentos. Reconheço nos camaradas Goreneder, Grabois e nos demais que estão intervindo elevado nível cultural e político, mas a verdade é que este debate pela sua importância, não devia estar restrito a esses poucos camaradas que se revezam semanalmente, As Bases querem ouvir o maior número possível de camaradas. Aliás, um outro fato que vem despertando a minha atenção é a predominância na Tribuna de Debates de opiniões contrárias às Teses. Por que isso? Gostaria de que algum mais responsável respondesse. E aqui vai outra pergunta: porque deixar a tarefa de defender as Teses a 2 ou 3 camaradas quando devia ser tarefa da maioria da direção que as aprovou?

Embora tenha algumas restrições a fazer às Teses em certas formulações que acho carecem de maior clareza, penso que a linha política nelas traçada, a qual já vinhamos adotando desde a Declaração de março, no essencial é justa.

Parceira-me que a tentativa de alguns camaradas em fazer com que o Partido adote uma linha mais realista é uma simples manifestação de sintoma da adoção diagnóstica por Lenin com o infantil do esquerdismo no comunismo.

Vejamos onde, segundo penso, as Teses pecam. Primeiramente pela prolixidade. Creio que os camaradas responsáveis por sua elaboração não levaram em conta que um documento para ser discutido por todo o Partido há de ser o mais sintetizado possível. Como quer que sejam os pontos mais importantes, quer que sejam os pontos mais importantes, quer que sejam os pontos mais importantes, quer que sejam os pontos mais importantes.

Quando acima emití meu pensamento sobre a importância da unidade na incessante procura da verdade que é o que representa esse nosso debate, não os superestimem e nem acho dispensável a contribuição que nós trabalhadores manuais podemos dar. Quis simplesmente edar a César o que é de César.

As Teses caracterizam a revolução brasileira como antiperficialista e antifederal. Justo. Para uma revolução desse tipo é claro que podemos formar a mais ampla frente única. Porém, as Teses, na minha opinião foram longe demais incluindo nessa frente única alguns setores de latifundiários.

Reconheço que os latifundiários nalguns momentos têm os seus interesses coincidindo com os das forças revolucionárias da atual etapa da revolução. Porém, baseados nisso quer incluí-los na frente única parece-me um erro de tática política.

Don razão ao camarada Grabois quando dizia que será difícil ou mesmo impossível trazer as grandes massas camponesas para a frente única em que participem os latifundiários. O camarada Mário Alves, pensando talvez ter encerrado a questão, contra-argumentava que ao ser válido esse raciocínio será igualmente difícil ou mesmo impossível trazer os operários para uma frente única em que participe a burguesia.

Ora, camarada Mário Alves: será que Mao-Tse-Tung quando dizia que a burguesia nacional não é a mesma coisa que as classes dos senhores de terras e acrescentava que o caráter feudal é menos pronunciado na burguesia nacional do que na classe dos latifundiários não daria razão ao camarada Grabois?

Parceira-me que o que fez os camaradas cometer isso que chamo de desvio de direção foi a ênfase dada à contração antiperficialista. Tenho a impressão de que são duas as contradições principais às quais devem estar subordinadas todas as outras. São a antiperficialista e a antifederal. Ambas estão intimamente interligadas que estão por ser resolvidas simultaneamente na que ser resolvida a revolução brasileira. Embora alguns camaradas neguem, acho que as Teses fazem uma separação mecânica entre a CONTRADIÇÃO ENTRE A NAÇÃO BRASILEIRA EM DESENVOLVIMENTO E O IMPERIALISMO NOROCCIDENTAL de forma que os nossos levamos automaticamente a concluir que até a contração antifederal deve ser subordinada a primeira.

Ditas essas coisas sobre as Teses passemos àquilo que é o motivo preçipio dessa minha franca intervenção.

Os comunistas e o movimento juvenil

Dizem as Teses (item 66) que não foi ainda analisado e resolvido o importante problema da atuação dos comunistas entre a Juventude.

Ora, essa constatação por si só já merece o aplauso dos jovens militantes e daqueles que mesmo não sendo jovens estão ligados ao movimento juvenil. Isto demonstra que o Partido coloca na ordem-do-dia o debate sobre a juventude.

Como elemento que veio ao Partido através da UJC creio ter alguma experiência que poderá ser útil no debate. Procurarei, na medida de minhas pequenas possibilidades, contribuir para que o Partido encontre a forma adequada de trabalhar entre os jovens.

As vezes os nossos inimigos nos dão boas lições que deviam ser aprendidas por todos.

Ninguém desconhece a atenção que o imperialismo dispensa à juventude, procurando ganhá-la para suas posições. Através do cinema, da música e da literatura vai o imperialismo destilando entre as massas juvenis as suas idéias cosmopolitas. Para isso conta com o apoio dos cães de fila nacionais. Não é por acaso que proliferam os «Gibis» com suas histórias venenosas apresentando como heróis os Bill, Jim e tantos outros mocinhos americanos do norte em luta contra os «bárbaros» cossacos, «terroristas» do Kéna ou o «samaritano» da Ásia. Não tardarão em incluir na lista dos homens maus a serem combatidos os patriotas «barbudos» de Fidel Castro. Dessa forma vai sendo inculcada nos jovens nativos a idéia do «super-homem» americano. O Rádio e a Televisão têm os seus programas quase todos tomados com «Ritmos da Broadway» «Ritmos de Tio Sam» e outros que tais em detrimento da música nacional. Isso não acontece à toa. E' que sabem todos os inimigos do povo que nenhum movimento social terá êxito se não contar com o apoio dos jovens.

Hitler, por exemplo, quando quis impor no mundo seu nefando regime nazista teve que ganhar para suas posições primeiramente a Juventude.

Se isso é uma axioma que se aplica a todos os países com maior razão ainda ao Brasil.

Segundo dados estatísticos do Censo de 1950 tem no Brasil mais de 12 milhões de rapazes e moças entre 10 a 19 anos de idade. Agora deve andar na casa dos 14 milhões. A média de vida do brasileiro é de 30 a 40 anos. Podemos pois, dizer que somos um povo de jovens.

Ainda segundo o Censo de 50 há 550 mil trabalhadores jovens na indústria-150 mil no comércio. No campo os números devem ser mais altos. Essa grande parcela da juventude vive tremendamente explorada como trabalhadores e como jovens. O dispositivo constitucional de «trabalho igual, salário igual» jamais funcionou. A exploração desenfreada a que são submetidos os menores chega às raias do absurdo. Grandes indústrias, como a Cia. Brasileira de Lã para Coser, preferem admitir menores obrigando-os a produzirem igual aos adultos. Isto está se tornando tão alarmante que começa a preocupar alguns líderes sindicais.

Não se trata de querer resolver estes PROBLEMAS DA JUVENTUDE isoladamente como se não estivesse ligado ao problema geral do povo brasileiro. Porém, trata-se de fazer com que as massas juvenis tomem coletivamente consciência de suas reivindicações como camada da população para daí melhor se entrosarem no movimento de libertação nacional do povo brasileiro.

Os jovens querem estudar, querem praticar esportes, mas isso só pode fazer uma pequena parcela. Há de existir o número de secundaristas matriculados em 50: apenas 780 mil. A grande maioria está relegada ao abandono. E' claro que a juventude não pode concordar com essa situação e procura um meio de sair dela. Mesmo pouco orientada tem feito movimentos de abalar o governo. A reação contra o aumento no preço das passagens de bondes e ônibus que contou com a solidariedade imediata dos estudantes de quase todo o Brasil, é a prova disso. Nos movimentos de caráter nacional tem sido grande a participação da mocidade estudantil. Podemos mesmo dizer que não teríamos hoje a Direção da UJC e o Ithava (tremendos «duros»; a Direção Nacional da UJC por sua vez reunia as direções estaduais e descarregava sobre elas todas as suas mágoas). Estas por sua vez saíam aplicando «duros» a torto e a direito até chegar nos pobres membros dos Círculos, círculos responsáveis pelas falhas que eram mais das direções.

Não se trata de querer resolver estes PROBLEMAS DA JUVENTUDE isoladamente como se não estivesse ligado ao problema geral do povo brasileiro. Porém, trata-se de fazer com que as massas juvenis tomem coletivamente consciência de suas reivindicações como camada da população para daí melhor se entrosarem no movimento de libertação nacional do povo brasileiro.

Os jovens querem estudar, querem praticar esportes, mas isso só pode fazer uma pequena parcela. Há de existir o número de secundaristas matriculados em 50: apenas 780 mil. A grande maioria está relegada ao abandono. E' claro que a juventude não pode concordar com essa situação e procura um meio de sair dela. Mesmo pouco orientada tem feito movimentos de abalar o governo. A reação contra o aumento no preço das passagens de bondes e ônibus que contou com a solidariedade imediata dos estudantes de quase todo o Brasil, é a prova disso. Nos movimentos de caráter nacional tem sido grande a participação da mocidade estudantil. Podemos mesmo dizer que não teríamos hoje a Direção da UJC e o Ithava (tremendos «duros»; a Direção Nacional da UJC por sua vez reunia as direções estaduais e descarregava sobre elas todas as suas mágoas). Estas por sua vez saíam aplicando «duros» a torto e a direito até chegar nos pobres membros dos Círculos, círculos responsáveis pelas falhas que eram mais das direções.

Nesse sentido, é bom recordar o que dizia Lenin:

«Devemos ser sem reservas por uma organização independente da União das Juventudes e isso não apenas porque os oportunistas temem essa independência mas também por o bem da causa. Sem uma completa independência a juventude não poderá fazer sair de seu leito os socialistas nem poderá preparar-se para levar adiante o socialismo».

Permitam-me os meus queridos camaradas que encerre esta minha despretensiosa intervenção, que se não tem outro mérito serve ao menos para demonstrar que a democratização do Partido é um fato, pois, do contrário, não estaria em ocupando espaço do nosso precioso NOVOS RUMOS com a seguinte proposta:

Propunho que se examine aprofundadamente as razões que levaram a direção a liquidar a União das Juventudes Comunistas; que seja criada uma Comissão, composta naturalmente por camaradas mais ligados ao movimento juvenil, para tratar de sua reestruturação ou criação de um outro organismo juvenil. Essa Comissão teria amplos poderes inclusive para convocar um Congresso dos jovens esquerdistas de todo o país.

São Paulo, 20 de junho de 1960.

Fundada em 1950, sob o influxo do Manifesto de agosto, a UJC manteve-se durante 6 anos fazendo o papel de reserva e auxiliar do Partido junto às massas juvenis. Diz o ditado popular: «filho de gato é gatinho». A UJC não fugiu à regra. Filha de gato é gatinho e ultra-esquerdistas teria que cedo tornar-se igual ao pai. Dai dizer-se que a UJC era um Partido de calças curtas. Porém, terá sido justa sua dissolução? E' que veremos.

A II Conferência Nacional da UJC baseada em que os erros e debilidades da UJC não podiam ser eliminados ou corrigidos com a aplicação de paliativos resolveu recomendar ao C. C. do PCB sua dissolução. E' como se o domo desesperado de sarar dissesse ao médico: mate-me!

Depois de pedir a dissolução diziam os companheiros participantes da II Conferência que essa medida não podia ser considerada como liquidacionismo. Parece que os companheiros queriam com essa ressiva isentar-se de responsabilidades futuras.

Penso que devíamos ter feito uma análise mais aprofundada da UJC em seus 6 anos de vida. Se isto tivesse sido com espírito crítico e autocrítico teríamos concluído que todos os defeitos podiam ser corrigidos. Sabemos que essa organização teve seus erros e acertos. Porém, somente os erros foram levados em consideração na II Conferência e o resultado foi a decisão apressada de dissolvê-la.

Por que a UJC não cumpriu com as finalidades para que fora criada?

Na minha opinião vários fatores contribuíram para isso.

1ª Linha política errada.

A teoria da revolução a curto prazo causou sérios prejuízos à UJC. Todo o nosso trabalho girava em torno de ações imediatistas procurando ganhar as massas juvenis para as nossas posições políticas através de esporádicos torneios de futebol ou festivais. Não tínhamos em mente a preocupação de que as massas não se ganham da noite para o dia e sim através de um trabalho longo e paciente em torno de ações diárias.

2ª Métodos mandonistas de trabalho.

A política de baixar o «caceté» ou dar «duros» foi aplicada por todos os escalões da UJC. O «negocião» era mais ou menos assim. Se o Partido achava que a UJC não estava cumprindo a contento determinadas tarefas (note-se que quase sempre eram tarefas que deviam ser cumpridas por suas Bases), chamava a Direção da UJC e lhe dava tremendos «duros»; a Direção Nacional da UJC por sua vez reunia as direções estaduais e descarregava sobre elas todas as suas mágoas. Estas por sua vez saíam aplicando «duros» a torto e a direito até chegar nos pobres membros dos Círculos, círculos responsáveis pelas falhas que eram mais das direções.

3ª Sectarismo.

Falávamos que a UJC era organização de massas, no entanto, só aceitávamos em suas fileiras aqueles que concordavam com a linha política e o Programa do Partido. Isso levou a que nos tornássemos um grupo estreito vivendo em funções de trabalhos periféricos. Eramos um pequeno grupo de «heróis» pensando que podíamos tomar o poder das classes dominantes a qualquer momento e entregá-lo à classe operária.

Como vemos todos esses erros podiam ser corrigidos. Não eram inerentes à estrutura da UJC como fez erer a II Conferência Nacional. Também não estamos convictos de que não há no país condições para organizações juvenis de caráter nacional.

Tenho a impressão que a melhor forma, o melhor veículo do Partido exercer sua influência sobre a massa juvenil é mesmo com uma organização independente nos moldes da UJC. Isto é, uma organização orientada diretamente pelo Partido, porém, com relação às formas de trabalho as iniciativas devem caber a própria organização. Nada de planos preestabelecidos na direção do Partido.

Uma organização juvenil de tendência esquerdista seria uma espécie de reserva onde os jovens passariam por um estágio antes de chegar ao Partido. As direções políticas do Partido seriam mais facilmente aceitas pela juventude através de uma organização juvenil. Nisso essa organização estaria fazendo o papel de auxiliar do Partido. A juventude quer ter sua organização própria. A burguesia compreende isso. Dai a existência das JOC, JUC, etc.

Nesse sentido, é bom recordar o que dizia Lenin:

«Devemos ser sem reservas por uma organização independente da União das Juventudes e isso não apenas porque os oportunistas temem essa independência mas também por o bem da causa. Sem uma completa independência a juventude não poderá fazer sair de seu leito os socialistas nem poderá preparar-se para levar adiante o socialismo».

Permitam-me os meus queridos camaradas que encerre esta minha despretensiosa intervenção, que se não tem outro mérito serve ao menos para demonstrar que a democratização do Partido é um fato, pois, do contrário, não estaria em ocupando espaço do nosso precioso NOVOS RUMOS com a seguinte proposta:

Propunho que se examine aprofundadamente as razões que levaram a direção a liquidar a União das Juventudes Comunistas; que seja criada uma Comissão, composta naturalmente por camaradas mais ligados ao movimento juvenil, para tratar de sua reestruturação ou criação de um outro organismo juvenil. Essa Comissão teria amplos poderes inclusive para convocar um Congresso dos jovens esquerdistas de todo o país.

São Paulo, 20 de junho de 1960.

Tribuna de Debate

CLAUDIO MURAI (Pernambuco)

Uma Questão Básica

No meu modesto entender o delineamento da Frente Única Nacional e Democrática nos termos em que ela deve ser colocada, depende sobretudo da concepção exata que tivermos das Contradições da Sociedade Brasileira e do Caráter da Atual Etapa da Revolução. Qualquer frente única que se pretenda organizar estará em dependência de que imaginarmos sobre as contradições da Sociedade em que ela se deve operar. Uma correspondência a outro porque para cada grupo de condições, objetivos para cada grupo de fatores subjetivos.

É indúlgia que as TESES não colocam com a devida exatidão as Contradições da Sociedade Brasileira e o Caráter da atual Etapa da Revolução, dentro da realidade histórico-econômica da Brasil. A fática traçada nas TESES é em última análise, a que se aplica na arena política dos países que, finalmente, na África e na Ásia, vêm atingindo sua independência. Subordinadas à Revolução Democrática a Revolução Nacional é tarefa para os PPC de Ghana, Gambia e Camerão, ao passo que cabe manter uma frente única que colabore, em segundo plano, a profunda contradição existente entre a grande massa trabalhadora do campo e o feudalismo. Nós já o fizemos, em 1952.

O camarada Rodney Arismendi do Uruguay (Problemas PS n. 4 de 1959) já diz: «Será que podemos esquecer que as greves e as lutas operárias já têm mais de meio século nos principais países da América do Sul? Que em fins do século XIX algumas organizações operárias já atuavam como filiais da internacional? Que já em 1905 haviam greves gerais no Chile, Argentina e Uruguay, de solidariedade aos revolucionários russos. Que os partidos comunistas em muitos países sul-americanos começaram a surgir nos anos subsequentes a 1917?»

Na América Latina, a independência política advém, particularmente, na primeira metade do século XIX. Neste sentido, a América Latina, e hoje acatado, se manifesta porém com menor vivacidade na burguesia nacional.

Por isso mesmo, o nacionalismo se caracteriza de maneiras distintas. Em muitos países da América Latina, o Nacionalismo tem sido bandeira dos latifundiários e grandes capitalistas que os uniram a uma atitude agressiva antioperária e em vários casos pró-fascistas: Peron, Getúlio Vargas etc.

O desenvolvimento do capitalismo na América do Sul, que aumenta a contradição com o imperialismo, pressupõe uma luta de classes mais aguda, que constatações, hoje — felizmente — nas frentes política, ideológica e econômica. E isto, sem dúvida, acentua por sua vez o caráter vacilante da burguesia nacional e a propensão a manobras de traição da grande burguesia conciliadora, e em muitos países, sua beligerância anticomunista.

As TESES dizem: «Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais, o desenvolvimento econômico dá à contradição anti-imperialista o caráter principal, DELA FAZENDO DEPENDER a solução de todas as demais contradições, que assim adquirem caráter de subordinadas.»

Ora, subordinar, também, a profunda contradição que existe entre aquele mesmo desenvolvimento econômico e o arcabouço feudal do latifúndio que entra no avanço da indústria nacional, já que estrangula o mercado interno, é não reconhecer no latifúndio o caráter tão decantado e pacífico de discussão, de agente interno do imperialismo.

—OO—

Fogose, nesse particular, à opinião geral de vários dirigentes comunistas.

Se as TESES reconhecem no imperialismo o sustentáculo do latifúndio e do feudalismo no campo e vice-versa, não vejo porque não se englobar na luta anti-imperialista a luta contra o latifúndio. Sobre tudo quando se sabe e isso é também questão pacífica de discussão (veja-se NOVOS RUMOS de 10 de Março — suplemento A INFLAÇÃO NO BRASIL SUAS CAUSAS, SEUS EFEITOS e MEIOS DE COMBATELA) que a agricultura atrasada e baseada no latifúndio não é senão uma das deformações econômicas impostas pelo imperialismo aos países subdesenvolvidos, como os são as leis tarifárias que beneficiam a importação de excedentes de produção e de capitais e a legislação bancária que admite a vultosa remessa de lucros e operação de bancos dos trustes de maneira nociva ao interesse nacional.

A inflação no Brasil — conclui o Suplemento de NOVOS RUMOS — constitui o financiamento do atraso e não do progresso, o que vale dizer que a agricultura atrasada, o latifúndio feudal, são a causa fundamental da inflação.

Tudo mundo sabe que uma das formas de impedir-se o desenvolvimento da indústria nacional de qualquer país reside no entrave do seu mercado interno. Sem mercado interno cria-se uma pseudo-superprodução, que por sua vez, líquida quaisquer perspectivas de ampliação do parque industrial desse ou daquele produto. Resulta no que sempre vem acontecendo como efeito da miséria das populações rurais sem poder aquisitivo para comprar o mínimo do essencial: o próprio povo financiando (pagando mais caro) a exportação do açúcar, do café, do algodão e de outros produtos graves. Nem o parque industrial se moderniza a tal ponto de produzir mercadorias baratas podendo, desartar, concorrer na arena do comércio internacional, nem o mercado interno promete condições de ampliação que encoraje quem quer que seja a modernizar uma indústria, dando com isso, margem a uma maior produção que não terá consumo local. Que se recordem dos dias de 1955, quando, em novembro, reunidos em São Paulo, os Industriais de tecidos redigiram um documento em que alegavam ao presidente da República que uma das principais causas das constantes crises da indústria têxtil brasileira residia na cada vez mais reduzida capacidade de consumo das populações rurais. Que sugeriram aqueles industriais no tal documento? Sugeriram a Reforma Agrária? Não. Limitaram-se, no que diz respeito ao campo, apenas a constatar. A saída que apresentaram foi a reivindicação de um ágio de bonificação para facilitar a exportação dos nossos tecidos. E esse ágio sairia de onde? Do bolso de todos os brasileiros, inclusive dos camponeses que passariam a comprar tecidos mais caros, já que uma parte teria que ser exportada a preço vil a fim de concorrer com os tecidos produzidos pela moderníssima indústria norte-americana.

E é sempre esse o mecanismo econômico de qualquer país dominado pelo imperialismo. O mesmo ocorre com a indústria do cimento, nascida em nosso País, em 1926. Foi a que mais se desenvolveu entre nós nesse meio século.

Pois bem, em todo o Norte e Nordeste só existem três fábricas que cimento e mercadoria dessas regiões é insuficiente para o consumo do que produzem aquelas três fábricas. Há portanto um submercado. Em 1956, quando a Cia. de Cimento Poty entregava aos gaúchos cimento a 42 cruzeiros o saco, o pernambucano pagava, na porta da fábrica, o saco de cimento a 90 cruzeiros. Era o recheio entrado na lama com os seus 91 mil sacos de palha financiando arranha-céus da avenida Borges de Medeiros, em Porto Alegre, pois tal é a política econômica das regiões onde o camponês não tem poder aquisitivo.

E já dessa época o Sindicato Nacional da Indústria do Cimento vem lutando para conseguir licença para exportação de cimento, já fizeram não sei quantos memoriais aos Presidentes da República nesse sentido. Agora, indagamos, em que bases vamos exportar cimento, se até hoje ainda importamos cimento europeu e americano, que apesar dos fretes e das tarifas aduaneiras, ainda nos fazem concorrência aqui dentro? A resposta é simples: nas mesmas bases em que exportamos o café, açúcar, algodão, agave etc. — todo o povo financiando através do preço alto, ou através da quitarras da Casa da Moeda.

Por ventura não exportamos açúcar porque as usinas atendem suficientemente a população brasileira? Não. Somos um país que apresenta um dos menores índices de consumo per capita de açúcar. A sua maior parte consome rapadura. Exportamos açúcar porque a maioria da população rural — os camponeses — não tem uns poucos cruzeiros para comprar um quilo do produto.

Então, depois que nos comprometemos na célebre Conferência Monetária de 1931 (Plano de Cuidadourg) e que o Estado burguês brasileiro passou a disciplinar a produção açucareira, através do IAA, al de na soga no mel. O sistema tem mercado (nacional e internacional) certo, pois o nordestino financia a exportação do açúcar para o Sul e todos os brasileiros financiam a exportação para o exterior. Hoje se diz que o bom negócio é uma usina de açúcar e o melhor negócio é uma usina falida. Isso porque o IAA e o Banco do Brasil tem os seus cofres abertos aos que desejam «reajustar» débitos do setor açucareiro.

Apesar disso tudo, os economistas burgueses muito ao sabor dos interesses imperialistas insistem em dizer que o nosso problema principal se resolve com a importação de capitais e de inversão. Outros usam formulação idêntica: «o nosso mal decorre da falta de capitais e de inversão». Daí parte um corolário de idéias que enriquecem o vasto repertório de teses dos economistas burgueses e, — confessemos — também, de alguns comunistas. Uma delas, por exemplo, é a que admite a criação do nosso mercado interno independentemente da Reforma Agrária. Só-lá através da proletarianização do camponês que ocorrerá à cidade onde a indústria paga salários mais altos que o campo. Criado o grande parque industrial — dizem — surge o grande mercado interno. E já se vão por aí a fora, em direção daquele economismo que Lenin verbera em QUE FAZER?

—OO—

O nosso problema é institucional agrário, o qual não passa de uma das deformações econômicas impostas pelo imperialismo aos países subdesenvolvidos. Nesse particular a agricultura atrasada com base no latifúndio e nas relações semifeudais tem o mesmo caráter das leis cambiais e tarifárias que protegem a importação de manufaturas do imperialismo; das leis bancárias que permitem o financiamento aos trustes ou das decisões que determinam a entrega de território nacional para instalação de bases militares estrangeiras. São meras deformações que levam à consecução do caldo de cultura onde se alimentam e se desenvolvem as centenas de germes que nos sugam o sangue — as companhias norte-americanas no nosso País.

Daí discordar das TESES onde se procura colocar uma muralha entre o problema imperialismo e o problema feudalismo no campo. A principal contradição, na realidade, está entre o nosso desenvolvimento e o imperialismo. Mas não é menos real que dentro desse desenvolvimento se acha a maioria da população brasileira, os camponeses que vivem espalhados pelo mais forte aliado do imperialismo, o feudalismo.

A tese n. 23 é clara no adiantamento da solução do problema camponês (a maioria da população brasileira e o mais decidido aliado da classe operária) já que a solução da contradição entre o homem do campo e o feudalismo ficaria na dependência da revolução anti-imperialista. «Dentro do complexo atual de condições nacionais e internacionais — diz a tese 23 — o desenvolvimento econômico dá à contradição anti-imperialista o caráter principal DELA FAZENDO DEPENDER A SOLUÇÃO DE TODAS AS DEMAIS CONTRADIÇÕES, que, assim, adquirem caráter de subordinadas.»

Creio que aí reside o centro dos nossos debates, pois essa questão determinará os conhecimentos para o traçar da tática do Partido. É aí onde alguns camaradas afirmam a outros a plena oportunidade, enquanto estes chamam a aqueles de sectários. Na realidade, nos termos em que as TESES colocam a questão nos leva a admitir algum conteúdo oportunista naquela formulação acima grilado por nós. Pois, na verdade, é muito cômodo fazer-se uma revolução burguesa em meados do século XX no Brasil, mesmo quando se ajunta a tarefa de luta anti-imperialista. No passado a Alemanha e a Inglaterra também o fizeram. O capitalismo na Alemanha se desenvolveu tanto que buscou o campo, fazendo surgir os junkers de um lado e do outro os barões prussianos, apesar de um século de guerras camponesas de que nos fala Engels.

Nos dias atuais a luta anti-imperialista pura e simples sem bandeira da aliança operário-camponesa nos deu um Egito, onde o Partido da classe operária vive na mais negra clandestinidade, com alguns dos seus destacados dirigentes

tes sírios e egípcios em cárceres medievais. E não é só isso: a Reforma Agrária que ali se executa é uma dessas farças que a burguesia costuma fazer para ludibriar a boa fé dos seus aliados — uma reforma agrária que beneficia, antes de tudo, o latifúndio e o capitalismo.

Veja-se também que tipo de Reforma Agrária está sendo levada a efeito no Iraque. Os latifundiários inimigos da Revolução de Karim Kassim continuaram com suas terras. Não houve confisco, senão, das terras da família real. E lá se acha o governo republicano às voltas com a compra de terras para distribuir com os camponeses. Apenas reduziu-se um pouco as dimensões dos latifúndios. As relações semifeudais ainda continuam.

Na Índia a Revolução anti-imperialista baseada na submissão daquela contradição existente entre a maioria do povo e o feudalismo, já que ali também se subordinou todas as contradições àquela existente entre o desenvolvimento econômico e o imperialismo, deu um regime de perseguições de operários e camponeses e, por fim, a liquidação de um governo comunista com o apoio dos latifundiários aliados da burguesia nacional do Partido do Congresso.

O Sudão, vizinho ao Egito, tomou o mesmo caminho.

Na Venezuela, a luta foi conduzida pelos mesmos princípios expostos na tese 23. Isso foi em 1959, ou seja, na mesma época da Revolução cubana. Pois bem, no auge da Revolução venezuelana a burguesia intermediária fez concessões para impedir a vitória total, elegendo uma junta governativa. Quando o Partido Comunista mobilizou o povo de Caracas para derrubar a junta militar governativa, percebeu que isso não era o suficiente, pois a burguesia nacional — a aliada de dias antes — vacilante como sempre, resolveu se satisfazer apenas com a derrubada da ditadura Gimenez. Tinha medo das demais tarefas revolucionárias. O Partido procurou, em seguida, apoiar no interior do País e, os camponeses que não haviam sido envolvidos devidamente para uma aliança que compensasse os seus interesses, não atenderam ao chamamento. Claro, nada havia de trabalho político no campo, pois os interesses do campesinato estavam subordinados à primeira contradição — a principal. E a Revolução venezuelana não chegou nem mesmo a uma revolução anti-imperialista. Verificado o erro, no mesmo ano, o Partido fez surgir mil sindicatos agrícolas e algumas centenas de Ligas Camponesas em um país de apenas seis milhões de habitantes. A Reforma Agrária apresentada pela burguesia venezuelana se resume em querer transferir as fronteiras agrícolas para o sul do Orinoco — na Amazônia — (a tese de Celso Furtado). E como assevera o deputado comunista Alonso Ojeda O. (em CUADERNOS COMUNISTAS n. 3 — 1959): «Trata-se, neste caso, de dar homens à terra e não terra aos homens.»

E por último, este ano, quando houve um levante direitista pró-imperialismo, no oeste da Venezuela, os camponeses organizados o sufocaram, aprisionando, inclusive, alguns dos dirigentes. Que fez o governo burguês saído da tal Revolução anti-imperialista da Venezuela, concedeu aos bravos camponeses? Não. Meteu-os todos na cadeia.

Em Cuba a tese defendida pelo Movimento 26 de Julho e pelos comunistas foi outra. O economista revolucionário Pino Santos a desenvolveu considerando o feudalismo no campo, o latifúndio como a mera deformação econômica imposta pelo próprio imperialismo. Não subordinou a luta camponesa à luta anti-imperialista; a revolução democrática subordinada à revolução nacional. O combate ao imperialismo foi sobretudo uma bandeira de luta dos camponeses que vieram na Reforma Agrária a liquidação dos sustentáculos inimigos em Cuba. A reação popular partiu sobretudo do campo. A bandeira da Reforma Agrária que, antes de mais nada, é uma consigna da Revolução Burguesa-reunida a maioria da população cubana — os camponeses.

—OO—

E quando as classes dominantes pensaram em frear o ascenso revolucionário com uma junta governativa, os exércitos de rebeldes e milhares de camponeses entraram na capital. E não houve mais quem, com manobras, fizesse parar o vendaval. Resultado: Reforma Agrária radical, política de desenvolvimento industrial com preparação de bases para a passagem ao socialismo e guerra sem quartel à política imperialista.

—OO—

Aí é quando viram os camaradas defensores das nossas TESES e dizem: «mas nós não somos contra o desenvolvimento da luta no campo. Aliás as TESES estão cheias de formulações sobre a aliança operário-camponesa e das reivindicações do campesinato. Inclusive Reforma Agrária. Mas isso não importa. Poderia em todas as 72 «Teses» se falar em aliança operário-camponesa. No entanto tudo isso cai no indolente, o oportunismo de direita se admite o adiantamento da questão camponesa, e até aliança com alguns latifundiários desde que as circunstâncias assim o exijam.»

Outros argumentam, ainda, que nós, durante longos anos, tentamos organizar os camponeses sem êxito registráveis, enquanto que na luta anti-imperialista, em aliança com a burguesia nacional e alguns latifundiários temos tido grandes êxitos, a Petrobrás etc. e tal. Ora, o camponês não tem culpa de ser oprimido de direita se se admite o adiantamento da questão camponesa, e até aliança com alguns latifundiários desde que as circunstâncias assim o exijam.

Outros argumentam, ainda, que nós, durante longos anos, tentamos organizar os camponeses sem êxito registráveis, enquanto que na luta anti-imperialista, em aliança com a burguesia nacional e alguns latifundiários temos tido grandes êxitos, a Petrobrás etc. e tal. Ora, o camponês não tem culpa de ser oprimido de direita se se admite o adiantamento da questão camponesa, e até aliança com alguns latifundiários desde que as circunstâncias assim o exijam.

Outros argumentam, ainda, que nós, durante longos anos, tentamos organizar os camponeses sem êxito registráveis, enquanto que na luta anti-imperialista, em aliança com a burguesia nacional e alguns latifundiários temos tido grandes êxitos, a Petrobrás etc. e tal. Ora, o camponês não tem culpa de ser oprimido de direita se se admite o adiantamento da questão camponesa, e até aliança com alguns latifundiários desde que as circunstâncias assim o exijam.

Tentamos introduzir nas organizações camponesas hábitos revolucionários da classe operária: forçar o camponês a exercitar a crítica e a autocrítica, com todo o seu orgulho e individualismo tão acentuados como os da burguesia. Falamos-lhe em fazendas coletivas para quem sempre sonhou com um pedaço de terra, seu e somente seu. Chegamos até mesmo a acenar-lhes a extensão da legislação trabalhista ao campo. Era o cúmulo do oportunismo e da demagogia. Todos nós sabemos que cada superestrutura jurídica corresponde a uma infraestrutura econômica. Apesar disso, pregávamos a extensão de uma infraestrutura jurídica correspondente ao método de produção capitalista — extensão, digo, a homens que vivem sob métodos de produção pré-capitalista — os camponeses. E aí confundíamos o assalariamento agrícola com o rebanho, o feroz etc. Assim não chegaríamos nunca a um resultado positivo. O mínimo que admitimos em casos especiais era o levante armado e a posse das terras pela força. Saímos dessas palavras de ordem para cair na passividade provocada pela apologia do desenvolvimentismo burguês. Aqui no Nordeste houve até ocasiões em que o Partido pediu para que se arrefoesse o trabalho das Ligas Camponesas a fim de não prejudicar o processo da frente única anti-imperialista, na qual se incluíam as correntes políticas que apoiavam Cid Sampaio, O Francisco Julião, do PSB, foi até consideração sectária, radical e esquerdista. E diziam que o ritmo de trabalho das Ligas estava afastando vários setores da Frente Única Nacionalista. Alguns dos nossos amigos e camaradas tentaram isolar os mais combativos fundadores de Ligas Camponesas. Sem êxito, evidentemente. E o que se notou é que, se os partidos burgueses de Pernambuco, inclusive a UDN de Cid Sampaio, chegaram a entregar aos partidos de esquerda os comandos das últimas campanhas eleitorais, (que mostra que os respeitavam e ainda os respeitam) é porque sabem de suas influências nas dezenas de Ligas que se espalharam por Pernambuco agora.

E só assim é que se determinará a hegemonia da classe operária na luta anti-imperialista. Reunam-se os camponeses. Apliquem-se, no campo, os métodos de trabalho de acordo com as peculiaridades da própria classe camponesa. Utilize-se o Código Civil — apesar de muito superado — que com esse instituto jurídico os camponeses têm condições de vencer muitas batalhas. Criem-se sociedade civis como as Ligas Camponesas do Nordeste e coloque à disposição dos camponeses alguns advogados que o latifúndio terá que recuar. Basta um pequeno recuo para os camponeses enxergar a importância da luta organizada. E só assim acreditarão nos que pregam a Reforma Agrária.

E nos que são partidários da Revolução em duas etapas (primeiro a industrialização contra o imperialismo e somente depois a Reforma Agrária contra o latifúndio) recomende-se RODNEY ARISMENDI (trabalho citado) que esclarece: «A missão do proletariado não consiste em ser parteiro do capitalismo. E acrescenta: «A defesa comum da indústria nacional ante o imperialismo exige educar mais do que nunca o proletariado em sua consciência de classe, em sua independência ideológica e orgânica, na defesa obstinada de suas reivindicações e na prática de seus métodos específicos de luta. Im-

pregnã-lo de uma consciência apologética do desenvolvimentismo capitalista só pode conduzir ao reformismo e afastar os comunistas dos setores mais combativos do proletariado.»

E vai mais além quando admite que o fundamental é: a) a aliança operário-camponesa como base da frente nacional e não a aliança operário-burguesa nacional; b) a política de aliança, política de unidade e luta como disse Mao-Tse-Tung, ou seja, de alianças por objetivos comuns e de luta pelos princípios da classe operária.»

—OO—

Além do mais, como se poderia conceber o desenvolvimento econômico de que falam as TESES — desenvolvimento a que se contrapõe o imperialismo, sem a consigna da Reforma Agrária que cria o mercado interno, imprescindível ao desenvolvimento do próprio capitalismo burguês? Porventura se ignora que a Reforma Agrária é tarefa fundamental da própria Revolução Burguesa?

A PEQUENA ENCICLOPÉDIA DO SOCIALISMO E DO COMUNISMO (49 Edição — Ilírio — 1958) diz: «Na Revolução democrático-burguesa, os camponeses representam o natural aliado da burguesia. A História conhece e a ideologia marxista distingue a Revolução burguesa e a Revolução proletária: aquela tem por objetivo a derrubada e a completa destruição do regime feudal para a maior consolidação e desenvolvimento da sociedade capitalista; esta tem por objetivo a derrubada da sociedade capitalista e a instauração da sociedade socialista.»

Convém, também, que aos apologistas da revolução em duas etapas se indique Kropotkin (A GRANDE REVOLUÇÃO): «A revolta dos camponeses para a abolição dos direitos feudais e a reconquista das terras comunais tiradas às comunas aldeãs desde o século XVII pelos senhores laicos e eclesiásticos — eis a PRÓPRIA ESSENCIA, A BASE DA GRANDE REVOLUÇÃO. Sobre isto se veio implantar a luta da burguesia pelos seus direitos políticos. A não ser assim, a Revolução nunca teria a profundidade que atingiu em França...»

«... Enfim, essa revolta é o que constitui o próprio caráter da Revolução Francesa e o que a distingue profundamente da Revolução de 1648-1657 na Inglaterra...» «... A Revolução inglesa constitui, sem dúvida, o poder político da burguesia; mas esse poder só se obteve em partilha com a aristocracia proprietária. E a Revolução deu à burguesia inglesa uma era de prosperidade para o seu comércio e a sua indústria, essa prosperidade foi obtida com a condição da burguesia se aproveitar dela sem prejudicar os privilégios territoriais dos nobres. Pelo contrário, ajudou-os a aumentar pelo menos o valor. Auxiliou os senhores a apoderarem-se legalmente das terras comunais por meio da demarcação (os Enclosure Acts), o que reduziu à miséria a população agrícola e a pôs à mercê do senhor, forçando grande parte a emigrar para as cidades, onde os proletários foram postos à razão pelos burgueses industriais. «Eis, outros resultados: Na Inglaterra tem até hoje uma vanguarda insignificante, o PC Inglês, enquanto na França, a classe operária tem um dos maiores Partidos Comunistas da Europa. E que desde aquela época o camponês foi chamado a participar da luta democrática.

—OO—

MANOEL M. SANTOS (S. Paulo)

Sobre o Movimento Juvenil e o Projeto de Estatutos

Aproveitando a oportunidade dos debates sobre as teses, quero fazer um pequeno reparo sobre o projeto dos Estatutos. Ao mesmo tempo uma opinião minha sobre o movimento juvenil no Brasil, que aliás, a meu ver está se adiantando e quase superava o partido. Se em bom momento não tivesse se extinguido a U.J.C. Digo isso porque a exemplo do Partido, a U.J.C. estava se sobrecarregando de tarefas orgânicas e burocráticas, com isso se isolando do movimento juvenil de massas, apesar de ser criado para esse movimento, mas devido a excesso de sectarismo em nossas fileiras, se transformou em uma organização clandestina e até com vigilância demasiada, impedindo a entrada ou a permanência de alguns jovens bem intencionados, uns tinham medo, outros eram logo jogados a tarefas superiores as suas capacidades. Até nos divertimentos ou jogos de caráter juvenil, era dado um certo ar de clandestinidade. De agora para frente vamos ver se corrigimos pelo menos esses erros que se tornaram mais frequentes. Acoo eu que o Partido deve continuar dando autonomia ao movimento juvenil, mas de forma não sectária, ou seja, que cada jovem comunista atue em organismos de massas diversos e que apague a linha política anti-imperialista e em favor sempre da verdade e das reivindicações mais sentidas por esses organismos, assim ganhando a simpatia de todos os outros elementos, principalmente os jovens.

Isso deve ser feito sem sectarismo. O jovem não precisa mostrar que está trabalhando para o Partido, ou em favor da organização e esclarecimento da classe operária, isso para não se isolar dos demais, como tem acontecido.

Nunca deve-se sobrecarregar esses jovens de tarefas, se possível não dar nenhuma, a não ser aquela de esclarecer e de arregimentar os jovens para as fileiras do Partido, isso só fazendo depois de explicar bem o que é o Partido, inclusive dar a conhecer os seus estatutos e suas finalidades. Só assim, poderemos contar em nossas fileiras com quadros novos mais ativos e esclarecidos.

Para isso devemos organizar as comissões juvenis comunistas, ligadas

«Orientando-nos pela doutrina marxista-leninista, compreendemos bem que em um país atrasado como o Viet-Nam o problema nacional é, em essência, um problema camponês. A Revolução nacional é principalmente uma revolução camponesa realizada sob a direção da classe operária e o poder popular é o Poder operário camponês. Apoiando-se nesta doutrina, o nosso Partido, em cada etapa compreendeu e resolveu acertadamente o problema camponês e reforçou sem cessar a aliança da classe operária e dos camponeses. Lutou com firmeza contra os desvios de direita e de esquerda que subminam o papel dos camponeses na revolução e não vêm néles os aliados fundamentais e mais férteis do proletariado, a força principal que, juntamente com a classe operária, há de construir o socialismo. Os Diretistas e os «esquerdistas» não compreendiam que a aliança dos operários com os camponeses é a base da Frente Nacional e do Poder popular.»

AIDIT do PC indonésio, completa: «O Partido Comunista parte de que não pode haver uma autêntica Frente Nacional e não se pode falar do papel dirigente do Partido Comunista nesta Frente enquanto não conseguirmos organizar as amplas massas camponesas e dirigilas». (Problemas PS — n. 2 — 1960).

De clareza meridiana, sobre o assunto, é a opinião do camarada Fam Yam Dong (Prob. PS — n. 10 — 1960):

«Em 1930 foi criado o partido da classe operária, o Partido Comunista da Indochina, o que constituiu um momento crucial que abriu uma nova fase da revolução vietnamita, cujo dirigente passou a ser, desde então, o proletariado. Nove meses depois da formação do Partido, o primeiro Pleno de seu Comitê Central (outubro 1930) aprovou as Teses Políticas, nas quais o Partido assinalava o caráter democrático-burguês da revolução na primeira etapa e fixava as seguintes tarefas: lutar pela destruição dos restos do feudalismo e pela liquidação das formas pré-capitalistas de exploração para levar a cabo uma reforma agrária radical; lutar pela expulsão do imperialismo francês com o objetivo de conquistar a plena independência da Indochina. Estes dois aspectos da luta estavam inseparavelmente vinculados entre si, pois, sem sacudir o jugo dos imperialistas era impossível suprimir a classe dos latifundiários e realizar com êxito a reforma agrária e, reciprocamente, sem suprimir os feudais era impossível sacudir o jugo dos imperialistas.»

«... Esta linha política corresponde às teses do marxismo-leninismo sobre a revolução nos países coloniais e semicoloniais. Lenin indicava que nestes países o movimento nacional pode ser unicamente democrático-burguês, pois a massa principal da população nos países atrasados é composta de camponeses.»

Esta é realmente a questão básica que nas TESES é encarada — no meu modesto entender — de maneira oportunista. Sentense na formulação da tese 29 um acentuado conteúdo de reformismo direitista que de modo algum nos levará a bons resultados. Por último, não seria demasiado recorrer-se ao camarada da Victória Codovilla do PC argentino (Problemas PS n. 2 de 1960) para deixar bem claro o caminho errado que as TESES nos procuram ditar: «A frente de luta pela libertação nacional e o progresso social deve ser a mais ampla possível. Entretanto, nela não entrarão os grandes latifundiários, ainda que as vezes, devido às flutuações do mercado mundial, protestem contra os atos de um ou outro Estado imperialista, que não compra seus produtos, ou paga por eles preços demasiado baixos. Mas nossa própria experiência já demonstrou que somente estabelecendo uma aliança operário-camponesa a sob a direção do proletariado e seu partido de vanguarda, o PC, é possível mobilizar e organizar todas as forças democráticas, dirigilas na luta e assegurar seu futuro.»

Eis aí — repitamos — a questão básica.

«... Esta linha política corresponde às teses do marxismo-leninismo sobre a revolução nos países coloniais e semicoloniais. Lenin indicava que nestes países o movimento nacional pode ser unicamente democrático-burguês, pois a massa principal da população nos países atrasados é composta de camponeses.»

Esta é realmente a questão básica que nas TESES é encarada — no meu modesto entender — de maneira oportunista. Sentense na formulação da tese 29 um acentuado conteúdo de reformismo direitista que de modo algum nos levará a bons resultados. Por último, não seria demasiado recorrer-se ao camarada da Victória Codovilla do PC argentino (Problemas PS n. 2 de 1960) para deixar bem claro o caminho errado que as TESES nos procuram ditar: «A frente de luta pela libertação nacional e o progresso social deve ser a mais ampla possível. Entretanto, nela não entrarão os grandes latifundiários, ainda que as vezes, devido às flutuações do mercado mundial, protestem contra os atos de um ou outro Estado imperialista, que não compra seus produtos, ou paga por eles preços demasiado baixos. Mas nossa própria experiência já demonstrou que somente estabelecendo uma aliança operário-camponesa a sob a direção do proletariado e seu partido de vanguarda, o PC, é possível mobilizar e organizar todas as forças democráticas, dirigilas na luta e assegurar seu futuro.»

Eis aí — repitamos — a questão básica.

—OO—

MANOEL M. SANTOS (S. Paulo)

Sobre o Movimento Juvenil e o Projeto de Estatutos

Aproveitando a oportunidade dos debates sobre as teses, quero fazer um pequeno reparo sobre o projeto dos Estatutos. Ao mesmo tempo uma opinião minha sobre o movimento juvenil no Brasil, que aliás, a meu ver está se adiantando e quase superava o partido. Se em bom momento não tivesse se extinguido a U.J.C. Digo isso porque a exemplo do Partido, a U.J.C. estava se sobrecarregando de tarefas orgânicas e burocráticas, com isso se isolando do movimento juvenil de massas, apesar de ser criado para esse movimento, mas devido a excesso de sectarismo em nossas fileiras, se transformou em uma organização clandestina e até com vigilância demasiada, impedindo a entrada ou a permanência de alguns jovens bem intencionados, uns tinham medo, outros eram logo jogados a tarefas superiores as suas capacidades. Até nos divertimentos ou jogos de caráter juvenil, era dado um certo ar de clandestinidade. De agora para frente vamos ver se corrigimos pelo menos esses erros que se tornaram mais frequentes. Acoo eu que o Partido deve continuar dando autonomia ao movimento juvenil, mas de forma não sectária, ou seja, que cada jovem comunista atue em organismos de massas diversos e que apague a linha política anti-imperialista e em favor sempre da verdade e das reivindicações mais sentidas por esses organismos, assim ganhando a simpatia de todos os outros elementos, principalmente os jovens.

Isso deve ser feito sem sectarismo. O jovem não precisa mostrar que está trabalhando para o Partido, ou em favor da organização e esclarecimento da classe operária, isso para não se isolar dos demais, como tem acontecido.

Nunca deve-se sobrecarregar esses jovens de tarefas, se possível não dar nenhuma, a não ser aquela de esclarecer e de arregimentar os jovens para as fileiras do Partido, isso só fazendo depois de explicar bem o que é o Partido, inclusive dar a conhecer os seus estatutos e suas finalidades. Só assim, poderemos contar em nossas fileiras com quadros novos mais ativos e esclarecidos.

Para isso devemos organizar as comissões juvenis comunistas, ligadas

que deverão conter mais alguns pontos, para maior compreensão e melhor interpretação de nossas leis, onde melhor se destaca dos partidos burgueses. Minha primeira referência é ao art. 7º que deve ser redigido assim: art. 7º — O membro do Partido que infringir as normas estatutárias ou assumia atitudes que fira os interesses do Partido ou da classe operária, ou da moral pública, ou que se torne óbrio contumaz, está sujeito, etc — resto segue a redação normal.

No capítulo referente ao membro do Partido acrescentem-se mais um artigo, assim redigido: art. tal — Os candidatos do Partido a cargos públicos depois de eleitos, ou antes, dependendo das necessidades, serão subordinados ao Partido, deste recebendo a sua cota mensal e perderão o direito ao mandato caso abandonem o Partido a sua linha política ou traia os interesses da classe operária.

Acrescentem-se na letra g do art. 34, isto: assim como organizar a cota mensal de cada membro do Partido que por necessidade deste, esteja desligado da produção, fazendo o mesmo com os candidatos que o Partido eleger para os vários cargos públicos.

E sobre os debates na imprensa do Partido acho que deveriam continuar pelo menos mais uns três (3) meses porque nós aprendemos muito com essa prática. Assim podemos desabafar muita coisa que está guardada por aí dentro das fileiras do Partido. Só sou da opinião que os camaradas deveriam moderar um pouco quanto a linguagem no tratamento, a certas divergências pessoais próprias dos partidos burgueses. Isso acabará por prejudicar o Partido no que diz respeito a sua unidade. Dentro do Partido não pode haver divergências de ordem pessoal e sim opiniões de cada um, para o bem do Partido e da classe operária. Não devemos usar termos como: «divisionistas», «fracionistas», «oportunistas de direita ou de esquerda», etc. e muitos outros depreciativos, como já estão sendo usados por vários camaradas, vamos discutir sim, mas usando termos superiores de crítica e autocrítica, como deve caracterizar os debates entre comunistas.

Sem mais, deste fiel servidor da Classe Operária e filho desta.

Ho-Chi-Min, a propósito, (Problemas PS n. 2 — 1960) diz o seguinte:

«Orientando-nos pela doutrina marxista-leninista, compreendemos bem que em um país atrasado como o Viet-Nam o problema nacional é, em essência, um problema camponês. A Revolução nacional é principalmente uma revolução camponesa realizada sob a direção da classe operária e o poder popular é o Poder operário camponês. Apoiando-se nesta doutrina, o nosso Partido, em cada etapa compreendeu e resolveu acertadamente o problema camponês e reforçou sem cessar a aliança da classe operária e dos camponeses. Lutou com firmeza contra os desvios de direita e de esquerda que subminam o papel dos camponeses na revolução e não vêm néles os aliados fundamentais e mais férteis do proletariado, a força principal que, juntamente com a classe operária, há de construir o socialismo. Os Diretistas e os «esquerdistas» não compreendiam que a aliança dos operários com os camponeses é a base da Frente Nacional e do Poder popular.»

AIDIT do PC indonésio, completa: «O Partido Comunista parte de que não pode haver uma autêntica Frente Nacional e não se pode falar do papel dirigente do Partido Comunista nesta Frente enquanto não conseguirmos organizar as amplas massas camponesas e dirigilas». (Problemas PS — n. 2 — 1960).

De clareza meridiana, sobre o assunto, é a opinião do camarada Fam Yam Dong (Prob. PS — n. 10 — 1960):

«Em 1930 foi criado o partido da classe operária, o Partido Comunista da Indochina, o que constituiu um momento crucial que abriu uma nova fase da revolução vietnamita, cujo dirigente passou a ser, desde então, o proletariado. Nove meses depois da formação do Partido, o primeiro Pleno de seu Comitê Central (outubro 1930) aprovou as Teses Políticas, nas quais o Partido assinalava o caráter democrático-burguês da revolução na primeira etapa e fixava as seguintes tarefas: lutar pela destruição dos restos do feudalismo e pela liquidação das formas pré-capitalistas de exploração para levar a cabo uma reforma agrária radical; lutar pela expulsão do imperialismo francês com o objetivo de conquistar a plena independência da Indochina. Estes dois aspectos da luta estavam inseparavelmente vinculados entre si, pois, sem sacudir o jugo dos imperialistas era impossível suprimir a classe dos latifundiários e realizar com êxito a reforma agrária e, reciprocamente, sem suprimir os feudais era impossível sacudir o jugo dos imperialistas.»

«... Esta linha política corresponde às teses do marxismo-leninismo sobre a revolução nos países coloniais e semicoloniais. Lenin indicava que nestes países o movimento nacional pode ser unicamente democrático-burguês, pois a massa principal da população nos países atrasados é composta de camponeses.»

Esta é realmente a questão básica que nas TESES é encarada — no meu modesto entender — de maneira oportunista. Sentense na formulação da tese 29 um acentuado conteúdo de reformismo direitista que de modo algum nos levará a bons resultados. Por último, não seria demasiado recorrer-se ao camarada da Victória Codovilla do PC argentino (Problemas PS n. 2 de 1960) para deixar bem claro o caminho errado que as TESES nos procuram ditar: «A frente de luta pela libertação nacional e o progresso social deve ser a mais ampla possível. Entretanto, nela não entrarão os grandes latifundiários, ainda que as vezes, devido às flutuações do mercado mundial, protestem contra os atos de um ou outro Estado imperialista, que não compra seus produtos, ou paga por eles preços demasiado baixos. Mas nossa própria experiência já demonstrou que somente estabelecendo uma aliança operário-camponesa a sob a direção do proletariado e seu partido de vanguarda, o PC, é possível mobilizar e organizar todas as forças democráticas, dirigilas na luta e assegurar seu futuro.»

Eis aí — repitamos — a questão básica.

Tese de Desenvolvimento

CAIO PRADO JUNIOR

As Teses e a Revolução Brasileira (V)

Parecem confirmar esse esquecimento algumas passagens bastante expressivas das Teses, como esta da de n.º 25, onde se afirma, embora confusa e ambigüamente, como é a regra geral do documento, que a revolução nacional deve ser "uma revolução democrático-burguesa de novo tipo, parte integrante da revolução socialista mundial". Ou isso não significa nada, ou então quer dizer que a revolução socialista mundial se apresenta no Brasil como revolução democrático-burguesa de novo tipo. "Novo tipo", sem dúvida, e deveras original... Mas o que leva à conclusão definitiva que os elaboradores das Teses abandonaram o socialismo, se não formalmente, ao menos de fato, e como consequência da tremenda confusão em que andam suas concepções teóricas, é a linha central de pensamento que caracteriza o desenvolvimento da análise e interpretação que as Teses apresentam. Já se fez muito justificadamente a respeito dessa análise a pergunta: ANÁLISE MARXISTA OU APOLOGIA DO CAPITALISMO (Pedro Pomar, NOVOS RUMOS, n.º de 6 a 12 de maio). De fato, o capitalismo aparece nas Teses como chave de ouro para a solução de todos os problemas brasileiros. A questão agrária? Faça-se dos trabalhadores rurais, assalariados puros, porque isto é que é capitalismo. O problema do desenvolvimento econômico? Combata-se o imperialismo, porque (Julgamos erroneamente os autores das Teses) ele impede o progresso do capitalismo brasileiro que promoverá aquele desenvolvimento. Para os elaboradores das Teses, o essencial da política dos comunistas deve consistir em resguardar e favorecer o capitalismo. E nisso que consiste para eles a "revolução" brasileira. Os seus cuidados e atenções para com o capitalismo chegam ao despropósito de deslocarem para um segundo plano de menor significação, a luta do proletariado por melhores condições de vida. E assim que depois de se referirem na Tese 21 à contradição "entre a nação e o imperialismo norte-americano (formulação esta a que já fizemos justiça mais acima) e entre latifundiários e as massas camponesas", os autores das Teses enumeram as "outras contradições", e portanto de segunda ordem, entre as quais figuram "aquelas que se verificam entre o proletariado e a burguesia", a par com as contradições "entre a burguesia e os latifundiários, entre grupos regionais das classes dominantes, entre grupos vinculados a diferentes potências imperialistas". Assim, a disputa, por exemplo, entre a General Motors e a Volkswagen do Brasil pelo mercado de automóveis e a mais-valia do proletariado brasileiro, se encontra no mesmo plano que a luta desse mesmo proletariado pela redução daquela mais-valia!

Do mesmo tempo que as Teses assim subestimam e depreciam a luta do proletariado, esforçam-se por atenuá-la com formulações dúbias e cheias de subentendidos. E assim que repetem duas vezes (nas Teses 21 e 23), como que para reforçar bem a afirmação e recomendação que nela se insinua, que a contradição entre operários e capitalistas não exige "solução final", e que "a questão dessa solução não se coloca na etapa atual". Ora, como dessa "solução final" as Teses não se preocupam, nem a definem e analisam, a formulação empregada e introduzida assim abruptamente sem outra explicação, só pode ser interpretada como um atenuamento da luta operária. É como um aviso que alerta contra eventuais "excessos" de uma luta que não objetiva "solução final".

Não posso me furtar aqui à tentação de destacar a maneira com que as Teses definem a luta operária, e que é de primor de círculo vicioso: "A contradição entre o proletariado e a burguesia tem caráter antagonico e se expressa nas várias formas de luta entre operários e capitalistas" (Tese 21). Ficamos exatamente na mesma, pois toda contradição implica antagonismo, e contradição entre proletariado e burguesia só pode ser a luta de classes entre operários e capitalistas, tanto como toda luta implica antagonismo... Não haverá nessa estranha maneira de os autores das Teses se referirem às lutas operárias, uma tradição do seu subconsciente?

A subestimação dos elaboradores das Teses relativamente às lutas operárias é injustificada mesmo na formal posição antiliberalista em que eles procuram se colocar. Isso porque não há arma mais poderosa na luta antiliberalista, que as reivindicações e movimentos operários. O próprio sr. Kubischek, em sua última mensagem presidencial de fim de ano, se mostra mais conhecedor do assunto que os autores das Teses, pois declarou bem claramente que em seu governo não se admitiriam agitações operárias que afetavam seus bons amigos das empresas imperialistas inclinadas a se estabelecerem no Brasil...

Como explicar o carinho dos autores das Teses pelo capitalismo brasileiro? E que para eles "o desenvolvimento capitalista possui ainda caráter progressista nas condições presentes do nosso país" (Tese 21). Mesmo que assim fosse — e logo veremos que não é — seria inteiramente absurdo, do ponto de vista marxista e dos interesses de classe, que o marxismo se apresentasse, defendendo e sobretudo favorecendo o capitalismo. Quando Marx elaborou sua teoria, não podia haver dúvidas que o capitalismo representava o "progresso" no sentido do desenvolvimento das forças produtivas. Muito menos podia haver dúvidas para Marx, que teve pessoalmente ocasião de presenciar a espetacular fase de progresso que o capitalismo determinou na Europa no correr do século passado, e que transformaria por completo a face do continente, em particular da Inglaterra onde Marx residia nos últimos anos de sua vida. No entanto, nunca Marx, ao que se sabia, justificou a permanência do capitalismo, sob pretexto que era "progressista".

No Brasil, não teve e não tem o capitalismo nem ao menos essa atenuante. A liberdade econômica e livre iniciativa dos indivíduos, estimuladora pela perspectiva do ganho e do enriquecimento cada vez maior (e o capitalismo em essência é isso) foram sem dúvida os principais responsáveis pelo progresso que caracteriza o mundo moderno e o contrasta tão profundamente com o passado. Mas essa missão histórica do capitalismo não se cumpriu senão em reduzidos lugares do mundo. No Brasil, entre outros, a iniciativa privada sempre se

mostrou muito aquém das tarefas e oportunidades que a economia do país lhe oferecia. Ou antes (sejam mais justos para com os capitalistas brasileiros) os estímulos da iniciativa privada, por circunstâncias históricas independentes das vontades individuais, orientaram essa iniciativa, no Brasil, por caminhos que não coincidiram com os de um desenvolvimento semelhante ao de outros lugares. E se assim foi no passado, mais ainda será daqui por diante. A análise das circunstâncias gerais em que hoje evolui a economia brasileira, mostra não haver grandes perspectivas para o desenvolvimento capitalista, ou mais precisamente, para o desenvolvimento adequado das forças produtivas, e da industrialização em particular, dentro do sistema capitalista.

É preciso lembrar, antes de mais nada, que o Brasil ingressa na etapa da industrialização com enorme atraso. Ainda estamos, por assim dizer, nos primeiros passos do progresso tecnológico, quando esse progresso em outros lugares, com os quais vamos ter de porfaria, já atinge as culminâncias da automação. Os grandes centros capitalistas do mundo moderno construíram sua indústria, no regime da livre concorrência e iniciativa privada paulatinamente a partir do nada ou quase nada, e acrescentando pequenos avanços uns a outros. O processo de elevação do nível tecnológico e estrutural industrial se pôde realizar, e se realizou efetivamente de maneira relativamente ordenada e equilibrada, apesar de todos os percalços que são da essência da liberdade econômica e anarquia da produção característicos do capitalismo. Os freios e ajustamentos automáticos do mecanismo capitalista puderam funcionar e realmente funcionaram de maneira a assegurar-se não a estabilidade — o que o capitalismo, com seu regime de liberdade econômica não pode pretender — pelo menos um mínimo de equilíbrio estável que facultou um progresso ininterrupto, embora através de desajustamentos momentâneos mais ou menos graves.

O nosso caso é outro completamente diferente. Temos que saltar bruscamente por cima de todas as etapas anteriores que noutros lugares demandaram mais de um século de progressiva maturação. Precisamos concentrar num período mínimo, quase instantâneo, aquela longa e penosa evolução, e passar de um momento para outro dos rudimentos tecnológicos que são os nossos, para o elevado plano em que hoje se encontra a técnica. Trata-se em suma de realizar alguma coisa que se parece ao realizado na União Soviética e se está realizando nos países da democracia popular. De certo modo bem mais alinda, porque nos fazem falta — em comparação pelo menos com a antiga Rússia czarista e algumas das democracias populares — diferentes circunstâncias com que aqueles países já contavam antes da revolução socialista. Poderemos realizar aquela façanha em regime capitalista, com todos os desperdícios, desequilíbrios e convulsões que decorrem necessariamente da liberdade econômica, concorrência e livre iniciativa privada mínimas sem o que o capitalismo não é mais capitalismo? Acredito que não, e a observação do que está ocorrendo presentemente o comprova com inúmeros sintomas e sinais precursores do que está pela frente e que o futuro reserva, a prazo bastante curto, a nosso capitalismo.

Não é possível desenvolver aqui adequadamente o assunto. Limitar-me-ii por isso a considerar um único de seus aspectos, o mais importante e que se relaciona de maneira mais direta com a política comunista e os interesses da classe que o P. defende. Refiro-me ao processo de formação de capitais que se encontra na base do funcionamento do sistema capitalista. Trata-se de indagar se esse processo se desenvolve de maneira adequada e suficiente nas atuais condições da economia brasileira, e quais as suas perspectivas futuras. Uma questão que essa é naturalmente preliminar para qualquer juízo relativo às possibilidades e potencialidades do capitalismo no Brasil. Mesmo que as demais circunstâncias fossem favoráveis ao desenvolvimento capitalista — e elas estão muito longe disso — ainda assim as perspectivas desse desenvolvimento serão muito acanhadas se o processo de formação de capitais se mostrar insuficiente.

Ora é esse precisamente o caso brasileiro. As circunstâncias em que se realiza a formação de capital, tornam o processo inadequado para fazer frente às necessidades do funcionamento normal e equilibrado do sistema. Isso se deve sobretudo ao fato acima lembrado, a saber, o alto nível tecnológico exigido pela atividade produtiva moderna, em confronto com o rudimentar nível em que o Brasil se encontra. Estamos começando pelo fim, ao contrário dos países já industrializados que chegaram a esse fim depois de longa evolução e por isso dotados de uma estrutura econômica e financeira capaz de sustentar e suportar a tecnologia moderna. Não dispomos de reservas suficientes para isso, de poupanças acumuladas que se trataria apenas de centralizar e concentrar a fim de constituir com elas o capital necessário. A maior parte do capital brasileiro invertido na indústria se vem laboriosamente formando através de lenta e penosa acumulação dos reduzidos lucros, em termos abso-

lutos, de empreendimentos insignificantes, como são em geral, e sobretudo foram até poucos anos atrás, os empreendimentos industriais brasileiros. Não contam assim esses empreendimentos com recursos próprios suficientes para enfrentar as consideráveis despesas de capital necessárias para acompanhar o progresso tecnológico moderno; e não têm onde buscar esses recursos.

Além disso, é preciso não esquecer que na falta de uma indústria pesada que começa apenas a ensaiar seus primeiros passos no Brasil, e com que tão cedo não poderemos contar, a maior parte dos bens de capital e a quase totalidade do equipamento industrial de base tem de ser importado, e pago portanto não em cruzeiros, que é a forma sob a qual se constitui e acumula o capital brasileiro, mas em divisas. Ora, as nossas disponibilidades em divisas são pequenas — já tratamos acima do assunto — e de todo insuficientes para atender a uma demanda que não seja rigorosamente disciplinada e selecionada. Entre os capitais formados e destinados a se investir em equipamentos industriais, e esses equipamentos, se interpõe assim necessariamente uma severa regulamentação e crivo que não podem evidentemente ser substituídos em função exclusiva de interesses particularistas, pois é impossível atender a eles todos. Por aí já se vê que o sistema capitalista que tem na liberdade econômica e nos interesses particularistas, sua mola mestra, força propulsora essencial e norma de funcionamento, não pode funcionar normalmente quando circunstâncias estranhas a esses interesses, e eventualmente até contrários a eles, interferem nos dispositivos essenciais do sistema capitalista que são o processo das inversões. Cada restrição àquele liberdade e freio oposto àqueles interesses constitui, em tal setor, grave embaraço ao regular funcionamento do sistema.

As deficiências e insuficiências do capitalismo brasileiro encontram uma fácil comprovação na observação do que vem ocorrendo nos recentes e ainda tão modestos ensaios de dotar o país de uma estrutura industrial moderna. Os capitais e equipamento necessários para alcançar os parcos resultados obtidos — em confronto naturalmente com o que realmente significa uma grande indústria moderna — o foram essencialmente por dois processos que não devemos nem mesmo podemos indefinidamente contar. São eles a contribuição de empreendimentos imperialistas e seus capitais, e a inflação. Para se avaliar a contribuição de empreendimentos estrangeiros, é suficiente observar que são excepcionais hoje em dia no Brasil, as empresas industriais de certo vulto, sobretudo as de natureza econômica fundamental e moderadamente aparelhadas, que não sejam ou totalmente estrangeiras, ou que não contem direta ou indiretamente, aberta ou mais ou menos veladamente com pelo menos uma apreciável participação de recursos estrangeiros.

No que se refere à inflação, ela também teve um papel considerável no surto de atividades e progresso do capitalismo verificados nestes últimos anos. A inflação constituiu um poderoso fator substitutivo do processo normal de formação de capitais. Isso por dois motivos. Em primeiro lugar porque as largas emissões monetárias, em ritmo crescente, que se vêm verificando, transformam-se, num primeiro momento, em capital, pois afluem na maior parte, sob forma de depósitos, para os bancos, aos quais proporcionam assim recursos para a ampliação dos empréstimos que nas mãos dos tomadores desses empréstimos funcionam como capital.

O outro motivo por que a inflação favorece a formação de capital, e estimula a atividade capitalista, é que a alta de preços não é acompanhada de um não muito retardadamente pelo nível de salários. Os reajustamentos salariais, mesmo quando compensam as altas verificadas, vêm depois que a elevação de preços se verificou. Até esse momento, portanto, o nível de preços permanece acima do de salários. Feito o reajustamento, e admitido que haja nivelamento (o que nem sempre ocorre), os preços continuam a subir, e mesmo saltam bruscamente para cima, como se tem observado. Enquanto isso, o nível de salários permanece o mesmo até o reajustamento seguinte. Em conclusão, por efeito da inflação, o nível de salários está sempre abaixo do de preços, salvo na melhor das hipóteses (para os assalariados), no passageiro e quase instantâneo momento em que se realiza o reajustamento. Ora, para os capitalistas tomados em conjunto, salários representam a despesa de seus negócios, e os preços, sua receita. A inflação traz assim para os capitalistas um lucro suplementar, que é a diferença inflacionária entre o nível de preços e o de salários. Lucro esse que tem sido nestes últimos anos, no mínimo de 30% em média (segundo o cálculo muito pessimista — para os capitalistas, naturalmente), o que significa um considerável reforço à acumulação capitalista e formação de capitais.

É com isso que o desenvolvimento capitalista tem contado em grande parte, no Brasil, para se suprir dos recursos de capital de que necessita. Em última análise, isso se reduz a uma intensificação considerável da exploração do trabalho e incremento da mais-valia, pois a alta de preços relativamente aos salários, significa de fato

uma deterioração do padrão de vida do trabalhador. A inflação subtrai dele, e acrescenta ao capital, uma parte maior de sua receita.

É isso que tem custado, e é isso que significa o desenvolvimento capitalista que se vem verificando no Brasil, e que as Teses consideram "progressistas". Sem a considerável contribuição que a inflação, a carestia e a intensificação da exploração do trabalhador (três nomes, na realidade, a mesma coisa) têm trazido para a formação e acumulação de capitais, não teria sido possível o desenvolvimento capitalista verificado. Tanto assim que mesmo com essa formação e acumulação reforçada à custa do agravamento da vida dos trabalhadores, mesmo assim o sistema capitalista brasileiro ainda se ressentia consideravelmente da insuficiência de capitais. Conclui-se daí que a inflação é nas condições atuais um fator indispensável ao desenvolvimento capitalista. Não se pode pois basear nele a política econômica dos comunistas, como fazem as Teses.

É certo que muito vagamente a Tese 28 alude à necessidade de "impulsão" da burguesia no sentido de uma posição mais consequente contra o imperialismo americano, forçando-a a buscar para suas dificuldades outra saída que não seja o aumento da exploração dos trabalhadores ou sua conciliação com os imperialistas". No que respeita a insuficiência de capitais (restringimo-nos aqui a esse ponto essencial), que "outra saída" é essa? As Teses que contam com o capitalismo para estimular o desenvolvimento nacional, e contam portanto com a burguesia e seu "progresso", tinham obrigação de indicar a essa burguesia a "outra saída" para suas dificuldades. Não o fazem, porque não podem. Sua afirmação não constitui assim mais que simples palavras, pois colocada a questão em termos concretos e positivos, pergunta-se: onde e como se formarão os capitais que são indispensáveis ao desenvolvimento capitalista?

NESTOR A. NOVELINO (S. Paulo)

Meu Ponto de Vista

Analisando as TESES, tenho observado nelas certas afirmações que julgo errôneas, que não condizem com a realidade, e que são mesmo contrárias ao marxismo-leninismo. Assim, pois, passo a comentar alguns trechos, onde acho mais flagrantes essas discrepâncias:

TESE N.º 1: — No final dessa tese diz-se o seguinte: "As tendências e as perspectivas da situação internacional são determinadas, fundamentalmente, pela competição entre os dois sistemas sociais".

A competição entre os dois sistemas sociais é importantíssima; a força crescente do sistema socialista, as suas conquistas no domínio da ciência e da técnica atraem para as idéias do socialismo a consciência de milhões de seres; a potencialidade cada vez maior dos países socialistas permite que se proporcione aos povos que se libertam do jugo imperialista ajuda econômica, técnica e científica, contribuindo assim para que esses mesmos povos se tornem economicamente independentes com muito maior rapidez e decisão. Entretanto, as tendências e as perspectivas da situação internacional não são determinadas, fundamentalmente, pela competição entre os dois sistemas sociais. O que determina, FUNDAMENTALMENTE, as tendências da situação internacional é a luta dos povos de cada país contra o seu inimigo mortal — o imperialismo — e a luta dos povos dos países coloniais e dependentes contra a exploração imperialista e a luta das massas trabalhadoras dos países capitalistas desenvolvidos por melhores condições de vida, pela paz, pela democracia e pelo socialismo. A luta de massas, em qualquer época, em qualquer situação, sempre foi e sempre será o mais importante, o fundamental, para determinar as perspectivas e as tendências do desenvolvimento histórico. A História é feita pelos povos. A afirmação das TESES, acima citadas, pode produzir efeito negativo sobre os comunistas, arrestando o seu entusiasmo de luta e colocando-os em atitude de passividade, a espera de que a competição entre o socialismo e o capitalismo decida os destinos da humanidade.

TESE N.º 4: — Afirma essa tese, em certa trecho: "O debilitamento econômico do sistema capitalista e o fortalecimento contínuo do sistema socialista tornam cada vez mais difícil a irrupção da guerra mundial ou até mesmo a manutenção da "guerra fria" entre as grandes potências. O desafio da situação internacional, assinalado pelos contatos entre os chefes de governo dos Estados Unidos e da União Soviética, representa um êxito incontestável da política de paz do Governo Soviético e da luta dos povos contra a guerra, revelando a possibilidade de efetiva coexistência pacífica entre as duas maiores potências, cujo entendimento é condição básica para impedir a delagração de um conflito mundial".

que as Teses apregoam e propõem para a solução dos problemas brasileiros? Ou será que a "revolução democrática burguesa de novo tipo" que os autores das Teses anunciam, tem de "novo" precisamente o fato de implantar um capitalismo sem capitais? Mesmo contudo que se pretenda contar com a inflação para estimular o desenvolvimento capitalista, serão baldados os esforços, porque já sem contar a reação da massa trabalhadora, há que considerar a impossibilidade do desenvolvimento baseado na inflação, porque além de certo ponto em que a inflação atua como estímulo (e estamos precisamente alcançando esse ponto extremo) ela determina tais desajustamentos e distorções que se torna generalizadamente intolerável, e pode levar ao completo caos financeiro.

O capitalismo brasileiro não pode assim contar com o concurso da inflação. Dispensando também a contribuição imperialista, ficamos sem as duas principais fontes onde derivam os capitais que vêm contribuindo para o desenvolvimento capitalista destes últimos anos. De que maneira ser-lhe-á dado um substituto sem o qual aquele desenvolvimento está ameaçado de colapso?

Diz-se que a argumentação acima vai além de seu alvo, e que elimina a própria possibilidade da manutenção do sistema capitalista no Brasil, o que já declarei não ser o meu pensamento. Concorro inteiramente com as Teses em que não é possível, nas condições atuais do Brasil, a socialização dos meios de produção, e que portanto não se propõe desde já a transformação socialista da economia brasileira, meta final para onde se dirige a política comunista. Aceito assim a possibilidade da evolução e desenvolvimento dessa economia numa base de natureza capitalista, e posso portanto dizer que estou de acordo com as Teses. Salvo num ponto, infelizmente ponto essencial, que vem a ser a maneira sumária e superficial com as Teses caracterizam o capitalismo brasileiro, sem se darem ao trabalho de o

analisar, e limitando-se à afirmação dogmática, já citada acima, de que "o desenvolvimento capitalista possui ainda caráter progressista nas atuais condições do país" (Tese 21). Entre o acerto que consiste em reconhecer a impraticabilidade imediata da revolução socialista no Brasil, e a afirmação de que essa impraticabilidade tem alguma coisa que ver com o caráter progressista do desenvolvimento capitalista entre nós (desenvolvimento aliás que já mostramos ser imprevisível), vai um abismo de incompreensão que provém da maneira superficial que notamos, com que os autores das Teses abordam a análise do capitalismo brasileiro e seu papel na presente conjuntura econômica do país. Um tratamento mais atento e adequado do assunto lhes teria permitido separar e destacar os elementos que compõem o sistema capitalista brasileiro, distinguindo aqueles que apresentam aspectos positivos, ou pelo menos suficientemente positivos e que nas condições atuais não são desde logo substituíveis por formas socialistas. O "capitalismo" não constitui, como parecem crer os elaboradores das Teses — pois é assim que nelas se apresenta — uma entidade compacta e indecomponível, um todo que se há de aceitar ou rejeitar em bloco. O "capitalismo", como qualquer sistema econômico, social ou político, é antes um processo e complexo de comportamentos humanos, de maneiras de agir dos homens em sua vida coletiva e no estabelecimento entre si de relações. É assim possível e necessário, numa análise como esta a que procedemos, distinguir no funcionamento do sistema capitalista, aqueles de seus elementos que, à luz dos objetivos que nos propomos, podem ou não, e que devem ou não ser conservados ou eliminados e substituídos por outras formas e normas de ação social; e isso em que medida. Ao falar na necessidade de "conservar o capitalismo", o que se tem ou deve ter em mente, no caso brasileiro, é a conservação, em princípio, da propriedade privada dos meios de produção, da disposição deles pelos seus respectivos titulares, e portanto a conservação da iniciativa econômica privada e da exploração do trabalho humano que por natureza a acompanha. Mas isso não quer necessariamente dizer, muito pelo contrário, que esses elementos constituintes do capitalismo devam ser mantidos em sua forma íntegra e absoluta, e sobretudo, que se faça deles, como ocorre na generalidade dos países capitalistas, e no Brasil de hoje inclusive, o fato decisivo na condução e orientação da atividade econômica. Os elaboradores das Teses implicitamente reconhecem isso, porque embora superficial e confusamente, como quase sempre, dão a entender a necessidade, em muitos casos, de impulsão o capitalismo, e mesmo de lhe imprimir certas direções consideradas necessárias, suprindo-se com isso aquelas das forças e molas internas e próprias do sistema que não funcionam adequadamente. Mas o que é preciso, e as Teses não o fazem, é estabelecer normas gerais e princípios teóricos em que se regule o critério segundo o qual se há de cecear o livre funcionamento do sistema capitalista, e suprir esse funcionamento por outras forças sociais, e que outras.

Julgo errôneo afirmar que o debilitamento do sistema capitalista e o fortalecimento do sistema socialista, por si só, podem tornar cada vez mais difícil a irrupção da guerra ou até mesmo a manutenção da "guerra fria". A política agressiva e exploradora do imperialismo revela sua própria natureza de sistema social que só pode subsistir pela exploração dos povos, pela corrida armamentista; encontrando cada vez maior resistência dos povos contra sua política e tendo que enfrentar a oposição decidida do campo socialista, o imperialismo procura então manter o clima de tensão nas relações internacionais, que lhe permita assim obter os maiores lucros — seu principal objetivo. Ao concordar em entrar em entendimentos com os países amigos da paz, o imperialismo procura, através de palavras bonitas de seus dirigentes, colocar uma cortina de fumaça que possa encobrir seus atos agressivos e sua política de preparação de uma nova guerra mundial.

O desafio da situação internacional é apenas aparente. Bastou que tivessem sido apresentadas uma exposição norte-americana na União Soviética e outra soviética nos Estados Unidos, que Nixon fosse à URSS e Krushchov aos Estados Unidos e à França, que tivesse sido programada uma viagem de Eisenhower à União Soviética, pretendendo-se também realizar uma conferência de cúpula, para que as más abas da humanidade surgissem no movimento comunista. Afirma-se, por exemplo, que Eisenhower desejava sinceramente a paz e se comprometia a que se resolvesse todos os problemas pendentes nas relações internacionais por meio de negociações, sem o emprego da força. Dirigentes dos mais responsáveis dos países socialistas, cujos atos e palavras são observados atentamente por milhões de seres humanos, espalhavam a quatro ventos que a "guerra fria" era coisa do passado e que o mundo começava a entrar numa nova era de coexistência pacífica. Até mesmo o camarada Prestes afirmou em seu artigo "Pela legalidade do P.C.B.". "A situação é hoje inteiramente diversa. O signo do marxismo é vergonhosa lembrança do passado. O chefe do governo soviético é recebido festivamente na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos. O presidente Eisenhower é festivamente aguardado na União Soviética, onde lhe serão tribuadas grandes homenagens. Ante a terrível ameaça de uma guerra nuclear, os próprios dirigentes ocidentais começam a aceitar a idéia da coexistência pacífica e do entendimento internacional".

Do mesmo tempo em que se preparava a realização da conferência de cúpula, procedia-se, à instalação de bases de foguetes na Alemanha Ocidental, a qual também procurava instalar depósitos militares nos países membros da OTAN; o pacto militar nipo-norte-americano estava sendo aprovado a toque de caixa; alguns dias antes da data marcada para o início da conferência de cúpula, Eisenhower anunciava que os Estados Unidos iriam renunciar às experiências com a arma atômica, e que se não lhe fosse possível participar da conferência, até o seu término, indicaria o vice-presidente Nixon para representá-lo; entretanto, enviava um avião com fins de espionagem aos céus da União Soviética, sabotando assim a realização da conferência. No mesmo dia em que devia, realizar-se a conferência, o secretário de Defesa dos Estados Unidos ordenava o estado de alerta de todos os comandos militares norte-americanos, com intuito nítidamente provocador.

Os fatos provam, portanto, que a política imperialista em nada mudou em sua essência; continua sendo uma política de exploração e de guerra. Não é porque alguns grupos dirigentes das potências ocidentais se manifestam pela paz, que se pode julgar estar havendo uma transformação na sua política. O imperialismo não mudou nem jamais mudará a sua política, que está presa a profundas raízes de classe. Os que não reconhecem essa verdade, esse caráter do imperialismo, sua natureza objetiva, independente da vontade dos homens, negam, voluntariamente ou involuntariamente o marxismo-leninismo, procuram insinuar que está havendo transformações na natureza do imperialismo como sistema social e fazem, assim, coro com os revisionistas lugo-livianos.

A tese de Lenin de que a guerra só desaparecerá da história da humanidade com o desaparecimento do imperialismo é atualíssima e conserva seu pleno vigor. Não se deve, a pretexto de enriquecer a teoria marxista-leninista, procurar inventar coisas e transigir em questões de princípios. A melhor maneira de se lutar pela paz é lutar decididamente contra o imperialismo pela sua derrocada e pelo rápido possível. Ora, se o imperialismo é o inimigo número um dos povos, é o fabricante de guerras, como se pode pretender que possa haver a coexistência pacífica por muito tempo, sobrevivendo o imperialismo? A luta decisiva, corajosa dos povos dos países capitalistas e subdesenvolvidos contra o imperialismo, sem jamais temer a guerra, a ajuda econômica, militar e moral dos países socialistas aos povos que lutam por sua independência são a melhor maneira de lutar pela paz e conquistar a sua vitória definitiva. A visita de chefes de governos e a realização de conferências, os planos de desarmamento também contribuem para isso, mas o seu objetivo principal deve ser o de desmascarar a política imperialista, sem entretanto, permitir criar ilusões nos povos. A luta destes é que decidirá. Não há outro caminho.

Tribuna de Debate

NICOLAU ABRANTES (E. do Rio)

Persistência Nos Erros Para Uma Revolução de Palavras (I)

Torna-se meridionalmente claro a essa altura dos debates, para o conjunto dos militantes e dos organismos do Partido, apesar das variantes na apreensão da essência ou daquele aspecto das «Teses» para discussão qual a grande motivação do pretendido substitutivo da nova orientação política dos comunistas brasileiros — da Declaração de Março de 1958 — e quais os objetivos explícitos ou velados que ele contém. Nenhum esforço na tentativa ali empreendida com tanto ardor por Maurício Grabois e subscrito em segundo plano por Cilli Chade, Pedro Pomar, Amazonas e outros poucos conseguiu dissimular o fato por si mesmo evidente de que a orientação atual, não por simples coincidência, se opõem precisamente a aqueles companheiros que resistiram e continuam resistindo obstinadamente, ao processo autocrítico iniciado em nosso país após a denúncia do culto à personalidade e os graves erros decorrentes da política sectária e dogmática em nossas fileiras.

Apenas um fato novo assinala a defesa mais ou menos coordenada das teses fundamentadoras de «Duas concepções, duas orientações políticas» e de seus seguidores, em que pese o paradoxo da afirmativa: hoje, ao contrário do que ocorria naquele período em que predominavam, pontificando o marxismo criado por Maurício Grabois, tem plena e irreversível vigência a prática da democracia interna no Partido, são estimuladas a pesquisa e o estudo dos problemas brasileiros dentro do quadro da revolução socialista mundial, e efetivamente a direção central demonstra com atos e métodos de trabalho, com exemplos e uma atitude altamente positiva de honestidade revolucionária, que está disposta a prosseguir na correção dos erros e que somente o pensamento e a experiência coletiva poderão assegurar um justo curso à luta revolucionária.

É dispensável acentuar que o processo autocrítico dos graves erros acumulados em todas as esferas da atividade partidária e iniciado posteriormente ao XX Congresso do PCUS, ao lado dos exageros e degenerescências revisionistas teve em seus primeiros passos de enfrentar o tradicional e profundamente arraigado hábito subjetivista de pensar e a prática esquerdista, aventureira e sectária que foram a característica essencial de nossa política nos últimos anos. Tal processo, que teve no anterior debate o desaguardo de uma incoerente corrente dirigida contra as práticas e concepções mais — de fundo predominantemente antimarxista — encontrou no anterior secretário do CC e no «Presidium», que a este se abastardava inteiramente, a cidadela obstinada contra as medidas imperativas de restauração dos princípios leninistas e da democracia interna, da direção coletiva e da ação política ampla, voltada para as transformações ocorrentes na vida brasileira e mundial.

Qual foi então a atitude do ultra-revolucionarismo, naquele momento crucial da vida partidária, quando se apresentava o quadro realmente impressionante de um Partido que se reduzia à condição de selva, era liquidado de dentro para fora, exatamente por aqueles que se diziam (e por coincidência se dizem hoje também), «os defensores primários inter pares da pureza marxista-leninista e das fórmulas salvadoras»? «Todos nós, sabemos, não só pela memória infalível da palavra escrita como dos efeitos nocivos acarretados durante anos e anos de prática aventureira, sectária e essencialmente esquerdista como se comportaram Maurício Grabois, Amazonas, Pomar e outros poucos, e como também reagiram muitos camaradas, procurando superar-se e superar os erros tradicionais e as deformações levadas à condição de sistema, com honestidade e modestia revolucionária.

Os atuais defensores da «pureza marxista-leninista» e da «verdadeira revolução socialista» em nosso país não assumiram naquele momento, como sabemos, atitude modesta de autocrítica, que era aliás a única admissível na oportunidade e capaz de conduzir com serenidade e firmeza a luta interna, há anos sufocada. A direção teve de adotar a decisão justa de substituir sumariamente os referidos companheiros, nos postos que ocupavam, pois eles se opunham às medidas sanadoras e se constituíram em desesperados obstáculos à marcha normal do Partido.

Posteriormente, atuando em diferentes regiões — era de se esperar que esses dirigentes passassem a fazer autocrítica. Mas isso infelizmente não ocorreu.

No que toca ao companheiro Maurício Grabois, apesar de ter sido recebido sem discriminação ou restrições — inclusive de nossa parte, em diferentes oportunidades, até o momento, não lhe descobrimos qualquer indicio de autocrítica concreta e não meramente formal, como tem afirmado ser seu desejo em repetidos artigos na «Tribuna de Debates».

Na realidade, há flagrante contradição entre suas palavras e sua atuação.

Por isso não é de estranhar que não dedicassem em seus artigos espaço tão extenso quanto o reservado à pregação de fundo dogmático e esquerdista, à autocrítica dos graves erros cometidos pela direção de que foi membro e em cujo período a organização de vanguarda chegara à condição de selva ou de um punhado de heróis pequeno-burgueses.

Também as questões relacionadas com as críticas feitas à direção do Partido no Estado do Rio, São Paulo e Rio Grande do Sul, entre outros, relativamente aos insuficientes resultados na execução das tarefas eleitorais — que a resolução da direção atribuiu a «compreensões políticas e ideológicas» — foram postas de lado. Embora o debate aberto não excluísse e não exclua o dever inelutável do cumprimento estrito da linha política atual, da Declaração de Março, o referido camarada e alguns poucos da linha doutrinária de esquerda não vieram à lida para provar com fatos que os defeitos e dificuldades alegados eram oriundos da orientação vigente, no que dizia respeito ao Estado onde atuam.

É quais as características, na verdade, do trabalho de direção — do trabalho daqueles camaradas — no período que media entre a denúncia do culto à personalidade e a abertura do atual debate?

Em artigos que escrevemos, publicado em «Novos Rumos», e através de trabalho assinado por Miguel Batista dos Santos, ficou patente qual omissão e claudicante, sectária e desvinculada da vida política ampla se tem revelado a direção restrita do Partido no Estado, à frente daqueles companheiros mais responsáveis, os quais se vêm constituindo, ao contrário do que deixam transparecer em seus artigos, um sério obstáculo à superação das concepções e da prática sectária predominantes durante o longo período de política esquerdista e que não são combatidas, mas estimuladas via-

mente como exemplos de «revolucionarismo» nas diferentes esferas de atividade.

Faça à política de frente única, ao governo do Estado, ao problema agrário e a outros setores, o traço distintivo do trabalho de direção é do distanciamento da ação política ampla e viva voltada para o trabalho realmente de massas e realmente revolucionário — no espírito da nova orientação política — e internamente, num trabalho ideológico e de formação teórica combinado ao estudo dos problemas atuais, do país e da região, livre do sentido meramente acadêmico, doutrinário e formalista.

Em decorrência, os camaradas em tela não se conduzem na prática senão de acordo com suas concepções expressas na «Tribuna de Debates», embora formalmente proclamem seus propósitos de fidelidade partidária e do cumprimento da Declaração de Março. Numerosos fatos concretos atestam, de modo irrefutável, a incapacidade desses companheiros de se elevarem ao nível do processo autocrítico iniciado com o XX Congresso e que está em pleno curso, cujos resultados benéficos se expressam de maneira flagrante onde vem sendo realmente aplicada a política atual.

No trabalho do dia a dia, em contraste com as palavras grandiloquentes de «novos salvadores do Partido» e de sua pureza revolucionária, repetindo enfaticamente que «fazem autocrítica e não querem a volta ao passado», na realidade, Maurício Grabois e outros apologistas da linha doutrinária, não fazem senão uma revolução de palavras, desligada dos fatos reais e do processo, em curso no Estado do Rio e no país.

São eles autênticos porta-vozes de palavras de esquerda e de atitudes de direita, pois a atitude que assumem na vida cotidiana, pela omissão e a prática de métodos de trabalho superados — pelas concepções esquerdistas condenadas, que custaram ao Partido um inenunciado negativo — é de clara passividade oportunista.

Na presente campanha eleitoral, por exemplo, as dificuldades eventualmente surgidas e os possíveis defeitos, do candidato Lott foram frequentemente apresentados como justificativas para a política de braços cruzados e a não conclusão das tarefas eleitorais, de forma adequada e no ritmo viável que ofereçam as condições atuais. Somente após a nota sobre a sucessão presidencial, publicada em setembro, e em decorrência dos esforços desenvolvidos por alguns companheiros que efetivamente diligenciaram por aplicar a tática eleitoral aprovada pela direção central, foi possível dar passos no sentido de estimular as relações interpartidárias e levar a campanha para o meio da massa, cumprindo portanto o papel que cabe à vanguarda ao procurar superar as contradições existentes e atuar como fator unificador na frente única.

Continua todavia, ainda de forma estreita, deformada e nitidamente sectária, a política adotada no âmbito estadual, relativamente aos Comitês «Litt-Jango», não obstante as críticas feitas reiteradamente. Desde a forma como foi conduzida inicialmente, como na própria política expressa na forma de tratar as contradições com os aliados, a frente única ali esboçada restringe-se cada vez mais a um círculo cada vez mais limitado, precisamente em virtude da compreensão esquerdista e sectária de tão importante problema.

São tão favoráveis porém as condições existentes — amplas e indistiguíveis condições, como nunca existiram no Estado — a vida de tal maneira confirma a justiça da política aprovada em relação às candidaturas Litt-Jango e a política geral de frente única preconizada na Declaração de Março e enriquecida pelas «Teses», que se torna impossível esconder por muito tempo a realidade. A hábil tática esquerdista praticada pelos companheiros mais responsáveis e que consiste no fato sumário de levar ao absoluto os aspectos negativos, as possíveis dificuldades e defeitos inevitáveis numa política de frente única — relativamente aos candidatos ou a qualquer problema ocorrente em determinada iniciativa — e minimizar os aspectos positivos, tudo em prejuízo da política atual, e em sentido geral alardeando rudemente qualquer luta de massa, para dela tirar conclusões contrárias à justiça da política vigente, é uma tática que vem sendo pulverizada e isolada pelos fatos indiscutíveis.

Nos recentes comícios dos candidatos nacionalistas em Niterói e em Campos, de maneira inequívoca — com um esforço mais abnegado e com uma melhor compreensão por parte de certos companheiros e organismos do Partido — sem sectarismos ou as costumeiras reservas oferecidas pelos «ultra-comunistas», não só quanto ao governo do Estado como em relação às demais forças políticas, grandes manifestações de massa foram logradas e se desfizeram, como bolhas de sabão, as dificuldades e defeitos alegados, impeditivos de uma ação mais ampla. E não se diga que os comunistas não se fizeram presentes, através de faixas, cartazes e outras formas de propagação de conteúdo nitidamente anti-imperialista — de reivindicações nacionalistas e específicas de setores de massa — caindo na posição incharacterística e reboquista, de vez que a cada êxito obtido na prática da nova política (como muitos companheiros talvez não saibam), aqui no Estado do Rio, Maurício Grabois e Carlos Danielli procuram atribuir uma outra causa ou negar-lhe os méritos evidentes.

No caso em presença, as manifestações de massa representadas pelos dois comícios foram de tal modo convincentes (mesmo para os mais empedernidos e renitentes sectários), que a única saída dos referidos companheiros foi alegar «reboquismo», como se posição política do Partido da classe operária só

tivesse autenticidade com o símbolo dos punhos cerrados e da foice e do martelo! Não companheiros e denodados articulistas da linha de esquerda e sectária, a vida positivamente não está a vosso favor. Nem os vossos raciocínios ajudam na comprovação do ultra-revolucionarismo estampado nas fórmulas gerais e alitsonantes de revolução no estilo de «Duas concepções, duas orientações políticas!»

Como fazer, por acaso, essa revolução pela tática esportiva por Maurício Grabois, conciliando as palavras aos atos, as formulações e respectivas teses à realidade, à infalível e inulidível vida cotidiana, perceptível plenamente por todos os militantes do Partido? Como explicar a claudicante e omissa posição de uma direção política estadual frente a lutas de massa tão duras e significativas para ilustrar as alegadas e não provadas atitudes de direita, nas greves de Cabo Frio, da Companhia Brasileira de Energia Elétrica e dos rodoviários, recentemente deflagradas e conduzidas com pleno êxito, nos dois últimos casos (já que o primeiro ainda está em curso quando escrevemos este artigo) — precisamente sob a direção firme e abnegada dos que defendem a Declaração de Março? E por que não cotejar os resultados obtidos, aqui e ali — em toda a parte onde há realmente esforço para aplicar a nova política, com as esferas de atuação onde predominam a perplexidade e as frases sonoras de «uma verdadeira revolução no estilo esquerdista?»

Aqui, honestamente, abrimos um parêntese para proclamar um fato revelado através da «Tribuna de Debates», e que atesta de que modo é possível, partindo-se de uma autocrítica concreta e sincera, ajudar efetivamente o Partido a superar os seus erros e corrigir os desvios porventura surgidos nesse ou naquele momento, na aplicação da linha política de Março.

Referimo-nos no camarada Diógenes Arruda Câmara, através de uma série de artigos publicados em «Novos Rumos», sob o título geral e só por si digno de leitura, de «Compreensão autocrítica de Nossa Política». Em particular, em sua conclusão — essa série de artigos aborda de maneira correta muitos aspectos da atual orientação. Seu autor não o faz sem partir do fato de que, tais foram os graves erros cometidos nos últimos anos em nome da revolução e do Partido da classe operária, tudo dito e praticado em linguagem alitsonante do mais enraçado esquerdismo, que não seria possível aceitar sem reservas e cautelas — embora as ideias correspondentes devam ser aculhidas para uma cuidadosa análise crítica — os pontos de vista presentemente sustentados pelos «críticos opositores» à linha política vigente.

Vala a pena transcrever alguns tópicos, em homenagem à sua modestia e à sinceridade que empresta ao sentido de suas palavras, exatamente porque o camarada em questão viveu intensamente e foi um dos mais responsáveis nos últimos anos, pelo trabalho de direção do Partido, que se expressava praticamente no controle antileninista e de fato, do trabalho coletivo pelo Secretariado e pelo antigo «Presidium».

Arruda fala de cadeia e dá algumas lições de como devem os antigos e impenitentes esquerdistas atualizar-se e contribuir para dar passos à frente, dentro de uma «compreensão autocrítica de nossa política», afirmando:

«Se a verdade é (tudo aquilo que corresponde à realidade objetiva e não aos nossos desejos ou vontades, é impossível formular uma política correta ou relativamente correta guiados por critérios emotivos, sentimentais ou voluntaristas. Tomar a abnegação, o entusiasmo, o heroísmo, a força de vontade, os ideais políticos dos revolucionários pela realidade objetiva é, no dizer de Lenin, o mais perigoso dos erros para os revolucionários». E citando ainda o mestre e gênio da revolução proletária: «Uma longa, dura e sangrenta experiência nos convenceu que apenas com sentimentos revolucionários é impossível elaborar uma tática revolucionária. A tática deve ser elaborada levando em conta serenamente, e de modo estritamente objetivo, todas as forças de classe, a experiência dos movimentos revolucionários e a disposição de forças em presença (Lenin — A Doença Infantil do Esquerdismo no comunismo)».

E depois de acentuar que na adoção da nova política o ponto de partida foram as forças motrizes essenciais de desenvolvimento social brasileiro — levando-se em conta para isso o caráter, as proporções e a profundidade do movimento real, diz o companheiro Arruda, dirigindo-se aos arautos da «fórmula mágica esquerdista»:

«Muitas vezes já se tentou no nosso Partido alcançar grandes colheitas nos terrenos estéréis das políticas esquerdistas e através dos métodos sectários; muitas vezes, como não podia deixar de ser, se fracassou. Substituição prática da massa como única capaz de transformar a realidade social, substituição da mobilização e organização das massas pelas ações puramente agitativas dos comunistas, pouca atenção às circunstâncias e aos fatos reais e apreciações exageradas do verdadeiro nível associativo e de consciência política das massas ao formular as suas reivindicações e dirigir as suas lutas, insuficiente preocupação pela unidade da classe operária, pelas formas viáveis de aliança dos operários com os camponeses e os setores semiproletários e da pequena burguesia urbana e pelo desenvolvimento da frente única, persistência em impor e manter formas pré-fabricadas de organizações das massas e da frente única, débil participação na atividade das associações de massa existentes, excessiva atenção pelo trabalho de cúpula e pelas iniciativas espetaculares, maneiras rígidas,

bruscas, impositivas e exclusivistas de trabalhar com as massas e os aliados e de dirigí-las descendo em procurar receber e conquistar a maior confiança das massas, tentativas continuadas de fazer vista grossa ou de procurar passar como «gatos sobre brasas» diante das fases ou situações difíceis do movimento revolucionário e de seus problemas complicados, foram concepções e práticas comuns, usadas e abusadas, na nossa atividade entre as massas e na frente única. Como chegar a dirigir, assim, massas de milhões de brasileiros? Como desempenhar então um papel hegemônico nas lutas do nosso povo? Impossível: e impossível, também, delixarmos de reconhecer publicamente quais maléficos foram os nossos Partidos e ao movimento revolucionário brasileiro as concepções e práticas sectárias e de abertamente, fazermos o contraponto pelos enormes prejuízos verificados».

«Compreendese que no passado buscásemos ofuscar a visão uns dos outros como o brilho do ourup-el-esquerdista, como se fosse ouro de lei. Coberto com manto de frases sonoras de fidelidade aos interesses de classe do proletariado e aos princípios marxista-leninistas, o oportunismo esquerdista — tão estranho ao marxismo-leninismo quanto o oportunismo direitista, viveu e conviveu tranquilamente, sem receber o merecido combate.» (Os gritos são nossos — N. A.)

Colocando o dedo na ferida do substitutivo alardeado pela impenitente e incorrigível corrente mirim liderada por Grabois, Pomar e outros menores, situa Arruda a verdadeira posição e o entendimento corretos da Declaração de Março:

«Contra as concepções e práticas esquerdistas e sectárias se alçou, porém,

a consciência do coletivo partidário a partir de 1956, consciência que se veio plasmar, pouco a pouco em anos e anos de prática revolucionária. A nova política dos comunistas que daí resultou, estruturou-se no processo de rutura com o esquerdismo e o sectarismo estéréis e nocivos, pois essa era a condição elementar para começarmos a resolver a tarefa de trabalhar corretamente com as mais amplas massas do nosso povo, de explorar as contradições existentes entre os adversários e de isolar os imperialistas iniques e os entreguistas. A nova política do Partido, realista, flexível, coerente e que se forma dia a dia, nos foi e está sendo imposta pela vida, pelas próprias necessidades do desenvolvimento do movimento revolucionário do nosso povo; e nisto está a sua solidez e a maior garantia dos seus sucessos. — Vãs têm sido e vãs serão as tentativas de dar volta atrás neste processo novo, irreversível. Não há lixir que possa avigorar as forças combaladas do esquerdismo; não há milagre que lhe dê vida.» (Os gritos são nossos — N. A.)

Amigos leitores, perdoem-nos a citação extensa mas necessária e rigorosamente honesta do ponto de vista autocrítico do companheiro Arruda, exatamente para mostrar o contraste do substitutivo esquerdista e dogmático de Maurício Grabois, e aquele documento autêntico da honestidade revolucionária de um homem que foi duramente criticado e volta a integrar-se na luta com exemplar espírito de compreensão dos graves erros para os quais contribuiu, ao lado de outros dos problemas atuais e da inutilidade da resistência oposta em «new face» pelo esquerdismo dos dias presentes.

Indicamos a leitura atenta dos artigos de Diógenes Arruda, sobretudo o

que tem o título de «Estertores e Mimetismos da tradição sectária». Nêle está dito com todas as letras, numa segura argumentação, como são falsas as bases do esquerdismo oculto por trás das frases sonoras de pseudo-revolucionarismo e como seria profundamente nocivo ao nosso Partido a volta real, embora o negue enraivecido o autor de «Duas concepções, duas orientações políticas», das práticas e concepções implícitas e explícitas na sua tentativa de substitutivo da política atual do Partido.

É perfeitamente claro, que sem se desvincular do emaranhado dos erros sectários e esquerdistas do passado — acreditamos que mais por vaidade e amor próprio feridos de que por incapacidade propriamente dita — os «opositores radicais» da Declaração de Março não podem enxergar contradições no selo do governo: não julgam como pode ser dominante a contradição entre o imperialismo e a Nação e, ao mesmo tempo, como o seu desenvolvimento acarreta o agravamento da contradição agrária e porque, afinal, se torna possível, nas atuais condições, conquistar um governo nacionalista e democrático, capaz de abrir caminho para uma correlação de forças de classes capaz de efetivar — na base do aumento real da potencialidade das correntes ant imperialistas e anti-feudais — as medidas e modificações radicais exigidas pela sociedade brasileira.

Acompanhe-se a atuação, os métodos de direção empregados, a característica pequeno-burguesa da imprensa em estimular as ações espetaculares, puidosas mas vazias de conteúdo revolucionário — essencialmente esquerdistas — de companheiros como Maurício Grabois, Danielli e outros poucos no Estado do Rio, e ver-se-á o esquerdismo travestido em novas roupagens, falando em revolução e defesa dos princípios puros do marxismo-leninismo, em salvação do Partido das ameaças do direitismo, mas sem revelar na prática o propósito concreto de redução em relação aos erros tradicionais do passado recente e que estão nêles enrustados como a ostra ao casco do navio.

Será, então, facilmente compreensível entender o aranzel de fantasias germinadas, pensosamente no substitutivo — a tentativa de substitutivo — que constitui «Duas orientações, duas concepções políticas». E mais ainda se tornará inteligível esse aranzel de conteúdo esquerdista e de fundamentos fantasistas, como tão bem caracterizou Arruda em seus artigos, se pusermos a nu como estamos fazendo as veleidades revolucionárias e a posição efetivamente de passividade oportunista assumida na vida diária pelos seus mais destacados defensores.

Voltaremos, em outro artigo, para analisar mais detidamente exemplos dessa passividade e desse falso revolucionarismo.

(Continua)

RUI DE ALBUQUERQUE ANDRADE

Duas Questões Essenciais

Na Introdução da Contribuição à Crítica da Economia Política, Marx e Engels afirmam que: «Nenhuma formação social desaparece antes que se desenvolvam todas as forças produtivas que ela contém, e jamais aparecem relações de produção novas e mais altas antes de amadurecerem no seio da própria sociedade antiga as condições materiais para a sua existência. E' partindo desse princípio marxista e adaptando-o a realidade nacional que procuraremos expor meus pontos de vista em relação às teses que se discutiram, e a primeira questão que se nos apresenta é saber qual a «formação social cujas forças produtivas já estejam de todo «desenvolvidas» (AMADURECIDAS) indispensável condição material (segundo Marx) para a existência» ou pelo menos «esurgimento» das «novas e mais altas relações de produção. Depois, restamos saber quais as «novas relações de produção».

Focalizando a primeira questão a tese nº 18 nos apresenta os latifundiários e setores do capitalismo que tem seus interesses ligados ao imperialismo como a «formação social em decadência, porque as «forças produtivas» dessa «formação social» baseadas na dependência diante do imperialismo e do monopólio da terra são fatores fundamentais que entravam o «desenvolvimento» da economia nacional — Tese 9 — e consequentemente das «novas forças produtivas» que começam a encontrar no «seio da sociedade antiga o amadurecimento necessário para o surgimento das «novas relações de produção». E respondendo a segunda questão temos na tese nº 12: «Contraopondo-se a estes fatores adversos (dependência diante do imperialismo e do monopólio da terra R. A.) o desenvolvimento capitalista nacional apoiado na acumulação interna constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira, manifestando-se no incremento das forças produtivas e na expansão de novas relações de produção». Esse incremento das forças produtivas, diz respeito ao «proletariado industrial, que segundo a tese nº 17, encarna as novas forças de produção (ou produtivas) a forma de economia mais avançada e é por essa razão o elemento mais revolucionário da sociedade brasileira». Ou em termos mais acessíveis ao nosso conhecimento e que vem expressar a mesma coisa. Os setores mais progressistas e nacionalistas da economia nacional, o proletariado e demais classes sociais representadas, no momento, as novas relações de produção em luta com a velha formação social tendente a desaparecer e que se faz representar nas pessoas dos latifundiários e de uma parte da burguesia entreguista, servem do imperialismo. Representam aquelas as «novas relações de produção» uma vez que em nosso país as «forças produtivas» do capitalismo nacional, ainda não atingiram seu completo desenvolvimento «condição material indispensável» (segundo Marx) para a transição ao socialismo.

Concluindo, acredito estar plenamente justificada e absolutamente certa, para o momento atual, a orientação política que vimos seguindo e que eleva à categoria de fundamental a contradição entre a nação em desenvolvimento e o imperialismo, principalmente norte-americanos e seus agentes internos.

De um modo geral estou de pleno acordo com a orientação política do Partido, a partir da Declaração de Março, não só por esta refletir a realidade, como, e acima de tudo, pela possibilidade que oferece aos camaradas de participarem como comunistas, le-

gal e ativamente, das transformações da sociedade brasileira.

As teses, fruto honesto, tirado da experiência do Partido durante esse breve período, em que vem se guiando pela linha política da Declaração, veio ampliar estas possibilidades através de um estudo mais profundo da nossa situação atual. Ao invés de embelezar o capitalismo nacional, elevando-o a categoria de revolucionário consequente como muitos pretendem fazer crer, as teses nos mostram clara e friamente seu caráter vacilante, limitado e tendente à conciliação com o inimigo comum de todas as classes. Por outro lado nos indica que, enquanto houver condições da revolução trilhar pelos caminhos pacíficos, o setor progressista do capitalismo nacional, pode e deve participar do movimento de libertação econômica do país. Não tenho a intenção de afirmar que as Teses formem em seu conjunto um documento acabado, ao contrário, a orientação política dos comunistas, o marxismo-leninismo, precisa e deve ser enriquecido, com a experiência dos camaradas, com os acontecimentos novos, de cada dia, e com as iniciativas pessoais, etc., levando-se em conta, é claro, as características de cada país. Por exemplo: o camarada Mario Bastos, de Santa Catarina, defende num artigo seu, publicado nesta tribuna (20 a 26 de maio) a necessidade de «iniciativas de melhoria o nível técnico dos comunistas, sugerindo, inclusive, que sala uma resolução a respeito do problema levantado por ele. Isto é o que se chama iniciativa construtiva tirada da experiência prática, da luta diária pelos grandes ideais comunistas. Dono meu integral apoio à iniciativa do companheiro Mario Bastos, porque a educação é fundamental e deve ser encarada como uma questão de princípio.

Frente única

Dois são as forças que disputam a direção do movimento revolucionário em nossa pátria: a Burguesia e o Proletariado. E em momento algum as teses abandonam esta posição lógica, resultado como já afirmei, da análise serena das condições em que se desenrola a revolução brasileira. Para confirmar esta interpretação citarei um pequeno trecho da tese 28: «A firmeza do movimento ant imperialista e democrático depende, em última instância, de quem exerce sua direção» — e mais — «As vacilações, o caráter inconseqüente de que se reveste o movimento nacionalista no Brasil, na fase atual, decorre de que à sua frente se encontram forças burguesas e pequeno-burguesas. Ele só poderá adquirir conseqüência à medida em que for encaabeado pela classe operária sob (sob, companheiros) a direção de sua vanguarda comunista» (Tese 28).

As demais forças, ou camadas sociais, costumam ser dirigidas por uma dessas duas. A pequena burguesia, ou burguesia urbana, dilacerada por contradições internas, é incapaz de assumir a direção de um movimento revolucionário qualquer por muito tempo, e sua ação como classe limitada a apoiar, na maioria das vezes, a força que estiver na direção, sendo relativamente poucos os elementos dessa classe que se rebelam contra a nova orientação política.

Convém notar que tanto a grande burguesia como o proletariado têm suas fileiras enriquecidas freqüentemente com a adesão dos melhores e mais ardorosos membros da classe pequena burguesa, o que é mais uma contradição a somar às muitas existentes em seu seio.

1ª Força — A grande burguesia nacionalista.

Certos setores do capitalismo nacional, ao ver seus lucros diminuídos pela concorrência interna de capitais externos, adquirem um caráter temporariamente progressista e democrático, e lutam, conseqüentemente, por melhores condições de vida, de trabalho e por maiores liberdades democráticas para o povo. Tentam dessa maneira mostrar uma face que não é verdadeiramente a sua. Neste particular a sua ação tem grande efeito sobre a pequena burguesia urbana que se deixa arrastar com mais facilidade, transformando-se em porta-voz (A MAIORIA) dos interesses burgueses. E' através da pequena que a grande burguesia consegue influenciar, atrair e dirigir as grandes massas, levando-as a defender seus objetivos estreitos e limitados. Este fenômeno acontece, sempre que as contradições das diversas camadas que compõem a frente única são superestimadas, em relação à contradição fundamental, toda vez que o proletariado e sua vanguarda deixam de desenvolver a luta de classe, abandonando desta forma de sua autoridade perante a classe operária e os setores mais conseqüentes da frente única, e quando elementos de tendência conciliatória conseguem influenciar as diversas correntes que compõem a frente nacionalista. Esses elementos vegetam em todas as classes e camadas sociais, caracterizadas pela moderação e passividade frente aos problemas nacionais e de classe. Precisam ser combatidos com toda severidade e no momento oportuno.

2ª Força — O proletariado.

O proletariado tem ante si a tarefa de construir a sociedade socialista coletivo não imediato, porém final, da classe operária brasileira» (T. 25).

O caminho que, segundo as teses, deve ser percorrido pela classe mais conseqüente de nossa sociedade, para atingir aquele objetivo não me parece tão complexo e difícil como o pintam alguns camaradas. No meu entender acontece justamente o contrário do que muitos afirmam, e todo aquele camarada que ler atentamente as teses compreenderá facilmente que a participação ativa junto ao movimento de libertação nacional abrirá à classe operária amplas possibilidades de êxito e vitórias parciais que irão permitir um acúmulo e acréscimo quantitativo em uma vanguarda organizada.

Ao participar da frente única, a burguesia reivindica a direção do movimento e conseqüentemente o poder. A isto, deve se opor o proletariado (através do seu Partido), cuja única aliança com a burguesia resume-se à contradição fundamental entre a nação em desenvolvimento e os monopólios estrangeiros.

Para que a vanguarda da classe operária possa se opor com êxito às tendências conciliatórias e objetivos limitados da burguesia, é necessário contar com o apoio das grandes massas trabalhadoras da cidade e do campo, e para conseguir o apoio destas é necessário desenvolver a luta de classe contra a burguesia. «A unidade da classe operária é condição básica para que ela possa desempenhar o papel dirigente do movimento ant imperialista e democrático» (tese 29).

Quando apoiamos, desenvolvemos e levamos à vitória as reivindicações da classe operária, estamos construindo a base sólida unida e conseqüente, na qual se fundamenta todo o poder do Partido Comunista.

Tribuna de Debate

MARIO RODRIGUES (Santos, S. Paulo)

Saudosistas e Sectários, Querem Voltar ao Passado (I)

A discussão que ora se trava nas fileiras partidárias já fornece, através dos artigos publicados em «Tribuna de Debate», subsídios bastantes para podermos prever o seu desenvolvimento: agora alguns trabalhos que abordam problemas específicos, as opiniões em torno da linha política dividem-se entre os partidários da Declaração de março de 1958, documento aperfeiçoado pelas «Teses para Discussão», e aqueles que defendem a linha sectária e esquerdista do Programa do IV Congresso, mascarada, evidentemente, por uma pseudo-amplitude, criação de seus autores para tentar envolver a mentalidade que atualmente predomina no Partido.

Nesta primeira intervenção sobre o problema, desejamos fixar-nos nas opiniões do camarada Maurício Grabois, que, com seu substitutivo às «Teses» conseguiu sintetizar o pensamento de todos os que se colocam contra a atual linha política. Isto não exclui que volteios ao debate para responder a todos os outros que, como o camarada Grabois, se especializaram em deformar os documentos oficiais do Partido, para com isso defenderem as suas superadas opiniões, frutos do radicalismo pequeno burguês.

Em primeiro lugar, queremos dizer ao camarada Grabois que a sua auto-crítica inicial em «Duas concepções, duas orientações políticas», diante do conteúdo do artigo, perde todo valor e fica reduzida a meras palavras. O camarada propõe, em seu trabalho para nossa atuação, a volta pura e simples ao Programa de 1954, embora mascare essa opinião, que não encontra mais guarida, hoje, entre a massa de militantes, com alguns trechos copiados das «Teses para Discussão» e com o reconhecimento de um desenvolvimento industrial «imperialista» em nosso país (adiante explicaremos o porquê dessa formulação).

O camarada Grabois, embora aproveite as «Teses» no seu artigo, nega-se a discutí-las. É bem significativa, aliás, a explicação que dá ao camarada Gorender para não fazê-lo: esse documento foi elaborado para ser discutido por todo o Partido, e ele, cujos conhecimentos teóricos e práticos do marxismo-leninismo, aplicados enquanto era dirigente do Partido, tantos «benefícios» trouxeram à causa do proletariado, não irá perder tempo com tais debates.

O passado de nosso Partido

Iniciando o primeiro capítulo de seu longo artigo, Maurício Grabois apresenta os feitos heróicos de nosso Partido, arrolando-os pura e simplesmente com o intuito de mover pelo sentimento os camaradas que deles participaram e não de examinar se poderiam ter sido desenvolvidos melhor, com mais amplitude política, como a campanha pelo monopólio estatal do petróleo e a luta pela paz. Em seguida, passa à análise do Programa do IV Congresso e, após enumerar os seus aspectos positivos, afirma: «a orientação estratégica do Programa, considerada como a linha para toda a primeira etapa da revolução, bem como o plano de disposição das forças revolucionárias para essa tarefa eram, no essencial, justos».

Essa assertiva, contudo, vai sofrer do próprio Grabois o primeiro golpe mais afiada. Com efeito, fazendo a crítica do que ele considera aspecto negativo do Programa diz: «apresentando como tarefa imediata a derrubada do governo e a instauração de um governo democrático de libertação nacional, o Programa impedia a elaboração de uma tática justa. Qualquer orientação tática para realizar uma efetiva política de frente única chocava-se com as indicações do Programa».

Pedimos aos camaradas que acompanham o debate para refletirem sobre isto: o objetivo estratégico do Programa não era, exatamente, a derrubada do governo de latifundiários e grandes capitalistas a serviço dos monopólios norte-americanos e sua substituição por um governo democrático de libertação nacional, sob a hegemonia da classe operária? Como quer, então, o camarada Grabois apresentar isso como tarefa do Programa, que impedia a elaboração de uma tática justa, se era o fim mesmo da ação revolucionária na primeira etapa da revolução? E, finalmente, como uma orientação estratégica, no essencial justa, segundo diz, poderia dificultar com suas tarefas a tática? Ou o camarada Grabois já esqueceu que «a tática é uma parte da estratégia, está subordinada a ela e a seu serviço», como afirma Stalin («Os Fundamentos do Leninismo», cap. VII, página 139, Editora Assunção Ltda, 1945) e, nessas condições, teria que ser, também, essencialmente justa?

O camarada Grabois confunde a caracterização justa da revolução brasileira como anti-imperialista e anti-feudal com a orientação estratégica do Programa, que era errada. É errada justamente porque queríamos derrubar um governo de que participava a burguesia nacional, com quem propúnhamos aliança. Ou será que o camarada Grabois acha que latifundiários e lacaios do imperialismo iriam comprar a frota de petroleiros, no governo Dutra, para se divertirem com ela ou promoverem o progresso do país? Ou pensa que, como afirma, «a queda e o suicídio de Vargas, provocados pelas forças reacionárias e pelo imperialismo yanque» foram uma brinde-de-felicidade dos homens de Washington com os seus serviços enquistados no governo brasileiro? Não será mais justo do que tudo isso admitir que os governos de Dutra e de Vargas já incluíam representantes da burguesia, que lutava e luta contra o imperialismo e que, portanto, uma linha estratégica que propusesse derrubar tal governo, onde estavam nossos aliados, era essencialmente errada?

Grabois, todavia, não compreende isso e prossegue em sua análise crítica. Passando para as causas dos erros, afirma: «a fonte dos erros reside nas concepções idealistas, metafísicas, que predominam no pensamento político dos comunistas, as quais levaram a desprezar o estudo consciencioso dos fatores objetivos e dos processos em curso». Em primeiro lugar, se o esquivismo resulta somente disso, vemos que o camarada Grabois ainda terá que aprender a estudar bem a realidade. Em segundo lugar, embora isso seja verdade, em parte, não temos a certeza de que a sabedoria do Partido refutaria, mesmo àquela época, como refutou nos debates ulteriores, tais opiniões, se a direção não fosse mandonista. A menos que o camarada Grabois não acredite em sabedoria coletiva, terá que reconhecer que esse foi o fator preponderante — e com relação a isso iremos exigir contas, durante o próximo Congresso. Queremos saber, camarada Grabois, a responsabilidade pessoal de cada dirigente nisso, porque dizer que o sectarismo, a legalidade e o culto à personalidade foram as causas das violações do centralismo democrático, é muito teórico, envolve todos os militantes e não nos leva a nada.

Tanto é verdade que, como afirmamos antes, no artigo de Maurício Grabois há uma resistência concreta, embora velada sob palavras auto-críticas, a abandonar os erros do Programa, que, ao procurar as causas do revisionismo, afirma que resultaram fundamentalmente da pressão da propaganda imperialista e da influência crescente da ideologia burguesa, ligada ao próprio desenvolvimento do país. Repare que não existe referência alguma clara à alimentação dada a essas idéias pelo sectarismo, pelo dogmatismo da linha política errada e pela intransigência dos dirigentes, por seu alheamento dos debates. Aliás, o camarada Grabois, respondendo ao companheiro Gorender, afirma que não interveio nos debates porque estava impossibilitado materialmente. Ocorre, todavia, que em nossa região milita um companheiro que, naquela época, estava na mesma situação e, embora com muito menor responsabilidade, participou dos debates. Portanto, camarada Grabois, usando seu método de apelar para os rifões populares, podemos dizer que Você canta mas não entoa.

A Declaração de Março de 1958

A economia brasileira — Entrando na análise da Declaração Política de Março de 1958, depois de afirmar, inicialmente, que a Declaração e as Teses defendem, essencialmente, uma linha geral e uma orientação tática oportunista de direita, adianta Grabois: «a Declaração exagera a importância do desenvolvimento do capitalismo, toda a sua orientação decorre desse desenvolvimento» está inteiramente a ele subordinada. E, a seguir: «a Declaração embeleza o capitalismo».

Em primeiro lugar, o exagero da importância do desenvolvimento do capitalismo corre por conta do camarada Grabois. A Declaração, ao afirmar que ele constitui o fator progressista por excelência da economia brasileira, constata um fato. O capitalismo não incrementa o desenvolvimento das forças produtivas? Não cria novas relações de produção? Não aumenta a concentração do proletariado? Não contribui para desenvolver sua consciência de classe? Não exige mercado interno e coloca, portanto, o problema da reforma agrária? Não aguçava a contradição com o imperialismo? Então, como não é progressista? Aliás, se o quiser, o camarada Grabois que o compare com a nossa estrutura de país subdesenvolvido e, se não reconhecer que afirma a Declaração, que nos diga qual é o fator progressista por excelência da economia brasileira.

Além disso, a Declaração não se subordina a esse desenvolvimento afirma que ele «não conseguiu eliminar as causas de nosso atraso, podendo-se daí concluir, como fazem outros documentos que conduz a um progresso voltado para as massas populares. O que o camarada Grabois não entende, mostrando-se bem metafísico, é que nas condições em que foi elaborada a Declaração, quando o Partido saía da perplexidade em que estivera mergulhado após o XX Congresso do PCUS e de um longo período de afastamento da realidade, não se poderia exigir coisa melhor que a Declaração. As Teses, elaboradas dois anos depois, já são bem mais profundas e consequentes. Mas nelas Grabois não toca.

Quanto à afirmativa de que a orientação da Declaração decorre do desenvolvimento capitalista, só se pode dizer que isso é perfeitamente natural e corrente. Não é esse o novo que surge na realidade brasileira? A linha política, como resultado da análise objetiva dessa realidade, tem que decorrer dele, inevitavelmente, embora tendo em conta os interesses do proletariado. E a atitude que ela indica ao proletariado não é a de prostração, como diz Grabois em seu segundo artigo, e sim de intervenção no processo, de luta por sua hegemonia, de combate às vacilações da burguesia, a fim de conseguir um curso de desenvolvimento voltado para o bem-estar das massas.

A Declaração não poderia, na época em que foi elaborada, aprofundar todos os aspectos da realidade brasileira. Mas, perguntamos, qual foi a contribuição dos seus atuais críticos, na ocasião, ao problema? Todavia, a Declaração, no essencial, era justa e cumpriu a tarefa de voltar o Partido para as massas, chamando-lhe a atenção para o desenvolvimento capitalista nacional, que era negado no Programa do IV Congresso. O desenvolvimento capitalista brasileiro traz progresso ao país e a

função do proletariado é lutar, juntamente com todas as demais forças interessadas, para impulsioná-lo em favor das massas e de ganhar, num processo, a hegemonia dessas forças.

Cabe aqui, refutar uma deformação feita no segundo artigo do camarada Grabois. Referindo-se ao artigo «A função positiva do proletariado», de autoria de Jacob Gorender, artigo que cumpria a função de chamar a atenção do Partido para o desenvolvimento capitalista e o seu estudo, transcreve ele um trecho, em que se lê: «não vemos o caminho para o socialismo, que é nosso objetivo final na negação deste desenvolvimento, na rutura com ele, e na sua substituição, agora utópica, por outro tipo de desenvolvimento. Ao contrário: a sociedade brasileira ascenderá a uma etapa mais alta como resultado deste mesmo desenvolvimento progressista, que hoje objetivamente existe, à medida em que ele ganhar aceleração, profundidade, consequência». Em seguida, deformando o espírito do artigo, publicado logo após a aprovação da Declaração, acrescenta Grabois as palavras de Gorender: «a interpretação que o artigo faz é clara. Refere-se ao presente desenvolvimento capitalista no curso do qual aumenta a penetração imperialista e se conserva o monopólio da terra. Aos comunistas incumbe dar-lhe aceleração, profundidade e consequência».

Para quem leu todo o trabalho de Gorender, salta aos olhos o seguinte: em primeiro lugar, o articulista não fala do presente curso de desenvolvimento, porque ainda não havia, naquela época, tal distinção, feita apenas no decorrer do ano de 1959, e sim do desenvolvimento capitalista nascente, em geral; o outro tipo de desenvolvimento que se fala é o desenvolvimento em bases já socialistas, que dominava o pensamento do Partido, em consequência do Programa de 1954. Em segundo lugar, o desenvolvimento capitalista nos levará a uma etapa mais alta (socialismo), à medida em que ganhar aceleração, profundidade e consequência, e não receber dos comunistas. O processo é objetivo e só poderá ganhar aceleração, profundidade e consequência se, em sua direção, estiverem os setores mais radicais da frente única, isto é, o proletariado e seus aliados mais próximos, capazes de romper com o imperialismo e o latifúndio. O novo curso de desenvolvimento capitalista que pretendemos hoje, estava, pois, implícito nas palavras de Gorender como o único capaz de assegurar a transição ao socialismo. Apenas a falta de tempo para o estudo e a sistematização da experiência tinham impedido que o problema se tornasse claro para nós.

Prosseguindo, porém, Maurício Grabois, ao tentar mostrar ao Partido que sua atitude, para não deixar de ser revolucionária, tem que ser de combate cerrado ao capitalismo, transcreve outro trecho de Gorender, em que se recomenda ao proletariado que apóie o desenvolvimento e interfira nele, precisamente para levá-lo, no interesse geral do povo brasileiro, àquelas consequências que ele pode e deve atingir, eliminando os aspectos e processos negativos que o obstaculizam e determinam o atraso do país. acrescentando, maliciosamente: «que diferença há entre esta opinião e a teoria da evolução gradual do capitalismo para o socialismo?»

É evidente que, ao formular essa pergunta, Grabois esquece duas coisas: 1) a teoria da evolução gradual afirma que o capitalismo se transformará por si só em socialismo; 2) que o camarada

EUGÊNIO CEMP

Algumas Questões

1 — Sempre respeitei o partido e a direção como instrumento da classe operária para sua libertação e continuo respeitandoo, pois ambos fazem parte da minha vida e dos meus anseios.

Mas a mudança que ocorreu no mundo socialista — salto em qualidade — do avanço para o socialismo, exige, hoje, que com pequenas restrições, a maioria dos nossos quadros valentes e combativos dirigentes do tempo da legalidade (quer sejam da direita ou da esquerda) tem a necessidade e obrigação de fazerem um estágio nas organizações de massa, para completarem os seus conhecimentos teóricos com a prática e a realidade brutal e objetiva da vida quotidiana.

Um estágio nas organizações de massa não faz mal a ninguém e muito menos aos dirigentes do C.C. do nosso partido. Terminado o estágio de 2 ou 3 anos, os atuais dirigentes voltarão a completá-lo como quadros de direção e de valor.

2 — A nossa linha política só pode e deve ser uma linha de frente única e de massa. A não ser que: a) a Burguesia interrompa o desenvolvimento do processo democrático, b) a Burguesia adira ao carro de guerra do imperialismo Norte-Americano, abandonando a justa posição de independência e de defesa da Paz, c) se o Brasil, levado pelo traidores da pátria e agentes do Imperialismo Norte-Americano, participar ao lado deles em caso de guerra,

d) se o Brasil for invadido pelo imperialismo Norte-Americano. Em qualquer destes 4 itens, se violados, poderá e deverá o nosso povo responder por todas as formas e meios, inclusive até pela insurreição.

3 — Conduzir sem demoras os quadros das O.O.B.B. para organizações de massas (para direções de sindicatos,

Gorender se dirige ao proletariado e que sua opinião é justamente a de que somente essa classe influindo no processo desenvolvimentista, poderá conduzi-lo a esses objetivos.

Diante disso, só nos resta dizer, respondendo ao título do segundo artigo de Maurício Grabois, que quem falsifica, quem deturpa é mesmo ele — e pela segunda vez.

O ascenso democrático — Voltemos, porém, à cartilina de Grabois contra a Declaração, feita em seu primeiro artigo. Analisando o ascenso democrático do país, afirma que o documento de março de 1958 é revisionista porque afirma ser a democracia inerente ao capitalismo. Diante disso, ficamos curiosos em saber qual terá sido a descoberta de Maurício Grabois, que lhe revelou não corresponder a democracia, como superestrutura política, ao domínio econômico da burguesia, não ser sua forma de ditadura. Ou será que Grabois está confundindo o conceito de democracia com o de ditadura do proletariado e cometendo, assim, uma solene «gaffe»? Esperamos que até ao término dos debates ele nos revele alguma coisa sobre isso.

No fundo, porém, o que Grabois quer é confundir o Partido sobre a atual realidade brasileira para, com mais facilidade, fazer-nos retroceder ao passado. Então não existe democracia e o articulista pode entrar na Assembleia Legislativa do Estado em que atua e falar sobre Lenin em nome dos comunistas? Não existe democracia e podemos fazer estes debates, publicamente? Não existe democracia e elegemos, como é próprio dizer, inúmeros comunistas no último pleito? Não existe democracia e a classe operária organiza-se horizontalmente, através dos sindicatos, contrariando a lei? Não existe democracia e fazem-se centenas de greves sem que as classes dominantes possam recorrer ao famigerado Decreto 9070? Se o problema da democracia é de legalidade, o PCB, espere um pouco, camarada, porque nós vamos conquistá-la unidos às demais forças da frente única, mesmo que sua opinião seja contra essa tática.

Aliás, este problema de quem conquista as melhorias econômicas, políticas e sociais na atual etapa da vida brasileira dá ensejo a que Grabois, na sua resposta ao companheiro Gorender, arme outra notável confusão. Referindo-se à tese da Declaração, onde se afirma que o desenvolvimento capitalista nacional exige cada vez mais, como seu instrumento, uma independência política completa, diz o articulista: «já há evidência que toda a orientação traçada se subordina ao desenvolvimento capitalista. A independência política completa não é, assim, uma necessidade do progresso do país e do bem-estar do novo brasileiro, não é uma bandeira de luta da classe operária e das massas populares, mas a bandeira que a burguesia, sózinha, desfralda, uma vez que a total emancipação política do Brasil é exigida cada vez mais pelo desenvolvimento capitalista nacional».

Como se vê, para Grabois, o desenvolvimento capitalista representa apenas o desenvolvimento da burguesia. Esquece ele do ensinamento de Marx, quando afirmava que a burguesia, ao nascer, já traz em seu seio o proletariado, que será o seu covêrto. Não percebe que a independência política completa é uma exigência do desenvolvimento capitalista; exatamente porque, com ele, surge a classe mais radicalmente interessada na libertação do país — a classe operária. (continua)

BERNARDO BORIS

O Bonapartismo da Burguesia Brasileira

Diante dos debates de grande importância que se processam na «Tribuna de Novos Rumos», surge um problema extremamente interessante, a cujo respeito parece-me haver certa confusão: é o problema do nacionalismo e de seu papel na sociedade brasileira.

Vejam inicialmente algumas idéias gerais.

A burguesia brasileira teve seus primórdios durante a primeira guerra mundial, quase que exclusivamente baseada na indústria leve, de consumo mais imediato, destinada a um parco mercado interno. Esta burguesia industrial relacionava-se diretamente com o imperialismo britânico, estava umbilicalmente ligada à City de Londres. Os capitais eram extremamente poucos, a acumulação primitiva, muito pequena, de modo que era-lhe impossível desenvolver uma indústria pesada que servisse de infra-estrutura industrial.

O Estado continuava entretanto mais submetido aos grandes proprietários e exportadores. Com a Revolução de 30 a burguesia brasileira assume suas responsabilidades mais diretas e passa a comandar o Estado. Em sua totalidade já então a burguesia brasileira era incapaz de promover uma industrialização do conjunto da economia brasileira. O vazio político que existia, diante da carência de uma classe disposta a assumir as responsabilidades do desenvolvimento nacional foi preenchido por uma fração muito particular das classes dominantes brasileiras, a burguesia riograndense cujas possibilidades maiores residiam numa produção muito mais voltada ao mercado interno.

Qualquer que sejam os motivos deste seu predomínio — que aliás se prolongou durante muitos anos, com Getúlio, Osvaldo Aranha e mesmo Jango — o fato é que o Estado brasileiro foi dominado pela burguesia. Esta tem dirigido então toda a vida econômica e política do país já há mais de trinta anos.

O que é o Estado brasileiro?

Muitos companheiros mantêm ainda, na caracterização de classe do Estado uma conceitualização idêntica à do Programa do Partido de 1954. Muitos acontecimentos que se sucederam desde então parecem obrigar a uma reformulação. O Estado brasileiro é fundamentalmente burguês, representa os interesses imediatos e históricos da burguesia. Esta constatação baseia-se em sua estrutura de classe, em sua política, em seu Exército, em seus tribunais.

É evidente que sucedem-se no Estado — mantendo assim sua estrutura fundamental — vários governos, com nuances. Mas a realidade obriga a constatar que qualquer que seja o governo do país, a política global é a mesma, as vinculações com o industrialismo são as mesmas. Em outras palavras, Juscelino, Jânio, Lott ou outro qualquer representante das classes dominantes brasileiras terão que levar em consideração, durante seu governo, uma indústria existente, uma burguesia que não aceitará a volta ao predomínio total da oligarquia paulista ou mineira. Antes da queda de Getúlio dizíamos que ele era o representante do imperialismo americano e dos latifundiários e grandes capitalistas ligados a Wall Street. Com a mesma facilidade aplicamos adjetivos grandiloquentes a Juscelino ou Jânio, sem compreender que não representam senão setores ditos das mesmas classes dominantes, cuja política, em relação ao movimento de massas e ao comunismo será a mesma, por mais que difiram quanto ao predomínio de tal ou qual variação, de tal ou qual grupo burguês.

Onde está a burguesia progressista?

Mas se Juscelino ou outro político burguês não representam a burguesia brasileira globalmente e sim uma ala mais reacionária (?), onde está a burguesia brasileira, autenticamente nacional, progressista e tudo mais?

É claro que há pequenos industriais que prefeririam outra política econômica financeira, que prefeririam importar máquinas da URSS e não dos E.U.A. Há alguns industriais que nãoham mesmo com um Estado dominado pelos nacionalistas, neutro em política internacional, especulando com a União Soviética e os Estados Unidos.

Mas é preciso deixar claro que só seria progressista o setor das classes dominantes que associa-se seu desenvolvimento — o industrialismo — com um avanço no nível de vida das massas. Não é o que ocorre. Mesmo os setores que as «Teses» e que Grabois considerariam os mais avançados, progressistas, pretendem (e apóiam) a industrialização feita em detrimento das massas, sobre seu nível de vida, com a baixa dos salários, com a repressão ao movimento operário e reivindicatório.

Mesmo os burgueses mais descontentes com a política de governo apoiada, por falta de outras possibilidades, Realmente, política burguesa no Brasil em 1960 é Juscelino, é a OPA, é Brasília, é a repressão ou não é nada. Especular com a possibilidade de outra política burguesa — nacionalista e democrática — é sonhar e propagar um sonho e uma ilusão extremamente perigosos dentro do Partido Comunista e do movimento de massas.

A burguesia — seus setores políticos, pois é sabido que nem todos burgueses vivem politicamente os problemas, delegando poderes para políticos e industriais mais atrevidos — apóia o desenvolvimento. Os setores que preferem Jânio sabem perfeitamente que será impossível para este, se eleito, cessar o desenvolvimento que é uma realidade. Preferem Jânio, muitas vezes exatamente devido ao seu prestígio em algumas camadas, prestígio este que poderia segurar, esperam estes burgueses — o movimento de massas e desarmá-lo diante da carestia que prosseguirá.

Se os companheiros que apóiam as «Teses» quiserem ser coerentes, deverão apoiar totalmente Juscelino, todas suas medidas, pois, dentro dos marcos deste regime, desenvolvimento é isto que já está. Quanto aos verdadeiros marxistas deverão adotar outra posição.

Como assegurar o desenvolvimento?

Muitos companheiros constatarão que o atual desenvolvimento é feito em íntima associação com o imperialismo

americano. Pretendem entretanto propor à burguesia outra política — mais independente, como se fosse ainda possível, no século dos investimentos eno- mos, das maquinarias fabricadas com dificuldades técnicas extremas, desenvolver um país, em concorrência com o imperialismo, justamente a força social da qual dependem estes capitais e estas máquinas.

O sonho da burguesia brasileira seria a formação de um país industrial, com seus capitais, seu mercado e seu próprio imperialismo. Mas do sonho à realidade a distância é enorme. Prefere assim esta associação com o imperialismo, que resguarda seus interesses de classe e garante, apesar de tudo, algum crescimento industrial.

Mas surge algo de novo, que a burguesia e os nacionalistas não têm considerado: o movimento de massas.

Enquanto o povo permanece calado, sem reivindicar, é possível assegurar um desenvolvimento às suas custas. Mas o movimento de massas aumenta dia a dia, influenciado pelo enorme ascenso da revolução colonial, pelas explosões diárias, pelas vitórias nacionais e latino-americanas, como em Cuba.

Sob a pressão constante do movimento de massas a burguesia tem uma dupla política: a repressão violenta para assegurar o prosseguimento do processo de desenvolvimento e a adaptação. Esta adaptação cria o nacionalismo, cria a ideologia burguesa do desenvolvimento que pretende opor dois termos — burguesia nacional e imperialismo — na realidade estão intimamente ligados.

A dinâmica do movimento de massas vai jogando a burguesia na defesa de seus interesses de classe: basta ver o que ocorre com Roberto Silveira na greve das salinas. Neste momento sua posição — deste elemento tão decantado como burguês progressista democrático e nacionalista — foi de uma abstenção inicial, para em seguida apoiar a intervenção do Exército contra o movimento operário. O Exército — comandado por Derys, este mesmo Exército de Lott, atacou os grevistas quando da greve dos transportes no Rio, proibiu a ida da caravana da fome de São Paulo ao Rio no ano passado.

Enquanto o movimento de massas permanece informe, desorganizado ou pouco ativo, a burguesia pode permitir-se, para isolar os setores de vanguarda, para neutralizar a influência da revolução latino-americana, uma certa dose de anti-imperialismo, enquanto secretamente, liga-se ao imperialismo e à sua política. Mas quando o movimento de massas assume feições mais perigosas, quando seus representantes destinados a amortecer a luta de classes não conseguem mais controlar o processo, joga fora a máscara, e agride violentamente sindicatos e organizações camponesas.

O bonapartismo

Seria sectarismo e desconhecimento da realidade pretender que a burguesia nacional e o imperialismo são a mesma coisa. Os interesses em muitas ocasiões se opõem, posições podem ser variadas e mesmo alguns choques podem ocorrer. Diante da pressão do imperialismo, disposto a utilizar quaisquer dificuldades internas e da pressão do movimento de massas, a burguesia poderia então se diferenciar em numerosos grupos, e os partidos se dividirão como está a ocorrer agora. Os vários grupos burgueses, representam assim grupos políticos e econômicos diversos — cujos interesses de classe são idênticos — mas que pretendem, cada qual, oferecer sua solução para a crise, ganhando, bem entendido, postos de comando no país.

Essas frações burguesas entam assim em lutas agudas que dificultam mais ainda a política burguesa. Hoje, no Brasil, não há um processo elementar deste tipo. Lott não consegue firmar sua candidatura apesar das juras de todos de levá-lo à vitória justamente porque diante do movimento de massas, mundial e nacional, as várias frações burguesas não conseguem assegurar um plano harmônico de luta política.

Esta desordem, este desmentimento, levaram fatalmente setores importantes a pretender a resolução dos problemas afastando-se da tão decantada democracia. A eliminação das poucas franquias democráticas, o fechamento do parlamento, a eliminação da liberdade de imprensa, o fechamento dos sindicatos e organizações populares, são medidas que as classes dominantes mantêm permanentemente acima da cabeça do movimento popular. A «democratização» do país será eliminada tão logo a burguesia veja-se realmente incapaz de manter a paz social e exista uma fração capaz de tomar o poder pela força.

Nos países latino-americanos e nos subdesenvolvidos em geral esta força social que toma sobre seus ombros a responsabilidade de desenvolver o país precisamente acima das lutas entre as classes e as frações, é Exército. Sua força reside mais na disciplina e na tradição do que no nível político. Mas diante da incapacidade da democracia burguesa tradicional de assegurar a paz social necessitaria para o desenvolvimento, as tendências bonapartistas tomam forma e ameaçam diariamente. Assim os bonapartistas brasileiros preparam seus esquemas contrários. Basta evidenciar-se a impossibilidade de continuar assim — greves etc. — para que, sentindo-se com suficiente força, as liberdades sejam eliminadas do país.

Esta tendência burguesa é sumamente reacionária, por mais que se apresente como desenvolvimentista e progressista. O fogo cerrado do golpe irá muito mais contra o movimento de massas do que contra o imperialismo, pois as forças sociais que os golpistas bonapartistas representam são justamente aqueles que estão desenvolvendo o país associando-o com o imperialismo e agredindo as massas.

Lutar contra estas tendências não poderá entretanto estar dissociado do desmascaramento da democracia burguesa do desenvolvimento burguês pro-imperialista. Será marcar a cada passo a necessidade de outras tarefas e de outro programa, separados dos programas burgueses, a eles opostos tanto quanto o são os movimentos espontâneos do povo.

Em outro artigo desenvolveremos algumas considerações a respeito deste programa.

MANUEL PAIVA

Sobre as Contradições Fundamentais na Sociedade Brasileira

Em nosso intuito de debater a questão referente às contradições fundamentais da sociedade brasileira e a entrar da atual etapa da revolução brasileira, manifestando o nosso acordo, de um modo geral, com o conteúdo sobre isto, está contido na Declaração de março de 1958 e nas Teses.

Julgamos, preliminarmente, que a ausência de uma justa compreensão a respeito da categoria revolução burguesa tem determinado, entre nós, não poucos erros e incompreensões no que se refere ao caráter e às tarefas da atual etapa de nosso processo revolucionário. Insistimos, portanto, em argumentos que julgamos úteis ao esclarecimento desta questão básica para a justa compreensão do caráter da atual etapa da revolução brasileira e de como nela situar suas contradições fundamentais.

Assim, ingressa uma nação subdesenvolvida, como é o caso do Brasil, na fase capitalista de desenvolvimento, tomam conta, insuperavelmente, três tipos de contradições muito importantes, além de outras que, gerchmente, não assumem a mesma importância que estas, e se o fazem, não são tão duradouras e básicas.

Uma destas três contradições é a que se verifica entre o capital e o trabalho, em sua esfera a burguesa e o proletariado, e esta contradição, inerente ao próprio sistema capitalista e estomamente da luta de classes entre os explorados e seus exploradores, dentro de cada país, e da luta do socialismo contra o capitalismo no plano mundial. Esta contradição se tem contrada com a vitória do socialismo em cada país e com a solução definitiva ocorrida com a vitória final, no mundo, do sistema socialista sobre o capitalismo.

Outra contradição importante, fundamental mesmo, nesta fase, é a que se verifica entre as forças produtivas, do tipo capitalista, em desenvolvimento, e as relações de produção, semifeudais, portanto não democráticas, que se mantêm, como no caso do Brasil, sobretudo, no campo, e cuja solução depende das modificações dessas relações de produção, particularmente, com a reforma da estrutura agrária.

A outra contradição, também fundamental, e que como as duas anteriores se verifica em caso brasileiro, é a contradição entre a nação e as forças externas, que a agremiam, que limitam sua autonomia e independência, que impedem seu pleno desenvolvimento econômico, político e social, não lhe permitindo que se complete como nação soberana e próspera, mesmo dentro dos limites capitalistas.

A contradição que se verifica entre o capital e o trabalho burguesa e proletariado é a contradição básica, cuja expressão máxima, em escala mundial, é a luta entre o capitalismo que se debate e se desgasta em sua crise geral e o sistema socialista em impetuoso desenvolvimento. Esta contradição encontra-se presente, portanto, em toda e qualquer nação do campo capitalista, seja ela uma nação capitalista independente e soberana, seja ela uma nação dependente, colonial ou semicolonial. Porém, de um modo geral, esta contradição, na fase inicial do capitalismo de uma nação, não assume o papel de predominante e decisiva apesar de ser o fator que mais impulsiona e acelera a solução das demais, pois dela é parte integrante o proletariado que ao participar da luta pela solução das demais contradições não limita seus objetivos apenas nestas, porque tem sua meta final e completa além, ou seja, na vitória definitiva do socialismo.

Por isso mesmo, no caso brasileiro, como é fácil compreender, não se cogita, no presente momento, de dar igual solução à primeira contradição, ou, como está dito na Declaração: «A sociedade brasileira encerra também a contradição entre o proletariado e a burguesia que se expressa nas várias formas de luta de classes entre operários e capitalistas. Mas esta contradição não exige uma solução radical na atual etapa. Nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo. Eis o que a esse respeito disse Lenin: «O marxismo ensina que uma sociedade que se baseia na produção mercantil e que mantém um intercâmbio com as nações capitalistas avançadas, não atinge certo grau de desenvolvimento, colocase inevitavelmente na trilha do capitalismo. O marxismo destruiu insuperavelmente com as elocubrações dos populistas e anarquistas, segundo as quais a Rússia, por exemplo, podia evitar o desenvolvimento capitalista, e voltar-se para o capitalismo ou saltar por cima dele, por qualquer outro meio que não fosse o da luta de classes sobre o terreno e nos limites desse mesmo capitalismo». (Duas táticas, Obras, esc. ed. esp. pag. 615).

Se a solução da primeira das contradições em questão é um objetivo da etapa socialista da revolução, a das outras, porém, constitui essencialmente, objetivo da revolução democrático-burguesa, isto é, constitui tarefas que visam completar a etapa burguesa capitalista, de desenvolvimento da nação e, portanto, podem e devem ser resolvidas nesta etapa.

Isto significa, que no atual momento o processo da revolução brasileira tem por principal objetivo completar as conquistas democrático-burguesas da sociedade brasileira, que contém evidentes restos semifeudais, e encontra-se em acutissimo grau de dependência ao imperialismo, passando então após sua vitória, a uma etapa na qual, já tendo sido satisfeitas as reivindicações essenciais democrático-burguesas, passarão a ter preponderância as que só poderão ser resolvidas pelo socialismo.

Evidentemente, isto se verifica porque na atual etapa da revolução brasileira essas contradições não encerram os mesmos elementos de antagonismo. A contradição entre a burguesia e o proletariado não assume na presente etapa a forma de antagonismo agudo e, por isso mesmo, não exige ainda uma solução radical, o que se verificará, inevitavelmente, após ser superada a presente etapa.

Lenin, sobre isto emitiu a seguinte opinião: «Todas estas teses do marxismo foram já comprovadas nos mínimos detalhes, tanto em geral, como especial-

mente no caso da Rússia. E destas teses se deduz que constitui ideia reacionária buscar a salvação da classe operária em algo que não seja o ulterior desenvolvimento do capitalismo. Em países como a Rússia, a classe operária sofre não tanto do capitalismo como da insuficiência do desenvolvimento do capitalismo. Por isso mesmo, a classe operária está absolutamente interessada no desenvolvimento mais amplo, mais livre, mais rápido do capitalismo. «A revolução burguesa é, precisamente, a revolução de que de um modo mais decidido varre os restos do antigo, as reminiscências do feudalismo (as quais pertencem não só a autocracia que também é monarquia) e de um modo mais completo garante o desenvolvimento mais amplo, mais livre e mais rápido do capitalismo».

Por isso a revolução burguesa e extremamente benéfica para o proletariado. A revolução burguesa é absolutamente necessária para os interesses do proletariado. Quanto mais completa e decidida, quanto mais conseguida, seja a revolução burguesa tanto mais garantida estará a luta do proletariado contra a burguesia pelo socialismo. (Duas Táticas, idem, pag. 616).

É necessário insistir que tratamos aqui do aspecto objetivo do processo revolucionário brasileiro, cujo amadurecimento não depende de nossa vontade ou do desejo de quem quer que seja. Por isso, é de fundamental importância compreender-se que a revolução no Brasil, em seu estado atual, é, por sua essência social e econômica, uma revolução burguesa, na qual, mais de que qualquer outra classe, está interessado o proletariado brasileiro.

Além, esta questão já foi de um modo geral, tão profundamente tratada por Lenin ao examinar a situação da revolução democrático-burguesa na Rússia que nada nos resta a fazer senão repetir o que ele, sabidamente, disse sobre o assunto, quando a Rússia se encontrava numa fase semelhante à nossa. Vejamos, portanto, algumas das passagens mais destacadas, neste terreno:

«O caráter burguês da revolução democrática se reflete, entre outras coisas, no fato de que toda uma série de classes sociais, grupos e camadas, que se mantêm inteiramente sobre a base do reconhecimento da propriedade privada e da produção mercantil, incapazes de sair destes limites, são levadas, pela força das coisas, a reconhecer que a autocracia e uma regime feudal em geral são impensáveis, e aderem aos que reclamam a liberdade». (Duas Táticas, pag. 687, ed. em esp. das Obras Comp. 1 vol.).

«A revolução democrática é burguesa. A palavra de ordem da «divisão negra» ou de terra e liberdade — tão difundida entre a massa camponesa ignorante e oprimida que procura tão apaixonadamente a luz e a felicidade — é burguesa. Porém, nós, como marxistas, devemos saber que não há e nem pode haver nenhum outro caminho para a verdadeira liberdade do proletariado e dos camponeses, que deixe de passar pelo caminho da liberdade e do progresso burguês». (Idem, pag. 675).

«Ninguém poderá condenar os representantes do proletariado se, apesar de fazerem tudo o que depende de suas forças, forem vencidas pela resistência da reação, pela traição da burguesia, e pela ignorância das massas. Porém, todos — e sobretudo o proletariado consciente — condenarão a social democracia se ela refrear a energia revolucionária da revolução democrática, se refrear o entusiasmo revolucionário com medo de vencer, com considerações sobre o perigo da burguesia lhe voltar as costas. (Duas táticas, idem, pag. 676).

«Os marxistas estão absolutamente convencidos do caráter burguês da revolução russa. Que significa isto? Isto significa que as transformações democráticas no regime político e as transformações econômico-sociais, que se tornaram uma necessidade para a Rússia, não somente não constituem em si um ataque ao capitalismo, à dominação da burguesia, como pelo contrário, pela primeira vez, e de maneira decidida, aplanam o terreno para um desenvolvimento vasto e rápido, europeu, não asiático, do capitalismo: pela primeira vez tornam possível a dominação da burguesia como classe. Os social-revolucionários não podem compreender esta ideia porque desconhecem o saber da produção mercantil e capitalista, não vêm que mesmo o êxito completo da insurreição camponesa, mesmo a divisão de toda a terra em benefício dos camponeses e de acordo com seus desejos (divisão negra) ou algo parecido, — não destrói o capitalismo, ao contrário, não fazem mais que impulsionar seu desenvolvimento e acelerar a diferenciação de classe entre os camponeses. (Idem, págs. 613, 614).

«Porém daí não se conclui de maneira alguma, que a revolução democrática (burguesa por seu conteúdo econômico social) não represente um enorme interesse para o proletariado». (Idem, pag. 611).

«Destas Teses se deduz que constitui uma ideia reacionária procurar a salvação da classe operária em algo que não seja o desenvolvimento ulterior do capitalismo. Em países como a Rússia, a classe operária sofre menos com o capitalismo, do que com a insuficiência do desenvolvimento do mesmo. Por isto a classe operária está, indubitavelmente, interessada no desenvolvimento mais vasto, mais livre, mais rápido do capitalismo». «Por isto a revolução burguesa é extremamente vantajosa para o proletariado. A revolução burguesa é indiscutivelmente necessária para o proletariado. «E digase de passagem que desta conclusão, além do mais, deriva a tese de que em certo sentido, a revolução burguesa é mais vantajosa para o proletariado que para a burguesia». (Idem, págs. 615 e 616).

«É de fundamental importância, não se analisar o problema da revolução num determinado país, verificar a questão do poder sob o aspecto de a quem serve o poder atual e a quem pode e deve servir o poder futuro. Em mãos de quem se encontra o poder e a que mãos deve passar».

No caso particular e atual do Brasil é evidente que o poder encontra-se em mãos de uma classe dominante na qual predomina uma composição feudal-burguesa, cuja expressão mais nítida é o atual governo de capitalistas e latifun-

dários. Em outras palavras, o Brasil encontra-se sob uma ditadura feudal-burguesa. Realizar a revolução democrático-burguesa consiste, portanto, no caso brasileiro, em passar da ditadura feudal-burguesa que presentemente domina a nação a uma ditadura revolucionário-democrática ou seja, a uma ditadura das forças do povo. Compreendendo-se como povo, no caso brasileiro atual, o proletariado, o camponês, a pequena-burguesia e a burguesia democrática (nacionalista).

Como já disse Marx: «O termo ditadura é empregado aqui não no sentido burguês vulgar em que os conceitos de ditadura e democracia se excluem, que entende por ditadura a anulação de todas as liberdades e garantias democráticas, as maiores arbitrariedades e o maior abuso do poder no interesse pessoal do ditador, mas sim no amplo sentido de defesa do povo contra a reação. O que nada mais é que a ditadura revolucionário-democrática».

Sómente depois de realizarmos a etapa que nos levará à ditadura do povo ou popular, de maneira completa, e que estaremos em condições de resolvermos as contradições cuja solução nos conduzirão à ditadura do proletariado. Trata-se, portanto, de lutarmos para realizar o modo mais completo possível a etapa da revolução em que serão satisfeitas as necessidades e as reivindicações, nacionalistas e democráticas, de todo o povo.

Devemos ter bem presente que não será possível atingir esses objetivos por outros meios que não seja a luta de classes, sobre o terreno e nos limites do próprio capitalismo. Por outro lado, não devemos compreender a ditadura feudal-burguesa, que mantém o poder atual da nação brasileira, de uma forma absoluta, estática, e sim, em movimento, dentro do presente processo de desenvolvimento capitalista e do relativo recuo dos restos feudais.

A realidade nos apresenta que, além dos latifundiários e capitalistas que dominam o poder no Brasil e cujos interesses tendem a manter o regime semifeudal e de dependência ao imperialismo, há uma parte desse capitalismo — a burguesia nacional, não entreguista, cujos interesses coincidem objetivamente com os dos demais setores das classes dominantes no poder, e que, portanto, luta para modificar esse estado de coisas, para mudar a atual ditadura que mantém o poder, segundo seus próprios interesses, os quais efetivamente coincidem muito mais e só poderão ser satisfeitos com a vitória da revolução democrático-burguesa, com uma ditadura democrática das forças populares, progressistas e antiimperialistas da nação, ou seja, com a plena satisfação das reivindicações e dos objetivos do povo em geral, dentro ainda dos marcos burgueses capitalistas da sociedade brasileira.

Por isso, não só é possível, como real e justo, no caso brasileiro, caracterizar-se o atual governo, expressão da presente ditadura de classes no poder, como um governo heterogêneo, pois o mesmo contém em sua composição, forças que representam os interesses da

burguesia democrática (nacionalista), que nele permanece e luta em condições muito difíceis e instáveis, ao lado das forças feudal-burguesas que compõem esse governo. É também verdade isto ser possível em virtude da atual correlação de forças na sociedade e pelo nível a que nela já atingiu a luta de classes, em que pese todas as debilidades e incompreensões que ainda se manifestam em sua força decisivamente combativa e consequente, a classe operária, particularmente em sua vanguarda política, o P.C.B.

Tal compreensão nos leva a concentrar esforços no sentido de fazer com que o atual poder da ditadura de classes seja substituído por uma ditadura democrática de todo o povo. O que nos parece viável, como afirmam as Teses, através de um processo predominantemente pacífico, desde que sejam mobilizadas e lançadas à luta todas as forças democráticas do povo brasileiro, impulsionadas cada vez mais pelas lutas de classes. Sem exibir, no entanto, a possibilidade dos inimigos do povo e da pátria fazerem uso da «linguagem das bonitezas, da guerra civil ou da guerra de agressão imperialista, da violência, enfim».

Tal compreensão nos leva igualmente a lutar com todas as energias por um governo nacionalista e democrático que constituirá um passo concreto e decisivo para que as forças nacionalistas e democráticas do povo participem de forma preponderante, no governo da nação, capazes, portanto, de efetivamente modificar o caráter desse governo e do regime.

Em todo caso, essas forças e energias, devem se traduzir, na prática, numa frente-única nacionalista e democrática, a mais ampla e vigorosa possível, por isso mesmo heterogênea, complexa, em permanente processo de transformação e evolução, na qual deverão estar presentes e representadas cada vez mais e melhor todas as classes e camadas do povo brasileiro — sejam as forças mais esclarecidas, combativas e consequentes dessa luta, o proletariado, cujos interesses de classe vão muito além da atual etapa e nela, portanto, não se detém; os inúmeros e diversificados setores do camponês, sem excluir aí mesmo os latifundiários que assumam atitudes positivas na luta contra o imperialismo; a pequena-burguesia, com toda a sua instabilidade, radicalismo e inconsequência; e a burguesia democrática, sem ignorar seu oportunismo e a sua tendência a mudar de lado, mas que, por sua vez, tem interesses contraditórios com o atual poder submetido ao imperialismo, e do qual em certo grau já participa.

Esta é, a nosso ver, a força necessária e capaz de travar e conduzir, de forma decisiva e adequada, a pleno êxito, a luta de todo o povo brasileiro a seus objetivos imediatos e viáveis. Eis porque, de um modo geral, concordamos com o que sobre estas questões está contido tanto na Declaração quanto no documento sobre as Teses.

Rio, 30-6-1960.

MANUEL PAIVA

FRANCISCO GOMES

Só um Aparte

Antes de qualquer consideração, devo dizer que estou com as Teses, como com o projeto de ESTATUTOS já publicados em NOVOS RUMOS, excluindo alguns detalhes que oportunamente discutirei em lugar apropriado, fora deste aparte.

Passo importante para o movimento comunista com a realização do debate ora em curso e com discussão interna e que tem como motivo as Teses e o projeto dos Estatutos.

A meu ver as Teses são um documento sério, representando um grande esforço intelectual do atual centro dirigente do P.C.B. que procura interpretar, com os elementos de que dispõe, a realidade social e política de nosso país, dentro da atual conjuntura internacional, quando todos os caminhos levam a Moscou e Pequim.

Nós, que estamos com as Teses, não podemos, por outro lado, considerar pelo calor excessivo de sua defesa, que o documento em tela, na forma e conteúdo, seja a última palavra. Isto seria o pior dos dogmatismos. Jamais devemos incurrir nesse erro. Não é novidade dizer que o documento é o norteador do debate, abrindo caminho em busca da linha correta. Mas, no balanço final pela vontade expressa, livre e democrática de seus componentes, saberá elaborar e aprovar soberanamente a linha que veremos seguir. Aí, modestamente, todos nós nos aglutinaremos em torno dela, seja qual for a nossa opinião pessoal sobre o conjunto do documento. Esse é o nosso dever, se realmente somos comunistas.

Por isto, acho sem condescendência ou segundas intenções, que devemos ter o espírito mais aberto possível, ou melhor, o espírito comunista de aceitar a opinião de todos, como base de discussão, no mesmo nível das Teses. Sem nenhum espírito acovardado, mas como expressão do meu pensamento, aqui vai o meu apoio à nota já publicada, da Comissão de Debates, por achar-lhe justa e oportuna. Ao mesmo tempo que defendemos o respeito individual entre os camaradas, muito especialmente devemos ter respeito pelo Centro Diretor do nosso Partido. Quando se diz «A Declaração de março de 58 foi um erro ou um acerto antipartido», não é só um desrespeito ao Centro Diretor, como também uma inverdade. Neste assunto, em conclusão, acho que o respeito toma a extensão seguinte: de Camarada para Camarada; dos Coletivos, em todos os níveis, para cada um de seus membros; de todos individualmente e dos Coletivos para com o escalão central. Assim, dita a meu ver, o centralismo democrático e assim dito a nossa condição de comunistas. Seguindo por esse caminho, os frutos que esperamos, da grande reunião em cur-

se deverão, sem dúvida, ser grandemente proveitosos para a causa que abraçamos e defendemos, que suscitou o atual debate que estamos travando.

O DEBATE

As Teses, modestamente, ao meu ver, são uma contribuição política da classe operária, através de seu Partido de vanguarda — o P.C.B. — para a atual etapa da Revolução. Não é, e não poderia ser, só um programa de reivindicações dela mesma — a classe operária, como muitos camaradas deixam transparecer em seus escritos.

Uma coisa já deixa bem claro o debate em curso. É que muito ainda temos de lutar, ao lado da superação de erros novos, contra as concepções e práticas do passado e dos sérios males causados à Revolução em nossa terra. Aqui não vai nenhuma discriminação, pelo contrário, a quem me referirei abaixo. Pela aproximação pessoal, pelo trabalho que realizamos juntos durante muitos anos e pela sua dedicação à causa, tenho o maior apreço ao camarada Maurício Grabois.

O camarada Maurício, por esta ou aquela razão tornou-se hoje, queira ou não, a bandeira da volta a esse passado, pelas suas concepções expressas na argumentação e pela sua plataforma. O camarada Grabois, a meu ver equivocadamente, desconhece o grande mérito que tem a Declaração de 58 (em que pesem as afirmações do camarada Calli Chaud), rompendo com toda a nossa concepção subjetivista na realização da política da classe operária. Essa concepção não era vista dentro do complexo da situação econômica, social e política, em um país como o nosso, dependente economicamente e com profundas desigualdades em seu desenvolvimento econômico e social. Maurício não vê o mérito das Teses, como não viu o da Declaração. Pelo contrário, acusa tanto um como outro documento com uma série de adjetivos que poderiam ser devolvidos com relativa facilidade, se esse fosse o nosso objetivo.

O nosso modesto objetivo, no momento, é de opinar sobre algumas questões que são apresentadas pelas Teses e que suscitam debates de suma importância para a atual etapa.

Acho que foi um grande mérito das Teses colocar de maneira corajosa, como apresentou, a possibilidade da «solução pacífica» da atual etapa da Revolução em nosso país. Mas, não é sobre isso precisamente que desejo manifestar-me agora, pois escreverei oportunamente outro artigo.

Outra questão de primeira grandeza colocada pelas Teses é o problema das contradições, principalmente com a clareza das duas contradições

Tribuna de Debate

ERIDANO PEREIRA DA SILVA

A DINAMICA MARXISTA-LENINISTA

Todos nós, comunistas, estamos plenamente de acordo com o objetivo visado: Lutamos por uma democracia socialista, dirigida pelo proletariado. Isto é exato.

Também estamos plenamente de acordo quando caracterizamos as tarefas correspondentes à etapa atual da revolução em nosso país: Luta antiimperialista, antifeudal e democrática.

Também é pacífico entre nós, comunistas, que, do atual estágio em que nos encontramos, ao objetivo visado, há um caminho a percorrer.

Será longo? Será pacífico? Qual será esse caminho afinal? Tais perguntas envolvem sérias questões de ordem tática e até doutrinária.

Aqui, portanto, começam nossas divergências.

O companheiro Mário Alves parece nos traçar alguma luz quando, referindo-se aos esquerdistas, diz: «Não sentem necessidade de pesquisar porque forma concreta tal ou qual lei geral se manifesta na situação particular de nosso país».

Estamos firmemente convencidos de que esta linha de raciocínio é correta. Efetivamente, deve haver esta ou aquela lei geral que se manifesta de forma concreta na situação particular de nosso país, e que está escapando à argúcia dos nossos teóricos e estudiosos.

E por conseguinte, em obediência estrita a esta premissa que desejamos debater.

Quer nos parecer que uma das questões de ordem teórica que vêm dando margem a grande celeuma, chegando a confundir o movimento comunista em nosso país, é a tese segundo a qual, «o desenvolvimento da sociedade capitalista conduz à sociedade socialista, porque traz em seu bojo os germes desta sociedade».

Foi, sem dúvida, com esta tese no subconsciente, que os autores das Teses várias ocasiões perderam a justa perspectiva e colocaram-se em defesa de pontos de vista nitidamente burgueses. É indiscutível que as Teses defendem o aumento da produtividade e o desenvolvimento capitalista, portanto seus autores creem que, somente através desse desenvolvimento, poderemos chegar ao socialismo.

Para ilustrar a creluma que se arma em torno dessa questão que parece ser o nosso «bo górdio», vejamos o que dizem alguns nossos camaradas que, da dita vênua, vamos transcrever:

Afirma o nosso companheiro Pedro Pomar:

«Essa compreensão do desenvolvimento capitalista nacional e a subordinação completa a ele é uma interpretação falsa, não marxista-leninista, oportunista, da realidade brasileira atual, é a teoria do «determinismo econômico» da revolução pelo aumento das forças produtivas. Estão contra elas e pretendo discutí-las novamente, se tiver tempo e espaço». (o grifo é meu E. P. S.). «O centro de nossas divergências reside precisamente aí. Discorda-

mos das Teses na fundamentação objetiva e apologetica do desenvolvimento capitalista, pois isto leva a exagerar o papel da burguesia e, ao mesmo tempo, a menosprezar o papel das classes mais revolucionárias da sociedade brasileira e a abdicar em princípio (já não me refiro à prática), do papel dirigente do proletariado na etapa atual da revolução».

Expressando-se sobre o assunto, assim se refere João Amazonas: «Onde poderá conduzir esta linha? Ela só pode conduzir o proletariado e as massas trabalhadoras a um beco sem saída; a depositar suas esperanças no desenvolvimento do capitalismo e da burguesia; a acreditar na possibilidade de reformas profundas e consequentes dentro do regime atual; a deserer da necessidade da revolução. É uma linha de apologia do capitalismo, de ilusões na burguesia e de subordinação do proletariado aos seus interesses. Seguindo por este caminho o povo brasileiro não conseguirá livrar o país da dependência ao imperialismo e das sobrevivências feudais, não limpará o terreno para o socialismo no Brasil».

O camarada Caio Prado Jr., embora deixando transparecer alguma dúvida também condena os autores das Teses ao tocar de raspão no assunto: «Assim sendo, mesmo o desenvolvimento capitalista que as Teses tanto parecem querer, será fomentado embora por motivos e meios diferentes daqueles que as Teses apregoam e propõem. Mas isso será para nós e do ponto de vista em que nos colocamos (e que não é o das Teses) simples decorrência circunstancial de medidas propagandísticas essencialmente para os fins que vimos acima e que são os de valorizar a força de trabalho». (O grifo é meu E. P. S.).

O camarada Jacob Gorender vai ao ponto de afirmar que o povo brasileiro chegará ao socialismo com o desenvolvimento do capitalismo colocando-o «desenvolvimento» como questão fundamental. Perguntamos: Qual foi o país do campo socialista que desenvolveu ou está desenvolvendo o capitalismo para alcançar o socialismo?

Focalizado que está um dos pontos centrais dos debates, cabe-nos fazer algumas indagações e proposições. Partamos inicialmente de uma premissa que parece bastante lógica para todos nós:

Da época dos grandes pensadores socialistas a esta parte, os caminhos que conduzem ao socialismo foram e estão tremendamente simplificados, em face da divisão do mundo em dois blocos, temas econômicos que hoje coexistem. Creio que isto está muito claro.

Por conseguinte, se dinamizarmos o marxismo-leninismo, ficará mais clara ainda para todos nós a simplicidade desses caminhos.

A distância mais curta entre dois pontos não é a linha reta?

Não obstante, é grande o número de companheiros, altamente responsáveis, que se obstinam em defesa de teses e teorias que surgiram numa época em que não havia socialismo em parte alguma do mundo. Certas teses e teorias para continuarem sendo válidas e úteis, nesta altura, terão de evoluir através da dinâmica do marxismo-leninismo, porque, apanhadas assim em sua formulação original, não passam de dogmas.

Permitam-nos a seguinte proposta de dogmas.

No atual estágio que a humanidade atravessa, caracterizado como período de transição do capitalismo para o socialismo, com o mundo dividido em dois campos cabendo a supremacia ao campo socialista, tomando uma nação isoladamente, perguntamos:

É INDISPENSÁVEL O SEU DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA PARA ASCENDER AO SOCIALISMO?

Sinceramente, parece-nos que não. Atualmente, essa tese se nos afigura até estrúxula.

Acreditamos que a luta vigorosa por relações econômicas e culturais com o campo socialista se impõe.

Assim como é através de estreitas relações com o campo socialista liderado pelos E.E.U.U. que nosso povo é subjugado, explorado e dependente, estreitas relações econômicas e culturais mantidas com o campo socialista facilitarão nosso ascenso ao socialismo.

Temos pela frente, pois, uma gigantesca tarefa de agitação e propaganda.

Precisamos tornar assunto obrigatório e constante no país as discussões sobre as vantagens do socialismo até que as massas passem a defender essa bandeira.

O imperialismo tem a seu favor todos os meios de propaganda com os quais penetra ideologicamente nas massas; pois bem, nossa maior tarefa é anular essa propaganda antepondo-lhe a propaganda do socialismo.

Seremos capazes disso?

Precisamos forjar uma Frente Socialista Autêntica, com seus candidatos defendendo em seus programas premissas de caráter nitidamente socialista.

Dirão alguns companheiros, talvez, que pretendemos implantar o socialismo à força. Não. Não desejamos isso. Examinar o problema chinês: Após dez anos de luta ainda não o alcançaram. Sabemos que é impossível impor um regime à força; mas também sabemos que é impossível desalojar o capitalismo pacificamente. Examinar a história dos países que compõem o campo socialista.

E a propósito: Não é exatamente e precisamente com o uso da força que esse sistema explora e degrada o povo e a nação?

Finalizando, permitam os queridos camaradas o seguinte:

Para nós a atual linha política do Partido é de direita e oportunista.

Não estamos absolutamente em regime de semilegalidade, porque isto não existe. Ocorre que a burguesia não pode hostilizar uma corrente de opinião que obedece sua liderança; que relega os camponeses a plano de meros instrumentos; que não aprofunda a luta de classes; que não orienta honesta e permanentemente as massas em seus constantes momentos de aflições; que não é, enfim, na prática, uma corrente de opinião revolucionária.

Tribuna de Debate

VALTER POMAR

Uma Caricatura da Vida do Partido

Os debates na imprensa têm demonstrado que há sérias divergências no seio do Partido em torno de questões importantes, principalmente no que se refere à estratégia e à tática. Tais divergências devem ser estudadas e analisadas cuidadosamente, com espírito crítico e autocrítico, a fim de que possamos contribuir para o fortalecimento do Partido. Dessa forma, não podemos concordar com o modo simplista de focalizar a questão expresso pelo camarada Giocondo Dias em seu artigo de NOVOS RUMOS de 17 a 23 de junho. Tentar fazer crer que a "Declaração de Março provocou e provoca ainda a ira de uns poucos camaradas" não condiz com a realidade e nem com a posição de dirigente que o camarada Giocondo Dias ocupa no Partido. Faz uma caricatura das divergências e em nada contribui para o esclarecimento dos problemas. Aliás, o método de caricaturar, base do estilo do camarada Dias, merece alguns reparos nas questões que apresenta.

Primeiro. Diz o camarada Dias que os "ataques à Declaração e a hostilidade à linha nela formulada" partem de "uns poucos" camaradas. Uns poucos, hein!

Os militantes que se opõem à linha da Declaração não são tão poucos assim. Querera o camarada Dias jogar areia nos olhos dos leitores? Nada adiantará. Basta ler os artigos enviados à "Tribuna de Debates" e se observará que mais da metade de seus participantes são contrários, total ou parcialmente às Teses. Além do mais, o autor de "A Declaração de Março" comete uma injustiça com estes militantes, pois mesmo alguns que dão seu apoio às Teses — reprodução melhorada e ampliada da Declaração — como é o caso do camarada Eloy Martins, o fazem de tal maneira que, na realidade, as condenam irremediavelmente. O camarada Dias, como hábil e honesto dirigente que é, não deixará de levar em conta o fato de que a maioria dos intelectuais que vêm debatendo as Teses, contra elas se manifestaram.

Quanto à parte do reconhecimento dos erros do passado, a que se refere o articulista, ao dizer que aqueles poucos camaradas têm ira à Declaração por não reconhecerem tais erros, o interessante é que os mais acérrimos defensores e fundamentadores da Declaração e das Teses são justamente os que não fizeram uma autocritica como os mais acérrimos defensores e fundamentadores... do Programa, dos métodos mandonistas e do culto à personalidade. Ou será que o camarada Dias era "vítima" do sistema imperante até 1956? Essa a primeira caricatura.

Segundo. Afirma o camarada Giocondo Dias que "é precisamente o dogmatismo que vem impedindo um estudo mais profundo da realidade brasileira", porque ele faz com que alguns poucos camaradas "carimbem de revisionistas, reformistas, etc." aqueles outros que, "bem ou mal", procuram "encontrar o caminho da revolução em nossa terra". Difícil essa explicação do camarada. Se o dogmatismo é dos outros, dos poucos, como é que é ele que vem impedindo o estudo por parte dos que se livraram dele e que, segundo o articulista, constituem a quase totalidade do Partido? Não se entende. Além disso, o camarada foge a uma questão que, "bem ou mal", nem os demais defensores da linha atual tiveram coragem de fugir totalmente: que o surto revisionista surgido nos debates de 1956-57 não foi devidamente combatido e que têm livre curso em nossas fileiras idéias estranhas ao proletariado, que a influência burguesa ganha terreno no Partido e que o liberalismo campeia. Tais fatos influíram e ainda influem na elaboração da linha política. Atribuir ao dogmatismo todos os males do Partido é um erro tão crasso como atribuí-los somente ao revisionismo. Tal por terra, pois, a segunda caricatura.

Terceiro. Diz o camarada Dias que a "Declaração pôs por terra vários conceitos e chavões", entre os quais o de que a economia brasileira estava estagnada e de que "não havia um avanço capitalista nacional", mostrando "como se dá esse desenvolvimento, apesar dos entraves que lhe antepõem a exploração do imperialismo e a existência dos restos feudais".

Sem dúvida, foi um mérito da Declaração pôr de lado a tese da estagnação da economia brasileira, mas ao fazê-lo sob o impacto da influência burguesa, apresentou uma análise deformada do desenvolvimento capitalista. Como tem sido extensamente demonstrado nos atuais debates, o capitalismo no Brasil se desenvolve com a participação dos monopólios imperialistas (industrias automobilística, naval, auto-pecas, eletrônica, etc.). Em geral, estes monopólios se associam a capitalistas nacionais. Também o desenvolvimento do capitalismo no campo se dá com a conservação e ampliação do monopólio da terra, o que demonstra sua associação com os restos feudais. As próprias Teses, "mal ou bem", reconhecem estes fatos, mas parece que o camarada Dias não quis avançar, nem limitadamente como as Teses. Prefere ficar agarrado à exaltação da Declaração, vendo só o desenvolvimento do capitalismo nos aspectos negativos deste desenvolvimento. A terceira caricatura, como se vê, também cai por terra.

Quarto. O camarada Dias afirma que a Declaração procurou corrigir a "apreciação subjetiva... de que a democratização da vida brasileira dependia unicamente da vontade das forças reacionárias".

Cabe aqui uma pergunta que alguns camaradas têm usado bastante nos debates: — Onde está escrito? Mas, diz ainda o camarada Dias: "... o processo real de democratização da vida política em nosso país vem sendo imposto, apesar das resistências das forças mais reacionárias, por forças no-

vas, antes de tudo o proletariado". Neste assunto o camarada falta a verdade duas vezes: apresenta um quadro deformado das concepções do passado e deforma também o espírito da Declaração. No passado, muitas vezes não percebemos as mudanças de tática das classes dominantes ao adotar certas reformas democráticas. Isso nos impediu de aproveitar as possibilidades legais, o que era um erro. E igualmente errônea a Declaração quando afirma que o processo de democratização "tomou impulso com os acontecimentos de 1930", sendo uma "tendência permanente", o que se deve, sem dúvida, ao "desenvolvimento capitalista do país".

Os que estiverem interessados em conhecer a verdade podem rememorar cronologicamente a pretensa marcha da democratização do país a partir de 1930: de 1930 a 1933 — governo discricionário, criação da polícia especial, prisão constante de líderes sindicais e de dirigentes e militantes comunistas na Ilha Grande; de 1934 e 1935 — aprovação da Lei de Segurança, dissolução violenta de manifestações populares e repressão às greves, fechamento de várias organizações populares e de luta pela emancipação nacional; 1938 — prisões em massa e terror policial; de 1937 e 1945 — ditadura fascizante do Estado Novo, nenhuma liberdade de imprensa, da organização de manifestação, interdição dos partidos políticos; 1946 a 1950 — reação do governo Dutra, intervenção aberta e arbitrária nos sindicatos, dissolução de comícios à baia, fechamento do PC e outras organizações; de 1951 a 1958 — processo contra dirigentes sindicais e comunistas, fechamento de organizações democráticas e de luta pela emancipação nacional, sucessivas apreensões de jornais; de 1959 a 1960 — não havia o que reprimir; os comunistas durante a maior parte desse período apoiaram o governo, não externaram suas críticas publicamente, recusaram suas posições revolucionárias e chegaram mesmo a declarar em público que o Partido não existia. Mas, quando se intensificam as lutas de massas por suas reivindicações econômicas, a reação mostra os dentes, pondo na rua milhares de policiais, inclusive o exército.

Isso nega o sentido da Declaração de que o processo de democratização é inerente ao desenvolvimento capitalista. Não se pode negar que atualmente vivemos num clima de relativa liberdade, mais isso se deve à mudança de tática das classes dominantes, Lenin, em seu trabalho "As divergências no movimento operário europeu" (Marx, Engels e o Marxismo — edição espanhola) ajuda-nos a pôr a nu a quarta caricatura do camarada Dias. Mostra que uma das discrepâncias entre os comunistas reside nas mudanças de tática das classes dominantes, em geral, e da burguesia, em particular, que adotam inevitavelmente dois sistemas de governo, dois métodos de luta por seus interesses e em defesa de seus domínios, métodos que se revezam e entrelaçam das mais diversas formas; a violência e o liberalismo (certas liberdades políticas, reformas, concessões, etc.). Lenin diz que toda vez que a burguesia faz concessões, adota uma tática "liberal", "mais astuta", uma parte dos operários e de seus representantes se deixa enganar; os revisionistas proclamam a luta de classes ou começam a realizar uma política que, de fato, significa uma renúncia à luta de classes. (Grifo meu — VP). Os zigzags da tática burguesa originam um reforçamento do revisionismo no movimento operário.

Quinto. Diz o camarada Dias que "outro mérito" da Declaração "foi ter corrigido o nosso unilateralismo na formulação do caminho a ser percorrido pela revolução brasileira", que só via a possibilidade da guerra civil quando existe a outra "possibilidade real de conduzir por formas e meios pacíficos a revolução anticolonialista e antifeudal"; "não afirmamos que é esta a única saída... mas sim que o complexo desenvolvimento da vida política nacional é que determinará" tal saída.

Diga-se de passagem que o mérito teria mais valor não fosse uma cópia reformada das indicações do XX Congresso do PCUS; mas foi um mérito pelo fato de ter colocado o problema ao Partido. O mal não consiste nisso, porém no fato de que a "possibilidade real" não existe por não existirem as condições exigidas para tanto. O XX Congresso assinalou que mudanças radicais se deram na arena internacional com o crescimento inenunciável das forças da democracia e do socialismo e que a classe operária em uma série de países capitalistas "tem uma possibilidade real de unir sob sua direção a imensa maioria do povo e de assegurar a passagem dos meios fundamentais de produção às mãos do povo", por meios pacíficos. Em seguida se referia às condições para o caminho pacífico: a classe operária deve unir em torno de si os camponeses, os intelectuais, e todos as forças patrióticas e dar uma réplica decidida aos elementos oportunistas, incapazes de renunciar à política de conciliação com os capitalistas e os latifundiários. Estas condições, uma vez satisfeitas, permitiriam à classe operária conquistar uma sólida maioria no parlamento e "transformá-lo de órgão de democracia burguesa em instrumento da verdadeira vontade popular".

Existem essas condições no país para que a Declaração e as Teses possam afirmar a possibilidade real do caminho pacífico?

Isso foi exposto claramente nas intervenções dos camaradas Kruschlov e Mikolai ao XX Congresso, mas o velho subjetivismo, autor das cópias mecânicas continua a impregnar a cabeça de alguns camaradas.

Sexto. Diz o camarada Giocondo que "outro problema que a Declaração colocou de maneira nova é o que se refere à frente única... sempre... considerada de importância secundária..."; que nós é que "decretávamos, arbitrariamente" o seu caráter, que tratá-

vamos "o difícil problema das relações entre os aliados" de forma simplista e que "quem não faz autocritica dessas posições fica inquieto pelo fato de setores de latifundiários participarem, em um ou outro momento, do movimento de frente única...".

A caricatura que o camarada Dias faz do passado do Partido no tocante à frente única é mais palpável do que em relação aos outros problemas. A avaliação dos erros, sua correta apreciação, é de grande importância para a educação política e ideológica dos membros do Partido e, portanto, deve ser encarada com critério, dentro dos princípios marxistas-leninistas. E' evidente que o Partido cometeu inúmeros erros na questão da frente única, um dos fundamentos da tática do proletariado, mas é inegável que também adotamos muitas posições justas, como nas eleições de 1955, por exemplo. Há muitas outras experiências no tocante à frente única, erradas e certas, que devemos abordar com mais seriedade e profundidade a fim de ajudar o Partido a se conduzir nas novas condições. Se negarmos que justamente o passado, com todos os seus erros e acertos, o trabalho prolongado e duro de muitos anos, é que está nos possibilitando discutir e enfrentar o problema da frente única de maneira mais acertada, faremos caricaturas da vida do Partido e calteremos na situação em que nos encontramos hoje: deixamos a frente única ao sabor do espontaneísmo e da direção da burguesia, não transformamos o movimento nacionalista num movimento das grandes massas, não mobilizamos as camponeses para a frente única e subestimamos o Partido como fator principal dessa mesma frente única.

Cabe ainda um reparo. O camarada Dias, em vez de fazer autocritica da posição errônea da Declaração ao afirmar que "tendem a unir-se e podem efetivamente unir-se no movimento nacionalista a classe operária, os camponeses... e os setores de latifundiários que possuem contradições... o imperialismo norte-americano", deforma o texto do documento, imputando aos outros posições que não possuem ao dizer que "quem não faz autocritica... fica inquieto pelo fato de setores de latifundiários participarem em um ou outro momento..." (Grifo meu — VP).

Sétimo. O camarada Dias afirma que com a Declaração "procuramos mudar as concepções erradas a respeito das eleições e do trabalho de massas... o que, na prática, vem possibilitando uma atuação melhor do Partido"; que "inúmeros são os êxitos e as vitórias...".

Infelizmente, o camarada não explica quais eram essas concepções erradas, como a superação de tais erros vem ajudando o Partido, nem quais os "inúmeros" êxitos e vitórias. É certo que nossas concepções nos impediam de utilizar convenientemente as formas legais de luta; no entanto, dentro dessas limitações e apesar do esquerdismo que imperava, também utilizamos muitas vezes as eleições, como por exemplo em 1950, quando elegemos 1 deputado e 3 vereadores no DF, e em 1954 a eleição de Bruzzi de Mendonça com mais de 50 mil votos. Atualmente, com a experiência adquirida, temos condições de aproveitar muito melhor as formas legais de luta, o que não está acontecendo por termos caído do outro lado, no legalismo exacerbado, considerando a vitória de qualquer candidato nacionalista como uma vitória do Partido, em detrimento de nossos próprios candidatos. Com essa guinada para a direita as massas não têm lucrado nada ou quase nada. Quanto aos êxitos, que o camarada os cite, pois nós os encontramos nem inúmeros, nem de acordo com o que possibilitam as condições. E não venha fazer como aquele camarada defensor da linha da Declaração que, inquirido sobre o mesmo assunto, afirmou: "Nessa casca de banana eu não escorreguei...", e saiu pela tangente, não respondendo nada.

Finalmente, diz o camarada Dias que "uma coisa, no entanto, podemos afirmar: não impusemos ao Partido e às massas a linha atual...". "Jamais a Declaração foi considerada a última palavra". E aproveita a oportunidade para dar uma alfinetada injusta no camarada Arruda, talvez por estar de acordo com o camarada José Andrade Freire que é contra os homens e não as suas idéias e que também incluiu o camarada Arruda no rol dos "dogmáticos", mesmo sendo ele um dos fundamentadores mais diretistas da Declaração e das Teses, no mesmo nível de combatividade do camarada Giocondo Dias.

A afirmação do camarada Dias é outra caricatura da situação. Todos sabem que o Partido recebeu a Declaração como uma resolução, para ser assimilada e aplicada, como nos velhos tempos do mandonismo. Qualquer um que levantasse dúvidas e objeções à orientação da Declaração era taxado de sectário e dogmático, no estilo dos velhos métodos; a única diferença consistiu em que o cachimbo passou do lado esquerdo para o direito. Já não me refiro ao que o camarada Call escreveu em seu primeiro artigo e que até hoje não obteve resposta, talvez por se constituir veredito irrefutável. A resolução de acabar com os jornais clérigos do Partido recebeu a desaprovção geral, mas mesmo assim foi cumprida à risca, de acordo com os velhos métodos. Nem o fato de estarmos em período eleitoral impediu que se levasse a cabo resolução tão errada.

Penso que bastam estes dois exemplos para colocar por terra a oitava e última caricatura do artigo do camarada Giocondo Dias.

Uma das formas do revisionismo consiste em fazer caricaturas do passado do Partido, para denegri-lo, e do presente para justificar sua própria política de conciliação e capitulação de classes. O camarada Dias, infelizmente, caiu no terreno caricatural. Esperamos que sua experiência de Partido e as críticas fraternais que estão sendo feitas o ajudem a fazer autocritica e sair do campo em que se encontra.

DOMINGOS SOARES DA CRUZ (Santos)

A DECLARAÇÃO INSPIRA AS TESES

A direção central houve por bem abrir os debates públicos sobre a atual linha política, expressa na Declaração de 1958, desenvolvendo-a, com profundidade, nas Teses para as quais ora se volta a atenção de todo o efetivo partidário.

Desejamos afirmar que, como elemento ativo, em contato permanente com a vida e os organismos de base, podemos verificar, num período de pouco mais de ano e meio de aplicação no trabalho diário, que a Declaração se revelou, quando bem compreendida, um eficaz instrumento para unir o Partido às mais amplas massas trabalhadoras.

Voltando-a, em momento tão oportuno na, a Direção deu cabal desempenho às suas atribuições, sendo injustas, a nosso ver, as recriminações que alguns camaradas formulam sob a alegação de que aquele documento violou as normas partidárias, ao introduzir substanciais modificações na linha política fixada pelo IV Congresso e consubstanciada no Programa de 1954.

No fundamental, desde a sua aprovação, o Programa já se tornara um documento inaplicável diante da realidade brasileira, e a prova evidente da sua contradição com a vida foi a ativa participação dos comunistas na campanha eleitoral que resultou na vitória do sr. Juscelino Kubitschek, à presidência da República, verificando que aquele documento proclamava com eloqüência que as transformações democráticas que nosso povo necessita e almeja só podem ser alcançadas com um governo democrático de libertação nacional (Programa, Cap. II, item 4), governo, portanto, de tipo revolucionário, incompatível, por isto mesmo, com o dispositivo das forças políticas vitoriosas, na sua absoluta maioria, do qual só nós comunistas não associados, tínhamos objetivos radicais para as transformações democráticas que a nação aspira.

A Declaração de 1958 corrigiu, indubitavelmente, a discordância existente entre as nossas consignas programáticas e a atividade política que, de fato, nós comunistas passamos a desenvolver, após o suicídio do sr. Getúlio Vargas, ocorrência que despertou o Partido para uma mais nítida compreensão dos aspectos positivos das forças nacionalistas que já tinham considerável influência no governo presidido pelo suicida, governo ao qual atribuíamos tal e qual esta política de tração nacional (Programa, Cap. II, item 2).

O C. C., como órgão dirigente do Partido, entre um e outro Congresso, ao votar a resolução que se expressa na Declaração de 1958 fez-lo com acerto, na defesa dos superiores interesses do Partido e — não temos dúvida ao dizê-lo — da nação em desenvolvimento.

Reconhecendo o grande mérito da De-

claração, como arma flexível para nos aproximar das mais diferentes camadas sociais, não desejamos, é claro, voltar com um documento perfeito, insuscetível de modificações. Ressaltamos como uma das debilidades da Declaração a maneira superficial como se refere ao problema específico do contexto agrário, para o qual não apresenta uma apreciação responsável.

O indiscutível, porém, é que a Declaração deu ao Partido, aqui em Santos, pelo menos a facilidade de se vincular, mais estreitamente, ao movimento sindical e às organizações populares, criando as mais seguras perspectivas para o aumento quantitativo e qualitativo dos efetivos partidários.

As Teses aprofundam o exame de todas as questões afinentes à economia e à composição das forças sociais que influem na vida econômica e política do país e aquelas específicas ao próprio Partido, visando as mais amplas possibilidades para a conquista de um governo democrático e nacionalista para o nosso país, dentro dos quadros do atual regime.

Vários camaradas têm condenado a Declaração e as Teses.

Não temos o objetivo de condenados por tais atitudes.

Defendemos, inclusive, o direito que assiste a todo camarada de manifestar-se livremente, desde que não fira os princípios que sustentamos como comunistas, militantes conscientes da vanguarda do proletariado.

Porque, é claro, sendo da essência do marxismo-leninismo que cada país floresça sem luta de opiniões, sem liberdade de crítica (MATERIALISMO DIALECTICO, Manual, ed. Vitória, é necessário que todos os camaradas expressem com coragem e franqueza, os seus pensamentos.

Todavia, para que se levante uma crítica a determinado problema tornasse necessário que o seu autor examine a sua atividade revolucionária, numa autocritica limpa e construtiva que, efetivamente, reflita a caracterização dos êxitos ou dos erros que, também, obtiveram ou incidiram, como a expressão de pensamento coletivo, na execução de tarefas ligadas ao problema criticado.

Entretanto, à evidência do conteúdo das intervenções dos que combatem a Declaração e Teses, nos conduz à verificação de que, na maioria, os camaradas se desviam daquela posição autocritica necessária, para concentrar o fogo de suas baterias contra tais documentos qualificando-os de diretistas e deformadores.

O que de prático realizaram esses camaradas para a comprovação, de que a Declaração é diretista e não atende às

exigências da massa trabalhadora, na atual etapa da revolução brasileira?

Se realmente tem provas dessa caracterização não as expôs com clareza, perdemos em conjecturas subjetivas, distanciadas da realidade, razão por que, ao que entendemos, em nada ajudaram para o enriquecimento das discussões para Debates.

Compunctos como vítima que fomos no passado, devido ao impedimento de liberdade de manifestação e de crítica dentro do Partido, que era o método em voga, ser uma vez os camaradas Crapós, Pomar, Amazonas, Call, Chade, Finco e outros, ora divergentes da atual linha política, antes de formularem as acertas críticas à Declaração e as Teses, se dispuseram da roupagem insustentável e adotando posição inofensiva de revolucionários conscientes de não cometerem pelos erros cometidos, quando maiores responsáveis, nacional ou regionalmente, também, contribuíram para conduzir o Partido à prática de atos aventurosos, agravados por medidas atentatórias à democracia interna, a saber, do culto à personalidade e do mandonismo.

Não é justo, por outro lado, que exultemos dentro os mencionados camaradas aquele que, durante um longo período, exerceu um papel de ditador no trabalho organizativo do Partido. Desejamos referir ao camarada Arruda que, enquanto viaia esforçando-se numa tentativa para se autocriticar, esqueceu, porém, de se manifestar, francamente sobre o seu autoritarismo, a sua falta de fraternidade proletária, a sua intolerância e, sobretudo, a sua nestas condições pequeno-burguesa de ridicularizar o trabalho abnegado das camaradas das bases.

Visto termos verificado, no nosso trabalho diário com os trabalhadores sob a orientação política, contida na Declaração de 1958, um real esforço do Partido para ligar suas massas às massas, defendendo-as com entusiasmo, opinando, com ardor pela aprovação das Teses, por não se desenvolver, com mais clareza, graças à experiência, as questões formuladas naquele documento e, finalmente, por compreender que, no atual momento o trabalho, da frente única, amplo e sem discriminações, deve ser a preservação central dos comunistas, ao não deixar indicar as forças nacionalistas para a conquista da vitória de Juscelino, como um passo à frente que incluía certas reformas de estrutura, em vista a vencer, sérios obstáculos que ainda impedem a nação eleger um governo democrático e nacionalista, expressão maior de sua luta contra o imperialismo norte-americano.

Santos, 23 de Junho de 1960

Soares da Cruz

ARLINDO A. LUCENA (Santos)

«O Atual Momento Brasileiro e o «Programa» de um Sonhador»

Em dois trabalhos publicados na Tribuna de Debates, o primeiro sob o título "Opiniões sobre o Debate" e "RUMOS" de 10-16-6-960, e o segundo sob o título "OPINIÕES SOBRE AS TESES" de "RUMOS" de 23-6-960, o camarada Marcos Pereira, de S. Paulo, nos oferece uma "nova linha" a título de "reorientação do movimento comunista brasileiro".

Temos assim que, de alto a baixo tudo está desorientado, temos ainda que, de nossas fileiras brota um verdadeiro Messias que se auto-intitula possuidor da verdade absoluta. Alá, a forma professoral com que o camarada Marcos expõe seus pontos de vista contrasta frontalmente com sua opinião-contratada justa — de que "sem que a base, os quadros operários intervejam ativamente, analisando as linhas oferecidas à luz de sua experiência, a discussão terá um caráter acadêmico, em torre de marfim".

Tal opinião, repetimos, é justíssima e folgamos em que alguém da oposição à Declaração Política e às Teses para Discussão e reconhecê-la que, até o momento, os camaradas que deliram no esquerdismo, têm se limitado a formulações acadêmicas, ócas de conteúdo prático, simplesmente teorizantes. Vivas, portanto, ao camarada Marcos Pereira que, apesar de sua auto-suficiência tem o mérito de trazer os debates para o terra com os problemas da atualidade, para as questões que nos asseverbam hoje, exigindo solução imediata: — o movimento nacionalista e a sucessão presidencial, o movimento sindical (por sinal com experiências novas) e problemas relacionados com a frente única em geral.

A nosso ver, todavia, o camarada Marcos Pereira apesar de manejar com certa desenvoltura com os problemas da realidade, em seus artigos está sonhando acordado.

Vejamos seu estreito esquematismo: pretendendo colocar num esquema rígido em que "o fato é que a situação da luta anticolonialista latino-americana consiste no impulso das massas, na sua ansia de justiça e de uma vida melhor" (como exemplo Cuba, onde se chegou à derrubada do ditador Batista bastante para tal — dar a terra ao camponês, armá-lo na defesa de sua propriedade e uma série de medidas contra o imperialismo) quer que passemos imediatamente às "lutas de frente contra o lado e contra todos, indo desde a emancipação das massas, necessárias estrategicamente em geral e também, as nacionalistas até a um e vários "dirigido pela classe operária". E o mais engraçado que após essa "reorientação" considera "inabismável" o próprio programa do Manifesto de Agosto e afirma que "não pretendemos neste momento armar o Partido e sair às ruas, nem tomar qualquer medida desesperada e aventurosa".

Evidentemente, semelhante "plataforma" não poderia adotar como base política sendo a "discriminação dentro do movimento chinês" (Grifo meu — VP) os legos e não "pelecos" num primarismo cíclico e o Isolamento político que se refere à sucessão presidencial na base da "reorientação" de que "os bolcheviques enfrentaram muitas vezes eleições diante das quais a posição correta era de apresentação de uma candidatura própria, de subjugação ou outra qualquer, sempre com um espírito de classe".

Temos assim que devemos seguir o caminho cubano, russo ou outro qual quer, desde que a coisa avance "com espírito de classe". O fato é que, de que o povo cubano não tinha outra alternativa senão a luta de frente com a ditadura terrorista de Batista, ficou até as Universidades a fim de arrolar qualquer manifestação de pensamento e que, no Brasil de hoje tal

não acontece em face da vigência de uma política democrática no terreno político, embora a situação que o povo brasileiro vive durante o governo Juscelino não seja diferente de uma hora ou de outra hora, em termos de estrutura econômica e política, e o movimento de massas não seja diferente de um momento de luta contra o imperialismo e a burguesia nacionalista.

O fato de que na Rússia, Espanha ou até mesmo durante o governo Juscelino de Krenski o proletariado brasileiro, como aliado, segundo o camarada Lucena, não tenha participado contra-revolucionária, EM SEU TOPO, e de que no Brasil de hoje parte da população está interessada na luta pela libertação econômica do país das garras do imperialismo tanto e assim pode ser utilizada na luta contra o imperialismo e a burguesia nacionalista.

Temos assim que, de alto a baixo tudo está desorientado, temos ainda que, de nossas fileiras brota um verdadeiro Messias que se auto-intitula possuidor da verdade absoluta. Alá, a forma professoral com que o camarada Marcos expõe seus pontos de vista contrasta frontalmente com sua opinião-contratada justa — de que "sem que a base, os quadros operários intervejam ativamente, analisando as linhas oferecidas à luz de sua experiência, a discussão terá um caráter acadêmico, em torre de marfim".

Tal opinião, repetimos, é justíssima e folgamos em que alguém da oposição à Declaração Política e às Teses para Discussão e reconhecê-la que, até o momento, os camaradas que deliram no esquerdismo, têm se limitado a formulações acadêmicas, ócas de conteúdo prático, simplesmente teorizantes. Vivas, portanto, ao camarada Marcos Pereira que, apesar de sua auto-suficiência tem o mérito de trazer os debates para o terra com os problemas da atualidade, para as questões que nos asseverbam hoje, exigindo solução imediata: — o movimento nacionalista e a sucessão presidencial, o movimento sindical (por sinal com experiências novas) e problemas relacionados com a frente única em geral.

A nosso ver, todavia, o camarada Marcos Pereira apesar de manejar com certa desenvoltura com os problemas da realidade, em seus artigos está sonhando acordado.

Vejamos seu estreito esquematismo: pretendendo colocar num esquema rígido em que "o fato é que a situação da luta anticolonialista latino-americana consiste no impulso das massas, na sua ansia de justiça e de uma vida melhor" (como exemplo Cuba, onde se chegou à derrubada do ditador Batista bastante para tal — dar a terra ao camponês, armá-lo na defesa de sua propriedade e uma série de medidas contra o imperialismo) quer que passemos imediatamente às "lutas de frente contra o lado e contra todos, indo desde a emancipação das massas, necessárias estrategicamente em geral e também, as nacionalistas até a um e vários "dirigido pela classe operária". E o mais engraçado que após essa "reorientação" considera "inabismável" o próprio programa do Manifesto de Agosto e afirma que "não pretendemos neste momento armar o Partido e sair às ruas, nem tomar qualquer medida desesperada e aventurosa".

Evidentemente, semelhante "plataforma" não poderia adotar como base política sendo a "discriminação dentro do movimento chinês" (Grifo meu — VP) os legos e não "pelecos" num primarismo cíclico e o Isolamento político que se refere à sucessão presidencial na base da "reorientação" de que "os bolcheviques enfrentaram muitas vezes eleições diante das quais a posição correta era de apresentação de uma candidatura própria, de subjugação ou outra qualquer, sempre com um espírito de classe".

temos assim que, de alto a baixo tudo está desorientado, temos ainda que, de nossas fileiras brota um verdadeiro Messias que se auto-intitula possuidor da verdade absoluta. Alá, a forma professoral com que o camarada Marcos expõe seus pontos de vista contrasta frontalmente com sua opinião-contratada justa — de que "sem que a base, os quadros operários intervejam ativamente, analisando as linhas oferecidas à luz de sua experiência, a discussão terá um caráter acadêmico, em torre de marfim".

Tal opinião, repetimos, é justíssima e folgamos em que alguém da oposição à Declaração Política e às Teses para Discussão e reconhecê-la que, até o momento, os camaradas que deliram no esquerdismo, têm se limitado a formulações acadêmicas, ócas de conteúdo prático, simplesmente teorizantes. Vivas, portanto, ao camarada Marcos Pereira que, apesar de sua auto-suficiência tem o mérito de trazer os debates para o terra com os problemas da atualidade, para as questões que nos asseverbam hoje, exigindo solução imediata: — o movimento nacionalista e a sucessão presidencial, o movimento sindical (por sinal com experiências novas) e problemas relacionados com a frente única em geral.

A nosso ver, todavia, o camarada Marcos Pereira apesar de manejar com certa desenvoltura com os problemas da realidade, em seus artigos está sonhando acordado.

Vejamos seu estreito esquematismo: pretendendo colocar num esquema rígido em que "o fato é que a situação da luta anticolonialista latino-americana consiste no impulso das massas, na sua ansia de justiça e de uma vida melhor" (como exemplo Cuba, onde se chegou à derrubada do ditador Batista bastante para tal — dar a terra ao camponês, armá-lo na defesa de sua propriedade e uma série de medidas contra o imperialismo) quer que passemos imediatamente às "lutas de frente contra o lado e contra todos, indo desde a emancipação das massas, necessárias estrategicamente em geral e também, as nacionalistas até a um e vários "dirigido pela classe operária". E o mais engraçado que após essa "reorientação" considera "inabismável" o próprio programa do Manifesto de Agosto e afirma que "não pretendemos neste momento armar o Partido e sair às ruas, nem tomar qualquer medida desesperada e aventurosa".

Evidentemente, semelhante "plataforma" não poderia adotar como base política sendo a "discriminação dentro do movimento chinês" (Grifo meu — VP) os legos e não "pelecos" num primarismo cíclico e o Isolamento político que se refere à sucessão presidencial na base da "reorientação" de que "os bolcheviques enfrentaram muitas vezes eleições diante das quais a posição correta era de apresentação de uma candidatura própria, de subjugação ou outra qualquer, sempre com um espírito de classe".

Temos assim que devemos seguir o caminho cubano, russo ou outro qual quer, desde que a coisa avance "com espírito de classe". O fato é que, de que o povo cubano não tinha outra alternativa senão a luta de frente com a ditadura terrorista de Batista, ficou até as Universidades a fim de arrolar qualquer manifestação de pensamento e que, no Brasil de hoje tal

Batistas pregam a Paz



«Fazer da Aliança Batista Mundial um instrumento de aproximação e boa vontade entre os povos de modo geral, difundindo o ideal de que os homens, diferindo em política, cultura, raça, ideologia e até mesmo religião, podem e devem ser irmãos que se estimam» tal é o conceito exposto em entrevista que concedeu à imprensa o novo presidente da Aliança Batista Mundial, o pastor brasileiro João Sorensen. Interpretou ele, assim, os sentimentos dos milhares de Batistas de todo o mundo que se reuniram no Rio de Janeiro, durante 8 dias, participando do Congresso Mundial da Aliança.

A manifestação de fé religiosa que teve como palco o Maracanãzinho, durante 8 dias, realizou-se sob o signo da fraternidade entre os homens do mundo, representados no Congresso por russos e americanos, brasileiros e chineses, pretos, brancos e amarelos. Trinta mil pessoas assistiram o ato inaugural do Congresso; 150 mil estiveram no Maracanã, na cerimônia de encerramento. A grandiosidade dessas manifestações fala por si da importância do conclave.

Onde se mete a política

Para estranheza de poucos, os reincidentes que não querem compreender a realidade, participaram do Congresso representantes dos países socialistas. Da URSS vieram dois delegados, membros da Aliança Batista que conta ali com 500 mil fiéis; vieram os representantes dos Batistas da Tchecoslováquia, da Polônia e da Iugoslávia. Tudo seria natural não fosse a presença de dois norte-americanos, Carl MacIntyre e Kenneth Kinney, expulsos da Aliança, que vieram ao Brasil, na época do Congresso, para «converter» os Batistas que os Pastores soviéticos iriam participar do conclave para «fazer propaganda comunista», e utilizar o púlpito para pregar a «paz e a coexistência pacífica entre os povos». Para sua missão contaram eles com o auxílio do almirante Pena Boto.

A provocação teve a resposta do Congresso, que aplaudiu demoradamente a presença dos representantes da URSS na assembleia inaugural, e dos próprios Pastores estadunidenses, entre eles o rev. Theodore Adams que declarou ter se reunido com os Batistas russos na própria União Soviética.

Milhares nos dois

Durante oito dias reuniu-se o Congresso Batista. Mais de 3.000 delegados, representantes de 52 nações participaram das sessões realizadas no Maracanãzinho, no Rio de Janeiro. A solenidade de abertura da manifestação assistiram mais de 30.000 pessoas, que aplaudiram demoradamente os delegados dos países presentes. A sessão de encerramento, realizada no Estádio do Maracanã, foi presenciada por 150 mil pessoas que ouviram, pela primeira vez, o famoso pregador Billy Graham, que pronunciou o sermão de encerramento do conclave. Sob o signo de Cristo, os Batistas de todo o mundo pregaram a paz e a fraternidade entre os homens, independente de orados religiosos e políticos.



Novo presidente é brasileiro

O Pastor João Sorensen, carioca de nascimento e Batista desde os oito anos de idade, foi eleito pelo Congresso o novo presidente da Aliança Batista Mundial. Declarou lançado a sua escolha que um dos pontos mais importantes do seu programa é fazer da Aliança um instrumento de aproximação e boa vontade entre os povos.



Batistas da URSS

O Pastor Zhidov representou os fiéis da União Soviética no desfile de abertura do Congresso. Ele e a bandeira do seu país foram acolhidos com calor e afeição pelo povo que lotava o Maracanãzinho. Quem não gostou foi o almirante Pena Boto que se associou a dois provocadores norte-americanos para fazer intriga.

NOVOS RUMOS